

Portugal na União Europeia



2015



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

PREFÁCIO

Virar a página na Europa

Nos primeiros meses, 2015 estava destinado a ser o ano de transição. Estimava-se que a União Europeia (UE) estaria na porta de saída da maior crise económica e institucional desde a sua criação e a sua moeda única a caminho da tão esperada estabilização.

Os riscos ainda eram latentes, mas menos fraturantes. Destacavam-se à época a indefinição política e o referendo na Grécia, os atentados terroristas contra o Charlie Hebdo ou as medidas extraordinárias do Banco Central Europeu. Estes três eventos mostravam que o caminho de saída não era livre de sobressaltos, mas apontava já para um sentido comum: a Europa recuperava o curso da sua integração e aprofundamento e queria aproveitar a retoma para recuperar o tempo perdido no espaço global.

Nesses meses introdutórios, o otimismo era a tônica em Bruxelas: “a economia europeia está a viver a sua Primavera mais reluzente em vários anos”, anunciou Pierre Moscovici, Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Financeiros em Março, enquanto a Comissão Europeia sublinhava que “os ventos favoráveis apoiam a retoma”.

Portugal não era exceção. O ano de 2015 assumia-se como o primeiro ano completo em que o país viveria sem as “amarras” da troika, voltando à normalidade da sua vida europeia, como é o caso do regresso pleno ao Semestre Europeu, esse filtro orientador de toda a política económica e social que cada Estado-Membro deve seguir para construir uma UE mais coesa, forte e equitativa. O Portugal 2020 e o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, dois exercícios-



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

chave para revitalizar a economia e a convergência, entravam em velocidade cruzado.

Os portugueses tinham agendado para outubro as suas eleições legislativas com a opção de escolher não só um novo Governo, mas também as políticas que queriam para o período pós-resgate.

Porém, o ano afigurou-se distinto. A UE acabou por não viver o ano de transição da crise, mas sim assistir ao ano da adição das crises. Além da crise económica e financeira que parecia desacelerar, juntou-se, ao longo de 2015, a crise dos refugiados e o anúncio do referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE.

Os líderes europeus enfrentavam agora, não um, mas vários desafios simultâneos e todos de consequências imprevisíveis. A solidariedade entre os Estados-Membros, já bastante desgastada durante a crise do euro, deixava de ser testada apenas numa diferenciação Norte-Sul para ser também agora um embate Este-Oeste, Euro-Não Euro, UE-Vizinhança.

A maior deslocação de pessoas desde a Segunda Guerra Mundial desaguou na Europa trazendo mais de um milhão de pessoas que fugiam à guerra no Médio Oriente e África. Pela primeira vez, também, um membro da UE colocava em referendo a sua permanência naquela que é hoje a segunda maior economia mundial e o maior caso de sucesso global de integração de países.

A estes dois eventos-chave de 2015, adicionava-se outra ameaça, esta global: o terrorismo, que, mais uma vez, voltaria a atingir Paris em novembro, em vários atentados simultâneos numa cidade que é um dos símbolos maiores da Europa e do ser europeu, e a seguir em Bruxelas, onde se situam as instituições europeias.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

A resiliência, unidade e força de um bloco de 28 países com uma moeda única partilhada por 19 estados e a livre circulação dos seus 500 milhões de habitantes voltou a ser colocada à prova em 2015.

Nesta “Europa em causa”, como descreve Eduardo Lourenço, Portugal decidiu “virar a página” depois de três anos de resgate financeiro que lançou o país numa profunda crise económica, com o investimento a recuar duas décadas, o desemprego a atingir níveis históricos, sobretudo entre a geração mais bem qualificada de sempre, e o país a sofrer um galopante aumento da desigualdade entre os seus cidadãos.

Neste cenário, os portugueses foram às urnas e do Parlamento eleito resultou uma solução governativa nunca antes experimentada em Portugal: um Governo socialista com apoio parlamentar de toda a esquerda (Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português, Os Verdes).

A necessidade de provar que há outro caminho “além da austeridade”, que existe uma “leitura inteligente” da disciplina orçamental e onde é necessário um novo impulso para a convergência com a UE foram premissas do executivo liderado por António Costa, formado em novembro.

A linha de atuação com a Europa era simples: Portugal pretende aprofundar as reformas estruturais, respeitar todos os seus compromissos europeus e dar um novo impulso ao seu investimento, sempre em linha com as suas obrigações constitucionais e as promessas feitas aos seus eleitores.

Se o modelo governativo português e algumas das suas medidas foram vistas inicialmente pelos seus pares europeus com ceticismo e desconfiança, muitas vezes baseada em informação desvirtuada, a realidade é que este modelo está a assumir-se como uma opção sustentável e duradoura numa Europa que ainda anda à procura de soluções para completar a sua integração económica e monetária.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

A dificuldade de encontrar soluções governativas em Espanha, Irlanda, Grécia e Portugal, é reveladora do descrédito, ou pelo menos da desconfiança das populações face às respostas que a UE encontrou para os seus problemas, desafios e carências.

Estas soluções, não raras vezes inspiradas na ideia de que só existe um caminho, e que não têm em conta a diversidade e especificidade dos seus 28 membros, são um rastilho para o populismo que cresceu fortemente em 2015.

Ser “novo” é uma crítica que não pode ser feita ao governo português para o condenar ao insucesso. Primeiro, não é um modelo completamente original na UE. Depois, durante a tripla crise que afetou a Europa pós-2008 (primeiro financeira, depois económica e depois social e política), a UE foi obrigada, também ela, a usar medidas “novas”. Os líderes europeus acionaram resgates financeiros a Estados-Membros que não estavam previstos pelos tratados, criaram fundos europeus de resgate inexistentes nas estruturas europeias, apelaram ao consumo privado e ao endividamento para retirar a economia da recessão. Hoje, o BCE injeta liquidez na economia e prevê comprar obrigações de empresas já em 2016. É em territórios “novos” que a UE encontrou as soluções para sair inteira e mais coesa das suas crises. As que se avizinham não serão exceção, certamente.

A Europa e Portugal viveram em 2015 a antecâmara de desafios que no ano seguinte serão definidores dos anos vindouros.irá Portugal provar à Europa que há uma alternativa ao modelo da austeridade?

O mais irónico na Europa é que os seus maiores problemas atuais vêm precisamente daquilo que foi criado para ser os pilares da sua força: o euro (crise da dívida), o espaço Schengen (crise dos refugiados), maior soberania europeia (Brexit).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Apesar das crises (que se esperam temporárias), 2015 foi também o primeiro ano completo do mandato do Jean-Claude Juncker à frente da Comissão Europeia, mandato este que lançou pistas e uma agenda de longo prazo que poderá convergir com os interesses de Portugal, sobretudo para a sua retoma económica e social pós-resgate.

A Comissão Juncker já anunciou que quer uma Europa mais social, onde o emprego e os direitos dos trabalhadores são a marca das linhas orientadoras do Semestre Europeu. O investimento é eixo central para a criação de emprego, onde o plano Juncker e a sua meta de 315 mil milhões de euros de investimentos criados na economia reativará o motor europeu. A leitura mais flexível do Programa de Estabilidade, assinada em 2015, é mais um passo onde Portugal poderá ganhar margem no difícil binómio entre reduzir a dívida (das suas empresas, cidadãos e Estado) e ao mesmo tempo estimular investimento, exportações e consumo.

Portugal e a UE precisam de centrar-se no rumo e ideias que tornaram a região um bloco de união e prosperidade nas últimas décadas: acelerar a integração económica e monetária, potenciar os fundos europeus como instrumento de coesão, reduzir as desigualdades, promover o emprego e tornar a Europa um espaço único de inovação, ambição e desenvolvimento.

Margarida Marques

Portugal na União Europeia



2015



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA

ANO 2015

TÍTULO I – QUESTÕES INSTITUCIONAIS	4
Capítulo I – Instituições e órgãos	5
Capítulo II – Relacionamento do Reino Unido com a UE	14
Capítulo III – Funcionários	15
TÍTULO II – ALARGAMENTO	16
TÍTULO III – SEMESTRE EUROPEU (incluindo situação económica e emprego na UE)	20
TÍTULO IV – POLÍTICAS INTERNAS NA UE	37
Capítulo I – União Económica e Monetária	39
Capítulo II – Mercados Financeiros	52
Capítulo III – Fiscalidade	64
Capítulo IV – Competitividade (Mercado Interno, Indústria e Investigação)	73
Capítulo V – Concorrência e Auxílios de Estado	93
Capítulo VI – Transportes, Telecomunicações e Energia	102
Capítulo VII – Ambiente	128
Capítulo VIII – Agricultura, Pescas e Política Marítima Integrada	137
Capítulo IX – Coesão Económica, Social e Territorial	151
Capítulo X – Emprego e Assuntos Sociais	163
Capítulo XI – Educação, Cultura, Audiovisual, Juventude e Desporto	174
Capítulo XII – Saúde Pública e Consumidores	181
Capítulo XIII – Financiamento e Fluxos Financeiros	189



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO V – ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA	202
Capítulo I – Cidadania e Direitos Fundamentais	204
Capítulo II – Schengen, Vistos e Fronteiras	207
Capítulo III – Imigração e Asilo	212
Capítulo IV – Cooperação Judiciária	217
Capítulo V – Cooperação Policial	222
Capítulo VI – Luta contra o Terrorismo	225
Capítulo VII – Proteção Civil e Gestão de Catástrofes	228
Capítulo VIII – Relações Externas	230
TÍTULO VI – AÇÃO EXTERNA	236
Capítulo I – Política Externa e de Segurança Comum	238
Capítulo II – Relações Externas Regionais e Bilaterais	252
Capítulo III – Política Comercial	311
Capítulo IV – Ajuda ao Desenvolvimento	327
TÍTULO VII – APLICAÇÃO DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA	338
Capítulo I – Mecanismos Informais de Resolução de Problemas do Mercado Único – Rede SOLVIT	339
Capítulo II – Mecanismos Informais de Aplicação do Direito da União – Projeto “EU PILOT”	343
Capítulo III – Transposição de Diretivas e Adaptações Legislativas	345
Capítulo IV – Execução do Direito da União Europeia: Pré- Contencioso e Contencioso	348
Capítulo V – Aprovação e Ratificação de Acordos e Tratados	352



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO VIII – Política de Informação, Comunicação e Formação	355
Capítulo I – Informação sobre as oportunidades na UE para os cidadãos e empresas	356
Capítulo II – Comunicação sobre os principais temas da agenda europeia	358
Capítulo III – Promoção do conhecimento sobre a UE e a atividade editorial	361
Capítulo IV – Biblioteca Jacques Delors	365
ANEXOS	367
Anexo I – Representantes portugueses	368
• Comité das Regiões	
• Comité Económico e Social	
Anexo II – Atos e Acordos na área da Justiça e dos Assuntos Internos	371
Anexo III – Lista das Diretivas da União Europeia transpostas para o ordenamento jurídico português em 2015	379
Anexo IV – Participação de Portugal no contencioso da União Europeia em 2015	389



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO I

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

O ano de 2015 ficou marcado pelo anúncio por parte do Primeiro-Ministro britânico, David Cameron, de realizar um referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE e pelo início das negociações sobre este processo.

Realizou-se, em novembro, o primeiro debate anual no seio do Conselho sobre o Estado de Direito na União.

Foi alcançado um acordo político, em dezembro, entre o Conselho, o Parlamento Europeu e a Comissão, sobre o Acordo Interinstitucional "Legislar melhor".

Considerando satisfatório o texto final do Acordo Interinstitucional acordado pelas três instituições, Portugal subscreveu, ao longo do processo negocial, os objetivos definidos pelo Conselho, em particular a procura da paridade entre os legisladores.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS

PARLAMENTO EUROPEU

A atual legislatura, iniciada no final de 2014, tem estado ancorada na cooperação entre o PPE (Grupo do Partido Popular Europeu) e o S&D (Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas), com um papel mais limitado do ALDE (Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa), em particular se comparado com a anterior legislatura, e excluindo os extremos, sobretudo os declaradamente antieuropeus. Esta cooperação não tem, no entanto, sido fácil, podendo a escolha, no início de 2017, do sucessor de Martin Schulz na Presidência da instituição constituir a oportunidade para avaliar a sua solidez.

Nos primeiros meses do ano, a atividade legislativa do Parlamento foi pouco expressiva, em resultado da recente entrada em funções da nova Comissão e a reanálise feita a muitas propostas pendentes. A atividade parlamentar recuperou dinamismo no outono.

Pelo seu potencial impacto, destaca-se a adoção, em novembro, de uma resolução sobre a reforma da lei eleitoral europeia, atualmente em análise no Conselho. Sobre a matéria foi consultada a Assembleia da República. Da sua substância salienta-se a proposta de criação de um círculo eleitoral pan-europeu (a que concorreriam os "Spitzenkandidaten", isto é, os candidatos "cabeças-de-fila") e a sugestão de um limite obrigatório, situado entre os três e os cinco por cento, para a atribuição de mandatos nos EM com um único círculo eleitoral e nos círculos eleitorais onde seja utilizado o sistema de listas e compreendam mais de vinte e seis mandatos (na realidade, tal proposta visa acolher a preocupação alemã relativa à eleição de deputados de forças extremistas, estabelecendo uma barreira semelhante à existente



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

na sua legislação nacional). Outro ponto a destacar é a ponderação da possibilidade de passagem da capacidade eleitoral ativa de dezoito para dezasseis anos.

CONSELHO EUROPEU

Ao longo do ano de 2015, o principal destaque foi dado à crise das migrações, ao aprofundamento da União Económica e Monetária, ao conflito na Ucrânia, à luta contra o terrorismo e às negociações sobre o relacionamento do Reino Unido com a UE (sobre este ponto ver capítulo II deste Título).

Reunião informal de Chefes de Estado ou Governo de 12 de fevereiro

Os líderes europeus discutiram o processo de paz na Ucrânia, após a apresentação dos Acordos de Minsk pela Chanceler alemã, Angela Merkel, e o Presidente francês, François Hollande, e definiram as linhas gerais de atuação da UE na luta contra o terrorismo, na sequência dos atentados de Paris de janeiro de 2015. Foram ainda abordados a situação económica grega (tendo o Primeiro-ministro grego, Alexis Tsipras, apresentado as linhas programáticas do seu governo) e o aprofundamento da União Económica e Monetária.

Conselho Europeu de 19 e 20 de março

Este Conselho Europeu acordou o estabelecimento de uma União para a Energia. Na vertente externa, discutiu a situação na Líbia, definiu os objetivos para a Cimeira de Riga sobre a Parceria Oriental e avaliou as relações com a Rússia e a Ucrânia, tendo decidido alinhar o regime de sanções à Rússia com o cumprimento dos Acordos de Minsk. Na vertente económica, o debate incidiu sobre o Semestre Europeu 2015, o Fundo Europeu para os Investimentos Estratégicos e as negociações da Parceria Transatlântica para o Comércio e o Investimento (TTIP).

Conselho Europeu extraordinário de 23 de abril

Na sequência de um trágico naufrágio no Mediterrâneo (em que morreram cerca de 800 pessoas que tentavam chegar à Europa), os líderes europeus discutiram a crise das migrações e acordaram quatro áreas de ação prioritárias: combater o tráfico de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

migrantes, triplicar os recursos à disposição da missão de patrulhamento marítimo da UE "Triton", reforçar a cooperação com os países de origem e trânsito dos migrantes e delinear um programa piloto de recolocação dos refugiados na UE.

Conselho Europeu de 25 e 26 de junho

Foram discutidos os temas: situação na Grécia, migrações, segurança e defesa, emprego, crescimento e competitividade e o relacionamento UE-Reino Unido. De referir a apresentação do Relatório dos Cinco Presidentes sobre o futuro da UEM.

Conselho Europeu extraordinário de 23 de setembro

O Conselho Europeu reuniu em sessão extraordinária para debater soluções para a crise migratória. Os principais temas abordados foram a política de migrações da UE, a cooperação com países terceiros, o financiamento do Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR) e do Programa Alimentar Mundial (PAM) e a situação na Síria.

Conselho Europeu de 16 de outubro

Foram de novo debatidas soluções para a crise migratória, tendo sido dedicada especial atenção ao impacto da situação na Síria e na Líbia nesse processo. Foram igualmente abordados o aprofundamento da União Económica e Monetária, o referendo europeu no Reino Unido, a queda do voo MH17 na Ucrânia e a COP 21.

Cimeira informal de Chefes de Estado ou de Governo de 11 e 12 de novembro

Esta Cimeira decorreu em La Valetta, Malta, à margem de Cimeira que reuniu países europeus e africanos no quadro da Agenda Europeia para as Migrações. Debateu essencialmente as linhas gerais do relacionamento futuro com a Turquia, à luz da crise dos refugiados.

Conselho Europeu de 17 e 18 de dezembro

Os principais temas em debate foram as migrações, a luta contra o terrorismo, a União Económica e Monetária, o mercado interno enquanto fator-chave para o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

investimento e a competitividade da Europa e a União para a Energia com uma política climática virada para o futuro. Foi ainda abordada a questão do Reino Unido, tendo os líderes europeus acordado que se empenhariam para encontrar uma solução satisfatória em todas as áreas.

CONSELHO

A Presidência do Conselho da União Europeia foi exercida no primeiro semestre pela Letónia e no segundo semestre pelo Luxemburgo, encerrando-se um Trio de Presidências iniciado no 2.º semestre de 2014.

A Presidência letã concentrou-se em três domínios, Europa Competitiva, Europa Digital e Europa Envolvida, em articulação com as orientações constantes quer dos documentos de longo prazo (Agenda Estratégica da União em Tempos de Mudança¹ e Programa 2014-2019 do Presidente da Comissão Europeia²), quer do mais imediato Programa de Trabalho da Comissão para 2015.

O programa da Presidência luxemburguesa procurou também dar concretização à Agenda Estratégica da União. Portugal considerou particularmente pertinente a colocação dos cidadãos no centro dos trabalhos da UE e destacou a prioridade dada às migrações, ao aprofundamento da UEM, ao Mercado Único Digital, às questões da energia e à melhor regulamentação.

Debate sobre o Estado de Direito

A iniciativa do Estado de Direito surgiu no seguimento da apresentação, por quatro Estados-membros (Alemanha, Países Baixos, Dinamarca e Finlândia), em 2013, de uma carta propondo uma iniciativa comum sobre democracia, valores fundamentais e Estado de Direito. Visava-se criar um instrumento político de alerta precoce, mais flexível e progressivo do que o artigo 7.º do Tratado sobre a União Europeia (TUE),

¹ Aprovada pelo Conselho Europeu em junho de 2014.

² Apresentado perante o Parlamento Europeu em julho de 2014.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

que permitisse intervir preventivamente no caso de o Estado de Direito ou os princípios e valores fundamentais serem postos em causa num Estado-membro.

Após o parecer desfavorável do Serviço Jurídico do Conselho à Comunicação da Comissão propondo a criação desse instrumento de alerta precoce prévio aos mecanismos do artigo 7.º do TUE, em dezembro de 2014 o Conselho Assuntos Gerais decidiu estabelecer um diálogo político anual no seio do Conselho sobre a aplicação do Estado de Direito, com respeito pelos princípios da objetividade, não discriminação e igual tratamento entre os Estados.

O primeiro destes debates anuais teve lugar no Conselho Assuntos Gerais de novembro, tendo incluído uma discussão sobre o Estado de Direito na era digital e a identificação, por parte de cada Estado-membro, de um caso exemplar de salvaguarda dos princípios do Estado de Direito e de um caso mais “desafiante”. Portugal mencionou como boa prática as políticas nacionais de apoio à integração de migrantes, em particular o modelo “one stop shop”. Como desafio, salientou a forma como tem sido ultrapassada a impossibilidade legal de desagregação de dados estatísticos por etnia ou raça, por via do desenvolvimento de metodologias e veículos de diagnóstico alternativos para avaliação da integração das minorias.

Um segundo debate anual sobre o Estado de Direito está já agendado para o Conselho Assuntos Gerais de maio de 2016.

COMISSÃO EUROPEIA

A Comissão Europeia procurou ao longo de 2015 pôr em prática, sob a orientação do 1.º Vice-presidente Timmermans, um programa de racionalização legislativa, através da eliminação de dezenas de propostas legislativas obsoletas (o Programa de Trabalho Anual para 2015 previa a eliminação de 73 propostas pendentes), bem como da adoção do princípio “one in / one out” no exercício do seu direito de iniciativa legislativa.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

No âmbito mais lato do diálogo político com os Parlamentos Nacionais, lançado pela Comissão em 2006, o novo compromisso da Comissão Juncker de diálogo reforçado traduziu-se na realização, em 2015, de várias dezenas de visitas de Comissários aos Parlamentos Nacionais dos Estados-membros, em ações de comunicação. Neste contexto, estiveram presentes na Assembleia da República: o Comissário Stylianides (Ajuda humanitária e gestão de crises) em fevereiro, o Comissário Moscovici (Assuntos económicos e financeiros e fiscalidade) em março, o Comissário Hogan (Agricultura e desenvolvimento rural) em abril, 1.º Vice-presidente Timmermans (Qualidade da legislação, relações Interinstitucionais, Estado de Direito e direitos fundamentais) em maio e, em junho, o Vice-presidente Dombrovskis (Euro e diálogo social), o Comissário Avramopoulos (Migração e assuntos internos) e o Comissário Carlos Moedas (Investigação, ciência e inovação).

De destacar a importância do papel do Comissário português Carlos Moedas, que detém a pasta da investigação, ciência e inovação e gere um dos instrumentos mais importantes para a promoção do crescimento e emprego (objetivo primeiro do programa da Comissão e da Agenda Estratégica da UE), com um dos maiores orçamentos ao nível dos instrumentos financeiros da UE e apoiado numa forte estrutura institucional (duas das maiores Direções Gerais da Comissão Europeia). A investigação na área da saúde constituiu a prioridade em 2015, tendo sido lançadas iniciativas quer com EM, quer com países terceiros e instituições privadas.

A Comissão apresentou, no final de outubro, o seu Programa de Trabalho Anual para 2016, que define como prioridades principais: a crise dos refugiados e as migrações; a promoção do emprego e do crescimento económico, através do investimento e da consolidação do mercado único; o aprofundamento da União Económica e Monetária e o reforço da sua dimensão social; e a promoção de maior equidade fiscal. A apresentação do Programa de Trabalho Anual foi antecedida do envio aos colegisladores (Parlamento Europeu e Conselho), em inícios de setembro, da Carta



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

de intenções da Comissão para a programação legislativa anual, à qual as duas instituições responderam, veiculando as suas prioridades e preocupações.

Portugal apoiou globalmente as prioridades definidas no Programa de Trabalho da Comissão.

Acordo Interinstitucional “Legislar melhor”

A Comissão Juncker assumiu como uma das prioridades para o seu mandato melhorar o processo legislativo europeu, revendo-o à luz dos princípios da subsidiariedade e proporcionalidade. Em maio, adotou a Agenda “Legislar melhor”, um pacote de reformas para aperfeiçoar os procedimentos legislativos da União em termos de eficácia e transparência, com particular atenção ao impacto que a regulamentação tem na competitividade europeia (e sobretudo nas PME).

Uma das componentes desta agenda era o Acordo Interinstitucional “Legislar Melhor”, que foi acordado politicamente entre o Conselho, o Parlamento Europeu e a Comissão a 8 de dezembro, após meses de negociações. O novo instrumento regula a coordenação interinstitucional relativa ao planeamento anual e plurianual e procura monitorizar a eficácia, reduzir o excesso de regulamentação, aperfeiçoar a condução das avaliações de impacto legislativo, melhorar o processo de adoção de atos delegados e de execução e garantir maior transparência das negociações trilaterais.

Três questões ganharam particular relevância no contexto das negociações deste Acordo: a restauração da paridade entre Conselho e Parlamento Europeu no seu relacionamento com a Comissão, prevista nos Tratados mas de certa forma subvertida em 2010 com a assinatura do Acordo-Quadro entre o Parlamento Europeu e a Comissão (na altura rejeitado pelo Conselho); a clarificação do processo de adoção de atos delegados e de execução por parte da Comissão (que tem contribuído para um clima de desconfiança entre as instituições e para atrasos na adoção de legislação); e as condições em que são realizadas as avaliações de impacto (e por quem) sobre alterações substanciais às propostas da Comissão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Prosseguiram e concluíram-se os trabalhos destinados a completar a reforma do Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), segundo a proposta de alteração apresentada, em março de 2011, pelo Presidente daquela instituição. As propostas de alteração tinham essencialmente por objetivo tornar mais célere e eficaz o trabalho das jurisdições que compõem o TJUE (Tribunal de Justiça e Tribunal Geral, devendo as competências do atual Tribunal da Função Pública, a ser extinto em 1 de setembro de 2016, transitar para o Tribunal Geral), bem como dar resposta ao número crescente de processos que lhes são submetidos para decisão, designadamente na sequência do alargamento de competências.

As Presidências da Letónia e do Luxemburgo procuraram dinamizar o debate e propor soluções, a nível político e técnico, sobre a parte restante da proposta do Presidente do Tribunal de Justiça quanto ao Tribunal Geral, no sentido de duplicar o número de juízes, dos atuais 28 para 56 (com a adição de 28 juízes suplementares, um por cada Estado-membro), pondo de parte nesta fase a possibilidade de instituir tribunais especializados. Em novembro foi alcançado um acordo entre os Estados-membros e um compromisso com o Parlamento Europeu.

O acordo e o compromisso compõem-se essencialmente de duas vertentes. Por um lado, as competências e os cargos dos 7 juízes do Tribunal de Função Pública transitam para o Tribunal Geral em 1 de setembro de 2016. Por outro lado, os 28 juízes suplementares, a nomear para o Tribunal Geral entram progressivamente em funções em três fases: 12 juízes iniciam as funções no início de 2016; 7 juízes iniciam funções em 1 de setembro de 2016 (coincidindo com a data da extinção do Tribunal da Função Pública); os restantes 9 juízes iniciam funções a 1 de setembro de 2019.

Os Estados-membros implicados começaram a indicar, para apreciação do Comité do artigo 255.º do TFUE, os juízes do Tribunal Geral que devem entrar em funções em 2016, ou seja, 14 juízes da rotação normal trianual e 12 juízes suplementares da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

primeira fase acima referida. Portugal integra o grupo de EM da rotação normal, tendo-se iniciado o procedimento de seleção interna do novo juiz a nomear.

Além disso, adaptou-se o Estatuto do Tribunal de Justiça e concluiu-se a discussão do novo Regulamento de Processo do Tribunal Geral, que entrou em vigor em 1 de julho de 2015. Com este novo regulamento procede-se à atualização e simplificação de procedimentos e adapta-se a tramitação processual às circunstâncias e às tecnologias atuais, designadamente quanto a prazos, comunicações eletrónicas, organização das audiências, etc.

COMITÉ DAS REGIÕES

Encontra-se no Anexo I a lista dos representantes portugueses no Comité das Regiões – 12 efetivos e 12 suplentes – que iniciaram funções a 26 de janeiro para um mandato de 5 anos.

COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU

O Conselho da UE nomeou em setembro os atuais membros do Comité Económico e Social Europeu para um mandato de 5 anos. Os 12 membros efetivos de Portugal e a respetiva distribuição por grupos de interesses encontram-se no Anexo I.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

RELACIONAMENTO DO REINO UNIDO COM A UE

No mês de junho, o Primeiro-ministro britânico, David Cameron, apresentou pela primeira vez ao Conselho Europeu os seus planos em relação ao referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE. Em termos substantivos, não avançou propostas detalhadas, mas reconheceu que não seria exequível rever os Tratados a tempo do referendo – pretensão que até então publicamente considerara indispensável –, ambicionando agora obter garantias “juridicamente vinculativas” de que tais alterações aos Tratados viriam a ser concretizadas num futuro próximo.

As negociações formais tiveram início com a carta do Primeiro-ministro Cameron ao Presidente do Conselho Europeu, de 10 de novembro de 2015, onde foram enunciados os objetivos britânicos em cada um dos quatro capítulos negociais: governação económica; competitividade; soberania; benefícios sociais e livre circulação. Ainda em novembro, o Presidente do Conselho Europeu (com os Serviços Jurídicos das instituições) fez uma ronda de consultas bilaterais com os Estados-membros para avaliar a margem negocial relativamente às pretensões britânicas. A 7 de dezembro, o Presidente Tusk circulou uma carta em que fazia um ponto de situação do estado das negociações. Concluiu-se não existir ainda margem para se alcançar um acordo no Conselho Europeu de dezembro, tendo a negociação sido prolongada para o primeiro semestre de 2016.

Portugal manifestou uma posição de princípio favorável à permanência do Reino Unido na UE. Com este pressuposto, revelou disponibilidade para acomodar a situação deste EM, de preferência sem revisão dos Tratados, e abertura relativamente ao pacote negocial, na condição de o resultado não vir a afetar o funcionamento e princípios fundamentais da União como a não discriminação e a liberdade de circulação.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

FUNCIONÁRIOS

A colocação de funcionários portugueses nas instituições e organismos da UE continuou a ser uma aposta estratégica para Portugal. Mantiveram-se as ações de apoio aos candidatos portugueses àqueles lugares, incluindo a colocação de Peritos Nacionais Destacados (PND) que, em 2015, foram oito funcionários da administração pública portuguesa.

No que respeita ao Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), duas diplomatas portuguesas assumiram funções: na Delegação em Angola (chefe de secção política) e na divisão da América Central/Caraíbas (“desk officer”).

De referir que outras quatro delegações da União Europeia foram, em 2015, chefiadas por funcionários de nacionalidade portuguesa: Nova Iorque (ONU), Cidade da Praia (Cabo Verde), Bissau (Guiné-Bissau), e Niamey (Níger), para além da chefia adjunta da Delegação da UE na África do Sul.

Portugal colocou ainda no SEAE duas PND oriundas do MNE: conselheira política na Delegação em Moçambique e “desk officer” na divisão de política de segurança.

Procurou-se continuar melhorar os procedimentos relativos à divulgação da informação revelante e à preparação dos processos de candidatura, com vista a promover uma participação qualificada de Portugal no SEAE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO II

ALARGAMENTO

A orientação dada pela Comissão Juncker de que não haveria adesões nos cinco anos do seu mandato ditou uma nova estratégia no que toca ao Alargamento. Esta, pretende ter um impacto a médio e longo prazo e mais focada nos avanços de cada candidato. Contudo, a necessidade de um reforço da relação estratégica com a Turquia, na sequência da grave crise migratória, levou à dinamização das negociações de adesão e à abertura de um novo capítulo negocial. Os avanços feitos pela Sérvia conduziram também à abertura dos primeiros capítulos negociais.

Continuamos a considerar que o processo de Alargamento, desde que baseado nos méritos de cada candidato e numa condicionalidade equitativa e rigorosa, permanece crucial para dar resposta aos múltiplos desafios que se colocam hoje à Europa e para manter a dinâmica de reformas nos países candidatos, imprescindível à sua integração no projeto europeu.

A Comissão apresentou este ano o chamado “Pacote Alargamento” num formato diferente, do qual se destaca uma estratégia, não de carácter anual, mas de médio prazo, destinada a cobrir todo o mandato Juncker que expirará em 2019 e durante o qual, indicou, não haverá lugar a qualquer adesão à UE.

Os habituais relatórios de progresso apresentados pela Comissão sobre os países candidatos – Turquia, Montenegro, Sérvia, Antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM) e Albânia – e potenciais candidatos – Kosovo e Bósnia e Herzegovina – mantiveram o seu carácter anual, mas foi alterada a respetiva abordagem, de forma a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

focá-la nos chamados pilares fundamentais do Alargamento³ que constituem os principais desafios comuns a todos estes países, permitindo, assim, que tenha lugar um retrato claro sobre a preparação e avanços de cada país no cumprimento das suas obrigações de adesão ou de aproximação à UE.

As conclusões adotadas pelo Conselho Assuntos Gerais de dezembro confirmaram os esforços feitos pela Sérvia na sua integração e a abertura dos primeiros capítulos negociais, nomeadamente o capítulo 32 (Controlo Financeiro) e 35 (Normalização das Relações entre a Sérvia e o Kosovo) na Conferência Intergovernamental de 14 de dezembro, dando assim um sinal positivo às autoridades sérvias que considerávamos ser fundamental.

Os desafios face à crise migratória e à luta contra o terrorismo exigiram uma resposta concertada entre a UE e a Turquia e uma cooperação reforçada nos assuntos de interesse mútuo que espelhasse, de forma adequada, a sua relação estratégica no plano político e económico.

Assim, o Conselho Europeu extraordinário de 23 de abril comprometeu-se com o reforço da cooperação existente e o Conselho Europeu de 16 de outubro acordou as bases de um Plano de Ação para a questão das migrações, bem como a dinamização das negociações de adesão. A Cimeira Informal de Chefes de Estado ou de Governo da UE, realizada em Malta, em 12 de novembro, debateu igualmente as linhas gerais sobre o relacionamento futuro com este país.

Neste contexto, realizou-se em 29 de novembro a primeira Cimeira UE/Turquia, tendo sido acordada uma Declaração, que consubstancia um compromisso político (e não jurídico) e elenca os domínios em que a cooperação UE/Turquia será aprofundada: i) reforço do diálogo político, com a realização de cimeiras semestrais,

³ Estes pilares já foram acordados em exercícios prévios e abrangem: o Estado de Direito e Direitos Fundamentais (funcionamento do sistema judiciário, corrupção, crime organizado e liberdade de expressão); a governação económica (critério económico, economia mercado, planos de reforma económica); e a reforma da administração pública.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

com o formato que se julgar adequado; ii) reativação das negociações de adesão; iii) avanço no roteiro para a liberalização de vistos, agendado para outubro de 2016; iv) concessão de um pacote financeiro, no qual a UE se compromete a fornecer recursos suplementares num valor inicial de três mil milhões de euros; v) e reforço da relação económica e comercial, com a revisão da União Aduaneira e aprofundamento da parceria energética.

O referido pacote financeiro de três mil milhões de euros será concedido através de um mecanismo designado “Facility for Refugee in Turkey”, sendo que mil milhões virão do Orçamento Geral da UE e o restante dos EM, estando previsto caber a Portugal uma contribuição bilateral de cerca de 24 milhões de euros.

As conclusões adotadas no Conselho Assuntos Gerais de dezembro realçam este papel estratégico da Turquia e a necessária dinamização das negociações de adesão, nomeadamente a abertura do capítulo 17 (Política Económica e Monetária) na Conferência Intergovernamental de dia 14 de dezembro, avanços que há muito eram defendidos por Portugal. Sem prejuízo desta avaliação positiva, são todavia salientadas as preocupações com as fragilidades da Turquia nos domínios do Estado de Direito e dos Direitos Fundamentais e a necessidade de este país se empenhar em manter relações de boa vizinhança e na resolução pacífica dos litígios existentes, nomeadamente com Chipre.

Relativamente às negociações de adesão encetadas em 2012 com o Montenegro, estas têm avançado a bom ritmo, tendo já sido abertos 22 dos 35 capítulos negociais. Apesar desta avaliação positiva feita pela Comissão, com a qual concordámos, serão ainda necessários progressos adicionais para melhorar o seu sistema judiciário, em particular no que toca ao “track-record” em matéria de corrupção e luta contra o crime organizado, de forma a manter no futuro esta mesma cadência.

Continuamos a defender o processo de Alargamento e uma perspetiva europeia para os Balcãs Ocidentais, no quadro de uma condicionalidade equitativa e rigorosa e do



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

princípio dos méritos próprios de cada candidato. Defendemos que o Alargamento constitui uma política fundamental da UE e um importante instrumento para promover sociedades mais justas, estáveis e democráticas, nos países candidatos ou potenciais candidatos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO III

SEMESTRE EUROPEU

A recuperação económica prosseguiu em 2015, embora com um ligeiro abrandamento do crescimento da economia mundial quando comparado com 2014.

O Semestre Europeu manteve como prioridade a concretização de medidas favoráveis ao crescimento e à criação de emprego, no quadro da estratégia definida para a política económica e social da UE assente nos três pilares: relançar o investimento, prosseguir as reformas estruturais e implementar políticas orçamentais responsáveis.

De referir, no contexto da promoção do investimento, os progressos na operacionalização do “Plano Juncker”, que está a atingir o pleno funcionamento. Portugal está a promover a participação, havendo acordos assinados com três entidades bancárias nacionais para apoio ao financiamento a PME.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E EMPREGO

Enquadramento Económico Internacional

Em 2015, assistiu-se a um abrandamento do crescimento da economia mundial para 3,0% (3,3% em 2014) devido a uma desaceleração dos países emergentes e em desenvolvimento (especialmente da China, do Brasil e da Rússia, tendo estes dois últimos registado uma recessão), com destaque para um forte recuo das trocas comerciais deste conjunto de países, especialmente em importações de bens e serviços. O enfraquecimento económico dos países emergentes deveu-se sobretudo à redução acentuada do preço das matérias-primas, nomeadamente do petróleo, em acumulação com a persistência de tensões geopolíticas no caso da Rússia e de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

questões de política interna no caso do Brasil. O abrandamento da economia da China resultou do prosseguimento do ajustamento e correção de estrangulamentos estruturais e de desequilíbrios internos e externos. Já relativamente às economias avançadas, assistiu-se a uma ligeira melhoria do seu desempenho, sobretudo em resultado da evolução na União Europeia, visto que se registou uma estabilização do crescimento dos EUA e uma ténue melhoria do Japão, mantendo-se, no entanto, quase estagnada.

Quanto à taxa de inflação, manteve-se baixa para generalidade das economias avançadas, tendo registado um valor próximo de zero (1,4% em 2014), o que contrasta com uma aceleração para 5,5% em 2015 para o conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento (5,1% em 2014) com destaque para a continuação de taxas elevadas em alguns países, como a Rússia, Argentina, Brasil e Indonésia. Tanto nos EUA como na área do euro, a taxa de inflação média anual diminuiu em 2015, para 0,1% e 0,0%, respetivamente (1,6% e 0,4%, respetivamente, em 2014), refletindo sobretudo a descida dos preços de energia. De facto, o preço do petróleo Brent apresentou uma forte quebra, tendo diminuído para 54 USD/bbl (48 €/bbl), em média, em 2015 (100 USD/bbl e 75€/bbl, em 2014), o nível mais baixo desde 2005, devido à existência de uma oferta excedentária associada, em parte, ao abrandamento do comércio mundial e económico de alguns países emergentes e à expectativa de um aumento da produção do Irão.

Nos Estados Unidos, o PIB registou um crescimento real de 2,4% em 2015 (idêntico ao de 2014) mas, enquanto se assistiu a um aumento do contributo positivo da procura interna para o crescimento, o contributo das exportações líquidas tornou-se mais negativo. Assim, houve um reforço do consumo e investimento privado no segmento da habitação e uma recuperação do consumo e investimento público conjugado com um abrandamento do investimento privado não residencial (associado à quebra no setor energético em linha com a queda do preço do petróleo) e por uma desaceleração das exportações associada à apreciação do dólar e ao



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

enfraquecimento da economia mundial. O mercado de trabalho manteve-se dinâmico, tendo a taxa de desemprego descido para 5,0% em dezembro de 2015 (5,6% em 2014).

Na sequência da crise financeira internacional e da crise das dívidas soberanas, o ritmo de recuperação na área do euro tem sido relativamente lento e gradual, tendo o PIB registado um aumento médio de 1,5% em termos homólogos reais no ano de 2015 (0,9% no ano de 2014). Num contexto de elevado endividamento público e privado, que prevalece em alguns países da zona euro, o investimento privado não apresentou ainda um crescimento robusto, pelo que a melhoria do mercado de trabalho foi apenas gradual. No conjunto dos três primeiros trimestres de 2015, o emprego na área do euro aumentou, em média, 1,0% em termos homólogos (0,6% no ano de 2014) e a taxa de desemprego desceu para 10,4%, em dezembro de 2015 (11,4% no final de 2014).

Num contexto de pressões inflacionistas contidas e de uma taxa de utilização da capacidade produtiva ainda baixa na generalidade das economias avançadas, a política monetária da maioria dos países caracterizou-se por uma orientação acomodatória em 2015, especialmente para a área do euro. O Banco Central Europeu continuou a tomar medidas não convencionais de política monetária, tendo em vista proporcionar uma maior liquidez aos bancos e, deste modo, facilitar o financiamento à economia. Assim, no início de 2015, no quadro de um aumento dos estímulos monetários “quantitative easing”, o BCE anunciou o lançamento de um programa alargado de aquisição de ativos⁴.

Para além da utilização de instrumentos não convencionais, o Conselho do Banco Central Europeu manteve ao longo do ano as principais taxas de referência mas, em dezembro, decidiu reduzir a taxa de juro aplicável à facilidade permanente de

⁴ O programa foi lançado em março, incluindo os programas existentes de compra de dívida titularizada, obrigações colateralizadas e títulos governamentais, de agências e de instituições, totalizando 60 mil milhões de euros de compras mensais no mercado secundário; deverá prolongar-se até março de 2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

depósito em 10 pontos base (para -0,30%), permanecendo inalteradas as taxas de juro aplicáveis às operações principais de refinanciamento em 0,05% e à facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,30%. Também os Bancos Centrais do Reino Unido e do Japão mantiveram, em 2015, as taxas de juro diretoras ao nível de final de 2009, ou seja, próximas de zero.

Pelo contrário, nos EUA foi iniciada no final do ano a normalização da política monetária, demonstrando a divergência de orientação entre ambos os lados do Atlântico. A Reserva Federal subiu as taxas de juro federais ("Fed Funds"), para o intervalo entre 0,25% e 0,50%, em meados de dezembro (entre 0% e 0,25% anteriormente).

Assim, enquanto as taxas de juro de curto prazo na área do euro desceram ao longo do ano, renovando níveis historicamente baixos, com a Euribor a 3 meses a situar-se em média num valor nulo, em 2015 (0,21% no ano de 2014), nos EUA as taxas de juro de curto prazo prosseguiram o movimento ascendente, tendo a Libor subido para 0,32% (0,23%, em média, em 2014). O euro face ao dólar seguiu uma trajetória marcadamente descendente ao longo de 2015 atingindo, no final do ano 1,09, tendo-se depreciado 10,3% face ao final do ano de 2014 (1,21). Finalmente, os índices bolsistas internacionais recuperaram no último trimestre de 2015, traduzindo o prosseguimento de uma política monetária acomodatória quer por parte do BCE, quer por parte do banco central da China⁵.

Situação Económica Nacional

De acordo com a estimativa rápida do INE, o PIB registou, em termos homólogos, um aumento de 1,5% em volume em 2015 (+0,9% no ano anterior).

⁵ No verão de 2015, o índice bolsista de Shangai registou perdas muito acentuadas, com repercussões nas restantes bolsas asiáticas, a qual foi acompanhada pelo aumento dos fluxos de capitais para o exterior, pela desvalorização da moeda chinesa yuan, pela escassez de liquidez no sistema bancário e pela rápida desaceleração do crescimento da economia. Perante esse enquadramento, as autoridades chinesas intervieram no mercado através da limitação da venda de ações por investidores qualificados, da suspensão da transações de numerosas empresas chinesas cotadas, da autorização de compra de ações por fundos de pensões e da criação de novos estímulos à economia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Em termos desagregados, os dados divulgados pelo INE até ao 3º trimestre indicam que a economia portuguesa cresceu, em termos reais, 1,5% nesse período, face ao período homólogo de 2014 (1,6% até junho de 2015), uma aceleração de 0,5 p.p. face ao registado em igual período do ano anterior. Este valor compara com a projeção de 1,6% apresentada no Programa de Estabilidade (PE) divulgado em abril. A desaceleração da atividade económica registada no terceiro trimestre de 2015 é explicada por uma quebra do contributo positivo da procura interna, nomeadamente do consumo privado e investimento (FBCF), não obstante um contributo mais favorável da procura externa líquida.

Quadro 1. Despesa Nacional
(VH, %)

	2013	2014	2014				2015			
			I	II	III	IV	I	II	III	I-III¹
PIB e Componentes da Despesa (Taxa de crescimento homólogo real, %)										
PIB	-1.1	0.9	1.0	0.9	1.2	0.6	1.6	1.6	1.4	1.5
Consumo Privado	-1.2	2.2	2.3	1.9	2.9	2.0	2.5	3.2	2.3	2.7
Consumo Público	-2.0	-0.5	-0.4	-0.3	0.1	-1.3	-0.5	0.6	0.4	0.2
Investimento (FBCF)	-5.1	2.8	0.2	4.8	3.5	2.8	8.7	5.3	2.3	5.4
Exportações de Bens e Serviços	7.0	3.9	4.1	2.2	3.8	5.7	7.0	7.3	3.8	6.0
Importações de Bens e Serviços	4.7	7.2	9.9	4.6	6.0	8.5	7.1	12.0	5.1	8.0
Contributos para o crescimento do PIB (pontos percentuais)										
Procura Interna	-2.0	2.2	3.2	1.8	2.1	1.7	1.7	3.5	2.0	2.4
Procura Externa Líquida	0.8	-1.3	-2.2	-1.0	-0.9	-1.1	-0.1	-2.0	-0.6	-0.9
Evolução dos Preços										
Deflator do PIB	2.3	1.0	1.6	1.1	0.5	0.7	1.2	1.8	2.2	1.7
IPC	0.3	-0.3	-0.1	-0.3	-0.5	-0.1	-0.1	0.7	0.8	0.5
Evolução do Mercado de Trabalho										
Emprego	-2.9	1.4	1.6	1.6	1.8	0.7	1.5	1.9	0.3	1.2
Taxa de Desemprego (%)	16.2	13.9	15.1	13.9	13.1	13.5	13.7	11.9	11.9	12.5
Produtividade aparente do trabalho	1.8	-0.5	-0.6	-0.7	-0.6	-0.1	0.1	-0.3	1.1	0.2
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (em % do PIB)										
Capacidade/Necessidade líquida de financiamento face ao exterior	2.3	1.7	-0.5	0.5	4.9	1.8	0.1	-1.8	4.9	1.1
- Saldo da Balança Corrente	0.7	0.3	-1.9	-0.8	3.3	0.3	-0.9	-3.0	4.0	0.0
da qual Saldo da Balança de Bens e Serviços	1.0	0.4	-1.6	0.9	2.6	-0.6	-0.5	-0.1	3.5	1.0
- Saldo da Balança de Capital	1.6	1.4	1.3	1.3	1.6	1.5	1.0	1.3	1.0	1.1

¹ Taxa de variação homóloga registada na soma dos três primeiros trimestres.

Fonte: INE

Os primeiros nove meses de 2015 foram marcados pelo crescimento da FBCF, com uma taxa de crescimento médio de 5,4%, que compara com 2,8% nos nove primeiros meses de 2014. Este comportamento é explicado pelo aumento do investimento em equipamento de transporte, com um crescimento de 31,9% (18,7% em igual período de 2014), outras máquinas e equipamento (+6,3%) e também da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

construção (+4,2%). A dinâmica da componente de outras máquinas e equipamento reflete a evolução da taxa de utilização da capacidade produtiva na indústria que, em 2015, se fixou em 77,7% (75,6% em 2014), convergindo para a média de longo prazo.

Também o consumo privado se mostrou robusto, crescendo 2,7% nos primeiros nove meses de 2015 (2,3% em igual período de 2014). O consumo de bens correntes, que equivale a cerca de 90% deste agregado, registou uma variação anual de 1,8% (+0,4 p.p. face ao observado entre janeiro e setembro de 2014), explicado por uma aceleração do consumo de bens alimentares e de bens correntes não alimentares e serviços (+1,1% e 2,7%, respetivamente). Por outro lado, o consumo de bens duradouros registou um aumento homólogo de 12,8% (-2,3 p.p. se comparado com igual período de 2014). Esta desaceleração é explicada pelo abrandamento registado na componente automóvel (-7,7 p.p.), bem como na aquisição de outros bens duradouros (-1,5 p.p.).

Quadro 2. Mercado de Trabalho
(VH, %)

	2013	2014	2015	2014				2015			
				I	II	III	IV	I	II	III	IV
População ativa (tvh, %)	-1.8	-1.1	-0.6	-1.3	-0.9	-0.7	-1.6	-0.5	-0.8	-1.1	0.1
Taxa de participação	59.3	58.8	58.6	58.7	59.0	59.2	58.5	58.5	58.6	58.6	58.6
Emprego total (tvh, %)	-2.6	1.6	1.1	1.7	2.0	2.1	0.5	1.1	1.5	0.2	1.6
Taxa de desemprego	16.2	13.9	12.4	15.1	13.9	13.1	13.5	13.7	11.9	11.9	12.2
Desemprego de longa duração (%)	62.1	65.5	63.5	63.6	67.4	66.9	64.5	64.5	64.0	63.2	62.3
Taxa de desemprego jovem (15-24)	38.1	34.8	31.9	37.5	35.6	32.2	34.0	34.4	29.8	30.8	32.7

Fonte: INE

A evolução do mercado de trabalho no ano de 2015, quando comparada com o ano precedente, caracteriza-se por uma desaceleração do crescimento da população empregada (de 1,6% para 1,1%), bem como um menor decréscimo da população desempregada (de 15,1% para 11%). A evolução do emprego foi penalizada por um contributo inferior do emprego nos serviços (+1,4 p.p. vis-à-vis 2,5 p.p. no período homólogo), não obstante uma relativa estabilização do emprego na construção (um contributo nulo que contrasta com -0,3 p.p. até dezembro de 2014).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Por tipo de contrato, destaque para a desaceleração da criação líquida de emprego para trabalhadores por conta de outrem com contratos sem termo (crescimento homólogo de 2,1% que compara com 4,4%). Refira-se, ainda, a quebra no número de trabalhadores por conta própria de -5,7% (-8,3% no ano precedente). A evolução combinada da população empregada e da população desempregada traduziu-se numa redução homóloga da população ativa de 0,6% entre janeiro e dezembro de 2015. A taxa de participação situou-se nos 58,6%, inferior aos 58,8% registados em 2014.

De acordo com o Inquérito ao Emprego do INE, no quarto trimestre de 2015 a taxa de desemprego situou-se nos 12,2%, 0,3 p.p. superior à do trimestre precedente e 1,3 p.p. inferior ao registado no quarto trimestre de 2014. A população desempregada foi estimada em 633,9 mil pessoas (-9,2% em termos homólogos). De acordo com o IEFP, no final de 2015, encontravam-se inscritos cerca de 555 mil desempregados nos centros de emprego.

Quadro 3. Evolução dos Preços
(VH, %)

	2013	2014	2015	2014				2015			
				I	II	III	IV	I	II	III	IV
IPC Total	0.3	-0.3	0.5	-0.1	-0.3	-0.5	-0.1	-0.1	0.7	0.8	0.6
Bens	0.0	-1.1	-0.1	-0.7	-1.1	-1.6	-0.9	-0.9	0.4	0.4	-0.1
Alimentares	2.6	-2.1	1.9	0.0	-3.3	-4.5	-0.3	0.2	3.0	3.1	1.4
Energéticos	-0.7	-1.4	-3.6	-1.4	0.1	-0.8	-3.4	-5.7	-1.8	-3.6	-3.2
Serviços	0.7	0.8	1.3	0.6	0.7	1.0	1.0	1.1	1.2	1.4	1.5
IPC Subjacente	0.2	0.1	0.7	0.0	0.0	0.0	0.2	0.4	0.6	0.8	0.8
IHPC Portugal	0.4	-0.2	0.5	-0.1	-0.2	-0.3	0.0	0.0	0.7	0.8	0.5
IHPC área do euro	1.3	0.4	0.0	0.6	0.6	0.4	0.2	-0.3	0.2	0.1	0.2
Diferencial (p.p.)	-0.9	-0.6	0.5	-0.8	-0.8	-0.6	-0.2	0.3	0.5	0.7	0.4

Fonte: INE

Em 2015, a taxa de variação homóloga média do Índice de Preços no Consumidor (IPC) situou-se em 0,5%, enquanto o IPC subjacente (que exclui as componentes energética e de alimentos não processados) apresentou uma variação de 0,2 p.p. superior (0,7%). Estes resultados representam uma aceleração de 0,8 p.p. e 0,6



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

p.p., respetivamente, face ao assinalado em 2014, marcando uma inversão na tendência de redução dos preços. De destacar o comportamento divergente das componentes dos bens e dos serviços, cuja taxas de variação média homóloga, em igual período, se fixaram nos -0,1% e 1,3%, respetivamente.

Também em 2015, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) cresceu a um ritmo superior ao verificado nos países da área do euro, com um diferencial médio de 0,5 p.p. (0,5% e 0%, respetivamente). Contudo, excluindo o contributo da componente de bens energéticos, o crescimento do IHPC em Portugal foi inferior em 0,1 p.p. ao registado pelo conjunto dos países da área do euro (0,8% e 0,9%, respetivamente).

Quadro 4. Indicadores de Competitividade
(VH, %)

	2013	2014	2014				2015			
			I	II	III	IV	I	II	III	I-III
Custos de Trab. por Unidade Produzida	1.8	-0.9	-1.9	3.1	0.8	-5.1	0.4	-0.1	-3.4	-1.0
Produtividade aparente do trabalho	1.8	-0.5	-0.8	-0.5	-0.4	-0.4	0.1	-0.4	1.2	0.3
Remunerações por trabalhador	3.6	-1.4	-2.6	2.7	0.4	-5.5	0.5	-0.5	-2.2	-0.7
Setor Público	12.7	-0.4	-5.1	13.3	6.5	-14.4	4.7	0.9	-8.1	-0.9
Setor Privado	0.7	-0.9	-0.9	-0.3	-0.8	-1.5	-0.4	-0.4	0.1	-0.2
Termos de Troca (Bens e Serviços)	1.7	1.5	1.6	1.4	1.2	1.7	3.4	2.5	3.8	3.2
Bens	1.7	1.3	1.8	1.4	0.5	1.5	2.9	2.3	3.9	3.0
Serviços	0.2	0.2	-1.5	-0.6	1.6	1.3	1.9	0.6	0.0	0.8
Taxa de Câmbio real efetiva *	0.3	-0.5	0.8	0.3	-1.3	-1.7	-3.6	-3.9	-1.5	-3.0
Área Euro *	3.5	0.8	4.4	2.9	-1.3	-2.7	-8.4	-10.0	-4.7	-7.7

Fontes: INE, DGEcFin

Após uma contração de 0,5% da produtividade aparente do fator trabalho em 2014, os primeiros nove meses de 2015 foram marcados por um aumento deste indicador (0,3%), resultante de um crescimento do emprego inferior ao registado pelo PIB. As remunerações por trabalhador caíram 0,7%, particularmente entre os trabalhadores do setor público (-0,9%, face a -0,2% no privado). No seu conjunto, estes efeitos resultaram numa redução dos custos de trabalho por unidade produzida (CTUP) de 1% face ao período homólogo, valor que compara com o aumento de 0,7% nos primeiros nove meses de 2014.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

O ano de 2015 foi marcado por uma continuada depreciação da taxa de câmbio real efetiva, embora a um ritmo inferior ao registado na área do euro. O comportamento da taxa de câmbio real efetiva é uma pressão positiva para a competitividade-preço das exportações nacionais.

Por último, nos primeiros três trimestres de 2015, verificou-se uma melhoria significativa dos termos de troca (+3,2%), mantendo a tendência traçada desde inícios de 2012. Este comportamento foi visível sobretudo nos termos de troca dos bens, que por sua vez reflete a forte quebra registada no deflator da importação de bens (-4,9%), compensado apenas em parte pela diminuição do deflator das exportações de bens (-2%). Já o ganho de termos de troca dos serviços foi mais modesto, com o diferencial dos dois deflatores a situar-se no 0,8 p.p..

SEMESTRE EUROPEU 2015

O Semestre Europeu 2015 manteve como prioridade a concretização das medidas favoráveis ao crescimento e à criação de emprego, bem como o aprofundamento da União Económica e Monetária. O exercício foi lançado em novembro de 2014 com a publicação da Comunicação sobre a Análise Anual do Crescimento da Comissão Europeia, na qual foram estabelecidas três áreas-chave para a política económica da União em 2015:

- O investimento, com uma ação reforçada e coordenada;
- As reformas estruturais, com a renovação do compromisso para a sua implementação;
- A política orçamental, continuando a incentivar uma política responsável, à luz das fragilidades ainda patentes em muito Estados-membros.

A comunicação e os documentos que a acompanhavam – o relatório sobre o mecanismo de alerta dos desequilíbrios macroeconómicos e o relatório conjunto sobre o emprego – foram objeto de análise detalhada com vista a avaliar a execução da Estratégia Europa 2020 e a preparar as orientações do Conselho Europeu, conforme o ciclo anual do Semestre Europeu.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Em fevereiro, o Conselho adotou conclusões neste contexto, sendo de destacar o reconhecimento da necessidade de se implementar os objetivos do Plano de Investimento para a Europa (“Plano Juncker”) e o apelo à urgência de estimular o investimento para se alicerçar a recuperação económica da União Europeia no seu todo e em cada um dos seus EM. Portugal apoiou as conclusões do Conselho.

No relatório sobre o mecanismo de alerta dos desequilíbrios macroeconómicos a Comissão Europeia identificou 16 EM (Alemanha, Bélgica, Bulgária, Croácia, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Países Baixos, Hungria, Irlanda, Itália, Portugal, Reino Unido, Roménia e Suécia) para os quais deveria haver análises mais profundas no sentido de se identificar as origens e tendências dos desequilíbrios presentes nesses EM. Portugal e a Roménia foram sujeitos pela primeira vez a este procedimento, uma vez que terminaram os seus programas de assistência.

Estas análises aprofundadas foram divulgadas em fevereiro, desta vez integradas nos relatórios por país cuja apresentação foi antecipada permitindo dispor de avaliações económicas mais completas e atempadas. O Conselho debateu estes relatórios em março. Em relação a Portugal, a avaliação da Comissão considerou que, apesar de melhorias a nível do ajustamento económico e da implementação de reformas estruturais, subsistiam riscos consideráveis, nomeadamente em relação aos níveis de endividamento e na área social.

O Conselho Europeu da primavera debateu a situação económica na UE e a implementação das reformas estruturais empreendidas pelos EM, com base nas conclusões do Conselho e nas avaliações apresentadas pela Comissão nos relatórios por país, tendo em vista fornecer orientações para a elaboração dos Programas Nacionais de Reformas (PNR) e dos Programas de Estabilidade ou de Convergência.

No seguimento das habituais rondas de reuniões bilaterais, que se realizaram em dezembro de 2014 e março de 2015 no quadro do diálogo regular estruturado instituído com os EM, Portugal enviou em abril à Comissão Europeia o seu PNR. As



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

medidas contidas no documento foram alinhadas com as recomendações da Comissão Europeia e com os objetivos da Estratégia Europa 2020.

A elaboração do PNR contou com uma participação abrangente envolvendo não só as estruturas da Administração Central, como também as Regiões Autónomas, o Conselho Económico e Social, os partidos políticos com assento parlamentar, a Associação Nacional de Municípios e as Áreas Metropolitanas. Os trabalhos foram articulados e em coerência com o Programa de Estabilidade, que foi elaborado em paralelo.

Em maio, na sequência da apresentação pela Comissão Europeia das análises aprofundadas, o Conselho adotou conclusões, validando as indicações relativas à existência de desequilíbrios excessivos na Bulgária, França, Itália e Portugal e de desequilíbrios que necessitam de ação política determinada e monitorização específica na Irlanda, Espanha e Eslovénia. As recomendações relativas aos países que apresentam desequilíbrios excessivos foram integradas no pacote das recomendações específicas para cada EM, não tendo sido necessário originar um procedimento por desequilíbrios macroeconómicos excessivos.

O Conselho Europeu de junho encerrou o Semestre Europeu de 2015 com a aprovação, em termos gerais, das recomendações específicas por país e um apelo à sua aplicação.

Relativamente a Portugal, concordámos com as recomendações específicas aprovadas que incidiram sobre:

- A correção do défice excessivo, o ajustamento orçamental para 2016 e a sustentabilidade do sistema de pensões;
- O mercado de trabalho e a melhoria da eficiência dos serviços públicos de emprego;
- A correção do nível de endividamento das empresas e a sustentabilidade financeira das empresas públicas;
- A melhoria da eficiência da administração fiscal;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

- A cobertura da proteção social;
- As medidas que dizem respeito às concessões, nomeadamente no setor dos transportes, e às parcerias público-privadas.

Relativamente à área do euro, as recomendações foram orientadas para a promoção do crescimento económico, da convergência e do investimento, através da implementação de reformas estruturais, da melhoria da sustentabilidade das finanças públicas, do aumento da resiliência do sistema bancário e do desenvolvimento das propostas enunciadas no “Relatório dos Cinco Presidentes” sobre o aprofundamento da UEM (ver Título IV, Capítulo 1). Portugal concordou com estas recomendações.

O Conselho Europeu de junho saudou ainda o acordo alcançado sobre o regulamento relativo à criação do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE)⁶, instrumento central do “Plano Juncker”, e apelou à sua rápida implementação. Este regulamento estabelece a governação e as principais características do Fundo que funciona em parceria com o BEI. O “Plano Juncker”, lançado no final de 2014 com o apoio do Conselho Europeu, prevê a mobilização de pelo menos 315 mil milhões de euros de investimento privado e público em toda a UE orientado especialmente para dar resposta a falhas de mercado, catalisando financiamento privado para projetos viáveis que de outra forma não conseguiriam atrair investidores.

Portugal apoiou fortemente o lançamento deste Plano, estando a promover a participação como forma de potenciar a captação de financiamento privado. Não existem ainda projetos aprovados, mas registam-se três acordos assinados, entre junho e setembro de 2015, no quadro do programa InnovFin⁷, com entidades bancárias nacionais para apoio ao financiamento a PME. O valor total deste financiamento no âmbito do FEIE ascende a 42 milhões de euros, devendo ajudar à concretização adicional de investimento no montante de 588 milhões de euros e beneficiando algumas centenas de PME e “start-up”.

⁶ Regulamento (UE) 2015/1017 do PE e do Conselho, de 25 de junho de 2015.

⁷ Instrumento financeiro de garantia de empréstimo da UE para PME inovadoras.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

LANÇAMENTO DO SEMESTRE EUROPEU 2016

Em novembro, iniciou-se o ciclo de 2016, com a publicação da Comunicação sobre a Análise Anual do Crescimento 2016. A Comissão mantém válidas as linhas de 2015, reforçando as ideias de estímulo ao investimento, de necessidade de continuar a implementação de reformas estruturais e do desenvolvimento de políticas orçamentais responsáveis. A Comissão realça igualmente a importância de uma maior convergência no seio da área do euro. Portugal concordou com as prioridades traçadas para 2016.

Neste novo ciclo foi antecipada a aprovação das recomendações sobre a situação económica da área do euro, que normalmente se dava aquando da aprovação das recomendações específicas para cada EM, com o objetivo de estes tomarem em conta estas recomendações na elaboração dos seus PNR e nos Programas de Estabilidade ou de Convergência. Para 2016, as recomendações incidem sobre:

- Políticas de apoio ao crescimento económico, à convergência entre os EM, à correção dos desequilíbrios macroeconómicos e à melhoria da capacidade de ajustamento orçamental;
- Implementação de reformas estruturais no âmbito do mercado de trabalho, políticas ativas de emprego e políticas sociais neste domínio;
- Política orçamental da área do euro;
- Implementação de políticas para aumentar a resiliência do setor financeiro;
- Aprofundamento da UEM.

Em dezembro, Portugal teve uma primeira reunião bilateral já no âmbito da preparação do Semestre Europeu 2016. Nesta reunião foram abordadas questões transversais relativas ao compromisso nacional quanto ao cumprimento das obrigações e regras da UE e da área euro, e às reformas estruturais em Portugal, incluindo a respetiva avaliação e calendarização. Foram também abordadas questões de natureza setorial, como as reformas no mercado de trabalho e a situação dos jovens, o reforço da transparência em especial no processo de reformas do setor



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

judicial e nos contratos de concessão e parcerias público-privadas e questões ligadas à inovação e à transferência de tecnologia.

Paralelamente, Portugal transmitiu à Comissão um ponto de situação sobre a implementação das recomendações específicas dirigidas a Portugal em 2015, bem como sobre as metas subscritas por Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020 – ver adiante quadro sobre o ponto de situação das metas.

MELHORIA DO SEMESTRE EUROPEU

Em outubro, o Conselho debateu o aperfeiçoamento da implementação do Semestre Europeu, resultando na publicação por parte da Comissão de uma comunicação sobre a renovação do Semestre Europeu, no quadro das propostas relativas à operacionalização da primeira fase do processo de aprofundamento da UEM estabelecido no “Relatório dos Cinco Presidentes”. Destacam-se medidas como: dar um papel mais central às recomendações para a área do euro (o que levou à sua apresentação antecipada face a ciclos anteriores), dar maior ênfase às características sociais dos EM, permitir um melhor acompanhamento da implementação das recomendações específicas e ter um maior envolvimento dos parceiros sociais nas diferentes fases do Semestre Europeu, nomeadamente no que diz respeito à elaboração do Programa Nacional de Reformas.

Portugal concordou com esta nova abordagem, reconhecendo a importância de uma publicação antecipada das recomendações para a área do euro. Referiu também concordar com a importância de uma melhor monitorização da implementação das recomendações específicas em cada EM.

DISCUSSÕES TEMÁTICAS SOBRE O CRESCIMENTO E O EMPREGO

Crescimento potencial e implementação de reformas estruturais

No decorrer do ano de 2015, foram levadas ao Conselho e ao Eurogrupo discussões sobre o impacto das reformas estruturais no crescimento económico. Os EM consideraram que estas reformas são relevantes para o crescimento económico e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

para a coesão socioeconómica. Portugal destacou-se como fazendo parte do grupo de países que conseguiram nos últimos anos a implementação de reformas estruturais importantes para o aumento do crescimento potencial, com destaque para as medidas ao nível dos mercados de produtos e serviços, da reforma da administração pública, do mercado de trabalho, da tributação e do sistema judicial.

O Conselho concluiu ser necessário um maior compromisso por parte dos EM na implementação das reformas estruturais apresentadas nas recomendações específicas. Portugal apoiou esta opinião.

“Benchmark” da carga tributária sobre o trabalho

As discussões temáticas sobre o crescimento e o emprego em relação à carga tributária sobre o trabalho têm decorrido no âmbito do Eurogrupo desde meados de julho de 2014. Pretendeu-se definir princípios gerais quanto à redução da carga fiscal sobre o trabalho, sendo que esta se mantém em níveis elevados em todos os EM da área do euro. Neste contexto, em setembro, o Eurogrupo aprovou a definição de um “benchmark”, sendo este a média ponderada da UE da carga tributária sobre o trabalho.

Portugal participou nestas discussões, secundando a opinião da Comissão quanto à importância de se reduzir a carga tributária sobre o trabalho e considerando a definição do “benchmark” como um bom ponto de partida. Sugerimos a continuação das discussões sobre este tema, aprofundando a escolha de indicadores económicos que sirvam de ponto de referência.

Pensões

No final de 2015, foi debatida a reforma dos sistemas de pensões, numa perspetiva de garantia da sustentabilidade orçamental dos EM. Considera-se que o desafio reside na coordenação entre as condições de funcionamento do mercado de trabalho, as condições sociais e as políticas aplicadas ao setor financeiro. Aponta-se para a necessidade de se fomentar a participação no mercado de trabalho da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

população ativa mais e menos jovem, para a importância de se reduzir a segmentação do mercado de trabalho, para a promoção da criação de emprego e para o desenvolvimento de políticas de combate ao desemprego.

Portugal concordou com a necessidade de se implementarem reformas no âmbito das pensões de forma a assegurar a sustentabilidade das contas públicas e concordou com estas conclusões.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Objetivos da Estratégia Europa 2020 e de Portugal

Objetivo	Indicadores(es)	META UE2020	Portugal	
			META 2020	Ponto de situação
Reforço I&D	Investimento: % do PIB	3%	2,7%	1,29% (2014)
Educação	Taxa de abandono escolar precoce	Menos de 10%	Redução para 10%	13.7% (2015)
	% População com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos	40%	40%	31,9% (2015)
Clima/ Energia	Redução emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) (em relação a 1990)	20%	+1% (face a 2005)	-23% (2013)
	% Energias renováveis no consumo de energia final	20%	31%	27% (2014)
	Intensidade Energética da Economia (proxy Aumento da Eficiência Energética)	20%	Aumento da eficiência energética 25% (22,5 Mtep em 2020)	20,9 Mtep (2014)
Emprego	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	75%	75%	69,5% (3T 2015)
Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais	3 Indicadores (nº pessoas e % do total)	Redução de pelo menos 20 milhões de pessoas pobres	Redução de pelo menos 200 mil pessoas pobres (meta tendencial e sujeita a avaliações intermédias)	Indicador integrado: 2863 mil (2014) (+106 mil face a 2008)
	- <i>Risco de pobreza</i> (pessoas que vivam com menos de 60% da mediana do rendimento nacional)			2030 mil (19,5%) em 2014
	- <i>Privação material</i> (pessoas que tenham pelo menos 4 das 9 situações de privação definidas)			997 mil (9,6% do total) em 2015*
	- <i>Pessoas que vivam num agregado familiar sem emprego</i> (indivíduos no grupo etário 0-59 anos que vivem em agregados onde ninguém trabalha em 20% dos indivíduos do mesmo grupo etário)			934 mil (12,2% do total) em 2014

* valor provisório

Fonte: INE (Educação); Eurostat; Ministério das Finanças – Valores transmitidos bilateral Semestre Europeu, dezembro 2015.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO IV

POLÍTICAS INTERNAS NA UE

O ano de 2015 marca o início da fase operacional do Portugal 2020. Foram já abertos cerca de 600 concursos, representando aproximadamente 30% da dotação global, sendo de destacar o reforço dos apoios à investigação, em especial nas empresas enquanto fator essencial para o aumento da competitividade, do crescimento e do emprego. A taxa de execução do QREN 2007-2013 atingiu 98,9% da dotação total, o que permite antever a total absorção dos fundos.

Foram dados passos significativos na concretização da União para a Energia, com o forte impulso de Portugal, que permitirão reforçar as interligações energéticas com vista a assegurar a plena integração da Península Ibérica no mercado interno da energia. Merece particular destaque a criação do Grupo de Alto Nível do Sudoeste da Europa sobre interligações constituído por Portugal, Espanha, França e Comissão Europeia, a quem cabe um papel dinamizador e de viabilização dos projetos de infraestruturas energéticas.

O ano ficou também marcado pela apresentação do Relatório dos Cinco Presidentes, que veio relançar o processo de aprofundamento da União Económica e Monetária, tendo sido iniciado o debate sobre as propostas relativas à primeira fase. De salientar, neste contexto, os progressos no projeto da União Bancária, com a entrada em funcionamento do Mecanismo Único de Resolução e o início da discussão sobre a proposta relativa a um sistema europeu de seguro de depósitos. Sublinha-se igualmente os desenvolvimentos com vista à criação de uma União dos Mercados de Capitais. Portugal considera crucial e urgente completar a UEM em todas as suas vertentes. Acolheu muito positivamente o Relatório dos Cinco Presidentes, ainda que gostasse de ver mais ambição nas propostas, ao encontro de ideias que apresentou.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

A realização do mercado único digital foi também considerada essencial. Portugal registou, em 2015, o segundo maior progresso da UE no domínio da economia digital, tendo visto acolhida nas conclusões do Conselho Europeu de junho a prioridade que atribui à promoção das competências digitais dos consumidores e das empresas.

No domínio do ambiente, assumiu particular relevância a adoção do novo Acordo Internacional sobre Alterações Climáticas, na Conferência de Paris, para assegurar que o aumento da temperatura do planeta se mantém abaixo de 2°C, em linha com os objetivos definidos por Portugal.

No âmbito da Política Agrícola Comum, destaca-se os intensos trabalhos de monitorização dos mercados agrícolas que conduziram à adoção de medidas da UE e nacionais para fazer face à continuada baixa de preços verificada principalmente em alguns setores (leite e carne suína) devido à conjugação de diversos fatores, nomeadamente, o final do regime de quotas do leite e o embargo russo aos produtos agroalimentares da UE.

Finalmente, pela importância que reveste para as Regiões Ultraperiféricas, salienta-se o reconhecimento pelo Tribunal de Justiça da União Europeia da função habilitadora do artigo 349.º do Tratado para medidas específicas em favor destas Regiões.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA

MONITORIZAÇÃO PÓS-PROGRAMA A PORTUGAL

Segunda avaliação no quadro de monitorização pós-programa

Portugal encontra-se, desde o fim do programa de assistência económica e financeira (PAEF), em maio de 2014, no quadro de supervisão pós-programa ("Post Programme Surveillance", PPS) até reembolsar 75% da assistência que recebeu das instituições europeias. Paralelamente, Portugal encontra-se sob monitorização pós-programa ("Post Programme Monitoring", PPM) até a sua dívida junto do Fundo Monetário Internacional (FMI) deixar de exceder 200% da sua quota na instituição. As missões de avaliação PPS e PPM são efetuadas em conjunto.

A segunda avaliação (única que teve lugar em 2015) decorreu durante o mês de junho. Permitiu concluir que Portugal continua no caminho da recuperação económica e que as autoridades nacionais mantêm o compromisso de corrigir a situação de défice excessivo. A dívida pública encontra-se numa situação sustentável, indicando a não existência de riscos relevantes para o reembolso dos empréstimos. Concluiu-se também pela necessidade de se prosseguir a implementação de reformas estruturais. A situação de Portugal foi considerada satisfatória, embora com alguns desafios para o futuro próximo (crescimento económico, correção do défice orçamental e diminuição do nível da dívida pública e continuação da implementação de reformas estruturais).

Reembolso antecipado ao Fundo Monetário Internacional

Em fevereiro, Portugal solicitou ao Fundo e aos parceiros europeus a possibilidade de efetuar um reembolso antecipado ao FMI no montante aproximado de 14 mil milhões de euros em dois anos e meio, valor que representa 50% do valor em dívida ao FMI.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

O reembolso antecipado foi, na altura, considerado possível devido: a uma execução orçamental abaixo do previsto; a uma redução do desemprego; a medidas de luta contra a fraude e evasão fiscais; e ao facto de o reembolso ser exequível e não pôr em causa a sustentabilidade da dívida pública.

Para proceder a este reembolso, Portugal solicitou ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) a possibilidade de não ter de reembolsar na mesma proporção parte da sua dívida perante as instituições europeias. Até final de 2015, foram reembolsados ao FMI 8,4 mil milhões de euros.

ASSISTÊNCIA A OUTROS ESTADOS-MEMBROS

Grécia

Dificuldades negociais entre a Troika e as autoridades gregas impediram a conclusão da quinta avaliação do segundo programa de ajustamento e o desembolso da última “tranche” de 1800 milhões de euros até ao final de 2014. Combinada com a marcação de eleições legislativas para janeiro, esta situação colocou a Grécia no centro da agenda europeia em 2015. O novo governo, eleito a 25 de janeiro, solicitou, a 18 de fevereiro e após negociações com as instituições (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI), uma extensão da assistência financeira até 30 de junho. Neste contexto, Portugal manteve-se sempre em linha com os seus parceiros europeus, acolhendo positivamente a extensão da assistência financeira e concordando com o pacote de medidas estruturais que acompanharam essa extensão.

A 30 de junho, o segundo programa de assistência grego expirou sem ter sido possível concluí-lo de forma bem-sucedida, depois de semanas de negociações. A 8 de julho, as autoridades gregas pediram oficialmente ajuda ao Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE). As negociações de um novo Memorando de Entendimento começaram nesse mesmo mês, tendo o acordo político sido alcançado a 14 de agosto.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

O terceiro programa de assistência grego teve início a 19 de agosto e decorre durante os próximos 3 anos. O pacote financeiro associado a esta assistência atinge 86 mil milhões de euros e é gerido pelo MEE. Divide-se em três “tranches”, tendo sido aprovado em 2015 o desembolso da primeira delas, de 26 mil milhões de euros, em duas parcelas. A primeira, de 10 mil milhões de euros, é orientada para a recapitalização bancária. A segunda, de 16 mil milhões de euros, cobre necessidades de financiamento e decompõe-se em três desembolsos: de 13 mil milhões, 2 mil milhões e mil milhões de euros, respetivamente.

O terceiro resgate grego baseia-se em quatro pilares: a sustentabilidade orçamental; a estabilidade financeira; a promoção do crescimento, da competitividade e do investimento; e o aumento da eficiência da administração pública.

A implementação do primeiro conjunto de ações prioritárias sofreu um ligeiro atraso, mas a Grécia conseguiu completar todos os requisitos antes do final do ano. A segunda parcela de 16 mil milhões de euros em empréstimos foi inteiramente desembolsada e foram utilizados 5,4 mil milhões de euros da primeira parcela, que permitiram a recapitalização de dois bancos.

A participação do FMI na assistência à Grécia encontra-se dependente dos resultados da primeira avaliação e da possibilidade de alívio da dívida grega. No entanto, o FMI participa na monitorização da implementação do programa.

Em relação ao terceiro resgate grego, Portugal manteve sempre uma posição de procura da coesão europeia.

Chipre

O início do ano foi marcado pelo atraso da sexta revisão da assistência financeira concedida a Chipre em 2013 (pacote de 10 mil milhões até ao fim do primeiro trimestre de 2016). Por decisão das instituições, este atraso deveu-se, por um lado, à ausência de informação relativamente à alteração preconizada quanto ao quadro de regulamentação do crédito vencido (“non-performing loans”), que constitui um



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

elemento essencial do programa de assistência financeira. Por outro lado, notou-se um atraso na implementação do programa de privatizações e na reestruturação da lei sobre a insolvência.

Em abril, as propostas legislativas cipriotas tornaram possível retomar a sexta revisão. Concluiu-se que Chipre se encontra no processo de saída da recessão e tem o seu setor financeiro estabilizado. Adicionalmente, Chipre regressou aos mercados financeiros de dívida pública de médio prazo.

No decorrer da segunda quinzena de julho, decorreu a sétima revisão. Verificou-se que as autoridades cipriotas se mantêm claramente comprometidas com o programa de ajustamento. No entanto, a manutenção de níveis elevados de crédito vencido continua a ser um obstáculo para o estabelecimento de um sistema bancário sustentável.

Irlanda

No decorrer do ano de 2015, foram efetuadas a terceira e quarta avaliações no quadro de monitorização pós-programa. A Irlanda tem mostrado uma melhoria significativa das condições macroeconómicas, prevendo-se o maior crescimento do PIB da zona euro para 2015, atingindo 7%. Note-se também que a Irlanda saiu este ano do procedimento de défice excessivo, prevendo-se que conclua 2015 com um défice de 2,2% do PIB. As instituições europeias apelam para um contínuo reforço das reformas implementadas para, ao aproveitar o crescimento económico, poder tornar a sua economia mais resiliente.

Em 2014 e 2015, a Irlanda efetuou reembolsos antecipados ao FMI num montante de aproximadamente 17 mil milhões de euros.

Espanha

Em 2015, realizaram-se a terceira e quarta avaliações pós-programa. Destacou-se em ambas a forte recuperação económica, que pesou positivamente nas condições do mercado de trabalho, devido ao aumento do consumo interno e à aceleração do



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

investimento. A melhoria da situação económica foi igualmente acompanhada pela continuação da estabilização do setor bancário. No entanto, persistem desequilíbrios, registando-se elevados níveis de dívida, em particular no setor privado.

Apesar de se terem verificado vulnerabilidades, a evolução da economia espanhola permitiu que o país procedesse a dois reembolsos antecipados ao MEE, de 1,3 mil milhões de euros em março e de 308 milhões de euros em julho.

Letónia

O país saiu do quadro de monitorização pós-programa em janeiro, ao reembolsar 75% dos empréstimos que lhe foram concedidos entre dezembro 2008 e janeiro de 2012. A Letónia passa a ter monitorização sobre a evolução económica e financeira, no quadro dos procedimentos europeus habituais.

Hungria

Em 2015, a Hungria saiu do quadro de monitorização pós-programa, tendo já reembolsado mais de 70% dos empréstimos que lhe foram concedidos. A última avaliação feita ao país mostra um significativo ritmo de crescimento económico, a manutenção do défice abaixo de 3% e melhorias no setor bancário.

Roménia

O país tinha em curso, até dezembro de 2015, um programa cautelar de assistência financeira visando o reequilíbrio da balança de pagamentos. Face à circunstância de as autoridades romenas terem tomado medidas que não se coadunam com o estipulado no Memorando de Entendimento e colocam em causa as metas orçamentais para 2015 e anos subsequentes, o programa romeno foi avaliado como não estando conforme com o Memorando de Entendimento acordado, pelo que se colocou, ao longo do ano, a possibilidade de se antecipar a cessação do programa. Ficou decidido que se deixaria o programa expirar sem a possibilidade de se estabelecer conclusões a partir de missões de acompanhamento da implementação do programa. Apesar do desvio significativo face aos seus objetivos a médio prazo, a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Roménia apresentou, em finais de 2015, uma situação macroeconómica mais positiva e assegurou um défice orçamental inferior a 3%. A situação no curto prazo afigura-se estável; no entanto, a Comissão Europeia alerta para o perigo de políticas procíclicas e apela à resolução de problemas estruturais presentes no país.

GOVERNAÇÃO ECONÓMICA

Flexibilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento

Em janeiro, a Comissão Europeia publicou uma comunicação sobre a sua interpretação relativamente à flexibilidade existente nas atuais regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), no que respeita às cláusulas de reformas estruturais e de investimento e ao impacto das condições cíclicas sobre o ajustamento estrutural exigido. Nas semanas seguintes, foram disponibilizadas três notas operacionais sobre cada um destes aspetos. Definiram-se, assim, uma matriz para o ajustamento orçamental anual requerido em função das condições cíclicas de cada EM e quais as reformas e investimentos passíveis de justificar a invocação da respetiva cláusula, bem como o modo como esta será aplicada em termos de ativação e em termos de desvio do objetivo de médio prazo e nova trajetória para o atingir.

No final de abril, foi estabelecido um plano de trabalho com vista a chegar a uma posição comum destinada a alterar o Código de Conduta do PEC. Esta posição comum foi alcançada em novembro, devendo a referida alteração efetuar-se em 2016.

Esta flexibilidade aplica-se apenas aos EM que se encontram na vertente preventiva do PEC, sendo a possibilidade de utilização concedida sem prejuízo das exigências impostas aos EM nos termos dos Tratados tendo em vista a sustentabilidade de longo prazo das suas finanças públicas.

No decorrer das reuniões, Portugal sempre mostrou uma posição favorável a um consenso tendente à aplicação efetiva da flexibilidade no contexto do PEC.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Procedimento por défice excessivo

No início de 2015, encontravam-se em procedimento por défice excessivo (PDE) nove EM, entre os quais Portugal.

No que se refere a Portugal, não se registaram durante o ano quaisquer desenvolvimentos no âmbito deste procedimento, estando em vigor a recomendação do Conselho, de 18 de junho de 2013, ao abrigo do n.º 7 do Artigo 126.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que estabelece o prazo de 2015 para a correção da situação de défice excessivo. As recomendações específicas para Portugal, aprovadas em junho no âmbito do Semestre Europeu (ver Título III), preconizavam a necessidade de se assegurar em 2015 uma correção duradoura do défice excessivo, tomando as medidas necessárias para o efeito.

Em junho, Malta e Polónia saíram do PDE.

Ao longo de 2015, a Comissão Europeia avaliou ainda a situação orçamental de Bélgica, Itália e Finlândia, através de apresentação de relatórios no âmbito do n.º 3 do Artigo 126.º do Tratado.

Exercício de coordenação dos planos orçamentais dos países da área do euro

Em novembro, no contexto da implementação do “Two-Pack”, decorreu ao nível do Eurogrupo o terceiro exercício de avaliação dos planos orçamentais dos EM. Nenhum dos planos orçamentais apresentados foi considerado não conforme às regras do PEC.

Considerando os países da área do euro que se encontram no braço corretivo do PEC (França, Irlanda, Eslovénia, Portugal e Espanha), a Espanha foi o único país considerado em risco de incumprimento. A França, a Irlanda e a Eslovénia foram consideradas em conformidade com os requisitos, mas sem margem para desvios. Portugal não apresentou o seu plano orçamental em virtude de o prazo coincidir com



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

a realização de eleições e a entrada em funções de um novo governo. A avaliação do plano orçamental português ficou adiada para o início de 2016.

Considerando os países que se encontram no braço preventivo do PEC, a Alemanha, a Estónia, o Luxemburgo, os Países Baixos e a Eslováquia foram considerados como cumprindo todos os requisitos. A Bélgica, a Letónia, Malta e a Finlândia foram consideradas em conformidade com os requisitos, mas sem margem para desvios. Finalmente, a Itália, a Lituânia e a Áustria foram consideradas em risco de incumprimento.

Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária – Pacto Orçamental

Durante o ano de 2015, a Comissão Europeia desenvolveu um exercício de monitorização relativamente à forma como os EM transpuseram para a sua legislação nacional as disposições relativas ao Pacto Orçamental do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária (TECG).

Este Tratado entrou em vigor a 1 de janeiro de 2013 e no seu artigo 3.º estabelece que as regras orçamentais definidas no Pacto Orçamental devem estar presentes nas legislações nacionais, nomeadamente, a regra sobre o saldo estrutural anual das administrações públicas, o estabelecimento de um mecanismo de correção para a eventualidade de se observar um desvio significativo do objetivo de médio prazo e o papel de independência das instituições nacionais responsáveis pela monitorização da implementação do Pacto Orçamental. Verificou-se que as bases legais foram adotadas por todos os EM, com a exceção da Eslovénia.

Em Portugal as disposições pertinentes foram incluídas na revisão de 2014 da Lei de Enquadramento Orçamental.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

RELATÓRIO DOS CINCO PRESIDENTES – “CONCLUIR A UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA EUROPEIA”

O relatório “Concluir a União Económica e Monetária Europeia”, apresentado ao Conselho Europeu em junho pelo Presidente da Comissão Europeia em articulação com os Presidentes do CE, do BCE, do Eurogrupo e do PE, veio relançar o processo de aprofundamento da UEM através de uma melhor integração europeia nas áreas económica, financeira, orçamental e política. Este relatório propõe os próximos passos para o reforço da governação económica na área do euro e apresenta orientações para as medidas de longo prazo para concluir a UEM o mais tardar até 2025.

O relatório propõe um processo faseado, apresentando as medidas que deverão ser tomadas em cada fase. A primeira fase, a desenvolver entre 2015 e 2017, estabelece as bases para o futuro da UE e da área do euro sobretudo através da consolidação da aplicação dos instrumentos existentes, permitindo desenvolvê-las melhor. O objetivo é estimular a competitividade e a convergência estrutural, completar a união financeira (em particular a União Bancária), alcançar e manter políticas orçamentais responsáveis a nível nacional e a nível da área do euro e reforçar a responsabilização democrática.

A segunda fase visa completar a arquitetura económica e institucional europeia através de medidas de maior alcance. Na fase final, espera-se uma união económica e monetária genuína.

O debate sobre o relatório mostrou a importância de implementar os instrumentos existentes e a preocupação de levar a cabo um processo inclusivo e transparente, com a participação de todos os 28 EM, que simultaneamente promova a convergência e a integração na área do euro, aprofunde o mercado interno e reforce a dimensão social. Mas também tornou patentes as diferenças entre os países da área do euro sobre a visão de mais longo prazo para a UEM (mais integrada e com maior partilha de soberania e de riscos).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Na sequência do relatório, a Comissão Europeia apresentou em outubro um conjunto de documentos relativos à operacionalização da primeira fase. Este pacote é composto por: i) uma comunicação geral relativa aos passos para a conclusão da UEM; ii) uma proposta de recomendação do Conselho para o estabelecimento de Conselhos Nacionais de Competitividade nos EM da área do euro; iii) uma Decisão da Comissão relativa ao estabelecimento de um Conselho Orçamental Europeu, independente e com funções consultivas, na área do euro; iv) uma proposta de Decisão do Conselho relativa à definição de medidas com vista a uma progressiva representação unificada da área do euro no FMI; e v) um roteiro para o reforço progressivo da representação externa da área do euro em importantes fóruns internacionais.

Em relação à união económica, pretende-se nesta primeira fase impulsionar a convergência, o emprego e o crescimento, através da criação de autoridades nacionais para a competitividade, de uma melhor implementação do procedimento por desequilíbrios excessivos, de políticas que visam o crescimento do emprego e o combate às desigualdades sociais e de uma melhor coordenação das políticas europeias. A nível da união orçamental, aponta-se a necessidade de um maior esforço para reforçar a governação orçamental, assim como a implementação de um quadro de ação mais transparente. A discussão específica destas propostas ocorrerá em 2016.

Ainda antes do final do ano, a Comissão completou este primeiro pacote de documentos com propostas no âmbito da União Bancária (ver Título IV, Capítulo II).

A transição para a segunda fase do processo de aprofundamento da UEM deverá decorrer entre 2017 e 2025, o mais tardar, com eventuais necessárias alterações aos Tratados. Conforme anunciado no Relatório, a Comissão irá apresentar na primavera de 2017 um Livro Branco que avaliará os progressos alcançados na primeira fase e delineará as etapas seguintes, incluindo medidas de natureza jurídica com vista à conclusão da UEM na segunda fase. O Livro Branco basear-se-á em contributos



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

analíticos de um grupo de peritos, que a Comissão irá instituir em meados de 2016 para analisar as condições prévias em termos jurídicos, económicos e políticos que servirão de base às propostas de mais longo prazo contidas no relatório. Para preparar e incentivar um debate alargado, a Comissão irá promover discussões e debates públicos em toda a UE.

Portugal acolheu muito positivamente o “Relatório dos Cinco Presidentes”, bem como as propostas da Comissão neste domínio, que globalmente vão ao encontro de preocupações que temos manifestado. Gostaríamos, contudo, de ver mais ambição e urgência no aprofundamento da UEM. Foi nesse sentido que apresentámos, em maio, um contributo com uma visão ambiciosa para o futuro. Algumas ideias encontram reflexo no relatório.

ALARGAMENTO DA ÁREA DO EURO

A partir de janeiro de 2015, a Lituânia integrou o grupo de EM cuja moeda é o euro. A troca da moeda nacional por euros esteve disponível até ao final do ano. A transição para o euro foi feita de forma suave.

Portugal congratulou-se com o alargamento da área do euro.

Com a adesão da Lituânia à área do euro, que passou assim a integrar 19 países, entrou em vigor um sistema de rotatividade dos direitos de voto dos governadores dos bancos centrais nacionais no Conselho do Banco Central Europeu (BCE). Este sistema, definido nos Estatutos do BCE, divide os países da área do euro em dois grupos, consoante a dimensão da respetiva economia e do seu setor financeiro. Em função desses grupos, os governadores partilham um conjunto de direitos de voto, a rodar entre estes mensalmente.

Os governadores dos países com maior dimensão relativa ocupam o primeiro grupo. Portugal encontra-se no segundo grupo, que inclui 14 governadores. Desta forma, a sua frequência de votação deixou de ser de 100% para passar para 79% (resultando



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

de um rácio entre 11 votos a serem distribuídos por 14 governadores). Como tal, contará com períodos de três meses consecutivos sem direito de voto.

OUTROS TEMAS

Relatório sobre o Envelhecimento Demográfico 2015

Em maio, a Comissão Europeia divulgou o seu relatório do Envelhecimento, publicado a cada três anos. O relatório visa avaliar o impacto das tendências demográficas esperadas nos custos das políticas sociais, nomeadamente das que se referem a pensões, ao setor da saúde, à educação e aos subsídios de desemprego. O objetivo é antecipar os desafios futuros.

O Conselho concluiu pela necessidade de melhoria da sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas dos EM, aspeto particularmente importante na atual conjuntura económica. O relatório de 2015 aponta para a necessidade de um acompanhamento permanente da evolução das pensões e de outras políticas sociais, evitando reverter reformas já implementadas.

Em relação a Portugal, o relatório apresenta um decréscimo da população de 21,6% entre 2013 e 2060, alertando também para o aumento da despesa pública com o setor da saúde.

Estatísticas

No contexto do exercício anual de análise à governação estatística na UE, o Conselho adotou conclusões sobre o desenvolvimento das estatísticas da União Europeia onde reconhece o progresso ocorrido em termos de modernização do Sistema Estatístico Europeu. Foi, igualmente, endossado um relatório anual sobre requisitos de informação estatística no âmbito da União Económica e Monetária. O Conselho acolheu ainda de forma favorável o relatório anual do Conselho Consultivo Europeu para a Governação Estatística sobre o Sistema Europeu de Estatísticas e a implementação do Código de Conduta relativo às estatísticas da UE e apoiou as recomendações deste Conselho Consultivo quanto à necessidade de o Sistema



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Estatístico Europeu ter recursos suficientes para apoiar uma produção de estatísticas eficientes.

Portugal foi favorável a estas conclusões.

Impacto da crise migratória nas finanças públicas

O ano de 2015 foi fortemente marcado pela crise migratória, levando ao acolhimento de refugiados por parte dos EM. Após negociações e várias reflexões foi acordado que o impacto desta situação nas finanças públicas não será tido em conta no que respeita à implementação do PEC em 2015 e 2016.

Portugal apoiou esta decisão da Comissão Europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

MERCADOS FINANCEIROS

UNIÃO DOS MERCADOS DE CAPITALIS

A União dos Mercados de Capitais (UMC) constitui uma das principais prioridades da atual Comissão Europeia visando ultrapassar os constrangimentos ao financiamento da economia real pelo setor bancário e, assim, contribuir para a estratégia de fomentar o crescimento e emprego. Depois de, em 2014, o Presidente Juncker ter manifestado as suas intenções neste domínio, desde logo nas orientações políticas que apresentou no início do seu mandato, 2015 foi o ano em que a Comissão as clarificou ao adotar, em setembro, o Plano de Ação para a criação de uma UMC, bem como as primeiras iniciativas legislativas no contexto deste plano: nos domínios da titularização e dos prospectos⁸.

Portugal considera a UMC uma importante iniciativa para a criação de um mercado de capitais integrado onde as empresas portuguesas, em particular as PME, possam competir em igualdade de circunstâncias com empresas de outros EM pelos capitais provenientes de toda a UE. Portugal tem defendido igualmente que a UMC será uma oportunidade importante para reduzir a dependência dos “ratings”, devendo ser acompanhada por uma maior partilha, a nível da UE, de competências de supervisão, em detrimento de uma supervisão centrada nos EM de origem ou de acolhimento.

⁸ Sobre titularização ver mais adiante. Sobre prospectos, o debate da proposta, adotada pela Comissão Europeia em 30/11/2015, transitou para 2016 – proposta de regulamento relativo ao prospecto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação, [COM(2015) 583].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Plano de Ação para a criação de uma UMC

O início do ano foi marcado pela publicação do Livro Verde⁹ da Comissão Europeia sobre a UMC, lançando o debate sobre o seu projeto de referência. Este projeto tem por objetivos: i) melhorar o acesso ao financiamento por parte de todas as empresas e projetos de infraestruturas da Europa; ii) ajudar as PME a obterem financiamento tão facilmente como as grandes empresas; iii) criar um mercado único de capitais através da eliminação dos obstáculos aos investimentos transfronteiras; e iv) diversificar o financiamento da economia e reduzir o custo da mobilização de capitais. Nas suas conclusões¹⁰, adotadas em junho, o Conselho apoiou a iniciativa da Comissão, em particular a abordagem por etapas que conjuga uma ambição a longo prazo com medidas essenciais e concretas a curto prazo.

Na sequência deste Livro Verde, a Comissão Europeia adotou em setembro o seu Plano de Ação¹¹ com cerca de 30 medidas a concretizar até 2019, enquadrando-se em cinco áreas chave: i) melhorar o acesso ao financiamento por parte de todas as empresas, em particular as PME, com destaque para iniciativas na área dos fundos de investimento (fundos de empréstimos, fundos de capital de risco e fundos de empreendedorismo social¹²) e na área das ofertas públicas e particulares, bem como na área fiscal; ii) apoiar o investimento a longo prazo, com destaque para o tratamento prudencial mais favorável a estes investimentos para bancos e

⁹ Livro Verde para a Construção de uma União dos Mercados de Capitais, adotado pela Comissão em 18/02/2015 [COM(2015) 63].

¹⁰ Conclusões do Conselho sobre a União dos Mercados de Capitais, de 19/06/2015 [Doc. 10148/15].

¹¹ Plano de Ação para a Criação de uma União dos Mercados de Capitais, adotado pela Comissão em 30/09/2015 [COM(2015) 468].

¹² Consulta pública sobre as alterações aos atuais Regulamentos n.º 345/2013 e 346/2013, de 17 de abril de 2013, relativos aos fundos europeus de capital de risco (EuVECA – do inglês, “European Venture Capital Funds”) e aos fundos europeus de empreendedorismo social (EuSEF – do inglês, “European Social Entrepreneurship Fund”) respetivamente, lançada pela Comissão em 30/09/2015.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

seguradoras¹³ e para a consulta sobre o impacto cumulativo da reforma do setor financeiro¹⁴; iii) promover o investimento institucional e de retalho, destacando-se a publicação do Livro Verde sobre serviços financeiros de retalho¹⁵ e a ponderação de legislação da UE sobre fundos de pensões individuais; iv) reforçar a capacidade do setor bancário para apoiar a economia no seu conjunto, com destaque para as propostas de regulamento sobre titularização (descritas no ponto abaixo) e a consulta sobre obrigações cobertas ("covered bonds")¹⁶; e vi) facilitar o investimento transfronteiras, com destaque para a ponderação de iniciativas nas áreas de insolvência, fiscal e valores mobiliários. O Conselho, nas suas conclusões de novembro¹⁷, congratulou-se com a adoção do Plano de Ação para a criação da UMC e com o primeiro pacote de propostas e iniciativas legislativas da Comissão Europeia, salientando, contudo, a necessidade de uma agenda de longo prazo mais ambiciosa.

Portugal tem apoiado o plano da Comissão Europeia, sublinhando a importância de assegurar ao mesmo tempo um nível apropriado de proteção do investidor e a manutenção de uma ambiciosa visão de longo prazo que incida sobre as questões mais difíceis e estruturais, como a insolvência, o direito societário e a tributação. Lamentou ainda a falta de ambição sobre a reforma das Autoridades de Supervisão Europeias no que diz respeito à revisão do seu modelo de governação, financiamento e poderes.

¹³ Alteração ao Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), nomeadamente no que respeita ao tratamento prudencial de investimentos em infraestruturas e em fundos europeus de investimento a longo prazo (ELTIF – do inglês, "European Long Term Investment Fund"), adotado pela Comissão em 30/09/2015.

¹⁴ Convite à apresentação de informações/evidências sobre o impacto cumulativo da legislação em matéria financeira, lançado pela Comissão Europeia a 30/09/2015.

¹⁵ Livro Verde sobre serviços financeiros de retalho, adotado pela Comissão em 10/12/2015 [COM(2015) 630].

¹⁶ Consulta pública sobre a criação, a nível da UE, de um quadro para as obrigações cobertas, lançada pela Comissão em 30/09/2015.

¹⁷ Conclusões do Conselho sobre o Plano de Ação, apresentado pela Comissão, para a criação de uma União dos Mercados de Capitais, adotadas pelo Conselho em 10/11/2015 [Doc. 13922/15].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Titularização

Uma das prioridades da Comissão Europeia na construção da UMC é a revitalização do mercado de titularização da UE para contribuir para melhorar o financiamento das empresas e desalavancar o setor bancário. A Comissão Europeia apresentou um pacote de duas propostas legislativas relativas à titularização: i) uma proposta de regulamento que estabelece regras comuns para a titularização e cria um quadro europeu para a titularização simples, transparente e normalizada (“Simple, Transparent and Standardized”, STS); e ii) uma proposta de alteração ao Regulamento n.º 575/2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e as empresas de investimento¹⁸. A primeira estabelece um quadro comum de regras aplicáveis a todas as titularizações, assegurando a coerência e a convergência das regras que se encontram dispersas por diversos diplomas legislativos, e define os critérios para uma titularização STS, enquanto a segunda prevê um tratamento prudencial mais sensível ao risco para as titularizações STS. Tratou-se de um dossiê prioritário para o Conselho, tendo sido obtido um acordo sobre a orientação geral em dezembro.

Portugal apoia o objetivo de revitalização do mercado de titularizações, dado o contributo potencial para melhorar o financiamento das empresas e desalavancar o setor bancário. Contudo, Portugal assinalou desde o início a necessidade de eliminar significativamente a dependência das agências de notação externa na definição de requisitos de capital, considerando que o acordo obtido, apesar de constituir uma melhoria face à atual situação, é pouco ambicioso nesta matéria.

UNIÃO BANCÁRIA

O ano de 2015 constituiu um período de viragem no projeto da União Bancária: por um lado, a primeira fase do segundo pilar ficou concluída com a entrada em funcionamento do Mecanismo Único de Resolução (MUR) e com o acordo

¹⁸ Ambas adotadas pela Comissão Europeia a 30/09/2015 [COM(2015) 472 e 473 respetivamente].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

relativamente ao mecanismo de apoio financeiro ao Conselho Único de Resolução; por outro, o “Relatório dos Cinco Presidentes” sobre o aprofundamento da UEM (ver Título IV, capítulo I) lançou as bases para as etapas finais da União Bancária, tendo sido seguido pela apresentação da proposta de regulamento que estabelece o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (“European Deposit Insurance Scheme”, EDIS) – ver adiante.

Portugal considera a definição de um calendário para a conclusão da União Bancária, tal como proposto no “Relatório dos Cinco Presidentes”, essencial para quebrar o ciclo vicioso entre os soberanos e os respetivos setores bancários, do qual tem resultado uma assimetria significativa nas condições de acesso ao financiamento pelos agentes económicos nos diversos EM.

Operacionalização do Mecanismo Único de Resolução

Apesar da aplicação direta do Regulamento que cria o MUR e o Fundo Único de Resolução bancária (FUR) ¹⁹, na prática, estava dependente de duas iniciativas dos EM: i) a transposição da Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária (conhecida por BRRD – “Bank Recovery and Resolution Directive”) ²⁰; e ii) a ratificação e depósito junto do Conselho do Acordo Intergovernamental que acompanhou a adoção do regulamento²¹.

¹⁹ Regulamento (UE) n.º 806/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15/07/2014, que estabelece regras e um procedimento uniformes para a resolução de instituições de crédito e de certas empresas de investimento no quadro de um Mecanismo Único de Resolução e de um Fundo Único de Resolução bancária e que altera o Regulamento (UE) n.º 1093/2010.

²⁰ Diretiva 2014/59/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15/05/2014, que estabelece um enquadramento para a recuperação e a resolução de instituições de crédito e de empresas de investimento e que altera a Diretiva 82/891/CEE do Conselho, e as Diretivas 2001/24/CE, 2002/47/CE, 2004/25/CE, 2005/56/CE, 2007/36/CE, 2011/35/CE, 2012/30/UE e 2013/36/UE e os Regulamentos (UE) n.º 1093/2010 e (UE) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho.

²¹ Acordo quanto à coleta a nível nacional e transferência para o FUR de contribuições cobradas aos sistemas financeiros nacionais.



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Portugal esteve sempre muito empenhado na operacionalização do MUR, tendo sido um dos primeiros EM a transpor a BRRD²² e a depositar o instrumento de ratificação nacional do Acordo Intergovernamental junto do Conselho²³.

Mecanismos de apoio financeiro na União Bancária

Após a publicação do Regulamento que cria o MUR, o Conselho iniciou a preparação do mecanismo de apoio financeiro público ao Conselho Único de Resolução em caso de insuficiência do FUR (conhecido por “bridge financing”), na linha dos compromissos assumidos aquando do acordo político em dezembro de 2013.

Ao longo da discussão Portugal defendeu que qualquer solução deveria envolver alguma mutualização, uma vez que, apesar de a necessidade de financiamento do Conselho Único de Resolução ter origem em resoluções específicas, é muito influenciada pelas decisões de resolução anteriores. No entanto, a solução possível na atual conjuntura passou por um apoio dado por cada EM ao respetivo compartimento do FUR, sem qualquer tipo de mutualização.

Foi tentado, sem total sucesso, por vários EM, incluindo Portugal, associar o acordo relativo a uma linha de crédito individual à antecipação do mecanismo público comum de apoio financeiro (conhecido por “common backstop”), aproveitando o calendário delineado no “Relatório dos Cinco Presidentes” (segundo o qual a implementação de passos concretos com vista ao “common backstop” deveria ter lugar até junho de 2017).

O acordo alcançado foi assinalado numa declaração dos ministros após um encontro à margem do Conselho ECOFIN de dezembro²⁴. No que respeita ao “common backstop”, nesta declaração os EM comprometem-se tão-somente a, quando o MUR

²² Lei n.º 23-A/2015 de 26 de março.

²³ Decreto do Presidente da República n.º 100/2015, de 3 de setembro e Resolução da Assembleia da República n.º 129/2015. Depósito efetuado em 23/10/2015.

²⁴ Declaração, sobre a União Bancária e mecanismos de apoio financeiro público ao Conselho Único de Resolução (“bridge financing”).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

entrar em funcionamento e os EM participantes tiverem ratificado o Acordo Intergovernamental e transposto a BRRD, ponderar o caminho a seguir e o calendário relativamente ao trabalho a desenvolver, para assegurar que o “common backstop” estará plenamente operacional o mais tardar no final do período transitório durante o qual o FUR irá sendo progressivamente mutualizado (2024).

Aprofundamento da União Bancária

Após a implementação das etapas iniciais da União Bancária entre 2012 e 2014, o “Relatório dos Cinco Presidentes” veio lançar as bases para a sua conclusão. Com efeito, este relatório, que sucede ao “Relatório dos quatro Presidentes” de 2012, propõe o aprofundamento de quase todos os pilares da União Bancária:

- “Pilar zero” (manual único, “single rulebook” em inglês) – maior harmonização da legislação UE quanto aos requisitos prudenciais aplicáveis às instituições de crédito (conhecida por pacote CRD IV/CRR²⁵) e quanto aos sistemas de garantia de depósitos (conhecida por Diretiva DGS²⁶);
- “Pilar III” (garantia de depósitos) – propõe a criação do EDIS;
- “Pilar IV” (mecanismos de apoio financeiro) – propõe a antecipação do “common backstop” do Conselho Único de Resolução e a revisão da ferramenta do Mecanismo de Estabilidade Europeu (MEE) para recapitalizar diretamente bancos.

Na sequência deste relatório, a Comissão Europeia adotou em novembro uma comunicação²⁷ descrevendo a sua visão para completar a União Bancária. Das medidas previstas, destaca-se a proposta de Regulamento que estabelece o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (EDIS), adotada em simultâneo (e tratada no ponto

²⁵ Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26/06/2013, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento, que altera a Diretiva 2002/87/CE e revoga as Diretivas 2006/48/CE e 2006/49/CE; e Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012.

²⁶ Diretiva 2014/49/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16/04/2014, relativa aos sistemas de garantia de depósitos.

²⁷ Rumo à conclusão da União Bancária [COM (2015) 587].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

seguinte), mas muitas outras foram anunciadas, essencialmente destinadas a aumentar o nível de harmonização da legislação UE e diminuir o nível de riscos do setor bancário, nomeadamente propostas para: i) eliminar opções e discricionariedades nacionais previstas na CRD IV/CRR; ii) melhorar os processos de recuperação de créditos; e iii) implementar compromissos internacionais na área bancária.

Nas conclusões do Conselho Europeu de dezembro, foi solicitado ao Conselho que analisasse rapidamente as propostas apresentadas pela Comissão “a fim de reforçar a estabilidade financeira na área do euro”.

Portugal apoia as conclusões do “Relatório dos Cinco Presidentes”, considerando contudo que faltou uma referência a um mecanismo de apoio financeiro público no contexto do EDIS.

Sistema Europeu de Seguro de Depósitos

De acordo com a proposta da Comissão Europeia para o

EDIS²⁸, este será: i) assente no atual regime, composto pelos sistemas nacionais de garantia de depósitos; ii) introduzido gradualmente, por etapas; e iii) globalmente neutro em termos de custos para o setor bancário. A proposta está estruturada de forma a permitir a transferência progressiva, da esfera nacional para a esfera europeia, dos riscos associados à garantia de depósitos (risco de liquidez e de perda) ao longo de três etapas (resseguro, cosseguro, seguro total) durante oito anos. Na fase final, a partir de 2024, os riscos estarão totalmente mutualizados.

Da abordagem preliminar no Conselho ECOFIN de dezembro, resultou que esta discussão será associada ao debate das medidas previstas na comunicação da Comissão para diminuição de riscos no setor bancário.

²⁸ Proposta de regulamento adotada pela Comissão Europeia em 24/11/2015 [COM (2015)586].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Portugal considera que o EDIS é um pilar essencial da União Bancária e que os progressos já conseguidos quanto à redução do nível de risco através dos pilares da supervisão e da resolução justificam que se avance desde já para a sua implementação, sem aguardar por mais medidas.

REFORMA DA SUPERVISÃO E REGULAÇÃO DO SETOR FINANCEIRO

No domínio da reforma da supervisão e regulação do setor financeiro, 2015 foi marcado pela conclusão de algumas negociações e pela ausência de novas propostas da Comissão Europeia, que se encontra agora centrada no projeto da UMC. Foi o caso tanto para questões de âmbito global como para a agenda própria da UE. Será igualmente de destacar a discussão ocorrida ao longo do ano relativamente ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, na sequência dos ataques terroristas em França.

O ano foi também marcado pela discussão de muitas iniciativas de nível 2 da Comissão Europeia e das Autoridades Europeias de Supervisão (atos delegados e atos de execução, previstos nos artigos 290.º e 291.º do TFUE), tanto no seio de grupos de peritos da Comissão Europeia, como no seio de grupos do Conselho.

Questões de âmbito global

Relativamente às propostas apresentadas pela Comissão dando seguimento à reforma da regulação financeira impulsionada pelo G20, é de referir o acordo entre o Conselho e o Parlamento Europeu quanto: i) à proposta de Regulamento relativo à notificação e à transparência das operações de financiamento através de valores mobiliários, conhecido por Regulamento SFT ("Securities Financing Transactions")²⁹, já objeto de publicação no Jornal Oficial³⁰; e ii) à proposta de Regulamento relativo aos indicadores utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e

²⁹ Proposta de regulamento adotada pela Comissão Europeia em 29/01/2014 [COM(2014)40].

³⁰ Regulamento (UE) 2015/2365 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

contratos financeiros (“benchmarks”)³¹. Nestas propostas, Portugal defendeu a introdução de um nível adequado de proporcionalidade, por forma a não sobrecarregar os agentes de menor dimensão sem, no entanto, afetar os objetivos destas iniciativas.

Agenda própria da UE

Relativamente à agenda da UE quanto à reforma da regulação financeira em resposta à crise, há duas áreas a destacar: i) a criação de um sistema financeiro com maior nível de proteção ao investidor/consumidor financeiro; ii) o aprofundamento do mercado interno.

Na área do consumidor é de referir a conclusão das negociações com o Parlamento Europeu relativamente à proposta de diretiva sobre distribuição de seguros (conhecida por IDD, “Insurance Distribution Directive”)³², que visa, entre outros aspetos, reforçar a proteção dos tomadores de seguros, em particular no que respeita aos produtos de investimento com base em seguros de vida. Neste domínio, Portugal tem defendido a necessidade de consistência da legislação da UE relativa à venda de produtos de investimento, argumentando com a necessidade de alinhar a IDD com as regras aplicáveis à venda de instrumentos financeiros e depósitos estruturados, salvaguardando as especificidades do setor segurador.

Na área do mercado interno, sublinha-se o acordo com o Parlamento Europeu relativamente à proposta de diretiva relativa aos serviços de pagamento, conhecida por PSD II (“Payment Services Directive” II)³³, visando promover os serviços de pagamento através da Internet, tornando-os mais seguros e baratos³⁴. De referir, ainda, o acordo alcançado no Conselho (orientação geral) quanto à proposta de regulamento relativo às medidas estruturais destinadas a melhorar a capacidade de

³¹ Proposta de regulamento adotada pela Comissão Europeia em 18/09/2013 [COM (2013)641].

³² Proposta de diretiva adotada pela Comissão Europeia em 03/07/2012 [COM(2012) 360].

³³ Proposta de diretiva adotada pela Comissão Europeia em 24/07/2013 [COM(2013) 547].

³⁴ Diretiva (UE) 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de novembro de 2015.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

resistência das instituições de crédito da UE³⁵, adotada pela Comissão para evitar a proliferação de soluções nacionais que ameaçava a integridade e o bom funcionamento do mercado interno.

Portugal tem manifestado, genericamente, apoio às propostas da Comissão nesta área, dado o seu contributo para o aprofundamento do mercado interno. Tem defendido, igualmente, que a remoção de barreiras entre mercados e a generalização do “passaporte comunitário” devem ser acompanhadas por um maior recurso a mecanismos de decisão e coordenação comunitários, nomeadamente o recurso à mediação vinculativa das Autoridades Europeias de Supervisão (EBA³⁶, ESMA³⁷ e EIOPA³⁸), em particular na PSD, onde estes mecanismos são essenciais para uma adequada supervisão das atividades de prestadores de serviços de pagamentos a operar em Portugal através de agentes ou ao abrigo da livre prestação de serviços.

Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

A Diretiva e o Regulamento relativos à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (conhecidos por pacote AML – “Anti Money Laundering”) foram publicados em 2015³⁹. Contudo, é de salientar que, na mesma reunião do Conselho ECOFIN em que o acordo político relativamente a este pacote legislativo foi aprovado (janeiro), e na sequência dos ataques terroristas em França no início de 2015, os ministros discutiram o reforço das medidas para o combate ao financiamento do terrorismo,

³⁵ Proposta de regulamento adotada pela Comissão Europeia em 29/01/2014 [COM(2014) 43].

³⁶ Do inglês, “European Banking Authority” (Autoridade Bancária Europeia).

³⁷ Do inglês, “European Securities and Market Authority” (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados).

³⁸ Do inglês, “European Insurance and Occupational Pensions Authority” (Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma).

³⁹ Diretiva (UE) 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20/05/2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo. Regulamento (UE) 2015/847 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20/05/2015, relativo às informações que acompanham as transferências de fundos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

seja pela melhoria da eficácia das atuais medidas, seja pela introdução de medidas adicionais⁴⁰. O tema foi retomado ao nível do Conselho ECOFIN em dezembro, na sequência dos novos ataques terroristas em França em novembro, sendo de esperar desenvolvimentos durante o ano de 2016.

Portugal apoiou sempre uma abordagem ambiciosa a respeito do pacote AML, especialmente no que se refere aos instrumentos de pagamento e, em particular, quanto à regulação e à supervisão de instituições de pagamento e de moeda eletrónica.

⁴⁰ Declaração do Conselho e da Comissão no contexto da aprovação do pacote AML [Doc. 5116/15].



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

FISCALIDADE

Destaca-se a prossecução dos trabalhos no âmbito da luta contra a fraude e a evasão fiscais, o planeamento fiscal agressivo e ainda a erosão da base tributável e a transferência de lucros, alinhados com iniciativas paralelas da OCDE.

Estas prioridades foram consagradas em propostas legislativas que permitiram ampliar o âmbito da troca automática de informações e consagrar disposições anti abuso, igualmente por via do debate sobre as recomendações da OCDE em sede de erosão da base fiscal e transferência de lucros, as quais foram adotadas pelo G20 em novembro.

De referir igualmente a evolução dos trabalhos relativos à proposta sobre um sistema comum de imposto sobre as transações financeiras.

Portugal participou ativamente em todos os trabalhos, dando um contributo técnico e político significativo ao longo do processo conducente à adoção das propostas. As medidas legislativas daí decorrentes, nomeadamente aquelas que se destinam a intensificar o combate à fraude e evasão fiscal, permitirão a Portugal, por um lado, agir preventivamente sobre potenciais esquemas de fraude, evitando perdas de imposto e, por outro lado, obter mais receita, através do aumento das informações disponíveis sobre rendimentos sujeitos a imposto obtidos no estrangeiro.

DOSSIÊS LEGISLATIVOS NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÃO DA COMISSÃO DE LUTA CONTRA A FRAUDE E EVASÃO FISCAL

Troca automática e obrigatória de informação: acordos fiscais

Em dezembro, o Conselho adotou uma Diretiva que altera a Diretiva de cooperação administrativa em matéria fiscal (Diretiva 2011/16/UE). O objetivo desta medida legislativa é assegurar que a troca automática de informação entre Estados-membros



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

passa a abranger informação sobre os acordos fiscais celebrados entre autoridades fiscais e empresas relativamente às suas atividades transfronteiriças (“tax rulings”), bem como sobre os acordos prévios de preços de transferência. Com esta proposta, a Comissão desenvolverá um diretório central de informação, onde toda a informação trocada será guardada.

As novas regras de troca de informação serão aplicadas a partir de 1 de janeiro de 2017.

Portugal apoiou claramente esta iniciativa. O fortalecimento das regras de transparência na UE, para o qual esta iniciativa contribui, é fundamental para a operação eficiente do mercado interno e para a proteção das bases tributáveis dos Estados-membros.

Tributação dos rendimentos da poupança

Em novembro, o Conselho decidiu a revogação da Diretiva 2003/48/CE (Diretiva Tributação Poupança), a qual exigia a troca automática de informação entre Estados-membros sobre os rendimentos da poupança privada, o que permitia que os pagamentos de juros efetuados num Estado-membro a residentes de outros Estados-membros fossem tributados de acordo com a legislação do Estado de residência fiscal. A Diretiva tinha sido alterada pela última vez em março de 2014 para refletir a evolução dos produtos de poupança e do comportamento dos investidores desde a sua entrada em vigor em 2005.

Todavia, com a alteração à Diretiva da Cooperação Administrativa adotada pelo Conselho em dezembro de 2014 (Diretiva 2014/107/UE) com o objetivo de implementar a norma global única desenvolvida pela OCDE para a troca automática de informações, esta passou a ter um âmbito de aplicação mais amplo do que o da Diretiva da Tributação da Poupança, uma vez que a troca automática de informação entre administrações fiscais foi alargada de forma a incluir juros, dividendos e outros tipos de rendimentos financeiros e saldos de conta.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

A manutenção em vigor de ambas as Diretivas levaria a uma sobreposição significativa dos seus âmbitos de aplicação, tendo, assim, o Conselho decidido pela revogação da Diretiva da Tributação da Poupança.

Diretiva “Mães-Filhas”

Em janeiro, o Conselho adotou a segunda alteração à Diretiva 2011/96/UE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-membros diferentes, tendo como objetivo a introdução de uma cláusula anti abuso, por forma a prevenir a evasão fiscal e o planeamento fiscal agressivo, pretendendo garantir uma maior consistência na sua aplicação nos diferentes Estados-membros.

A referida cláusula introduz a obrigação de os governos se absterem de conceder as isenções previstas na Diretiva “Mães-Filhas” a arranjos empresariais que não sejam “genuínos” e que tenham sido montados com o objetivo de obter uma vantagem fiscal, não refletindo a realidade económica.

Em julho de 2014, o Conselho já havia adotado uma primeira alteração à Diretiva, introduzindo provisões para prevenir a dupla não-tributação, impedindo a exploração de assimetrias fiscais entre Estados-membros para obter vantagens fiscais no âmbito de instrumentos financeiros híbridos.

Portugal apoiou as alterações acima referidas, em face da importância deste dossiê para os interesses nacionais.

A primeira alteração à Diretiva (Diretiva 2014/86/UE) foi já transposta para a ordem jurídica interna através da Lei n.º 82-C/2014, de 31 de dezembro, e os trabalhos de transposição da segunda alteração (Diretiva 2015/121/UE) estavam praticamente concluídos no final do ano⁴¹.

⁴¹ A transposição veio a ser concluída através da Lei n.º 5/2016, de 29 de fevereiro.



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Erosão da base tributável e transferência de lucros

Em dezembro, o Conselho adotou conclusões sobre a implementação na UE das recomendações da OCDE sobre a erosão da base tributável e transferência de lucros ("Base Erosion and Profit Shifting – BEPS"), adotadas pelos líderes do G20 na Cimeira de Antalya a 15 e 16 de novembro de 2015.

Nas conclusões, o Conselho destacou a importância que a UE atribui à rápida e efetiva implementação das recomendações da OCDE e destaca as ações a adotar neste campo, salientando que o veículo preferencial para a referida implementação deve ser legislativo, isto é, através da adoção de diretivas (nomeadamente através das propostas sobre matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades e Diretiva juros e "royalties"), embora também assinalando algumas soluções de carácter não legislativo neste campo (nomeadamente o reforço do papel do Grupo Código de Conduta).

Matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (CCCTB)

Em dezembro, o Conselho avaliou o ponto de situação das discussões a nível técnico sobre a proposta de diretiva relativa à definição de um sistema comum de cálculo e consolidação da base tributável em matéria de imposto sobre as sociedades ("proposta CCCTB"), apresentada pela Comissão em março de 2011.

A proposta inicial da Comissão Europeia abrangia duas vertentes:

- A vertente harmonização da base tributável do imposto sobre as sociedades, que permite a certas empresas optar pela aplicação de um corpo de regras comuns, com vista ao apuramento da respetiva base tributável em sede de imposto sobre as sociedades, em substituição da aplicação de regras distintas, aplicadas nos vários Estados-membros em que as empresas que fazem parte do grupo estão estabelecidas;
- A vertente consolidação, que consiste na agregação dos resultados do grupo que, posteriormente, é objeto de uma repartição entre os vários Estados-membros de acordo com um mecanismo de redistribuição pré-estabelecido.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Incluía, ainda, um conjunto de disposições visando a redução das oportunidades para o planeamento fiscal agressivo. Nessa medida, a proposta está relacionada com os trabalhos mais recentes desenvolvidos pela OCDE para lidar com a erosão da base tributável e transferência de lucros (BEPS).

Neste contexto, a Comissão anunciou, no seu plano de ação para um sistema de tributação das sociedades justo e eficaz, apresentado em junho de 2015, que no início de 2016 apresentará um pacote de medidas anti BEPS (incluindo uma proposta de diretiva anti BEPS), bem como retirará a atual proposta CCCTB (apresentando uma nova proposta CCCTB no 2.º semestre de 2016). Todavia, os trabalhos relativos à proposta CCCTB ao nível do Conselho prosseguiram, embora focados apenas nos aspetos internacionais da proposta relacionados com o projeto BEPS da OCDE.

A Presidência luxemburguesa assumiu a separação destes aspetos da proposta CCCTB. Promoveu a discussão a nível técnico, visando uma implementação coordenada, consistente e veloz das recomendações BEPS da OCDE ao nível da UE (não descurando que a Comissão pudesse aproveitar alguns elementos dessa discussão para a sua proposta anti BEPS).

Portugal considera necessária e desejável uma coordenação entre os Estados-membros da UE visando a aplicação das conclusões do projeto BEPS, aguardando com expectativa a apresentação, tão breve quanto possível, de uma proposta de diretiva sobre esta matéria, tal como anunciado pela Comissão.

As soluções que vierem a ser adotadas neste âmbito devem permitir a flexibilidade suficiente de modo a que os Estados-membros que assim o pretendam possam aplicar soluções mais exigentes do que aquelas que resultam das conclusões do projeto BEPS.

Acordos fiscais com Liechtenstein, São Marino e Suíça

Em dezembro, o Conselho adotou decisões sobre a conclusão dos acordos relativos à troca automática de informação sobre contas financeiras, assinados com a Suíça, em



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

maio, e com o Liechtenstein, em outubro, tendo ainda adotado uma decisão sobre a assinatura de um acordo semelhante com São Marino.

Estes acordos atualizam os acordos de 2004 que asseguravam que estes três países aplicavam medidas equivalentes às previstas na UE com a Diretiva da Tributação da Poupança. Tendo esta Diretiva sido revogada para eliminar sobreposições com a Diretiva da Cooperação Administrativa, que inclui disposições reforçadas para prevenir a evasão fiscal, os acordos com o Liechtenstein, São Marino e a Suíça foram atualizados em conformidade.

Diretiva “juros e royalties”

Prosseguiu o debate técnico em torno da proposta da Comissão de reformulação da Diretiva 2003/49/CE do Conselho relativa a um regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de “juros e royalties” efetuados entre sociedades associadas de Estados-membros diferentes (Diretiva “juros e royalties”), apresentada pela Comissão em novembro de 2011, não tendo, todavia, os trabalhos a nível técnico avançado o suficiente para uma apreciação a nível ministerial.

OUTROS DOSSIÊS LEGISLATIVOS

Declaração normalizada de IVA

Prosseguiu igualmente o debate técnico em torno da proposta de diretiva relativa a uma declaração normalizada de IVA em toda a UE, apresentada pela Comissão em outubro de 2013, tendo como finalidade a redução dos encargos para as empresas, em particular para as pequenas e médias empresas. Todavia, dadas as claras divergências em torno desta proposta, a mesma não foi, em 2015, debatida a nível ministerial.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Imposto sobre as transações financeiras (ITF)

O Conselho deu continuidade à discussão da proposta de Diretiva que implementa a cooperação reforçada no domínio do ITF⁴². Os trabalhos desenvolvidos permitiram avanços importantes na negociação, mas revelaram-se ainda insuficientes para se alcançar um acordo entre todos os 11 Estados-membros participantes⁴³. Ainda assim, no Conselho ECOFIN de dezembro, 10 destes Estados-membros chegaram a acordo sobre aspetos importantes da configuração do imposto (apenas a Estónia não integrou este grupo).

Portugal apoia a proposta da Comissão atualmente em discussão, apesar de reconhecer as dificuldades técnicas que esta coloca e a necessidade de se proceder a alguns ajustamentos. Em particular, manifestou preocupação com a necessidade de se evitar potenciais efeitos negativos sobre o financiamento da economia. Refira-se, ainda, que Portugal assume, desde janeiro de 2015, a coordenação técnica deste dossiê, cabendo a coordenação política à Áustria.

Tratamento dos "Vouchers" em sede de IVA

Prosseguiram os trabalhos com base na proposta apresentada pela Comissão em 2012, assegurando a aplicação de regras comuns para todos os Estados-membros, tendo em vista apoiar as empresas que exercem atividades transfronteiras e assegurar que não ocorrem casos de dupla tributação ou de não-tributação.

Apesar dos progressos registados no debate, afigura-se necessário prosseguir os trabalhos técnicos para aproximar diferentes pontos de vista dos Estados-membros.

Portugal encontra-se ativamente envolvido na negociação deste dossiê, tentando assegurar que as regras definidas vão ao encontro do interesse nacional,

⁴² Proposta adotada pela Comissão Europeia em 14/02/2013, COM(2013) 71.

⁴³ Alemanha, Áustria, Bélgica, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, França, Grécia, Itália e Portugal.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

nomeadamente que a harmonização das regras resulte num corpo coeso e eficaz que não ponha em causa a base tributável nacional.

OUTROS DOSSIÊS NÃO LEGISLATIVOS

Fórum Conjunto da UE sobre Preços de Transferência

Em março, o Conselho adotou conclusões relativas ao Fórum Conjunto da UE sobre Preços de Transferência, saudando a Comunicação da Comissão sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Fórum entre julho de 2012 e janeiro de 2014, bem como os seus três relatórios anexos, respetivamente, sobre ajustamentos secundários, gestão de risco no âmbito de preços de transferência e ajustamentos compensatórios. O Conselho aprovou os referidos relatórios, reconhecendo que contêm elementos de orientação úteis sobre o tratamento das transações envolvendo preços de transferência, e convidou os Estados-membros a implementar as recomendações com a maior brevidade possível.

Código de Conduta sobre Fiscalidade das Empresas

Em junho e em dezembro, o Conselho adotou conclusões congratulando-se com os progressos realizados pelo Grupo do Código de Conduta (Fiscalidade das Empresas) durante as Presidências letã e luxemburguesa:

- Convidando a Comissão a continuar o diálogo com o Liechtenstein sobre práticas fiscais lesivas;
- Convidando o Grupo a continuar a discussão sobre o seu futuro;
- Convidando o Grupo a continuar a monitorizar o alinhamento dos regimes especiais de tributação dos rendimentos de patentes (“patent boxes”); e
- Acolhendo com agrado o acordo alcançado sobre as orientações em matéria de assimetrias de entidades híbridas envolvendo países terceiros.

Em dezembro, o Conselho adotou ainda conclusões sobre o futuro do Grupo, destacando a utilidade dos seus trabalhos na avaliação de certas medidas fiscais individuais dos Estados-membros suscetíveis de gerar situações de concorrência



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

fiscal prejudicial. O Conselho endossou um novo pacote de trabalhos para o Grupo, tendo solicitado a elaboração de orientações genéricas sobre as formas de prevenção da elisão fiscal, da erosão da base tributável e da transferência de lucros.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

COMPETITIVIDADE

MERCADO INTERNO

Estratégia relativa ao mercado único de bens e de serviços

O aprofundamento do mercado único é um dos motores para a recuperação económica da UE. Por este motivo, realizaram-se, ao longo do ano, diversos debates nas instâncias europeias sobre a necessidade de explorar plenamente as potencialidades do mercado único em todas as suas dimensões. Esta reflexão culminou com a apresentação, em outubro, da Comunicação da Comissão “Melhorar o Mercado Único: mais oportunidades para os cidadãos e as empresas”.

Esta nova estratégia relativa ao mercado único de bens e de serviços identifica um conjunto de ações em domínios tão diversos como: economia colaborativa; internacionalização das empresas; mercados de bens e de serviços; setor do retalho; direitos dos consumidores; normalização; contratação pública; propriedade intelectual; reforço dos mecanismos de implementação legislativa e comunicação com os cidadãos e as empresas.

Tendo em vista influenciar a Comissão no processo de elaboração desta estratégia, Portugal associou-se a uma carta conjunta, promovida pelo Reino Unido, que elenca uma série de medidas para melhorar o funcionamento do mercado único, em torno de cinco áreas-chave: serviços; indústria; aplicação da legislação; digital; e ambiente empresarial.

Portugal considera crucial aprofundar o mercado único e aplicar plenamente os seus princípios, tendo identificado como ações prioritárias: fomentar o desenvolvimento equilibrado da economia colaborativa; auxiliar as PME e as “start-ups” a crescer; e criar uma verdadeira cultura de cumprimento e de execução da legislação do



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

mercado único, através do reforço dos instrumentos de resolução de problemas, em particular da rede SOLVIT (ver Título VII, Capítulo I).

Portugal espera que as ações previstas na estratégia se traduzam em benefícios concretos para os cidadãos e ajudem a modernizar as economias e a tornar a Europa mais competitiva e atrativa para os investidores.

Relatório sobre a integração do mercado único e a competitividade

A par da estratégia relativa ao mercado único de bens e de serviços, a Comissão apresentou um relatório sobre a integração do mercado único e a competitividade, dedicado a quatro grandes desafios para a recuperação económica da UE: barreiras ao investimento; evolução da competitividade e da inovação; evolução da integração, desempenho e obstáculos remanescentes no mercado único; e financiamento da economia real.

A Comissão aponta a ineficiência da regulamentação (instabilidade regulamentar, excesso ou má regulamentação) como uma das principais barreiras ao investimento. Os encargos regulamentares desproporcionados, quer ao nível da UE quer ao nível nacional, têm um impacto negativo sobre as decisões de investimento ou de deslocalização do investimento. Relativamente aos serviços, a Comissão sublinha que existe potencial para uma maior integração.

Por outro lado, o problema da baixa produtividade continua a ser uma das maiores ameaças à competitividade. É necessário melhorar a afetação de recursos humanos e de capital para empresas e setores mais produtivos. O desenvolvimento tecnológico e o surgimento de novos modelos de negócio inovadores sugerem que a reafetação intersetorial de recursos é uma fonte de crescimento da produtividade.

Neste relatório, em que consta uma parte dedicada à livre circulação de mercadorias, a Comissão classifica Portugal como tendo um mercado aberto no comércio intra-UE e, no que respeita à implementação da Diretiva Serviços, como um dos EM que



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

maior esforço desenvolveram para reduzir as barreiras legais, com impacto positivo no crescimento.

A crise evidenciou que a integração dos mercados de capitais é uma peça-chave para aumentar a competitividade das empresas europeias. Neste sentido, em setembro, a Comissão apresentou o Plano de Ação para a União dos Mercados de Capitais com o objetivo de diversificar e facilitar o financiamento da economia (ver Título IV, Capítulo II).

Governança do mercado interno

Em outubro, foi publicada a 5.^a edição em linha do Painel de Avaliação do Mercado Único, que apresenta os resultados sobre o desempenho dos EM nos vários instrumentos de governação do mercado único. Esta edição do Painel integra, pela segunda vez, os contratos públicos e os serviços postais.

A Comissão faz uma referência expressa a Portugal, indicando que o país melhorou em cinco domínios e manteve-se estável nos restantes:

- Défice de transposição de diretivas: 0,5% (abaixo dos 0,7% de média da UE);
- Processos por infração: regista-se uma melhoria (33 casos) embora ainda acima da média da UE (27 casos);
- Projetos-piloto: o prazo de resposta melhorou (69 dias), passando a respeitar a referência dos 70 dias;
- IMI (sistema de informação do mercado interno): regista-se uma melhoria, nomeadamente em termos de prazo de resposta;
- EURES (portal da mobilidade profissional) e portal “A sua Europa”: melhoria em termos de funcionamento dos portais;
- Centro SOLVIT Portugal: manteve o bom desempenho;
- Balcões únicos: o nível de desempenho mantém-se na média da UE;
- Contratos públicos: o nível de desempenho melhorou, passando a estar de acordo com a média europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Assim, Portugal obteve cartão verde pelo bom funcionamento de seis instrumentos de governação (transposição, projetos-piloto, IMI, EURES, portal “A sua Europa” e SOLVIT), cartão amarelo por se encontrar na média europeia relativamente ao funcionamento dos balcões únicos e aos contratos públicos e cartão vermelho por estar acima da média da UE no que respeita ao número de processos por infração. Em relação aos serviços postais não foi publicado o quadro comparativo de desempenho.

Serviços

Em linha com a estratégia para o mercado único de bens e serviços, Portugal defendeu as seguintes medidas:

- Reforço do procedimento de notificação constante da Diretiva Serviços, enquanto instrumento preventivo potenciador de enquadramento normativo simplificado e propício ao ambiente de negócios;
- Implementação do “passaporte serviços”, o qual deverá promover a colaboração entre os EM para a formalização do processo de deslocalização do agente económico de forma mais célere;
- Aprofundamento das relações entre os EM com vista à identificação de pontos comuns e alinhamento de agendas, no âmbito da estratégia para o mercado interno dos serviços.

A nível interno entrou em vigor no dia 1 de março o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), publicado a 16 de janeiro, através do Decreto-Lei n.º 10/2015. Este novo regime consolida num único diploma as regras de acesso e exercício de um conjunto de atividades, cuja regulamentação se encontrava dispersa por vários diplomas e cria para a generalidade das atividades de comércio e serviços procedimentos-padrão sujeitos a trâmites de aplicação geral.

O RJACSR e as respetivas Portarias regulamentadoras (foram publicadas 13 ao longo de 2015) implementam os princípios e as regras a observar no acesso e exercício das atividades de serviços realizadas em território nacional, nos termos previstos no



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva Serviços.

Além de operar uma simplificação acentuada num conjunto de regimes, com a eliminação ou desoneração importante de passos procedimentais e elementos instrutórios, o RJACSR procede também à desmaterialização geral, no “Balcão do empreendedor”, de todos os procedimentos aplicáveis.

No âmbito da implementação da Agenda para o Comércio, Serviços e Restauração, e com o objetivo de facilitar o contacto direto entre a administração pública, as empresas e os cidadãos, foi criado um canal de comunicação que inclui uma linha telefónica e uma caixa de correio específica, bem como a publicação “online” de “Perguntas Frequentes”, onde os agentes económicos podem ter acesso a um conjunto alargado de informação setorial permanentemente atualizada.

Foi ainda criado o Conselho para o Comércio, Serviços e Restauração, com a missão de potenciar um conhecimento mais aprofundado destes setores, através da identificação das melhores práticas em matéria de iniciativas que contribuam para a melhoria dos serviços prestados e do processo de tomada de decisão política. Este Conselho congrega, para além dos membros do governo responsáveis pela área da economia, outras entidades, tais como, confederações/associações, universidades e entidades do ensino superior, empresas e personalidades de reconhecido mérito e representantes dos setores do comércio e serviços.

No âmbito do processo de aprofundamento do mercado único, relacionado com o surgimento de novos modelos de negócio baseados no conceito da economia partilhada, foram publicados dois diplomas⁴⁴ cujo âmbito incide sobre o “crowdfunding” e o alojamento local.

Foi ainda criado um grupo de trabalho multidisciplinar e transversal aos vários organismos da administração pública e com a participação dos “stakeholders”

⁴⁴ DL 63/2015, de 23 de abril e DL 112/2015, de 19 de junho.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

significativos, que permita a reflexão e criação de massa crítica sobre o fenómeno da economia partilhada.

Portugal promoveu uma implementação mais ambiciosa da Diretiva Serviços, tendo, até à data, publicado 80 diplomas no âmbito do processo de adaptação legislativa setorial à Diretiva Serviços.

Melhor Regulamentação

Em maio, o Vice-presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans, apresentou a Agenda “Legislar Melhor”, que se consubstancia num conjunto de medidas, não legislativas, que visam reduzir a burocracia, melhorar a qualidade da legislação e tornar os instrumentos legislativos mais adaptados às necessidades dos cidadãos e das empresas.

Destaca-se a Comunicação de enquadramento “Legislar melhor para melhores resultados – uma Agenda da UE” que, propondo uma mudança na forma de trabalhar da UE, estabelece os seguintes objetivos: reforçar a visibilidade da consulta e da transparência no processo de tomada de decisões da UE (avaliação “ex ante”); aumentar a qualidade da nova legislação através de melhores avaliações de impacto das propostas legislativas e das respetivas alterações; promover a revisão constante e coerente da legislação em vigor na UE, de modo a que as políticas atinjam os seus objetivos da forma mais eficaz e eficiente (avaliação “ex post”). Esta comunicação representa também um compromisso da Comissão de dar especial atenção às especificidades das PME, nomeadamente através da inclusão do Teste PME nas avaliações de impacto que realiza, da aplicação sistemática do princípio “Think Small First” e do tratamento prioritário de propostas relevantes para as PME.

A Agenda inclui ainda: i) uma proposta de Acordo Interinstitucional “Legislar Melhor” (ver Título I, Capítulo I); ii) uma Comunicação e uma Decisão sobre a criação de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

uma Plataforma do REFIT⁴⁵, um fórum regular de diálogo com as partes interessadas e com as autoridades dos EM; e iii) uma decisão sobre a criação do Comité Independente de Controlo da Regulamentação em substituição do anterior Comité de Avaliações de Impacto.

Foram promovidos dois debates de orientação, não conclusivos, sobre a aplicação e contributo da Agenda “Legislar Melhor”, em particular do programa REFIT, para melhorar o funcionamento do mercado interno e gerar crescimento, bem como para reforçar a competitividade, em especial das PME.

A Agenda “Legislar Melhor” encontra expressão nacional nas Grandes Opções do Plano para 2016, pelo que merece o total apoio de Portugal.

Patente europeia e Tribunal Unificado de Patentes

Em dezembro ficaram concluídas as discussões sobre as regras processuais da nova patente europeia com efeito unitário criada pelos Regulamentos (CE) n.ºs 1257/2012 e 1260/2012, sobre os critérios de distribuição de receita pelos EM e o valor da taxa de renovação da nova patente, tendo-se conseguido alcançar com sucesso, quanto a este último aspeto, um equilíbrio entre a sustentabilidade financeira do projeto e a competitividade do novo sistema para os cidadãos e as empresas.

A implementação do novo Tribunal Unificado de Patentes (criado em 2012 através de um acordo internacional) continuou a ser discutida no Comité Preparatório.

Em agosto, Portugal ratificou o Acordo Internacional que criou o Tribunal Unificado de Patentes, tendo também ao longo deste ano manifestado intenção de proceder à instalação de uma divisão local do tribunal em território nacional.

⁴⁵ Programa REFIT – Programa para a Adequação e a Eficácia da Regulamentação/“Regulatory Fitness and Performance Programme”. Em vigor desde 2012, prevê medidas para simplificar a legislação da UE e reduzir os custos decorrentes da regulamentação, contribuindo assim para um quadro regulamentar claro, estável, previsível e propício ao crescimento e ao emprego.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Pacote Marca

Os progressos alcançados neste dossiê, que teve início em 2013 com a apresentação pela Comissão de três propostas de alteração da legislação europeia que enquadrava a proteção e o registo das marcas comerciais no espaço da UE, permitiram obter o acordo final e a publicação, em dezembro, de dois novos atos legislativos que entram em vigor no início de 2016: a Diretiva (UE) 2015/2436, de 16 de dezembro, que aproxima as legislações dos EM em matéria de marcas (reformulação) e o Regulamento (UE) 2015/2424, de 16 de dezembro, que altera o Regulamento (CE) n.º 207/2009 do Conselho sobre a marca comunitária e revoga o Regulamento (CE) n.º 2869/95 da Comissão relativo às taxas a pagar ao Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos).

Esta legislação europeia vem, no essencial, modernizar o sistema de marcas na Europa e reforçar a harmonização e complementaridade entre o sistema comunitário e os sistemas nacionais de registo.

Portugal participou ativamente nas discussões que decorreram entre os anos de 2013 e 2015. Os novos atos legislativos refletem as principais preocupações manifestadas por Portugal em pontos-chave, designadamente em aspetos mais técnicos da diretiva (como a manutenção do exame nacional “ex officio” dos motivos de recusa de marcas e a não harmonização excessiva dos procedimentos nacionais na atribuição e manutenção dos registos de marcas apresentados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial), mas também em aspetos de cariz mais político do regulamento comunitário (como a não diminuição excessiva das taxas das marcas comunitárias, a não imposição obrigatória da participação em projetos de cooperação e a não alteração do equilíbrio institucional na governação do Instituto de Harmonização do Mercado Interno).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

INDÚSTRIA

Em junho, a Comissão apresentou o roteiro para a competitividade industrial, concretizando assim a resposta ao pedido do Conselho Europeu de março de 2014 para a conceção de uma política que conduza ao relançamento industrial europeu.

A Comissária Bienkowska colocou a competitividade industrial no topo das prioridades do seu mandato, que se consubstancia sobretudo na integração deste domínio nas restantes políticas, procurando a Comissão assegurar, em particular, que as políticas comerciais, do mercado interno e de financiamento sejam compatíveis com o reforço da competitividade da indústria da União. As iniciativas emblemáticas da Comissão (nomeadamente o Plano de Investimento para a Europa, a Estratégia para o Mercado Interno de Bens e Serviços, o Mercado Único Digital, a União para a Energia, a Economia Circular ou a União dos Mercados de Capitais) deverão contribuir para este desígnio.

Portugal atribui grande importância ao desenvolvimento de uma nova política industrial europeia pelo que tem apoiado, na generalidade, as prioridades estabelecidas pela Comissão. Foram defendidos: um maior acesso ao financiamento por parte das empresas; a integração das questões energéticas como parte integrante da melhoria das condições-quadro para as empresas; regulamentos mais flexíveis para os auxílios de Estado; o levantamento dos obstáculos à utilização de Fundos Estruturais em áreas onde o desemprego é elevado; e legislação ambiental previsível, estável e proporcional aos objetivos.

Em dezembro, teve lugar a primeira reunião do novo Grupo de Alto Nível para as Indústrias de Utilização Intensiva de Energia. Trata-se da reformulação do anterior Grupo de Alto Nível Indústria Siderúrgica (do qual Portugal já fazia parte), contando agora também com as indústrias químicas, cerâmica, vidro e metais não ferrosos. Portugal apresentou as suas principais prioridades e preocupações para estes setores e abordou também a revisão do Sistema de Comércio de Emissões e o novo pacote sobre a economia circular.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Política de Empresa e PME

A rede de representantes das PME “SME Envoys”, composta por representantes nacionais responsáveis pela promoção dos interesses das PME e por um representante da Comissão, contribui para assegurar a integração do princípio “Think Small First” nas políticas e propostas de regulamentação, a nível nacional, regional e europeu.

O relatório dos “SME Envoys” – cuja redação final teve em conta as sugestões remetidas por Portugal – foi apresentado ao Conselho Competitividade de novembro. Este documento expõe uma visão geral das últimas tendências no desempenho das PME da UE e sintetiza o trabalho realizado em quatro prioridades definidas pela rede: Teste PME na avaliação de impacto da legislação; acesso ao financiamento; redução de encargos administrativos; e cultura de empreendedorismo.

Foi também dado especial destaque ao longo do ano à iniciativa europeia “Small Business Act” (SBA), no âmbito da qual Portugal tem vindo, através da rede “SME Envoys” e em articulação com a Comissão Europeia, a implementar uma série de medidas e políticas que vão ao encontro dos objetivos e dos dez princípios do SBA.

Portugal tem participado ativamente e com grande interesse nesta iniciativa, transmitindo as suas preocupações relativamente às áreas em que entende serem necessárias políticas/iniciativas europeias e nacionais dirigidas às PME, como por exemplo, acesso ao financiamento, simplificação legislativa (aplicação do Teste PME), reforço de competências, novos mercados e empreendedorismo.

Todas as medidas orientadas para as PME postas em prática no nosso país podem ser consideradas como refletindo os objetivos da iniciativa SBA. Aliás, Portugal garante essa informação anualmente à Comissão através da produção das “factsheets SBA”, estando já disponível a relativa ao ano de 2015.

Portugal apresenta ao nível do SBA um perfil consistente, encontrando-se em consonância com a média da UE. É significativo o seu posicionamento em matéria de



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

empreendedorismo, sendo mesmo o segundo melhor EM. Portugal tem manifestado junto da Comissão interesse na continuidade desta iniciativa, quer pela necessidade de melhorar as condições-quadro para um desempenho mais eficaz e eficiente das microempresas e PME, quer pela oportunidade que representa para a troca de experiências e divulgação de boas práticas.

Portugal teve ainda a oportunidade de partilhar com outros EM as suas experiências no domínio dos “clusters”, de acordo com os objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente (ENEI).

INVESTIGAÇÃO

Portugal contribuiu para a reflexão em torno da Comunicação da Comissão sobre a Análise Anual do Crescimento para 2015 e do Plano de Investimento para a Europa no quadro do Espaço Europeu de Investigação e Inovação, bem como para o debate/troca de opiniões dos seguintes temas:

- Ciência 2.0: por uma ciência europeia aberta e excelente;
- Programa BONUS: Programa Conjunto de Investigação e Desenvolvimento do Mar Báltico;
- Instrumento europeu de poupança-reforma para as instituições de investigação da União Europeia (RESAVER);
- Iniciativa “Science4Refugees”: ligação entre requerentes de asilo e refugiados cientistas ou investigadores com instituições científicas europeias;
- 4.º Exercício de prospetiva do SCAR (Comité Permanente para a Investigação Agrícola): identificação dos desafios de inovação que poderão apoiar a estratégia em bio-economia para a Europa;
- Incentivo do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos à investigação e à inovação na Europa.

O ano foi ainda marcado por três prioridades lançadas pela Comissão Europeia, que conduziram à adoção de conclusões pelo Conselho Competitividade:



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

- Promoção de sinergias entre atividades que estimulem a inovação e investigação e conduzam ao crescimento do Espaço Europeu de Investigação e Inovação (EEI);
- Investigação aberta, com utilização intensiva de dados em rede, como motor de uma inovação mais rápida e mais ampla;
- A importância da integridade/ética na ciência e a evolução da igualdade de género no Espaço Europeu de Investigação e Inovação.

Em 2015 procedeu-se à revisão da estrutura de governação do EEI e dos seus grupos de acompanhamento, nomeadamente o Comité para o Espaço Europeu de Investigação e Inovação (ERAC – “European Research Area and Innovation Committee”), o que resultou na adoção de conclusões sobre esta matéria pelo Conselho Competitividade.

Foram também aprovadas conclusões do Conselho sobre o desenvolvimento do chamado roteiro europeu do EEI para o período 2015-2020, que define um calendário de ações a empreender pelos EM e pela Comissão na concretização das respetivas prioridades. Uma importante recomendação do Conselho foi a de que os EM devem desenvolver, no primeiro semestre de 2016, os seus roteiros nacionais para o EEI.

Participação portuguesa Programa Horizonte 2020 (2014-2020)

Em 2015, o Programa Horizonte 2020 (H2020) continuou em plena execução, tendo sido concluído o apuramento do primeiro ano completo de concursos (2014) e implementado o segundo ano do primeiro programa bianual do H2020 (2014-2015). Decorreu também a discussão com os EM do segundo programa bianual do H2020 (2016-2017), que ficou concluído em outubro, tendo sido então publicados os concursos para 2016 e, a título indicativo, também os de 2017 (sujeitos a confirmação após a adoção do orçamento da UE para 2017).

Nos concursos de 2014 do H2020 as entidades nacionais obtiveram o melhor resultado de sempre na captação de verbas dos vários Programas-Quadro europeus:



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

submeteram 2093 candidaturas, 783 como coordenadoras, tendo sido financiadas 310, 76 como coordenadores. A taxa de sucesso nacional (14,8%) foi um pouco superior à média do H2020 (14,1%). Em termos financeiros, dos 8404 milhões de euros colocados a concurso, as entidades nacionais captaram 144 milhões de euros (1,72%), superando os 1,3% dos dois melhores anos anteriores (2012 e 2013 no 7.º PQ). Tomando apenas em conta as verbas colocadas a concurso, é o 3.º ano consecutivo em que é ultrapassada a barreira dos 1,24%. Durante 2015, foi também atingido um marco em termos de captação das prestigiadas bolsas ERC (Conselho de Investigação Europeu), com 17 bolsas num só ano (cerca de 31 milhões de euros), em comparação com 36 bolsas do Conselho de Investigação Europeu em todo o período do 7.º PQ.

Os concursos de 2015 revelaram-se igualmente bem-sucedidos. Embora no final do ano ainda só estivessem apurados os resultados correspondentes a cerca de 6000 milhões de euros dos 8000 milhões de euros colocados a concurso, é possível verificar já uma tendência semelhante a 2014 para a participação nacional: 1908 propostas submetidas, 468 como coordenadoras, 205 projetos financiados, 46 como coordenadores, e correspondendo a um financiamento de 109,5 milhões de euros, ou seja, 1,82% do financiamento global. O H2020 ficou ainda mais competitivo em 2015, com uma redução geral da taxa de sucesso, tendo a taxa de sucesso nacional (10,7%) sido muito semelhante à média europeia global (10,8%).

Embora continuem a ser os projetos organizados com base nos artigos 185.º e 187.º do TFUE aqueles em que Portugal tem tradicionalmente pior desempenho, verificou-se pela primeira vez, numa das "Joint Technology Initiative" ("Clean Sky"), um sucesso muito significativo com a seleção de dois projetos para o nível de "Core Partner", que representam potencialmente 7,2 milhões de euros de financiamento europeu para os consórcios respetivos numa área estratégica para Portugal (aeronáutica).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Parcerias Europeias de Inovação

Ao longo de 2015, a participação de entidades nacionais nas várias Parcerias Europeias de Inovação (PEI) manteve-se muito significativa, resultando no aumento da participação nacional nos temas correlacionados do Programa H2020, cujos concursos são desenhados tendo em conta as recomendações das PEI, nomeadamente na saúde (Desafio Societal 1), na agricultura (Desafio Societal 2), na água e nas matérias-primas (Desafio Societal 5) e nas cidades e comunidades inteligentes (Desafio Societal 3).

Relativamente à PEI para o Envelhecimento Ativo e Saudável, Portugal participa em todos os "Action Groups" e "Reference Sites".

Na PEI para a Produtividade e Sustentabilidade no Setor Agrícola já foram constituídos 18 Grupos Focais de discussão, estando Portugal representado em 11. No H2020, já foram financiados seis projetos com envolvimento nacional (1,8 milhões de euros para entidades nacionais) que contribuem diretamente para os objetivos desta parceria.

Na PEI-Água Portugal participa em nove dos 29 "Action Groups", coordena um através do LNEC e está ainda representado no "High Level Steering Group". Nos concursos do H2020 lançados no âmbito da água, Portugal conseguiu 11 projetos aprovados, com um orçamento total de 7 milhões de euros e representando 4,3% do orçamento disponível nesta área.

Na PEI Matérias-Primas, registaram-se, até ao final do ano, 81 consórcios internacionais de diferentes parceiros, dos quais 24 têm participantes nacionais e três são coordenados por Portugal (Universidade do Porto, Universidade de Coimbra, Associação Nacional da Indústria Extrativa e Transformadora). A participação ativa de Portugal nesta parceria potenciou bons resultados nos concursos do H2020 desta temática, em que as entidades nacionais conseguiram oito projetos, num total de 4,8



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

milhões de euros, representando 3,8% do orçamento europeu disponível na área das matérias-primas.

Fruto de uma participação ativa na PEI Cidades e Comunidades Inteligentes, Portugal viu financiado, pela primeira vez, um grande projeto piloto do H2020, centrado na cidade de Lisboa, com um total de financiamento para as entidades nacionais de 6 milhões de euros, reunindo atores das temáticas energia, TIC e transportes.

Infraestruturas de Investigação

Foi dada continuidade à participação ativa e proeminente no âmbito do ESFRI – “European Strategy Forum for Research Infrastructures” (“stakeholder” do EEI) –, tendo Portugal assegurado a Presidência do Grupo Estratégico para a área da energia. Enquanto Presidência, Portugal elaborou uma análise de todas as infraestruturas europeias na área e coordenou a avaliação das propostas de novas infraestruturas de investigação a integrar no roteiro europeu de 2016.

No âmbito da “Science Europe” (“stakeholder” do EEI), a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) participou ativamente no Grupo de Trabalho de Infraestruturas de Investigação, tendo sido uma das três agências (em colaboração com os Países Baixos e a Lituânia) a elaborar o estudo “Strategic Priorities, Funding and Pan-European Co-operation for Research Infrastructures in Europe”, e assumiu, a partir de junho, a presidência deste grupo.

Foi ainda prestado apoio bilateral a diversos países, por solicitação dos mesmos, no processo de elaboração dos roteiros nacionais de infraestruturas de investigação, uma vez que o Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico fora considerado pela Comissão como um modelo a seguir na componente de articulação regional, nacional e europeia.

Cooperação internacional em investigação e inovação

No âmbito do Fórum Estratégico para a Cooperação Internacional (SFIC), deu-se continuidade ao desenvolvimento e implementação dos roteiros multianuais para a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

cooperação internacional em investigação e inovação (I&I), tendo integrados os grupos de trabalho de suporte aos diálogos políticos bi-regionais UE-Brasil, UE-Índia, UE-ALC (América Latina e Caraíbas) e UE-China, bem como acompanhado os diálogos políticos UE-EUA e com as regiões Euro-Mediterrânica, Euro-Africana, Euro-Coreana, Euro-Japonesa e Euro-Russa.

Ao mesmo tempo, a Comissão e os EM continuaram a implementação da sua estratégia de cooperação internacional, a fim de reforçar e centrar as atividades de cooperação internacional da UE nos domínios da I&I.

No quadro do Diálogo Político UE-África nos domínios da Ciência, Tecnologia e Inovação (HLPD – “High Level Group on Science, Technology and Innovation”), Portugal participou em todas as reuniões do “Bureau”, contribuiu para a elaboração do roteiro de prioridades/atividades deste órgão e indicou um representante nacional para o Grupo de Peritos Euro-Africano responsável por elaborar a Agenda Estratégica de Investigação e Inovação em segurança alimentar/nutricional e na agricultura sustentável, tema-piloto do HLPD, que fará parte do roteiro acima mencionado, a ser aprovado por decisão política, em 2016.

No âmbito da cooperação Euro-Mediterrânea, ao nível do Diálogo 5+5⁴⁶, Portugal, enquanto membro do Grupo de Acompanhamento, participou na reunião de janeiro, em Barcelona, como preparação da 2.ª Reunião Ministerial (Madrid, março), na qual os ministros reafirmaram, como mensagem principal na Declaração final, fazer avançar uma sólida cooperação baseada no conhecimento. Neste mesmo bloco geográfico, verificaram-se ainda dois outros importantes avanços, designadamente:

- No desenvolvimento da Parceria em Investigação e Inovação na Região Mediterrânica (PRIMA – “Partnership for Research and Innovation in the Mediterranean Area”), potencial artigo 185.º do TFUE, com foco temático na segurança alimentar, para o qual Portugal tem mostrado um forte envolvimento e apoio.

⁴⁶ Diálogo informal estabelecido entre Portugal, Espanha, França, Itália e Malta, de um lado, e Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia, do outro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

- Na iniciativa BlueMed (estratégia de coordenação em investigação e inovação, de apoio à sustentabilidade e gestão da exploração do Mar Mediterrâneo e do setor marinho), liderada pela Itália, e com participação de Chipre, França, Grécia e Malta, na qual Portugal colabora através de vários instrumentos de cooperação no domínio do H2020.

Acesso aberto à informação científica

Verificou-se uma intensa atividade neste domínio com vista a que em 2016 se desbloqueie o impasse no ecossistema das publicações científicas, em que se têm verificado passos mais lentos do que os desejados em direção ao Acesso Aberto (AA) como método padrão de disseminação do conhecimento científico.

Deste modo, realizaram-se iniciativas como o “Expert Meeting on Open Access to Publications”, em junho, com o propósito de recolha e discussão de ideias de peritos em AA, entre os quais editores, investigadores, financiadores de ciência, governantes e representantes de instituições europeias. Portugal participou de forma ativa no evento, defendendo a necessidade de proceder a alterações aos sistemas de avaliação da atividade científica – sobretudo a procura e experimentação de métricas de avaliação independentes do fator de impacto das revistas em que os artigos são publicados – e uma maior transparência no mercado das publicações.

No seio do ERAC deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido no contexto da “Task Force on Open Access to Research Data” (que se iniciou em 2014), liderada pelos Países Baixos, que culminou na apresentação do relatório “Opinion on Open Research Data”. Portugal elaborou, em conjunto com aquele país, toda a parte do relatório e das recomendações dedicadas aos custos com a gestão e partilha de dados.

Portugal participou na 3.^a reunião da rede de “National Points of Reference on Scientific Information” (NPR) de EM, em outubro, e elaborou o documento nacional de atualização de informação sobre as atividades dos EM no domínio do AA.

O “Digital ERA Forum”, antecedendo o evento ICT 2015 (ver Capítulo VI deste Título), efetuou a sua 4.^a reunião em Lisboa, em outubro. A pedido da Comissão, a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

FCT apresentou a “Ciência Aberta” em Portugal, abordando as políticas de AA às publicações científicas e de partilha de dados científicos, as infraestruturas digitais que suportam as políticas e a visão de futuro, onde se prevê a integração e a interoperabilidade dos diferentes sistemas em uso para uma melhor gestão de ciência e facilitação da “ciência aberta”.

Ações COST – “European Cooperation in Science and Technology”

Atualmente estão em curso 1212 ações que abrangem variados domínios da investigação, desde a investigação fundamental à investigação aplicada.

Em 2015, foram recebidas manifestações de interesse para a participação da comunidade científica em Ações COST, das quais Portugal aderiu a 39, distribuídas pelos seguintes domínios científicos: Biomedicina e biociências moleculares (4 ações); Ciências da terra e gestão ambiental (4 ações); Florestas, seus produtos e serviços (3 ações); Alimentação e agricultura (6 ações); Tecnologias da informação e comunicação (3 ações); Indivíduos, sociedades, culturas e saúde (6 ações); Materiais, física e nano ciências (4 ações); Transdisciplinar (2 ações); Transportes e desenvolvimento urbano (3 ações); e Química e ciências e tecnologias moleculares (4 ações). Os últimos anos têm testemunhado um desenvolvimento e aumento de interesse quase exponencial de Portugal no programa COST. Os números dos últimos três anos colocam Portugal no top 6 dos países que mais propostas submetem.

ITER – “International Thermonuclear Experimental Reactor”

Na sequência da entrada em funções da nova Comissão, o ITER, até agora tutelado pela DG Investigação, passou a estar sob a tutela da DG Energia. Em Portugal, o Governo decidiu que a responsabilidade pelo ITER passasse também para a Secretaria de Estado da Energia, embora com o apoio da Ciência, sendo conjunta a representação nos comités respetivos. A participação da UE no ITER é gerida pela F4E (“Fusion for Energy”), com um representante de cada tutela setorial nacional.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Em 2015, Portugal continuou a ter uma participação interessante no projeto ITER, quer na componente de investigação (através do Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear), quer através de contratos de fornecimento de serviços e equipamentos por empresas nacionais.

Quer o ITER, quer a F4E, têm novos diretores, mas continuam a verificar-se atrasos significativos, que penalizaram a conclusão do projeto e aumentam o seu custo final global.

ESPAÇO

Este tema foi marcado pela realização do Conselho Informal do Espaço, que já não se realizava desde 2011. Os principais assuntos em discussão incluíram a evolução do Conselho Espaço, o mercado institucional de lançadores e a promoção da utilização dos sistemas e dados espaciais nas políticas públicas.

Portugal apoiou a realização deste Conselho, entendendo que representa uma ferramenta indispensável de coordenação política espacial europeia e manifestou-se a favor da organização regular deste tipo de reuniões. Relativamente aos lançadores, Portugal concordou com a importância do acesso autónomo ao espaço, considerando também relevante promover a inovação e a inclusão de PME europeias competitivas nas cadeias de valor dos lançadores, tendo em conta o dinamismo do mercado global nesta área. Por fim, Portugal também pediu que fosse dada prioridade à utilização de dados de satélites nas políticas públicas, nomeadamente com o sentido de alavancar o investimento efetuado nas infraestruturas espaciais (principalmente o Galileo e o Copernicus), mas também tendo em conta o potencial económico expetável e o consequente crescimento e criação de emprego. Portugal avançou ainda com uma proposta para relançar o tema da segurança marítima, nomeadamente no Atlântico, com recurso à nova geração de dados espaciais.

A realização do Conselho Espaço inseriu-se no contexto da evolução das relações entre a Agência Espacial Europeia (ESA) e a UE, estando em discussão o modelo de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

governação institucional do espaço na Europa, na sequência do Tratado de Lisboa que consagrou o espaço como uma competência da UE. Será importante que o reforço do papel da UE no espaço preserve os fatores que contribuíram para o sucesso do setor na Europa, nomeadamente salvaguardando o papel e características da ESA.

Portugal tem particular interesse em que a ESA mantenha a sua independência e relevância na medida em que tem sido fundamental para o desenvolvimento do setor em Portugal, funcionando para a comunidade científica portuguesa como uma agência nacional para o setor do espaço. Em particular, devido à sua política industrial de retorno geográfico, a ESA tem sido instrumental na criação de capacidade tecnológica na comunidade portuguesa, tornando-a competitiva nos diversos programas espaciais europeus e facilitando a absorção nacional dos benefícios dos sistemas espaciais.

Adicionalmente, destaca-se o impacto desta organização na comunidade científica nacional, que tem conseguido participar competitivamente nos consórcios científicos internacionais das principais missões da ESA, nomeadamente nas missões Gaia, Euclid, Plato, Cheops e Athena. Estas participações têm contribuído significativamente para a qualidade da produção científica nacional na área de ciências espaciais e para a transferência de conhecimento para o setor produtivo.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO V

CONCORRÊNCIA E AUXÍLIOS DE ESTADO

MODERNIZAÇÃO DA POLÍTICA DE AUXÍLIOS DE ESTADO E IMPLEMENTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS

Dando continuidade ao processo de modernização (SAM – “State Aid Modernization”) iniciado em 2012⁴⁷, o ano foi marcado pelo avanço dos trabalhos, nos quais Portugal participou ativamente, quer no que se refere aos três grupos constituídos no âmbito do Grupo de Alto Nível (GAN) para os auxílios de Estado (AE), quer no que se refere ao “Transparency Module Steering Group”, que se destina a auxiliar os EM no cumprimento das obrigações de transparência em AE.

Quanto ao Grupo de Trabalho (GT) dos Estados membros para a implementação do SAM, atualmente sob presidência do Reino Unido, foi dada continuidade à troca de experiências de implementação das novas regras e à elaboração de documentos, como “check-lists” para verificação da conformidade e melhoria do desenho de novos casos, de relatórios ilustrando boas práticas e diferentes formas de organização dos AE nos EM. Por solicitação da Presidência, a reunião de outubro deste grupo foi organizada por Portugal e teve lugar em Lisboa.

O Grupo de Trabalho sobre auxílios de Estado e infraestruturas, sob a presidência da Comissão, diagnosticou as dificuldades e desenvolveu vários documentos para apoiar os EM a darem cumprimento às novas regras de AE em matéria de infraestruturas e equipamentos. Este trabalho decorreu, em particular, no contexto do Plano de Investimento Juncker e da importância atribuída à flexibilização e aceleração do tratamento dos casos relativos às infraestruturas.

⁴⁷ COM (2012) 209 final - Comunicação da Comissão ao Parlamento, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões sobre a Modernização da política da União Europeia no domínio dos auxílios de Estado.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Igualmente sob presidência da Comissão, o Grupo de Trabalho sobre as Orientações para o ambiente e energia, teve por objetivo auxiliar os EM na interpretação e na aplicação das orientações em vigor neste domínio. Os trabalhos têm decorrido sobretudo no âmbito dos subgrupos técnicos sobre Energias Renováveis, Biocombustíveis e Mecanismos de Capacidade. A Comissão considera ter havido um grande progresso na aplicação das orientações, em resultado sobretudo dos documentos produzidos, das questões que foram debatidas e da troca de boas práticas.

Recorde-se que os grupos de trabalho foram propostos pela Comissária com o pelouro da Concorrência, Margrethe Vestager, com o objetivo de assegurar que as novas regras de AE introduzidas pelo SAM são efetivamente aplicadas, sobretudo nas dimensões transparência, avaliação e controlo. A Comissão pretende assim corrigir a situação atual em que uma parte muito significativa dos regimes de auxílio ao abrigo do RGIC⁴⁸ não estão conformes às regras em vigor, sobretudo atendendo a que um dos grandes objetivos da modernização é aumentar, pelo menos, para 90% a percentagem de casos ao abrigo daquele regulamento.

No tema transparência, a Comissária Vestager desafiou os EM a irem para além do exigido nos regulamentos em troca de uma simplificação das obrigações de reporte. No entanto os EM mostraram-se cautelosos, preferindo concentrar-se no cumprimento das obrigações atuais antes de iniciar uma discussão sobre transparência adicional.

No âmbito do “Transparency Module Steering Group”, e para cumprimento das obrigações no âmbito do SAM, Portugal tomou, em junho, a opção de aderir ao módulo de transparência proposto pela Comissão Europeia, solução que foi aliás adotada por todos os EM. Esta solução garante, por um lado, uma poupança interna

⁴⁸ Regulamento Geral de Isenção por Categoria – Regulamento (UE) n.º 651/2014 da Comissão, de 16 de junho de 2014.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

de recursos e, por outro, a comparabilidade das informações prestadas pelos EM no cumprimento das obrigações de transparência.

Atendendo ao facto de ter sido uma inovação introduzida pelo SAM e de ter suscitado uma reação generalizada dos EM, a Comissão deu grande prioridade à evolução dos trabalhos sobre avaliação em AE, tendo organizado “workshops” sobre a matéria para apoiar os Estados a prepararem os seus planos de avaliação, quando necessário (regimes no âmbito RGIC acima de 150 milhões de euros). Portugal desenvolveu e viu aprovado pela Comissão o plano de avaliação do Sistema de Incentivos Inovação Empresarial, que foi objeto de uma apresentação pública feita pelo COMPETE, a convite da Comissão Europeia, como exemplo de boas práticas.

REVISÃO DO REGULAMENTO GERAL DE ISENÇÃO POR CATEGORIA (RGIC)

Em agosto, por iniciativa de França, os três EM (França, Espanha e Portugal) com Regiões Ultraperiféricas (RUP) deram início à elaboração de um projeto de “non-paper” propondo alterações ao RGIC na parte respeitante às RUP, com o propósito de influenciar a proposta que a Comissão Europeia apresentará para a revisão daquele regulamento.

O objetivo desta iniciativa é a alteração do âmbito de aplicação das disposições relativas aos custos de funcionamento de forma a serem melhor acauteladas as especificidades das RUP.

No final do ano foi alcançado um acordo entre os três EM quanto ao documento a ser endereçado à Comissão com o pelouro da concorrência. Na reunião do GAN, em junho, Margrethe Vestager anunciou a disponibilidade da Comissão para efetuar uma revisão limitada (abrangendo portos e aeroportos regionais) do RGIC em 2016 e mostrou abertura às pretensões das RUP para rever igualmente as disposições relativas a estas regiões.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Ao longo do ano foram efetuadas por Portugal várias comunicações e notificações, devendo destacar-se as do setor financeiro e as dos primeiros regimes de incentivos no quadro do Portugal 2020.

Assim, foram notificados os auxílios ao setor financeiro, destinados a sanar perturbação grave da economia, designadamente, a resolução do BES e criação e capitalização do Novo Banco, a resolução do BANIF, a garantia do Estado ao BEI (duas notificações) e a concessão de garantias pessoais pelo Estado no âmbito do sistema financeiro (duas notificações).

No âmbito do RGIC, foram comunicadas informações sumárias relativamente a: i) medidas de auxílio à investigação científica e desenvolvimento tecnológico, à qualificação e internacionalização das Pequenas e Médias Empresas (PME) e à inovação empresarial; ii) requalificação e construção do Novo Centro de Fisioterapia das Termas das Taipas; iii) apoio a projetos de investigação científica e desenvolvimento de PME (Medusa, Marineye, Endure, Soco-Drone, Bluecom+) e outras grandes empresas (Sentinel Data reception, Oil Spill and Illegal Fishing, Biometore); e iv) apoio a fundos de capital de risco. Ainda neste âmbito, a Região Autónoma da Madeira comunicou as seguintes medidas de auxílio: i) Sistemas de Incentivos à Internacionalização das Empresas da RAM (Internacionalizar 2020); ii) Sistemas de Incentivos ao Empreendedorismo da RAM (Empreender 2020); iii) Sistema de Incentivos à Valorização e Qualificação Empresarial da RAM (Valorizar 2020); iv) Sistema de Apoio à compensação dos custos adicionais das empresas da RAM (Funcionamento 2020); e v) Regime de auxílios à Zona Franca da Madeira (Regime IV).

Foram efetuadas cinco notificações de auxílios à silvicultura e outras atividades florestais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

De destacar ainda as seguintes notificações gerais: i) Atlânticoline, SA. – aquisição de dois navios “ferry” para o transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, na Região Autónoma dos Açores; ii) regime de remuneração garantida aplicável à atividade de produção de energia elétrica em regime especial; e iii) “Capacity Mechanisms - Sector Inquiry on Capacity”.

Foi ainda notificada, por segurança jurídica, a nova zona acostável e consolidação da zona acostável atual para navios de passageiros do Porto do Funchal e o novo terminal de cruzeiros do porto de Leixões.

DECISÕES DA COMISSÃO EUROPEIA

Atendendo ao aumento significativo das notificações efetuadas no âmbito do RGIC, que não são objeto de decisão da Comissão Europeia, o ano foi marcado pelas decisões relacionadas com as garantias ao setor bancário e com a resolução e recapitalização de instituições bancárias, cujas notificações foram referidas no ponto anterior:

- Concessão Extraordinária de Garantias pessoais pelo Estado no âmbito do setor financeiro – 11.^a e 12.^a extensões do regime: Decisão C(2015) 586 final, de 4 de fevereiro, até 30/06/2015 e Decisão C(2015) 5084 final, de 22 de julho, até 31/12/2015;
- Garantia do Estado Português a operações de financiamento do BEI – 3.^a e 4.^a extensões do regime: Decisão C(2015) 647 final, de 6 de fevereiro, até 30/06/2015 e Decisão C(2015) 4914 final, de 15 de julho, até 31/12/2015;
- Alteração da resolução do BES (Novo Banco S.A.): Decisão C(2015) 9762 final, de 19 de dezembro;
- Plano de reestruturação e resolução do BANIF: Decisão C(2015) 5199 final, de 24 de julho e Decisão C(2015) 9763 final, de 21 de dezembro.

Obtiveram igualmente decisão favorável os seguintes casos:

- Taxa reduzida do imposto especial de consumo aplicada ao “Rum da Madeira” e aos licores produzidos e consumidos na RAM, para o período 2014-2020, SA 38823: Decisão C(2015) 1299 final, de 2 de março;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

- Regime de apoio às tecnologias marinhas renováveis experimentais e pré-comerciais, SA 39347: Decisão C(2015) 2678 final, de 23 de abril;
- Volkswagen Autoeuropa, Lda, SA 38831: Decisão C(2015) 8232 final, de 27 de novembro;
- Windfloat S.A., SA 40227: Decisão C(2015) 2680 final, de 23 de abril;
- Novo terminal de cruzeiros do porto de Leixões, SA 43976: Decisão C(2015) 8261 final, de 26 de novembro;
- Plano de Avaliação do regime Inovação Empresarial, SA 42136: Decisão C(2015) 5825 final, de 19 de agosto;
- Subsistema de incentivos para a internacionalização, SA 41505: Decisão C(2015) 7010 final, de 19 de outubro.
- Obteve decisão parcialmente favorável a privatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo S.A., SA 35546: Decisão C(2015) 3036 final, de 7 de maio.

PROCESSOS EM AVERIGUAÇÃO

A Comissão desenvolveu exercícios de controlo dos regimes:

- Sistema de Incentivos para a competitividade regional (RAA) COMPETIR+ (SA 42245), processo foi encerrado ainda em 2015;
- Código Fiscal ao Investimento (CFI) – Benefícios contratuais ao investimento produtivo (SA 30059);
- Regime de auxílios financeiros e fiscais da Zona Franca da Madeira (Regime III – SA 21259).

A Comissão encontra-se igualmente a desenvolver exercícios de verificação da compatibilidade de alegados auxílios:

- SA 41727 – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.;
- SA 40963 – Setor dos resíduos em Portugal, privatização da Empresa Geral do Fomento;
- SA 42974 – Benefícios fiscais para certos operadores de jogos de fortuna ou azar em Portugal;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

- SA 43388 – Impostos especiais de consumo e taxa de IVA para o vinho em Portugal.

AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E APOIO

Portugal apresentou, como habitualmente⁴⁹, o relatório anual das despesas relativas aos auxílios de Estado para 2014 utilizando a plataforma informática disponibilizada pela Comissão para o efeito, o SARI – “State Aid Reporting Interactive”.

Portugal enviou à Comissão, em complemento à informação prestada no âmbito do painel de auxílios de Estado, os relatórios anuais de aplicação que decorrem de disposições específicas dos enquadramentos ou das Decisões.

Em março, foi dada resposta a um questionário dirigido às autoridades dos EM com responsabilidades na monitorização e controlo das ajudas “de minimis”, resultante de um pedido de colaboração da Letónia.

No âmbito das responsabilidades atribuídas à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. previstas nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18 de outubro, a saber, “definir e manter atualizado o registo central de auxílios “de minimis” e exercer o controlo da acumulação de apoios financeiros e fiscais concedidos nesse âmbito”, importa destacar as seguintes atividades:

- Registo, acompanhamento e controlo dos auxílios “de minimis”, concedidos nos termos do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, mantendo atualizado o respetivo registo centralizado;
- Atualização em outubro do Manual de Apoio ao Utilizador do Registo Central de Auxílios “de Minimis”;
- Participação num estudo lançado pela DG REGIO sobre a identificação de boas práticas no que se refere à capacitação da administração em matéria

⁴⁹ Em cumprimento do artigo 21.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 (alterado pelo Regulamento n.º 734/2013) e do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

de AE nos organismos envolvidos na gestão dos Fundos Europeus, Estruturais e de Investimento.

FORMAÇÃO EM AUXÍLIOS DE ESTADO

No âmbito do plano de formação acordado com a Comissão Europeia, e com a participação de funcionários da DG Concorrência, dando continuidade às ações de anos anteriores, realizaram-se em Portugal várias ações de formação visando a disseminação do conhecimento e a capacitação das entidades que concedem auxílios de Estado no sentido de melhor garantir a compatibilidade dos regimes com o normativo comunitário. Destacam-se:

- Ação de formação sobre Serviços de Interesse Económico Geral e sobre as Orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas não financeiras em dificuldade – Lisboa, fevereiro, contando com 46 participantes;
- Ação de formação sobre AE, tendo como objetivos principais a melhoria de procedimentos, conceção de regimes de auxílio devidamente enquadrados com o normativo comunitário e divulgação, junto dos quadros da administração regional da Região Autónoma dos Açores, das orientações e regras em matéria de auxílios de Estado – Ponta Delgada, março, contando com 78 participantes;
- Na Região Autónoma da Madeira foi realizada uma ação de formação semelhante à realizada na Região Autónoma dos Açores – Funchal, março, contando com 87 participantes;
- Em dezembro foram realizadas, por solicitação da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, sessões de sensibilização/capacitação respeitantes aos auxílios de Estado em projetos de infraestruturas no âmbito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, tendo como principais destinatários as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais.

Com a preocupação de disseminar o conhecimento em AE a nível local, foi divulgado no Portal Autárquico e diretamente junto dos municípios uma nota informativa sobre auxílios de Estado, que poderá ser complementada por ações de formação e/ou sensibilização.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

PLATAFORMA “eSTATE AID WIKI”

No final do ano, a Comissão formalizou a transição da plataforma ECN-SA⁵⁰ para a nova plataforma colaborativa “eState Aid Wiki for MS”, projeto muito desejado pelos EM, incluindo Portugal, e que vinha sendo adiado há muito.

À semelhança da plataforma ECN a nova plataforma “eSA Wiki” continuará a apoiar os EM na interpretação das regras dos auxílios de Estado resultantes do processo de modernização, mas pretende-se que esta nova tecnologia permita uma utilização mais alargada, mais amigável e possa melhorar a colaboração entre a Comissão e os EM, bem como a troca de boas práticas entre EM.

⁵⁰ “European Competition Network – State Aid”.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VI

TRANSPORTES, TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA

TRANSPORTES

4.º Pacote Ferroviário

O ano de 2015 foi marcado pelo avanço das negociações sobre o 4.º Pacote Ferroviário, o qual inclui seis propostas legislativas e visa a realização do Espaço Ferroviário Europeu Único. O pacote está dividido em dois pilares: técnico e político ou de mercado.

O pilar técnico (diretivas relativas à interoperabilidade e à segurança e regulamento da Agência Ferroviária Europeia) foi aprovado no Conselho Transportes de dezembro, após a conclusão das negociações com o PE.

No pilar político/mercado, o Conselho Transportes de outubro aprovou abordagens gerais sobre as propostas de alteração da Diretiva 2012/34/UE, que estabelece a Área Ferroviária Única Europeia, e do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, relativo à abertura do mercado nacional de serviços de transporte ferroviário de passageiros. Posteriormente, iniciaram-se os trólogos com o PE com vista à adoção destas duas propostas.

Portugal tem defendido uma abertura gradual à concorrência dos mercados nacionais de transporte ferroviário de passageiros, desde que os EM mantenham as prerrogativas de organizar o seu sistema de transporte ferroviário, atendendo às necessidades das populações e assegurando o controlo das obrigações de serviço público. Por outro lado, considera-se que o Estado deve ter um papel importante na definição dos investimentos e planeamento da rede, mantendo a competência de decisão estratégica quando o objeto da mesma implique despesa pública.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Segurança do transporte ferroviário

No Conselho Transportes de outubro, a Presidência luxemburguesa promoveu um debate sobre o reforço da segurança no setor ferroviário, tendo a Comissão apresentado um ponto de situação das medidas tomadas e previstas no domínio da segurança nos transportes aéreo, ferroviário e marítimo.

A abordagem das questões de segurança, com destaque para o transporte ferroviário internacional de passageiros, surge na sequência do atentado terrorista no comboio Thalys, que circulava entre Amesterdão e Paris a 21 de agosto, e também dos ataques simultâneos em locais públicos ocorridos a 13 de novembro, em França. Estes elevaram o nível de risco em vários países da Europa, dando força à necessidade de adoção de medidas preventivas com vista a melhorar os níveis de segurança dos cidadãos europeus na utilização dos meios de transporte.

No referido debate, Portugal manifestou-se a favor da necessidade de uma avaliação do risco e defendeu uma atuação em duas frentes: o combate às ameaças através das forças de segurança, por um lado, e a mitigação gradual das vulnerabilidades, com base numa ação concertada entre o setor dos transportes e as forças de segurança, por outro.

Aspetos sociais do transporte rodoviário

Vários EM do centro da Europa, com destaque para a França e a Alemanha, têm vindo, desde 2014, a alertar para situações de “dumping” social e de cabotagem ilegal no transporte terrestre de mercadorias, insurgindo-se contra a alegada concorrência desleal praticada pelos operadores de alguns países. Defendem, nomeadamente, uma revisão da diretiva sobre o destacamento de trabalhadores, de modo a evitar situações abusivas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

A recente Lei Macron⁵¹, em França, e a legislação alemã sobre o salário mínimo, que preveem a aplicação do respetivo salário mínimo aos condutores de transportes rodoviários estrangeiros que atravessem os seus territórios, contribuíram para agudizar o debate, dando azo à contestação de um bloco significativo de países, em especial do “Grupo de Visegrado”⁵².

A Presidência luxemburguesa promoveu um debate de orientação sobre o tema no Conselho Transportes de dezembro, permitindo que os EM se pronunciassem sobre a intenção da Comissão de apresentar, em 2016, novas iniciativas em matéria social nos transportes rodoviários. O objetivo da Comissão é garantir uma maior sensibilização das regras existentes e harmonizar, tanto quanto possível, as divergências de interpretação e as práticas de execução dos EM.

Portugal acompanha as preocupações suscitadas por alguns países relativamente ao não cumprimento da legislação europeia em matéria social e apoia eventuais iniciativas da Comissão que promovam uma interpretação clara das disposições, garantindo a sua aplicação harmonizada no conjunto dos EM. Contudo, considera-se que os instrumentos legais existentes são, nesta fase, suficientes e que a introdução de novas disposições legais poderá criar uma sobre-regulamentação ou, até, originar medidas protecionistas que prejudicam as regras de livre concorrência e o mercado interno.

Mecanismo Interligar a Europa – vertente transportes

Na sequência da entrada em vigor do Regulamento (UE) n.º 1316/2013, que criou o Mecanismo Interligar a Europa, a Comissão Europeia abriu em setembro de 2014 os primeiros concursos relativos ao setor dos Transportes (Programas Anual e Multianual), com vista à concessão de subvenções. Os resultados, conhecidos em julho de 2015, foram muito positivos para Portugal, tendo sido selecionadas 16 ações

⁵¹ Lei do Crescimento, da Atividade e da Igualdade de Oportunidades – cujo autor é o ministro da Economia, Emmanuel Macron – visa, entre outras medidas, o combate ao “dumping” social.

⁵² Grupo constituído por Polónia, Hungria, república Checa e Eslováquia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

com participação de entidades nacionais (individualmente ou em parceria). As Ações abrangem as áreas seguintes: Ferrovia, Novas Tecnologias e Inovação, Céu Único Europeu – SESAR, Serviços Inteligentes de Transporte para a Rodovia (ITS), Autoestradas do Mar (MoS), Plataformas Logísticas Multimodais, Águas Interiores e Aplicações Telemáticas para a Rodovia.

Estratégia Europeia da Aviação

A Comissão apresentou, em dezembro, a Estratégia Europeia da Aviação, uma das iniciativas mais marcantes de 2015 na área dos transportes.

A Estratégia pretende definir o futuro da aviação civil na Europa a médio e longo prazo, melhorando a competitividade do setor como fator de crescimento económico e de criação de postos de trabalho. Entre as medidas para alcançar este objetivo incluem-se a clarificação do regime das obrigações de serviço público (OSP), a conclusão do pacote do Céu Único Europeu (SES2+) e a revisão do Regime de Atribuição de Faixas Horárias nos aeroportos congestionados (SLOTS).

Outros objetivos são o desenvolvimento dos padrões de segurança operacional ("safety"), através de maior harmonização dos requisitos técnicos e da revisão do papel da Agência Europeia para a Segurança da Aviação, bem como a avaliação das vulnerabilidades da aviação a nível da ameaça terrorista, mantendo elevados padrões de segurança ("security").

A Estratégia atribui igualmente grande importância à negociação de acordos com países terceiros, nomeadamente com a China, Turquia, Arménia, México, países do Conselho de Cooperação do Golfo e Associação de Nações do Sudeste Asiático, com base em princípios de concorrência leal e de reciprocidade.

Portugal manifestou apoio a esta iniciativa da Comissão Europeia, considerando que a mesma reflete as principais preocupações de todos os "stakeholders" do setor, permitindo assegurar um crescimento sustentável bem como a competitividade da aviação civil europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

As prioridades de Portugal concentram-se: na revisão do Regulamento n.º 261/2004, relativo aos direitos dos passageiros; na definição de medidas para aumentar o investimento estrangeiro no mercado europeu de transporte aéreo, sem pôr em risco as regras de concorrência; e na política de ambiente, nomeadamente em medidas económicas e operacionais para mitigação das emissões de CO2 da aviação internacional.

Direitos dos passageiros na aviação

No domínio da aviação civil, merecem particular destaque as negociações da proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 261/2004, o qual estabelece regras comuns para a indemnização e a assistência aos passageiros dos transportes aéreos em caso de recusa de embarque e de cancelamento ou atraso considerável dos voos, bem como o Regulamento (CE) n.º 2027/97, relativo à responsabilidade das transportadoras aéreas no transporte de passageiros e respetiva bagagem.

Esta proposta, apresentada em março de 2013, pretende rever e melhorar a legislação europeia relativa aos direitos dos passageiros dos transportes aéreos, à luz da aplicação da regulamentação existente e da evolução do mercado europeu do transporte aéreo.

Apesar dos avanços registados em 2015, não foi ainda possível alcançar um consenso sobre todos os pontos, tendo a Presidência luxemburguesa apresentado um relatório de progresso ao Conselho Transportes de junho. Trata-se de uma matéria muito sensível, por envolver interesses de transportadoras e passageiros, centrando-se as maiores divergências na fixação dos limiares de compensação em caso de atraso ou cancelamento do voo e na indemnização em caso de perda de voos de ligação. A estas dificuldades acresce a questão transversal relativa à soberania do aeroporto de Gibraltar, disputada entre Espanha e o Reino Unido, e que tem vindo a afetar a conclusão de vários dossiês no domínio dos transportes aéreos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Para Portugal, a revisão desta legislação deve assegurar um justo equilíbrio entre os direitos dos consumidores e os interesses das companhias aéreas. Consideramos também que o transporte aéreo regional, designadamente nas regiões ultraperiféricas, cujas ligações se encontram sujeitas a condicionalismos de diversa ordem, deve ser objeto de um tratamento diferenciado, de modo a garantir a proteção dos direitos dos passageiros dessas ligações aéreas e a atratividade comercial dessas rotas.

Convenção Internacional sobre a Responsabilidade e a Indemnização por Danos Resultantes do Transporte de Substâncias Perigosas e Nocivas por Mar

Em dezembro, registou-se o importante acordo sobre a Decisão do Conselho relativa à ratificação e à adesão dos EM, em nome da União Europeia, ao Protocolo de 2010 à Convenção Internacional sobre a Responsabilidade e a Indemnização por Danos Resultantes do Transporte de Substâncias Perigosas e Nocivas por Mar (Convenção HNS), com exceção dos aspetos relacionados com a cooperação judiciária em matéria civil.

A Convenção HNS foi adotada em 1996 para tornar possível o pagamento, até 250 milhões de Direitos de Saque Especiais (SDR), de indemnizações às vítimas de acidentes envolvendo substâncias HNS, tais como produtos químicos. A Convenção abrange não só os danos causados pela poluição, mas também os riscos de incêndio e explosão, incluindo a perda de vidas e acidentes pessoais, bem como a perda ou dano de bens.

A densidade do tráfego de navios que transportam substâncias perigosas e tóxicas na costa portuguesa justifica o interesse de Portugal na adesão a este instrumento, para além da relevância que o mesmo reveste para os navios que arvoram a bandeira nacional.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Programas Europeus de Navegação por Satélite (GNSS)

Os maiores desenvolvimentos verificaram-se no âmbito do Programa Galileo, com o lançamento de mais 6 satélites. A Constelação Galileo (primeira geração) conta agora com 12 dos 30 satélites em órbita, no que é o mais recente sucesso da Europa e do seu Programa Espacial, competindo diretamente com os sistemas americano, russo e chinês. Espera-se que a referida Constelação, de 24 satélites operacionais e 6 de reserva, fique completa e em pleno funcionamento em 2020.

O primeiro semestre do ano foi marcado pelo início dos estudos dos requisitos da infraestrutura e das atividades do programa Galileo Segunda Geração (G2G), a lançar a partir de 2025, tendo a Comissão Europeia constituído vários Grupos de Trabalho. Existe um enorme potencial neste mercado para as nossas empresas e indústria, para a sinergia tecnológica entre vários setores da nossa economia, assim como para a melhoria do desempenho do sinal EGNOS⁵³ na cobertura da totalidade do espaço aéreo nacional (o sinal apresenta deficiências na metade sul do território continental, nos Açores e na Madeira).

Refira-se ainda a negociação de duas propostas de recomendação de decisão do Conselho autorizando a Comissão Europeia a iniciar negociações com os Estados Unidos da América e com a Noruega, com vista à celebração de acordos sobre as condições e modalidades de acesso ao Serviço Público Regulado (PRS)⁵⁴ do programa Galileo. Embora este serviço seja dirigido a certas categorias de utilizadores sujeitos a um controlo permanente, a União Europeia poderá ter interesse no acesso de países terceiros àquele sinal, podendo assim alargar o mercado mundial de recetores

⁵³ O "European Geostationary Navigation Overlay Service" (EGNOS), o outro programa europeu de navegação por satélite, é um sistema que antecede e apoia o Galileo retransmitindo o sinal do GPS americano (verificado, corrigido, amplificado e com aviso de anomalias) e, posteriormente, também o sinal do Galileo, quando este estiver operacional; o EGNOS está operacional desde 2 de março de 2010.

⁵⁴ "Public Regulated Service" (PRS) é um dos serviços do Galileo que visa assegurar as comunicações para os serviços governamentais dos EM, nomeadamente das Forças de Segurança (Defesa e Administração Interna) e dos Serviços de Informação, sendo por isso aquele que tem sinal mais robusto, fiável e sempre com continuidade de serviço.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

PRS, com exceção da produção do módulo de segurança, que será exclusivamente europeia.

TELECOMUNICAÇÕES

Mercado Único das Telecomunicações

O ano ficou marcado pela adoção do regulamento sobre o mercado único das comunicações eletrónicas⁵⁵, passo importante para a concretização do mercado único digital, permitindo que cidadãos e empresas acedam a serviços de comunicações eletrónicas onde quer que estes sejam prestados na UE, sem restrições transfronteiriças ou custos adicionais injustificados. Entre as medidas mais emblemáticas inclui-se a eliminação, em 15 de junho de 2017, das tarifas de itinerância ("roaming"), matéria de difícil negociação dada a divergência de interesses.

A partir dessa data, os consumidores pagarão um preço idêntico para chamadas, mensagens e dados móveis, onde quer que se encontrem na UE. Entre 30 de abril de 2016 e 15 de junho de 2017 decorrerá um período transitório, durante o qual as tarifas em "roaming" cobradas pelos operadores já serão cerca de 75% mais baixas que as praticadas atualmente. Prevê-se, ainda, que a eliminação do "roaming" seja acompanhada de uma política de utilização racional por parte dos consumidores, implicando que, ultrapassado um determinado limite (a definir pela Comissão), poderão ser aplicadas taxas pelos operadores.

Durante as negociações, Portugal teve sempre a preocupação de assegurar que as novas medidas não conduziram a um aumento dos preços domésticos (pelo facto de os operadores terem de garantir a recuperação de custos), uma vez que Portugal, devido ao turismo, é um recetor líquido de "roaming".

⁵⁵ Regulamento (UE) n.º 2015/2120 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, que estabelece medidas respeitantes ao acesso à Internet aberta e que altera a Diretiva 2002/22/CE relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas e o Regulamento (UE) n.º 531/2012 relativo à itinerância nas redes de comunicações móveis públicas da União.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Apesar de não se ter oposto ao texto final, Portugal considerou que o regime jurídico relativo ao “roaming” não se encontrava cabalmente definido no regulamento aprovado, ficando dependente da adoção de atos de execução pela Comissão e da aprovação de nova proposta legislativa para alteração das tarifas de “roaming” grossistas reguladas. Para além disso, considerou que os utilizadores não se encontram suficientemente protegidos de eventuais aumentos dos preços domésticos.

Neste contexto, Portugal apresentou uma declaração final com a Bulgária, a Croácia e a Grécia, no intuito de salvaguardar a possibilidade de recuperação para os operadores de todos os custos associados à prestação do serviço de “roaming”, bem como acautelar uma taxa razoável de retorno do capital investido. Pretende-se, ainda, que a revisão dos preços grossistas tenha em conta o impacto da sazonalidade na estrutura de custos dos operadores em áreas turísticas.

Mercado Único Digital

A conclusão do mercado único digital, pilar fundamental do mercado interno, reveste-se de enorme importância para a recuperação económica da UE. Segundo a Comissão, cerca de 250 mil milhões de euros são perdidos anualmente na UE devido à fragmentação do mercado digital em 28 mercados digitais distintos. Estima-se, além disso, que um mercado digital plenamente operacional possa gerar um crescimento adicional do emprego de 4% até 2020.

Tendo por base o mandato do Conselho Europeu de dezembro de 2013, a Comissão definiu a criação de um mercado único digital como uma das dez prioridades do seu programa de trabalho e apresentou, em maio, uma Estratégia para o Mercado Único Digital.

Esta estratégia, que conjuga iniciativas legislativas e não legislativas em vários domínios, procura responder aos novos desafios com que a UE se vê confrontada na era digital: a segurança e a confiança de empresas e consumidores nas Tecnologias



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

da Informação e Comunicação (TIC); o acesso aos serviços digitais; a adaptação dos direitos de autor à era digital; a proteção de dados e o ciberterrorismo; o comércio eletrónico; o investimento na investigação e inovação no domínio das TIC; e a promoção de uma verdadeira sociedade digital.

Previamente à adoção da Estratégia, Portugal apresentou um contributo escrito sintetizando as suas prioridades neste domínio. O tema da literacia digital (“e-skills”) foi identificado como uma das principais preocupações, tendo em conta que Portugal ainda possui indicadores frágeis quanto à utilização das TIC.

A Estratégia para o Mercado Único Digital foi submetida ao Conselho Europeu de junho, que aprovou conclusões sobre as prioridades de ação. Entre estas, e no seguimento de uma proposta portuguesa, inclui-se uma referência à importância da literacia digital, tema igualmente objeto de um jantar de ministros, à margem do Conselho Telecomunicações de dezembro.

No segundo semestre do ano, a Comissão lançou uma série de iniciativas no âmbito da Estratégia, nomeadamente duas propostas de diretiva sobre contratos transfronteiriços em linha e uma proposta de regulamento sobre portabilidade transfronteira dos serviços de conteúdos em linha. A Comissão apresentou também a Comunicação “Rumo a um quadro de direitos de autor moderno e mais europeu”, que visa estabelecer as grandes linhas orientadoras da ação da UE no domínio dos direitos de autor.

Para além disso, foram lançadas várias consultas públicas, das quais se destaca a consulta sobre a revisão do quadro regulamentar das comunicações eletrónicas, tema importante para Portugal, tendo em conta o impacto de eventuais monopólios/oligopólios na distorção da concorrência no mercado de telecomunicações. Esta revisão torna-se necessária face à evolução tecnológica dos últimos anos e ao surgimento de novos atores de mercado que desafiam o papel dos prestadores de serviços de comunicações eletrónicas tradicionais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

No âmbito do Mercado Único Digital, importa referir as publicações “Digital Economy and Society Index” (DESI) e “Digital Agenda Scoreboard 2015”, em junho, que reúnem os principais indicadores sobre o desempenho digital da Europa. O índice, que procede a um “ranking” entre os países na UE, coloca Portugal na 16.ª posição, no grupo de países com desempenho médio. A Comissão elaborou, com o contributo dos EM, o documento “Framework for Monitoring the Digital Economy and Society 2016-2021”, que tem como objetivo definir um quadro atualizado de indicadores para a recolha de dados, com vista a monitorizar os resultados das políticas públicas e o desempenho dos EM na economia e sociedade digitais para o período 2016-2021.

De registar que Portugal coorganizou com a Comissão Europeia o evento “Going Local” sobre o Mercado Único Digital, que se realizou em Lisboa, em setembro. Este exercício de debate a nível europeu, que ocorre anualmente em todos os EM, visa identificar sinergias entre a agenda política europeia e as prioridades nacionais na área das políticas públicas da sociedade da informação, com envolvimento dos “stakeholders” nacionais (governos, comunidades técnica e académica, setor privado e sociedade civil). A edição de 2015 teve como objetivo principal auscultar os atores nacionais mais relevantes no domínio da economia digital, incentivando-os a participar nas consultas públicas lançadas pela Comissão e a reforçar os diálogos existentes ou iniciar novos diálogos.

Segurança das redes e da informação

Ao longo do ano prosseguiram as discussões sobre a proposta de diretiva relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação, apresentada em 2013 no âmbito da Estratégia Europeia de Cibersegurança. Na sequência de vários trólogos com o Parlamento Europeu, foi alcançado, em dezembro, um compromisso entre as duas instituições.

Trata-se de um dossiê importante para a concretização do mercado único digital e para o aumento da procura de serviços e produtos digitais, tendo em conta o seu impacto no reforço da confiança dos utilizadores e na segurança da informação.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

O objetivo central é proporcionar um nível comum de segurança das redes e da informação a nível da UE. A proposta implica, nomeadamente, o desenvolvimento de uma estratégia nacional e de um plano de cooperação no domínio da segurança das redes e da informação, a definição de uma autoridade nacional competente e de uma equipa nacional de resposta a emergências informáticas, bem como a criação de um sistema europeu de cooperação e de ligação entre as autoridades competentes.

Portugal considera que um maior nível de segurança das redes e da informação é fundamental para garantir a prestação de serviços essenciais e o normal funcionamento das empresas e da administração pública, bem como para proteger os interesses dos consumidores.

Redes Transeuropeias de Telecomunicações

Relativamente às infraestruturas de serviços digitais, realça-se a decisão da Comissão, ao abrigo do Mecanismo Interligar a Europa, que atribuiu financiamento para ações na área da segurança da Internet, incluindo o projeto português “Centro Internet Segura” (ver adiante).

No âmbito do Programa de Trabalho Mecanismo Interligar a Europa 2015 (vertente Telecom), destaca-se o lançamento de concursos nas áreas “eDelivery”, “eInvoicing”, “Public Open Data”, “Safer Internet for Children” e “European”, com um envelope financeiro de 38,7 milhões de euros, bem como dos concursos nas áreas “eProcurement”, “eHealth”, “eIdentification” e “Online Dispute Resolution”, com um envelope financeiro de 16,9 milhões de euros. Portugal apresentou uma proposta na área da “Internet segura para as crianças”.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Programa Assistência à Autonomia no Domicílio (AAL – “Active and Assisted Living”)

Durante o ano de 2015 procedeu-se às negociações e homologação dos cinco projetos aprovados com participação nacional no concurso de 2014, sob o tema “Care for the future: An ageing society faces an increasing need for care. How will ICT contribute to sustainable solutions?”, no qual participaram 12 entidades portuguesas. Este foi, até ao presente, o concurso com maior participação nacional no âmbito do Programa AAL.

Entre 26 de fevereiro e 28 de maio decorreu o concurso de 2015, sob o tema “Living actively and independently at home: Support more older adults to live longer in their homes with the contribution of ICT based solutions”, que contou com 22 participações portuguesas em 14 projetos candidatos. Deverão ser financiados quatro projetos com sete parceiros portugueses, o que representa um financiamento de 954 198 euros (2,9% do total do concurso de 2015).

Acessibilidade dos sítios Web dos organismos do setor público

A proposta de diretiva sobre a acessibilidade dos sítios Web dos organismos do setor público, apresentada em 2012, tem como objetivo aproximar as legislações dos EM relativas à construção dos sítios Web, a fim de tornar o seu conteúdo acessível a todos os utilizadores, em particular às pessoas com necessidades especiais.

As negociações prosseguiram no Conselho, centrando-se as discussões no âmbito de aplicação da futura diretiva. Foram apresentados dois relatórios de progresso ao Conselho Telecomunicações de junho e de dezembro e os trólogos com o Parlamento Europeu terão lugar em 2016.

Portugal não acompanhou as reservas demonstradas pela generalidade dos EM quanto ao âmbito da proposta, que consideravam demasiado amplo, tendo defendido que uma abordagem centrada numa lista de exclusões, como proposto



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

pelas Presidências letã e luxemburguesa, acabaria por limitar o efeito desejado da diretiva.

Grande Coligação para o Emprego Digital

A Grande Coligação para o Emprego Digital é uma extensa parceria colaborativa liderada pela Comissão Europeia que visa: i) oferecer mais formação em TIC e/ou educação digital; ii) sensibilizar os jovens para o estudo das TIC e para seguirem carreiras nesta área; e iii) potenciar uma maior e melhor oferta de emprego.

Esta coligação reúne mais de oitenta partes interessadas a nível europeu, representando empresas, prestadores de serviços de educação e ONG. Para além destas, existem também coligações nacionais e locais para a empregabilidade digital, cujo objetivo é facilitar ações com impacto a nível local. Treze EM, entre os quais Portugal, contam já com uma coligação nacional.

Campanha Europeia “Get Online Week”

No âmbito deste projeto, que completa a campanha “eSkills for Jobs”, Portugal realizou ao longo do ano 29 eventos, com um total de 700 participantes. Em 2015, a campanha centrou-se em dois temas principais: i) capacitação digital, visando sensibilizar os cidadãos e promover o desenvolvimento das competências necessárias no âmbito da empregabilidade digital; e ii) inclusão digital, promovendo ações de sensibilização e de incentivo à utilização da Internet pelos “offliners” e grupos desfavorecidos.

“ICT 2015 - Inovar, Conectar, Transformar”

Esta iniciativa constitui o maior evento da Europa na área das TIC. A edição de 2015 desta conferência, com periodicidade bianual, teve lugar em Lisboa, em outubro, numa organização conjunta com a Comissão Europeia.

Entre sessões científicas, plenárias e de “networking” estiveram reunidos mais de 6000 participantes de 109 países diferentes, de vários continentes, e mais de 800 universidades e institutos de investigação. Durante os três dias estiveram em Lisboa



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

centenas de “start-ups” e empresários, sendo de assinalar que mais de 15% dos participantes tinha idade inferior a 30 anos.

O ICT 2015 teve como objetivo a apresentação das políticas e iniciativas no domínio da investigação e inovação na área das TIC, no contexto das duas prioridades estratégicas da Comissão para os próximos quatro anos: “Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade” e “Mercado Único Digital”.

Foram ainda apresentadas as oportunidades de financiamento no âmbito das TIC no contexto do Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação.

Centro Internet Segura

Foram realizadas ao longo do ano várias ações de sensibilização para uma utilização mais segura e informada das TIC. Destacou-se o Dia Europeu da Internet mais Segura, celebrado em fevereiro, no qual estiveram envolvidas mais de 580 mil pessoas, incluindo 800 escolas e 200 parceiros nacionais, de todo o país.

O Consórcio do Centro Internet Segura apresentou em 2015 uma nova candidatura ao Mecanismo Interligar a Europa (vertente Telecom), para 30 meses (2016-2018), devendo a mesma ser aprovada em 2016.

Governança da Internet

O futuro da governança da Internet continuou a ser um tema prioritário, face à sua crescente importância nas políticas públicas e nos domínios comercial, económico, técnico e social, a nível internacional.

Portugal tem vindo a cooperar intensamente nas discussões em torno desta área estratégica nos vários fóruns, nomeadamente através de uma participação ativa no Grupo de Alto Nível sobre a Governança da Internet, presidido pela Comissão.

Ainda neste domínio, o Conselho Telecomunicações de junho aprovou conclusões sobre a transferência das funções de supervisão da “Internet Assigned Numbers Authority” (IANA) para a comunidade “multistakeholder”, atendendo ao termo do



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

contrato exclusivo da IANA com o Departamento de Comércio da Administração americana, que expirou em 30 de setembro de 2015.

Portugal tem defendido uma Internet única, livre, segura, fiável e não fragmentada, um modelo “multistakeholder” de governação, a extensão do mandato do Fórum de Governação da Internet e a internacionalização das funções da IANA, bem como uma maior responsabilização, transparência e internacionalização da “Internet Corporation for Assigned Names and Numbers” (ICANN).

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNO ELETRÓNICO

Grupos europeus e projetos de financiamento para integração europeia

Portugal manteve a participação nas iniciativas europeias que visam desenvolver a interoperabilidade dentro da UE, nomeadamente no projeto “Electronic Simple European Networked Services” (eSENS) que, sob coordenação da Agência para a Modernização Administrativa e envolvendo diversas entidades públicas e privadas, tem como objetivo impulsionar os serviços públicos eletrónicos transfronteiriços, em linha com os objetivos da Estratégia Europa 2020.

Foram elaboradas recomendações e propostas de otimização dos serviços públicos eletrónicos nas áreas da Justiça, Economia, Emprego e Segurança Social e Administração Interna, entre outras, com base nas diretrizes comunitárias do “European eGovernment Benchmark”. Refira-se que Portugal alcançou o “top 3” nos seguintes indicadores: Serviços Centrados no Cidadão (2.º lugar); Transparência (3.º lugar); e Facilitadores de Tecnologias de Informação – TI (3.º lugar), assumindo uma posição de destaque a nível da UE.

Portugal participou ainda ativamente na definição do novo Plano de Ação Europeu para o Governo Eletrónico, que será lançado no segundo trimestre de 2016.

A par com o desenvolvimento de projetos a nível nacional no domínio da administração aberta, entre os quais se destaca a plataforma www.dados.gov.pt, Portugal manteve a sua participação no Grupo de Informação do Setor Público, da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Comissão Europeia, centrado na disponibilização e reutilização da informação do setor público. Nesta mesma área, Portugal continuou empenhado nos trabalhos do consórcio europeu “Share PSI”, que visa alcançar um consenso sobre as normas técnicas para a reutilização de informação do setor público.

Portugal esteve ainda representado no Programa “Interoperability Services for European Public Administrations” (ISA), no projeto-piloto europeu “STORK 2.0”, e no consórcio “Cloud 4 Europe” (C4E). Este projeto envolve parceiros de diversos países e tem por objetivo definir e testar um conjunto de “standards” de referência no âmbito da Estratégia Europeia de Computação em Nuvem. Portugal recebeu também o consórcio europeu “eARK”, dedicado à preservação digital de documentos entre os EM.

ENERGIA

União para a Energia

A Comissão apresentou, em fevereiro, uma Comunicação sobre a União para a Energia, assente em cinco dimensões: segurança energética; mercado interno de energia; descarbonização do cabaz energético; moderação da procura; e promoção da investigação e inovação na área da energia.

Esta comunicação, apresentada em conjunto com a Comunicação sobre a posição da UE para a 21.^a Conferência das Partes (COP 21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, em Paris, e com a Comunicação sobre interligações energéticas – “Alcançar o objetivo de 10% de interligação elétrica até 2020”, preconiza uma reforma da política energética e climática europeia, à luz das decisões tomadas no Conselho Europeu de outubro do ano anterior.

Após ter sido objeto de debate em diversas formações do Conselho, a União para a Energia foi um dos temas de grande relevância na agenda do Conselho Europeu de março que aprovou conclusões reiterando o empenho da UE em construir uma União para a Energia com uma política climática voltada para o futuro. Este Conselho



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Europeu reconheceu a necessidade de: acelerar os projetos de infraestruturas de eletricidade e gás, incluindo as interligações, em especial para as regiões periféricas; aplicar a legislação vigente em matéria de energia; reforçar o quadro legislativo relativo à segurança do aprovisionamento de eletricidade e gás; assegurar que todos os acordos relacionados com a compra de gás a fornecedores externos estejam em plena conformidade com o direito da UE; desenvolver uma conceção do mercado mais eficaz e flexível e reforçar a cooperação regional; rever a legislação relacionada com a redução das emissões, eficiência energética e energias renováveis e desenvolver um sistema de governação fiável e transparente; elaborar uma estratégia para a tecnologia e a inovação relacionadas com a energia e o clima; e utilizar todos os instrumentos de política externa para estabelecer parcerias estratégicas na área da energia com países produtores e de trânsito de importância crescente.

Em novembro, a Comissão apresentou o primeiro Relatório do Estado da União para a Energia, o qual descreve os progressos realizados nos últimos nove meses e identifica os principais temas que exigirão uma atenção política específica em 2016. O relatório teve por base os contactos desenvolvidos no âmbito da “Energy Tour” da Europa, realizado pelo Vice-presidente da Comissão, Maros Sefcovic, no qual se incluiu uma visita a Lisboa, em julho. De assinalar que, no âmbito deste relatório, a Comissão apresentou uma Comunicação sobre as infraestruturas que são necessárias e urgentes para cumprir as metas e os objetivos da política energética, bem como a 2.^a lista de Projetos de Interesse Comum (PIC), contemplando os projetos de Portugal, Espanha e França, necessários para ligar a Península Ibérica à rede europeia.

Em novembro, o Conselho Energia adotou conclusões sobre a governação da União para a Energia, tendo por base o acordo do Conselho Europeu de outubro de 2014, que determina o desenvolvimento de um sistema de governação fiável e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

transparente para ajudar a garantir que a UE cumpra os seus objetivos de política energética e climática.

O Conselho Europeu de dezembro avaliou os progressos alcançados na concretização da União para a Energia e considerou fundamental: a rápida apresentação de propostas legislativas pertinentes; a aplicação integral da legislação sobre energias renováveis e eficiência energética e de outras medidas; a preparação de uma estratégia integrada para a investigação, inovação e competitividade; e a rápida execução dos PIC e utilização otimizada da infraestrutura em benefício de um mercado plenamente funcional e interligado e da segurança energética.

Portugal participou ativamente nos debates sobre a União para a Energia, em particular no que se refere ao tema das interligações energéticas, questão prioritária, dada a atual situação de isolamento da Península Ibérica.

No quadro da preparação do Conselho Europeu de março, Portugal impulsionou a realização de uma Cimeira sobre Interligações que se realizou a 4 de março, em Madrid, cuja Declaração conjunta, subscrita por Portugal, Espanha, França e Comissão, constituiu um passo importante para o desenvolvimento das interligações. Nesta Cimeira foi estabelecido um Grupo Regional de Alto Nível sobre Interligações que supervisionará a evolução dos projetos e prestará a assistência técnica adequada aos EM, com a finalidade de acompanhar a definição dos projetos, a implementar até 2020.

No Conselho Europeu de março, Portugal conseguiu que fosse incluída uma referência ao acordo obtido na Cimeira de Madrid, com vista ao cumprimento do objetivo de 10% de interligações em 2020, e que os "Grupos Regionais de Alto Nível", estabelecidos pela Comissão, contemplassem todos os principais intervenientes ou seja, governos, operadores, reguladores e Comissão, com vista a assegurar o acompanhamento regular dos progressos no que respeita à seleção e financiamento dos PIC.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Posteriormente, a 30 de junho, foi assinado em Paris, pelos Ministros de Ambiente e Energia de Portugal, Espanha e França e o Presidente da Comissão, um Memorando de Entendimento sobre a criação do Grupo de Alto Nível em matéria de Interligações no Sudoeste da Europa.

Portugal viu, assim, consagrado um mecanismo europeu de coordenação, impulsionado e dinamizado pela Comissão, que deverá contribuir eficazmente para que os PIC sejam viabilizados, de forma a atingir a meta de 10% de interligações até 2020 e 15% em 2030.

É com preocupação que Portugal vê que Espanha é um dos EM que a Comissão considera não estar em condições de atingir a meta de 10%, o que exigirá da parte de Portugal a continuação de uma atuação determinada a fim de pôr termo ao isolamento da Península Ibérica.

Só com uma efetiva ligação da Península Ibérica aos países do centro da Europa poderá ser assegurado o escoamento de eletricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis e a diversificação e segurança do abastecimento, beneficiando todos os países europeus. Esta não é apenas uma questão de fundamental importância para a Península Ibérica, mas para a construção do próprio mercado interno de energia.

Segurança Energética

No início do ano, a Comissão promoveu um processo de consulta pública com vista à revisão do Regulamento (UE) n.º 994/2010, de 20 de outubro, relativo às medidas de segurança do aprovisionamento de gás.

O Conselho Energia de junho realizou um debate sobre a execução da Estratégia Europeia de Segurança Energética, com o objetivo de promover uma maior reflexão sobre as medidas e os instrumentos capazes de garantir a segurança do aprovisionamento energético da União Europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Considerando que é um dos principais desafios com que os EM se deparam no contexto da União para a Energia, Portugal reiterou a sua posição de que é fundamental a diversificação dos fornecedores e das rotas de abastecimento energético. Paralelamente, defendeu a importância de a UE se munir das interligações energéticas necessárias para pôr fim ao isolamento dos EM, como é o caso da Península Ibérica, permitindo à UE beneficiar do potencial existente nestes países para a produção custo-eficiente de energias renováveis, o que permitirá, em simultâneo, diminuir a dependência energética da UE e contribuir para o combate às alterações climáticas.

Ainda no contexto do debate sobre o aprovisionamento energético da UE, Portugal salientou a existência na Península Ibérica de capacidade de armazenamento ao nível dos terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL), a qual poderá constituir um importante instrumento na diversificação de fontes e de fornecedores energéticos da UE.

Nova configuração do mercado da energia

A Comissão lançou, em julho, uma consulta pública sobre a nova configuração do mercado de energia, com vista à adaptação das atuais regras do mercado de eletricidade aos novos desafios. Simultaneamente foi apresentada a Comunicação “Um Novo Quadro para os Consumidores de Energia”, com o objetivo de colocar os consumidores no centro do futuro sistema de energia e tirar partido de novas tecnologias e de empresas de serviços de energia inovadores, de modo a permitir a todos os consumidores a participação plena na transição energética.

Neste contexto, no Conselho Energia de novembro, foi promovido um debate de orientação centrado no futuro papel dos operadores das redes de distribuição e nos direitos dos consumidores.

Portugal, no âmbito do seu “non-paper” sobre a União para a Energia, apresentado em janeiro, destacou a importância de um mercado energético funcional, enquanto



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

instrumento central para a competitividade e segurança energética da UE. Considerou igualmente essencial a existência de um mercado a retalho competitivo, com consumidores capacitados. Defendemos, ainda, que a implementação de um modelo robusto de governação da União para a Energia permitirá reforçar o papel e os direitos dos consumidores em matéria de preços e transparência e aumentar a previsibilidade para os investidores.

Rotulagem da eficiência energética

No Conselho Energia de novembro, foi adotada uma orientação geral sobre a proposta de regulamento visando melhorar o quadro legal para a rotulagem da eficiência energética nos produtos energéticos. A proposta, que retém os princípios mais importantes do quadro legislativo em vigor, previsto na Diretiva 2010/30/UE, de 19 de maio, relativa à indicação do consumo de energia e de outros produtos relacionados com energia, por meio de rotulagem, terá repercussões importantes para todos os atores ao longo da cadeia de valor dos produtos sujeitos a etiquetagem energética (i.e, fabricantes, distribuidores, consumidores, autoridades fiscalizadoras e EM).

Apesar de algumas preocupações iniciais, nomeadamente quanto a novos custos para EM e operadores, esta proposta foi bem acolhida por parte da generalidade dos EM, incluindo Portugal.

RELAÇÕES EXTERNAS NO DOMÍNIO DA ENERGIA

Ucrânia-Rússia-UE

A Comissão promoveu conversações trilaterais com a Rússia e a Ucrânia com o objetivo de alcançar um acordo que desse seguimento ao Pacote de Inverno, de 2014, referente ao aprovisionamento de gás russo à Ucrânia. Após intensas negociações, foi acordado um novo protocolo, assinado a 25 de setembro, e o abastecimento de gás proveniente da Rússia foi retomado a 12 de outubro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

O acordo sobre o novo Pacote de Inverno não teria sido possível sem a disponibilização por parte da Comissão de financiamento adicional à Ucrânia para a compra de gás. A Comissão continuará a monitorizar cuidadosamente a implementação do protocolo pelas duas partes, bem como os fluxos de gás que transitam pela Ucrânia (ver Título VI, Capítulo II).

Comunidade de Energia

A 13.^a Reunião do Conselho Ministerial da Comunidade da Energia decorreu a 16 de outubro, em Tirana (Albânia), tendo resultado na adoção da Decisão sobre a incorporação da Diretiva da Eficiência Energética (Diretiva 2012/27/UE) na Comunidade da Energia.

Foi também adotada a Decisão sobre a implementação do Regulamento 347/2013/UE, relativo às orientações sobre as infraestruturas energéticas, as Orientações Políticas Gerais relativas ao “Roteiro sobre a Reforma da Comunidade da Energia”, bem como o “Ato Futuro Conjunto sobre a Segurança do Aprovisionamento”. O Conselho Ministerial lamentou, ainda, a falta de progresso na implementação da Diretiva 2009/28/EC, relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis. Com o objetivo de acelerar este processo, foi estabelecido o “Grupo de Coordenação das Energias Renováveis”, com mandato até 2020. Foi ainda aumentado o orçamento da Comunidade da Energia em 30% e prorrogado por três anos o atual mandato do Diretor do Secretariado.

Tratado da Carta da Energia

O Conselho aprovou, em maio, o texto da Carta Internacional de Energia e a sua adoção e assinatura pela União Europeia e EURATOM. Na Conferência Ministerial sobre a Carta Internacional de Energia (Haia, em maio) foi formalmente adotada e assinada.

A 26.^a Reunião da Conferência da Carta da Energia teve lugar em dezembro, em Tbilisi (Geórgia), na qual foram debatidos o orçamento para 2016-2017 e a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

renovação do mandato do Secretário-Geral. A sessão ministerial foi dedicada ao tema “Promover a cooperação regional através do comércio transfronteiriço de energia”, contando igualmente com a participação de diretores das empresas da indústria da energia.

Agência Internacional de Energia (AIE)

Em outubro, teve lugar, em Paris, a reunião do “Standing Group on Long-Term Co-operation”. Nessa ocasião, foram apresentadas as recomendações do exame para o setor energético nacional, as quais foram aceites por Portugal. A apresentação do relatório de progressos focou-se nos esforços de Portugal para promover a eficiência energética e fortalecer as interligações de energia.

A reunião ministerial da AIE teve lugar em novembro, em Paris, e contou com a participação do Chile, China, Indonésia, México, Marrocos, África do Sul, Tailândia, Brasil e Índia. Esta reunião foi dedicada ao tema “Inovação para um Futuro Energético Limpo e Seguro”, com enfoque particular nos aspetos climáticos da COP 21. Foi debatido o papel da AIE ao nível global e a renovação do processo de associação com países parceiros, de forma a lançar as bases para alcançar um progresso tangível nesta área. Desta reunião, resultou uma declaração sobre energia e clima, uma declaração conjunta sobre a ativação da Associação e ainda declarações bilaterais e programas de trabalho.

Grupo Estratégico para a Cooperação Internacional da Energia

Portugal participou na 9.^a Reunião do Grupo Estratégico para a Cooperação Internacional de Energia que decorreu em maio, em Bruxelas, cujo tema incidiu na dimensão externa como um dos principais objetivos da União para a Energia, com vista a reforçar a presença global da UE em matéria de energia. As intervenções centraram-se na necessidade de reforçar o diálogo com os países terceiros (Cáspio, Mediterrâneo, Corredor Meridional de Gás e outros parceiros-chave) e foi abordado o papel da diplomacia global para o cumprimento dos objetivos de energia e clima e o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

contributo dos acordos de comércio no apoio aos objetivos de política energética da UE.

Na 10.^a Reunião do Grupo Estratégico para a Cooperação Internacional de Energia, que teve lugar em novembro, em Bruxelas, a qual contou igualmente com a participação de Portugal, a discussão foi centrada nos efeitos dos atuais preços do petróleo, na cooperação futura com países terceiros, na renovação das relações e perspetivas de cooperação com o Irão, bem como na Parceria Estratégica entre UE e Argélia no domínio da energia.

Relações Euro-Mediterrânicas

O Mediterrâneo tem uma importância crescente no aprovisionamento de gás à UE, como fonte e como região de trânsito, possuindo ainda um grande potencial em termos de energias renováveis. A União para a Energia visa o estabelecimento de parcerias estratégicas de energia com os países produtores e de trânsito do Mediterrâneo.

Em 2015, a cooperação energética euro-mediterrânea recebeu um novo ímpeto, através do estabelecimento de três plataformas temáticas que contemplam três áreas políticas prioritárias: gás natural; integração dos mercados regionais de eletricidade; e energias renováveis e eficiência energética.

Essas plataformas, sob a coordenação das copresidências da União para o Mediterrâneo (UE e Jordânia), organizam e apoiam o diálogo sistemático de todos os participantes públicos e privados envolvidos. Portugal tem vindo a acompanhar os trabalhos deste fórum e participou nas reuniões de trabalho relativas ao lançamento das plataformas temáticas.

Questões atómicas

Durante o ano, foram discutidas as novas orientações sobre a cooperação no âmbito das convenções internacionais de que a Comunidade EURATOM e os seus EM são



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Parte, resultantes em grande medida do processo de preparação da Conferência Diplomática da Convenção sobre Segurança Nuclear, que decorreu em fevereiro.

Foram também objeto de análise e discussão os seguintes assuntos: preparação da 5.^a Reunião das Partes Contratantes da Convenção Conjunta sobre a Segurança da Gestão do Combustível Irrradiado e a Segurança da Gestão dos Resíduos Radioativos; a 4.^a Reunião do Grupo de Trabalho da Convenção ESPOO⁵⁶ sobre a Avaliação de Impacto Ambiental Transfronteiriço; as propostas de Recomendação relativas à energia nuclear; a situação do acordo existente entre o Tratado EURATOM e a Organização KEDO⁵⁷; e o acordo com o Canadá. O Pacote da União para a Energia e as suas implicações nos aspetos relacionados com a energia nuclear foi objeto de intenso debate.

Foram ainda aprovadas conclusões do Conselho sobre a justificação da imagiologia médica que implica a exposição a radiações ionizantes, e a preparação e resposta a emergências nucleares. Estas conclusões traduzem uma leitura comum sobre os aspetos cruciais ligados à proteção contra os riscos nucleares e reação às emergências nucleares.

⁵⁶ Convenção sobre a avaliação dos impactos ambientais num contexto transfronteiriço.

⁵⁷ Organização para o desenvolvimento de energia na Península Coreana.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VII

AMBIENTE

DOSSIÊS NA AGENDA INTERNA DA UE

Redução das emissões nacionais de determinados poluentes atmosféricos

O pacote “Ar limpo”, apresentado pela Comissão em dezembro de 2013, incluiu a proposta de diretiva que altera a Diretiva 2003/35/CE relativa à redução das emissões nacionais de determinados poluentes atmosféricos, face às emendas ao Protocolo de Gotemburgo que deram origem a novos compromissos de emissão de poluentes atmosféricos para 2020, para dióxido de enxofre (SO₂), dióxido de azoto (NO₂), compostos orgânicos voláteis não metânicos (NMVOC) e amónia (NH₃).

A proposta estabelece novos compromissos de redução para estes poluentes e para o poluente de partículas finas PM 2.5, a partir de 2020 e de 2030. Define ainda limites intermédios de emissões para 2025, baseados numa trajetória linear de emissões.

Portugal considera que esta proposta de redução das emissões nacionais de determinados poluentes atmosféricos, com metas faseadas em 2020 e 2030, está alinhada com os objetivos de cumprimento dos valores limite de qualidade do ar a atingir em 2020 e com os objetivos de longo prazo da UE de se atingir os valores recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

A principal preocupação de Portugal prendeu-se com o nível de ambição das metas de redução para 2030, em especial, para partículas finas, amoníaco e compostos orgânicos voláteis não metânicos. As intensas negociações realizadas, a nível bilateral com a presidência, permitiram apresentar um compromisso em que Portugal se revê quanto ao potencial de redução para os poluentes atrás identificados. Esta proposta mais flexível, apresentada ao Conselho Ambiente de dezembro, facilitou a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

obtenção de uma orientação geral, pois contém metas menos ambiciosas que as inicialmente propostas pela Comissão, sem baixar drasticamente o objetivo geral de redução das mortes prematuras na UE relacionadas com a falta de qualidade do ar.

Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)

Em julho, a Comissão adotou uma proposta de revisão da Diretiva 2003/87/CE para reforçar a relação custo-eficácia das reduções de emissões e o investimento nas tecnologias de baixo carbono.

Esta proposta pretende refletir as orientações estratégicas e princípios essenciais estabelecidos nas conclusões do Conselho Europeu de outubro de 2014, que adotou o quadro de ação da UE relativo ao clima e à energia para 2030, prevendo uma meta vinculativa da UE de, pelo menos, 40% de redução de emissões de gases com efeito de estufa até 2030 em comparação com os valores de 1990.

No Conselho Ambiente de outubro esta proposta foi objeto de um primeiro debate de orientação, antevendo-se uma negociação complexa e difícil em 2016, nomeadamente sobre as disposições para os setores expostos ao risco de fuga de carbono.

Portugal, em termos gerais, considera que o CELE deve continuar a ser o instrumento fundamental da política climática, tendo em conta os resultados alcançados com o mesmo até à data, pois nenhum outro mecanismo gerou uma redução tão drástica de emissões e direcionou os operadores no sentido de tomarem medidas para a mitigação das suas emissões. Nesse sentido, apoia a reestruturação do regime CELE de forma a melhorar o funcionamento do mercado de carbono, assegurando um preço de carbono robusto e uma melhor previsão do mercado a longo prazo, e a garantir que os incentivos para os setores CELE são os adequados e harmonizados ao nível da UE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Pacote “Economia circular”

A Comissão apresentou, no Conselho Ambiente de dezembro, um novo pacote sobre a economia circular, o qual inclui propostas legislativas revendo as metas para o setor dos resíduos e uma Comunicação intitulada “Fechando o ciclo – plano de ação da UE para a economia circular”, abrangendo o ciclo de vida dos produtos e materiais desde a produção e consumo à gestão dos resíduos e dos mercados para as matérias-primas secundárias.

Esta apresentação surge após a Comissão ter retirado o pacote inicialmente apresentado, em julho de 2014, apesar da contestação de vários EM, incluindo de Portugal. O atual pacote pretende ser mais realista face às dificuldades e circunstâncias específicas de alguns EM, prevendo metas mais reduzidas para os resíduos.

Portugal aprecia o esforço de equilíbrio das novas propostas, mas reconhece que a evolução para uma economia circular coloca desafios de grande complexidade que exigem respostas inequívocas, pluridisciplinares e integradas.

Portugal entende que este pacote poderia ser mais ambicioso no que respeita à articulação das políticas. Lamenta que continue a estar centrado nas propostas legislativas para o setor dos resíduos e avance apenas timidamente nas vertentes do consumo sustentável, da promoção do uso de matérias-primas secundárias e do apoio às ecoindústrias, ao ecodesign e à ecoinovação.

Portugal considera, ainda, necessário que o pacote seja desenvolvido tendo também em vista minimizar os impactos sobre a biodiversidade, enquanto contributo essencial para a promoção da eficiência na utilização dos recursos.

Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020

Em 2011, a Comissão Europeia publicou a Comunicação “O nosso seguro de vida, o nosso capital natural: Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020”, com o objetivo



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

de travar a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços ecossistémicos na UE até 2020 e de recuperar a biodiversidade nesses serviços.

Em outubro, a Comissão apresentou o relatório sobre "A revisão intercalar da Estratégia de Biodiversidade da UE", visando avaliar se a UE se encontra no bom caminho para alcançar o objetivo de travar a perda de biodiversidade até 2020.

O Conselho Ambiente de dezembro adotou conclusões, nas quais se reconhece que as ações de conservação específicas para implementar a Estratégia tiveram sucesso, sendo, no entanto, necessário encetar mais esforços para alcançar as seis metas da Estratégia, nomeadamente na gestão adequada da Rede Natura 2000 de zonas terrestres e marinhas protegidas e na integração da biodiversidade nos padrões de consumo e de produção, agricultura, pescas, coesão, comércio, desenvolvimento, entre outras políticas.

Portugal considerou que as conclusões configuram um impulso importante do Conselho para os esforços comuns e individuais de prossecução das metas da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020. Realçou ainda a necessidade de garantir que as preocupações respeitantes à biodiversidade sejam sistematicamente refletidas em todos os acordos comerciais relevantes celebrados pela UE e nos programas e ações de cooperação para o desenvolvimento empreendidos pela UE e pelos EM.

Ecologização do Semestre Europeu

Após a publicação, em novembro de 2014, da Comunicação sobre a Análise Anual do Crescimento para 2015 (AAC 2015), dando início ao ciclo do Semestre Europeu de 2015, o Conselho Ambiente de março realizou uma troca de impressões sobre o tema da ecologização ("greening") do Semestre Europeu.

Este debate centrou-se no seguimento dado pela AAC 2015 às conclusões do Conselho Ambiente de outubro de 2014 sobre o "greening" do Semestre Europeu e da Estratégia Europa 2020, e nas potenciais sinergias entre a política ambiental e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

outras políticas, rumo a uma economia eficiente na utilização de recursos, circular e de baixo carbono, concedendo ainda um enfoque específico ao tema da agenda digital.

O Conselho Ambiente de outubro deu continuidade ao debate, através de nova troca de impressões, no âmbito da qual foi abordada a temática da eliminação gradual dos subsídios prejudiciais ao ambiente e da implementação da legislação e das políticas ambientais.

Portugal tem sido um dos EM apoiantes do debate sobre o “greening” do Semestre Europeu, defendendo que existe potencial para integrar, de forma mais incisiva, as políticas ambientais no Semestre Europeu, nomeadamente abordando o potencial do crescimento verde no contexto das análises anuais de crescimento e nas recomendações específicas por país.

Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM)

Portugal centrou esforços na consolidação da estrutura de coordenação para a implementação do programa de medidas e do programa de monitorização da DQEM, assim como na concretização de iniciativas relativas à obtenção dos financiamentos necessários para aqueles programas.

Nesse sentido, foram preparadas diversas candidaturas a fundos diretos da Comissão Europeia, sendo de destacar o projeto luso-espanhol para a sub região da Macaronésia “MISTIC’SEAS”, que envolve a R.A. Madeira, a R.A. Açores e as Ilhas Canárias.

No contexto internacional, e com o objetivo de assumir responsabilidades inerentes ao facto de Portugal ser o maior Estado costeiro da UE, detendo sob sua jurisdição cerca de metade do volume de águas e de solos marinhos da UE, Portugal tomou a iniciativa, no quadro da UE e da OSPAR⁵⁸, de organizar reuniões trilaterais com

⁵⁸ Organização da Proteção e Conservação dos Recursos do Atlântico Nordeste.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Espanha e França e bilaterais com a Irlanda, com vista à implementação da DQEM num contexto de águas regionais, tal como preconizado pela diretiva.

De referir que, ao abrigo da DQEM, Portugal invocou o artigo 15.º, notificando a Comissão Europeia de que seria necessária a sua intervenção para a aplicação, às frotas da UE e da NEAFC⁵⁹, da medida relativa à proteção de ecossistemas marinhos vulneráveis da plataforma continental portuguesa.

Portugal elaborou, também, um “position paper” sobre a implementação da DQEM, bastante relevante para a afirmação das posições portuguesas, tendo contado com o apoio de alguns EM.

DIMENSÃO EXTERNA DO AMBIENTE

Alterações Climáticas

No âmbito da preparação da 21.ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, que se realizou em Paris, de 30 de novembro a 11 de dezembro, foram aprovadas, em setembro, conclusões do Conselho Ambiente que consubstanciaram o mandato da UE para as sessões negociais que decorreram no âmbito das Nações Unidas.

O tema foi também abordado nos Conselhos Ambiente de março e de junho, tendo por base a Comunicação da Comissão “O Caminho para Paris”, na qual era apresentada a visão da UE, no plano técnico e político, para o novo acordo climático a adotar na COP de Paris.

Em março o Conselho adotou ainda a submissão formal do contributo da UE em termos de mitigação de emissões – a Contribuição Determinada a Nível Nacional (INDC) da União Europeia – acordada no Conselho Europeu de outubro de 2014 (objetivo de reduzir em 40% as emissões de gases com efeito de estufa até 2030,

⁵⁹ Comissão para as Pescas do Nordeste do Atlântico.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

com base nos valores de 1990). A contribuição de Portugal insere-se no âmbito da contribuição global da União Europeia.

Em Paris, as Partes adotaram um novo Acordo Internacional que, num esforço coletivo, irá tentar conter o aumento da temperatura do planeta (abaixo dos 2°C e prosseguir todos os esforços para 1,5°C).

O Acordo de Paris é equilibrado, justo, duradouro, ambicioso e juridicamente vinculativo. Marca uma mudança de paradigma na implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas com o reconhecimento explícito de que apenas com o contributo de todos é possível vencer o desafio das alterações climáticas.

Com vista a alcançar um acordo ambicioso, Portugal definiu as seguintes prioridades:

- Objetivos de longo prazo por todas as Partes; diferenciação em linha com as circunstâncias nacionais das Partes;
- Compromissos de mitigação para todas as Partes e que representem uma progressão em relação aos níveis de ambição do passado;
- Progressão contínua do nível de esforços e aumento do nível de ambição no longo prazo de forma a permitir alcançar o objetivo de não aumentar a temperatura global média acima dos 2°C;
- Inclusão de compromissos de adaptação no contexto do acordo de 2015, traçando um objetivo global para todos.

Agenda 2030 para um Desenvolvimento Sustentável⁶⁰

A preparação da posição da UE no âmbito das negociações multilaterais sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a sua implementação ao nível da UE foram alvo de troca de opiniões nos Conselhos Ambiente de março e de outubro, onde foi abordada a importância da dimensão ambiental neste processo.

⁶⁰ Ver Título VI, Capítulo IV.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

A Agenda 2030 para um Desenvolvimento Sustentável, adotada na Cimeira das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que decorreu em Nova Iorque, em setembro, contempla 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, constituindo um documento importante ao colocar o desenvolvimento sustentável no centro do novo enquadramento da cooperação para o desenvolvimento e ao trazer para este debate os desafios associados às alterações climáticas e a sua influência na prosperidade e segurança mundial.

Portugal defendeu que a dimensão ambiental deveria ser plenamente refletida na Agenda 2030, garantindo o equilíbrio necessário entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável para a erradicação da pobreza. Salientou o papel dos Ministros do Ambiente, enquanto principais responsáveis pela definição de políticas e parcerias futuras na área do ambiente, assim como a importância do envolvimento mais ativo da sociedade civil e do setor privado, mobilizando os recursos financeiros e técnicos adequados.

Relativamente à implementação da Agenda 2030, Portugal considera que existe uma abordagem qualitativa, focada nos resultados e mais eficaz quanto à coerência entre as várias políticas internas. A Agenda 2030 deverá apoiar claramente a prossecução dos objetivos em matéria de alterações climáticas.

No que respeita à sua implementação, Portugal apoia o estabelecimento de um mecanismo de monitorização global, no âmbito das Nações Unidas, assente, sempre que possível, em mecanismos e estruturas já existentes.

Biodiversidade

Portugal continuou a acompanhar os trabalhos referentes ao desenvolvimento do quadro jurídico da UE no que respeita aos aspetos obrigatórios do Protocolo de Nagóia sobre acesso aos recursos genéticos e partilha dos benefícios decorrentes da sua utilização (ABS).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Portugal assumiu um papel ativo nas reuniões de peritos sobre ABS e nas reuniões do Comité ABS, instituído pelo Regulamento (UE) n.º 511/2014, que procedeu à negociação dos aspetos respeitantes ao registo de coleções, à monitorização do cumprimento pelos utilizadores e às boas práticas à luz do disposto no referido regulamento. Neste âmbito, a Comissão adotou o Regulamento de Execução n.º 2015/1866 que se revelou um instrumento fundamental para o cumprimento da missão do Grupo de Trabalho ABS criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2014, designadamente no respeitante à apresentação de uma proposta de modelo jurídico de aplicação do Protocolo de Nagóia e do Regulamento (UE) n.º 511/2014 em Portugal.

Ao longo de 2015, Portugal procurou acompanhar os esforços de ratificação do Protocolo de Nagóia, desenvolvidos pelos restantes EM e pela UE, tendo em vista o desfecho do processo de adesão ao Protocolo de Nagóia lançado em 2014.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VIII

AGRICULTURA, PESCAS E POLÍTICA MARÍTIMA INTEGRADA

AGRICULTURA

Medidas extraordinárias de mercado

O acompanhamento da evolução dos mercados agrícolas foi uma prioridade durante o ano de 2015, em particular no 2.º semestre.

De facto, registaram-se significativas perturbações na União Europeia, incluindo em Portugal, especialmente nos setores do leite e da carne de suíno. Esta crise foi agravada, no caso do setor do leite, devido ao efeito conjugado do fim das quotas em 31 de março e da manutenção do embargo russo.

Para fazer face a esta situação de crise, a Comissão Europeia apresentou, em setembro, um pacote de medidas contemplando ajudas no valor de 500 milhões de euros, dos quais 420 milhões se destinaram a apoiar os produtores de leite e 80 milhões os produtores de carne de suíno. Foi atribuído a Portugal um envelope de 4,8 milhões de euros para apoiar o setor pecuário (leite e carne de suíno).

No âmbito do referido pacote de medidas, o Comissário Hogan anunciou a criação da “Task Force” dos mercados agrícolas, iniciativa que Portugal saudou. Esta “Task Force”, que envolve peritos do setor privado, irá reunir de janeiro a outubro de 2016 e pretende discutir instrumentos financeiros para mitigar a volatilidade dos preços no contexto da equidade e do reforço da posição dos produtores nas relações da cadeia alimentar.

Em Portugal, foi aprovado um plano de ação para o setor do leite que, entre diversas medidas relevantes, incluiu: uma linha de crédito de 50 milhões de euros, com juros bonificados, para apoiar a tesouraria ou investimentos dos produtores leiteiros; a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

isenção temporária de contribuições para a segurança social; e o adiantamento do pagamento de 70% do prémio à vaca leiteira (8,3 milhões de euros).

Foram estendidas até ao final do ano várias medidas de mercado, não tendo contudo, os operadores portugueses efetuado entregas ao abrigo das mesmas: intervenção pública de leite em pó desnatado (LDP); armazenagem privada de manteiga; armazenagem privada de LPD; e armazenagem privada de determinados queijos.

O primeiro balanço sobre a eficácia das medidas adotadas pela Comissão foi feito no Conselho Agricultura e Pescas de novembro. Os preços continuavam baixos, apesar de alguma estabilização, aguardando-se novas medidas no futuro.

Simplificação da aplicação da reforma da Política Agrícola Comum (PAC)

A entrada em vigor da nova PAC teve lugar em 2014. Contudo, muitas das novas regras aplicaram-se a partir de janeiro de 2015, tendo-se confrontado a maioria dos EM, incluindo Portugal, com significativas dificuldades operacionais, devido à complexidade do desenho regulamentar de algumas medidas e às regras específicas complementares propostas pela Comissão.

Portugal manifestou as suas preocupações e propôs soluções, quer através de carta dirigida ao Comissário, quer nas várias sessões do Conselho Agricultura em que se debateu esta matéria. Em particular, as regras para aplicação da medida ecológica ("greening") foram objeto de propostas nacionais face à formulação da Comissão.

O Conselho Agricultura de maio aprovou conclusões que recomendam a adoção de medidas de simplificação destinadas a facilitar a aplicação da regulamentação, acautelando que as orientações formuladas pela Comissão e os atos legislativos de implementação não criem obrigações suplementares.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

As conclusões apontam, também, para a necessidade de maior transparência na interpretação das disposições legais que a Comissão fornece aos EM, em especial no âmbito da política de desenvolvimento rural.

Foram definidas várias prioridades de curto e médio prazo, das quais se destacam: as regras para aplicação da medida ecológica; a aplicação da definição de agricultores ativos; e a necessidade de maior flexibilidade no regime aplicável aos pequenos agricultores e ao apoio associado voluntário.

O Conselho Agricultura de novembro procedeu a um debate sobre o ponto de situação da simplificação da PAC como parte da estratégia global tendente a simplificar e reduzir a legislação da UE. A proposta então apresentada pela Comissão teve por base três princípios: benefícios para os agricultores; benefícios para a operacionalização das medidas; e rever os atos delegados e de execução, em conformidade com as conclusões do Conselho, não colocando em causa a aplicação das regras básicas da PAC (regulamentação de base).

A simplificação da PAC é a principal bandeira política do Comissário Hogan. Este exercício deverá estar terminado até ao final de 2016, antes do início da revisão intercalar da PAC em 2017, sendo que a prioridade é a ecológica.

Programas de apoio à distribuição de frutas/legumes e leite nas escolas

A Presidência luxemburguesa conseguiu obter um acordo, depois de negociações difíceis no que respeita à lista de produtos, aos critérios de repartição e ao montante dos envelopes financeiros por EM. Estes dois programas passam a estar reunidos num só, com um orçamento de 250 milhões de euros.

Portugal obteve um envelope financeiro de 2,1 milhões de euros para o leite e 3,3 milhões de euros para as frutas e hortícolas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Programa POSEI: medidas específicas no domínio agrícola a favor das Regiões Ultraperiféricas (RUP) – subprograma Região Autónoma dos Açores (RAA)

A proposta de alteração do programa, apresentada em setembro pela RAA, foi aprovada em dezembro e é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2016. Esta alteração contribuirá para adaptar o programa à atual situação do setor agrícola dos Açores, permitindo aumentar os apoios aos setores do leite e da carne, contribuindo para reduzir o impacto negativo da descida do preço do litro de leite e para aumentar o número de animais abatidos nos matadouros da Região.

PRORURAL+ e PRODERAM 2020

Os Programas de Desenvolvimento Rural para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (RAM) para o período 2014-2020 (respetivamente PRORURAL+⁶¹ e PRODERAM 2020⁶²) foram aprovados pela Comissão Europeia a 13 de fevereiro, contando a RAA com uma contribuição financeira da UE de 295,3 milhões de euros e a RAM de 179,5 milhões de euros.

Agricultura biológica - alteração da regulamentação referente à produção biológica e rotulagem de produtos biológicos

Foi possível adotar uma orientação geral do Conselho sobre esta proposta, apresentada em 2014, estando ainda em curso as negociações com o PE com vista à aprovação final. As pretensões de Portugal quanto à inclusão do sal marinho e das rolhas de cortiça foram contempladas na orientação do Conselho, bem como no texto ainda em debate no seio do PE.

⁶¹ Decisão de Execução da Comissão C (2015) 850 final, de 13 de fevereiro.

⁶² Decisão de Execução da Comissão C (2015) 853 final, de 13 de fevereiro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Organismos Geneticamente Modificados (OGM)

A Comissão apresentou, em abril, uma proposta de regulamento permitindo que os EM limitem ou proibam no seu território a utilização de OGM destinados ao consumo humano ou animal, incluindo a importação.

Esta proposta tem subjacente o princípio da nacionalização das decisões ao conferir aos EM, com base no princípio da subsidiariedade, o poder de decidirem restringir a colocação no mercado de géneros alimentícios e alimentos para animais GM, tal como previsto na Diretiva (UE) 2015/412, relativa ao cultivo de OGM.

Atualmente, quando a Comissão autoriza um OGM como género alimentício ou alimento para animal (após cumprido todo o procedimento para a sua autorização), a decisão é diretamente aplicável em todo o espaço europeu. O principal constrangimento da proposta da Comissão reside na compartimentação do mercado interno e na compatibilidade com as regras da Organização Comercial de Comércio (OMC), facto para o qual, desde logo, muitos EM alertaram, incluindo Portugal.

Os interesses dos operadores económicos podem igualmente ser afetados dada a elevada dependência da UE de países terceiros em aprovisionamento de proteína vegetal para alimentação animal, a qual é maioritariamente GM. Tomando como exemplo o ano de 2013, verifica-se que cerca de 96% do consumo de soja na UE teve origem em importações, sendo que 90% desta era GM. Em Portugal, do consumo anual de milho na ordem de 2,5 milhões de toneladas, 70% tem origem em importações, sendo mais de dois terços provenientes de países terceiros.

O PE rejeitou liminarmente a proposta da Comissão. O Conselho manifestou larga oposição, aguardando pelo parecer do Serviço Jurídico do Conselho, entretanto conhecido no final do ano, e que é negativo por considerar existirem sérias dúvidas sobre a compatibilidade com as regras do mercado interno e, no que toca à OMC, por contradizer o princípio da nação mais favorecida.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

O posicionamento de Portugal face a este dossiê assenta na confiança nas entidades científicas e na solidez do mercado interno, sem esquecer as fragilidades da produção pecuária, muito dependente das importações de matérias-primas.

Desenvolvimento sustentável da agricultura

Este tema constituiu também uma das prioridades da Presidência luxemburguesa, que promoveu debates, nos Conselhos Agricultura de outubro e de dezembro, sobre a bio-economia e o contributo do setor agrícola no combate às alterações climáticas.

Cientistas e especialistas foram convidados a apresentar os resultados da sua pesquisa, incluindo as consequências das alterações climáticas na agricultura, tendo sido também discutida a potencial contribuição do setor agrícola para as alterações climáticas, focada nas estratégias de investigação e inovação a longo prazo.

Controlos oficiais sanitários e fitossanitários

Foi adotada a orientação geral do Conselho sobre a proposta relativa aos controlos oficiais sanitários e fitossanitários que pretende: simplificar e racionalizar o quadro jurídico existente tendo em vista melhorar a eficiência dos controlos oficiais, realizados pelos EM ao longo da cadeia alimentar; e estabelecer um quadro único de regras para todos os setores, incluindo a fitossanidade, material reprodutivo vegetal, subprodutos animais e agricultura biológica.

As questões em discussão de interesse para Portugal foram devidamente salvaguardadas no texto da orientação geral do Conselho. Iniciaram-se as negociações com o PE com o objetivo de alcançar um acordo a breve prazo em segunda leitura.

Medidas de proteção contra as pragas dos vegetais

Concluiu-se um acordo, em segunda leitura, com o PE, sobre a proposta legislativa que irá definir novas regras para proteção de plantas que visam estabelecer um equilíbrio entre a necessária proteção do território europeu face ao risco de introdução de organismos nocivos e a indispensável manutenção dos fluxos



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

comerciais. Destaca-se que a maioria das questões de interesse para Portugal ficou salvaguardada.

Saúde Animal

Foi alcançado um acordo, em primeira leitura, com o PE, sobre a proposta legislativa relativa às condições zootécnicas e genealógicas aplicáveis ao comércio e às importações na UE de animais reprodutores e dos seus produtos germinais. A revisão e modernização desta legislação deve promover o desenvolvimento do setor da pecuária, incluindo a clarificação e harmonização das disposições relativas às organizações de seleção, programas de melhoramento e registos genealógicos.

Florestas

De 4 a 15 de maio decorreu, em Nova Iorque, a 11.^a Sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF) durante a qual se debateu a revisão do Acordo Internacional sobre Florestas, com vista a acordar os moldes da continuação desta plataforma global de diálogo, as suas funções, objetivos e modalidades de trabalho.

Portugal defendeu que o financiamento internacional continuasse a ser de natureza voluntária, assegurando que não haverá apoio por parte da UE a qualquer contribuição financeira, para além daquela que já acontece no âmbito das contribuições anuais dos membros das Nações Unidas para o seu orçamento regular.

PESCAS

Nova Política Comum das Pescas (PCP)

Prosseguiram os trabalhos decorrentes da nova PCP, destacando-se a introdução progressiva, a partir de 2015, da obrigação de descarga para as espécies sujeitas a Totais Admissíveis de Captura (TAC) e, no Mediterrâneo, também para espécies sujeitas a tamanhos mínimos de referência de conservação.

A obrigação de descarga para as espécies pelágicas, que se iniciou em 2015, não teve impacto relevante em Portugal, porquanto as pescarias portuguesas que



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

capturam aquelas espécies têm tido a sardinha ou a cavala como espécies-alvo, as quais não estão abrangidas pela nova obrigação por não estarem sujeitas a TAC fixado pela UE.

O Grupo das Águas Ocidentais Sul, constituído pelas administrações de Portugal, Espanha, França e Bélgica no quadro da regionalização da nova PCP, trabalhou na preparação do plano da obrigação de descarga para as espécies demersais nas águas ocidentais sul, das quais a pescada e o lagostim são particularmente relevantes para Portugal.

Este plano foi adotado por ato delegado da Comissão Europeia e será aplicado a partir de 1 de janeiro de 2016, tendo já as autoridades nacionais definido o conjunto das embarcações portuguesas que não poderão efetuar devoluções de pescado ao mar e estarão obrigadas a descarregar as capturas das espécies abrangidas (pescada, lagostim, linguado e solha).

Conservação e gestão dos recursos da pesca

No que se refere ao habitual estabelecimento dos TAC para o ano seguinte (2016), e apesar de as propostas iniciais da Comissão serem penalizadoras para a frota nacional, a forte oposição e argumentação das autoridades portuguesas permitiram aumentar o total das possibilidades de pesca disponíveis nas águas da UE em cerca de 12% face a 2015, para o que contribuíram os aumentos das quotas de carapau, biqueirão e lagostim.

O conjunto das quotas de bacalhau na Noruega, no Svalbard e na NAFO foi reduzido em 7%, o que se deveu, essencialmente, à redução de 20% da quota portuguesa de bacalhau ártico na Noruega face ao ano anterior.

Pesca em países terceiros

Relativamente à rede de Acordos de Parceria no Domínio da Pesca Sustentável, a frota nacional, ao abrigo dos acordos atuneiros, tem acesso a possibilidades de pesca nas águas de Cabo Verde, Costa do Marfim, São Tomé e Príncipe, Madagáscar,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Seicheles, Comores, Quiribati e Maurícias e, no que respeita aos acordos que preveem o acesso a pescarias mistas, tem acesso às águas de Marrocos, Guiné-Bissau e Mauritânia.

Porém, diversos fatores, como o agravamento das condições de operação e as maiores dificuldades negociais da UE com os países terceiros que comportam uma maior imprevisibilidade e interrupções na atividade, têm levado a uma subutilização das possibilidades de pesca disponíveis e ao afastamento da frota nacional de pesqueiros considerados tradicionais.

Esta tendência levou as autoridades nacionais a defenderem, insistentemente, que a Comissão se empenhe na negociação com os países terceiros em prol de uma maior simplificação das disposições operativas inscritas nos Protocolos negociados com os países terceiros.

Apesar de, no que respeita aos Acordos com Marrocos e com a Guiné-Bissau, se confirmar uma muito reduzida utilização das possibilidades de pesca, a frota nacional voltou a atuar nas águas de Cabo Verde com dois navios em 2015, estando licenciados três para 2016, na sequência da maior certeza jurídica conseguida quanto à possibilidade de captura de tubarões no atual Protocolo.

Destaca-se, ainda, a rubrica de um novo Protocolo com a Mauritânia (em aplicação desde 16 de novembro de 2015) que vigorará por 4 anos e prevê uma contrapartida financeira de 59 milhões de euros/ano, sendo 4 milhões de euros destinados ao apoio às comunidades piscatórias locais. As possibilidades de pesca disponibilizadas à frota europeia foram ligeiramente reduzidas e a pesca do caranguejo foi excluída. Portugal tem acesso à captura de 250 toneladas de crustáceos com exceção da lagosta e do caranguejo.

A negociação deste Protocolo prolongou-se excessivamente, desde 2014 e ao longo de 2015. Desde dezembro de 2013, ano em que Portugal teve quatro navios licenciados na Mauritânia, a frota portuguesa não voltou àquelas águas, em virtude



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

das desfavoráveis condições de atividade e por ter deixado de estar em aplicação um novo Protocolo, o que levou à reorientação da frota para outros pesqueiros e, nalguns casos, à sua imobilização definitiva.

Relativamente ao Acordo UE-Noruega, de destacar a obtenção, em 2015, de uma quota adicional de bacalhau ártico de que Portugal beneficiou em 204 toneladas.

Pesca no âmbito de organizações regionais de pesca

No quadro das diferentes organizações regionais de pesca, nomeadamente a Comissão para as Pescas do Nordeste do Atlântico (NEAFC), a Organização das Pescas do Noroeste do Atlântico (NAFO) e a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT), decorreram reuniões anuais com vista a definir as medidas de conservação e gestão aplicáveis para 2016, com impacto sobre a atividade da frota nacional.

Portugal manteve a defesa da soberania portuguesa sobre os fundos da Plataforma Continental Estendida, nomeadamente no âmbito da NEAFC, onde a mesma não tem sido reconhecida, apesar de, em 2015, não ter sido proposto o encerramento no banco Josephine, tal como em 2014, nem terem surgido propostas de encerramento de outras áreas à pesca para proteção de ecossistemas marinhos vulneráveis.

No âmbito desta Organização foram adotadas medidas de gestão para 2016 que respeitam diretamente a Portugal, como a fixação do TAC de cantarilho no mar de Irminger em menos 10,5% face a 2015.

Quanto à reunião anual da NAFO, destacam-se as negociações para o bacalhau na zona 3M, que levaram a um ligeiro aumento (1%) do TAC para 2016 e 2017, em vez da redução inicialmente proposta. Também a quota de cantarilho naquela zona registou um aumento de cerca de 4,5%.

Relativamente à ICCAT, mantiveram-se as quotas portuguesas para o espadarte Norte, o espadarte Sul e o atum-voador Norte e Sul. Relativamente ao atum patudo,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

para o qual Portugal propôs o reforço das medidas de gestão e conservação, em vez de uma drástica redução do TAC, registou uma diminuição de cerca de 25%.

Mais uma vez, a proposta da UE de proibição do corte integral das barbatanas de tubarão a bordo das embarcações, já aplicada à frota comunitária e que seria de grande interesse para a frota portuguesa por restabelecer condições equitativas de operação com as frotas de países terceiros, não mereceu consenso por oposição de países terceiros como a China, o Japão e a Coreia.

Apoio estrutural ao setor da pesca nacional

Foi aprovado⁶³ o programa operacional “Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas — Programa Operacional de Portugal”, designado PO Mar 2020, para o período 2014-2020.

O PO Mar 2020 contribui para a estratégia da UE para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e para a realização dos objetivos temáticos selecionados, bem como para as prioridades da União.

Este programa operacional inclui novas áreas de intervenção prioritárias, anteriormente geridas de forma direta pela Comissão, como sejam o programa de recolha de dados, o controlo e vigilância da atividade da pesca, a organização comum de mercados dos produtos da pesca e da aquicultura, o Plano de Compensação para as Regiões Ultraperiféricas (POSEI-PESCAS), e ainda, sob gestão partilhada, a política marítima integrada.

Os POSEI-PESCAS das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, no âmbito do PO MAR 2020, foram aprovados⁶⁴ em dezembro.

O ano foi ainda marcado pelo processo de finalização da elegibilidade do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR), cofinanciado pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP), com a aprovação de 334 projetos que envolveram um investimento

63 Decisão de Execução da Comissão C (2015) nº 8642 final, de 30 de novembro.

64 Decisão de Execução da Comissão C (2015) nº 8888 final, de 15 de dezembro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

elegível da ordem dos 47,3 milhões de euros, dos quais 21,9 milhões, correspondentes ao FEP e 7,9 milhões de euros correspondentes à contrapartida nacional.

Aquicultura

Foi aprovado o Plano Estratégico para a Aquicultura, com base nas orientações estratégicas para o desenvolvimento sustentável da aquicultura na UE, que constitui uma condicionalidade “ex ante” no quadro do PO Mar 2020 e foi publicada diversa legislação nacional relativa ao licenciamento, à instalação e à exploração dos estabelecimentos de cultura marinha.

Recolha e gestão de dados necessários à condução da PCP

O atraso que se verificou no processo legislativo relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) teve repercussões financeiras nos programas nacionais, tendo as autoridades portuguesas assegurado, em 2015, todos os trabalhos previstos sem receber qualquer contrapartida financeira da UE.

Portugal apresentou à Comissão um “Plano de Ação”, para satisfazer a condicionalidade “ex ante” do FEAMP relativa à recolha de dados, com as medidas e ações a desenvolver em 2016 para suprir as deficiências que foram identificadas entre 2010 e 2013.

POLÍTICA MARÍTIMA INTEGRADA (PMI)

No âmbito da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e da Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico foi publicado o Instrumento Territorial Integrado para o Mar (ITI MAR)⁶⁵, o qual visa promover a realização e a monitorização das políticas públicas do mar, no quadro do modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

⁶⁵ Decreto-Lei n.º 200/2015, de 16 de setembro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Por outro lado, o PO Mar 2020, no âmbito da gestão partilhada do FEAMP, operacionaliza as ações da PMI com particular destaque para a implementação do “Common Information Sharing Environment” (CISE) e dos programas de medidas e monitorização da Diretiva Quadro Estratégia Marinha.

No que respeita à gestão direta do FEAMP, importa assinalar que Portugal viu selecionadas as candidaturas propostas na área da interoperabilidade do CISE.

No contexto da Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo, fundamental para a utilização sustentável dos mares e oceanos, foi aprovado o instrumento que desenvolve o regime jurídico aplicável quer ao ordenamento do espaço marítimo nacional quer à utilização desse espaço, assim como ao regime económico e financeiro associado à utilização privativa do espaço marítimo nacional⁶⁶.

No que respeita à vigilância marítima integrada iniciou-se, em janeiro, a iniciativa EUCISE2020, envolvendo 15 EM, incluindo Portugal, com o objetivo de operacionalizar a partilha de informação sobre vigilância marítima da UE através da integração das instâncias CISE. O NIPIM@R, projeto já em desenvolvimento, implementará o nó CISE em Portugal, estando previstos para o efeito cerca de 3,8 milhões de euros no PO MAR 2020, bem como os Projetos 501 e 602 num valor global de aproximadamente 1 milhão de euros, com financiamento do FEAMP.

Quanto à Estratégia Marítima da UE para o Atlântico, os EM da Bacia do Atlântico e a Comissão Europeia deram continuidade ao modelo de monitorização do Plano de Ação e criaram vários mecanismos de suporte à implementação da Estratégia. Portugal tem assinalado a necessidade de identificar e promover projetos em maior escala, adequados à realidade da Bacia do Atlântico, nomeadamente a utilização do gás natural liquefeito nas atividades marítimas, as energias renováveis marinhas, a

⁶⁶ Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

promoção da biotecnologia marinha, a náutica atlântica e a cooperação regional em várias áreas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IX

COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL

ACORDO DE PARCERIA PORTUGAL 2020

Depois de, em 2014, se ter assistido ao arranque formal do Portugal 2020, com a assinatura do Acordo de Parceira no final de julho, a aprovação de todos os Programas Operacionais (PO) da Política de Coesão e do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2020 (com exceção do PO MAR 2020) e o lançamento dos primeiros concursos relativos às Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial e ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária, o ano de 2015 marca o início da fase de implementação/operacionalização do Portugal 2020. Em particular, verificou-se a aprovação de parte significativa da regulamentação específica necessária à implementação dos instrumentos programáticos, bem como o lançamento de diversos concursos nos vários domínios temáticos.

Iniciou-se também o funcionamento das redes de articulação funcional, em particular da "Rede de Monitorização e Avaliação" e da "Rede das Dinâmicas Regionais", cujas primeiras reuniões ocorreram em março e abril, respetivamente.

No que se refere ao modelo de governação, foi criada a estrutura de missão e designado o Curador do Beneficiário, através da Resolução de Conselho de Ministros nº 29/2015, de 6 de maio, a quem compete receber e apreciar as queixas apresentadas pelos beneficiários dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ⁶⁷, emitindo recomendações sobre o assunto.

O Portugal 2020 reforça a articulação entre a aplicação dos FEEI (e não apenas dos fundos da Política de Coesão, como no período de programação anterior) e o

⁶⁷ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e Pescas (FEAMP).



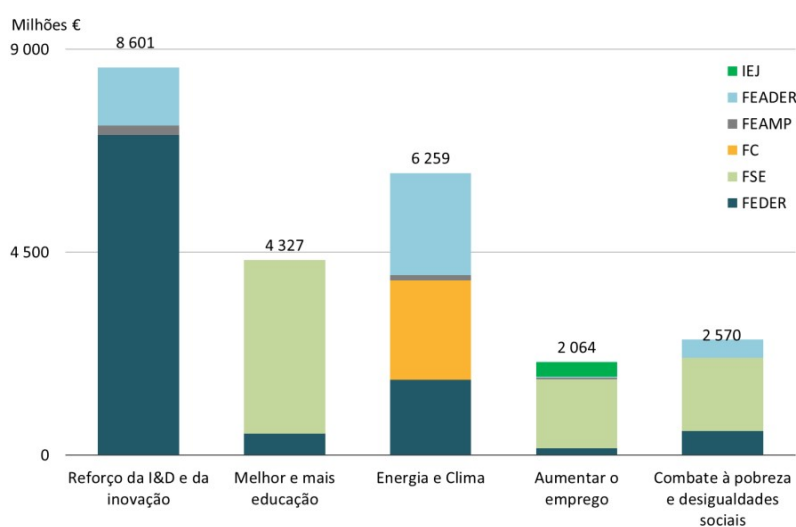
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

processo de governação económica associado ao Semestre Europeu. A articulação com os objetivos da Estratégia Europa 2020 é assegurada, em cada EM, pelo Acordo de Parceria e pelo Programa Nacional de Reformas (PNR).

As novas regras do Semestre Europeu, em vigor desde 2010, reforçaram a vertente preventiva, aumentando a articulação entre a aplicação dos FEEI e o processo de governação económica. As metas e compromissos assumidos pelos vários EM no âmbito da Estratégia Europa 2020 (ver Título III) foram traduzidos, por cada país, em objetivos nacionais nos respetivos PNR, que são anualmente acompanhados no âmbito do ciclo de coordenação comunitária das políticas económicas e orçamentais do Semestre Europeu.

No Portugal 2020, cerca de 92% do total dos FEEI estão englobados em categorias da despesa que contribuem para as linhas de orientação e objetivos do PNR. Destaca-se a importância do objetivo relativo ao reforço da I&D e da inovação, em particular a aposta nas empresas enquanto fator essencial para o aumento da competitividade, do crescimento económico e da criação de emprego.

Figura 1: Alocação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento por objetivo do PNR



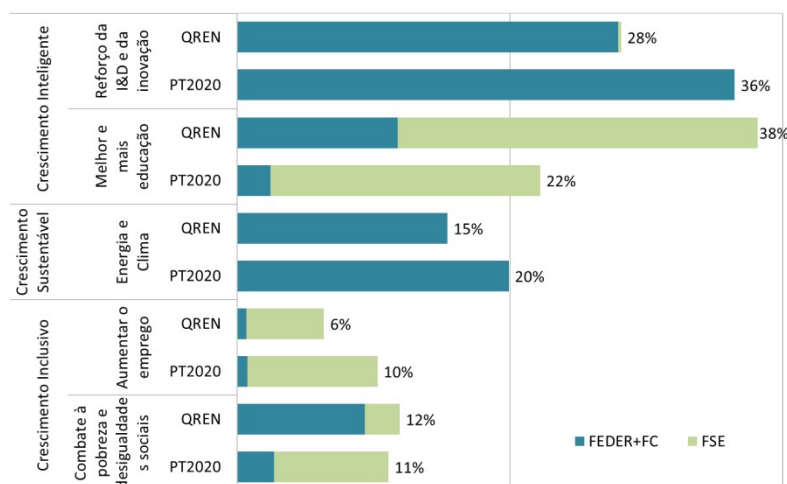
Fonte: Sistema de monitorização Portugal 2020.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Em particular para os fundos da Política de Coesão, e comparativamente ao período de programação anterior, a figura 2 evidencia o reforço da aposta na I&D e inovação, que constitui o objetivo mais relevante no atual quadro. A redução do peso do objetivo “mais e melhor educação” está relacionada com a diminuição dos investimentos em infraestruturas de ensino (financiadas pelo FEDER), tendo em conta os resultados já alcançados a este nível e as necessidades atuais mais pontuais em termos de fecho de redes.

Figura 2: Contributos do QREN e do Portugal 2020 por objetivo do PNR, fundos da Política de Coesão



Fonte: Sistema de monitorização QREN e Portugal 2020.

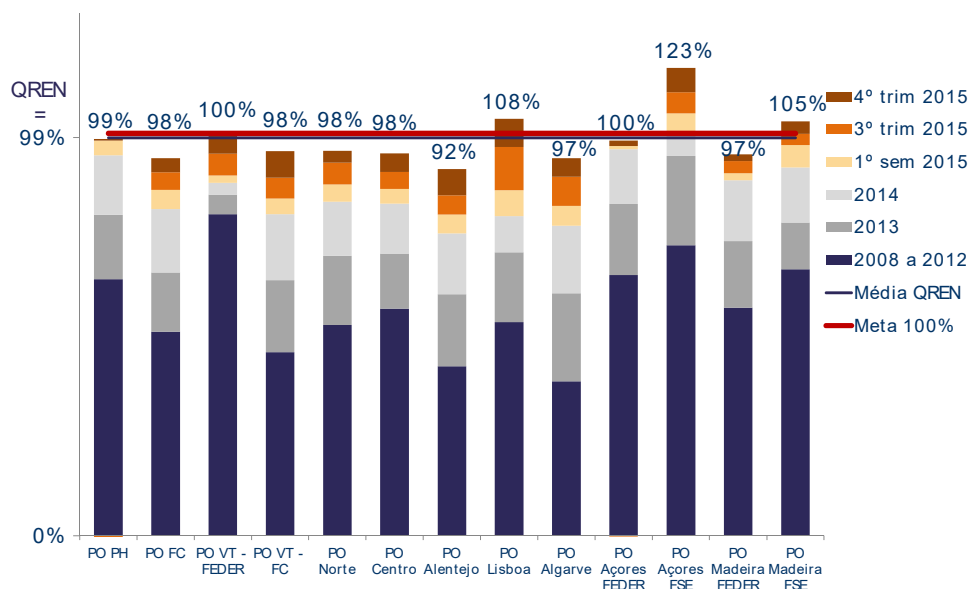
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE COESÃO EM PORTUGAL

Considerando os dados mais recentes (reportados a 31 de dezembro de 2015), a taxa de execução do QREN 2007-2013 atingiu 98,9% da dotação total dos fundos, o que representa um acréscimo de 12,4 p.p. em relação ao final de 2014, correspondendo a um volume de despesa validada de 21,18 mil milhões de euros de fundos. Esta taxa de execução permite antever a total absorção dos fundos que deve ser garantida aquando dos relatórios de encerramento dos PO. O volume de pagamentos efetuados aos beneficiários do QREN até dezembro de 2015 ascende a 21,14 mil milhões de euros.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Figura 3: Evolução da taxa de execução do QREN por PO



Fonte: Sistema de monitorização QREN.

Na análise da execução por Programa Operacional, destaque para os que revelam uma taxa de execução superior à média do QREN: PO Açores FSE (122,9%), PO Lisboa FEDER (107,9%), PO Madeira FSE (105,2%) e PO Açores FEDER (100%).

No final de 2015, 107,2% das verbas do QREN estavam comprometidas para financiamento dos projetos aprovados nos diversos Programas Operacionais, verificando-se que todos os PO têm níveis de compromisso superiores a 100%, o que significa que entraram em gestão de “overbooking”⁶⁸. Entre estes, destacam-se as taxas de compromisso do PO Açores FSE (150,8%)⁶⁹, do PO Lisboa FEDER (120,2%), do PO Madeira FSE (118,9%) e do PO Madeira FEDER (113,5%).

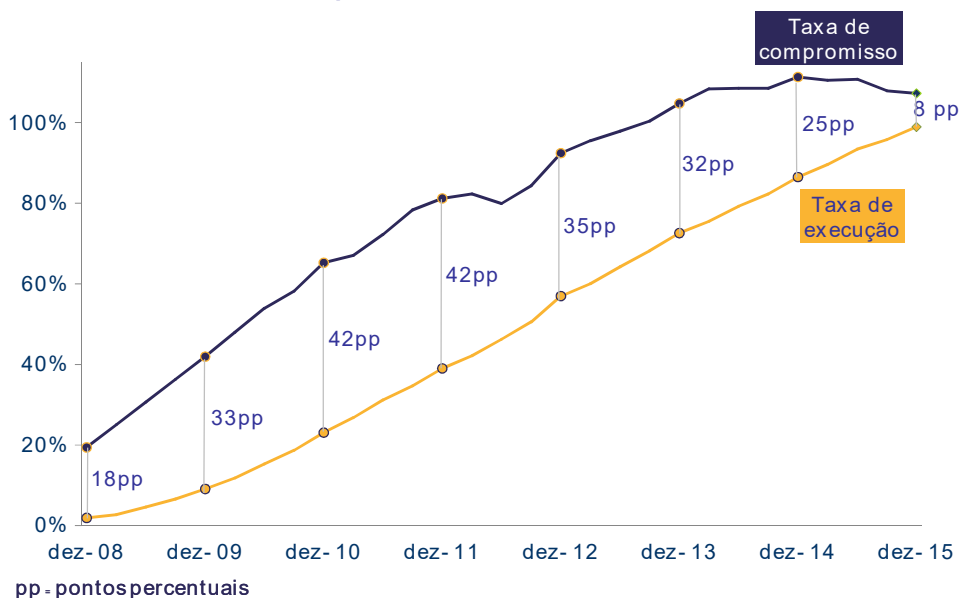
⁶⁸ A taxa de compromisso acima de 100% (“overbooking”) é comum no final dos ciclos de programação e traduz uma prática de gestão que procura assegurar a total absorção dos recursos disponíveis, tendo em conta a exetável libertação de verbas nas operações aprovadas, quer por cancelamento de algumas operações, quer por conclusão das mesmas com valores inferiores aos inicialmente aprovados.

⁶⁹ As aprovações do PO Açores FSE incluem projetos potencialmente transitáveis para os PO do Portugal 2020.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Figura 4: Evolução da taxa de compromisso e de execução do QREN



Fonte: Sistema de monitorização QREN.

Do montante de 271 mil milhões de euros de pagamentos intermédios efetuados pela Comissão aos Estados-membros, até 31 de dezembro, 19 mil milhões de euros destinaram-se a Portugal (7% do total), sendo 6 mil milhões de euros de FSE e 13 mil milhões de euros de FEDER e Fundo de Coesão. Portugal continua, assim, a integrar o grupo dos 7 países com maiores volumes de transferências totais da Comissão, a título de pagamentos intermédios, conjuntamente com a Polónia (57 mil milhões de euros), Espanha (26 mil milhões de euros), Alemanha (22 mil milhões de euros), Itália (20 mil milhões de euros), República Checa (19 mil milhões de euros) e Hungria (19 mil milhões de euros).

De salientar que Portugal é um dos países com maior taxa de absorção global dos Fundos. O nível de pagamentos intermédios efetuados pela Comissão a Portugal, até



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

31 de dezembro, corresponde a 87% do respetivo envelope financeiro (média UE 28 = 80%)⁷⁰.

No Objetivo “Cooperação Territorial Europeia” do QREN, Portugal participa em seis Programas Operacionais, aos quais acresce a possibilidade de participação de entidades portuguesas em projetos de rede (montante global de FEDER para estes projetos de 1,4 milhões de euros). No âmbito das vertentes da Cooperação Transfronteiriça e Transnacional, as entidades portuguesas obtiveram, em 2015, a aprovação de um montante de 115 milhões de euros de fundos comunitários, o que representa uma taxa de compromisso de 116% face ao valor atribuído indicativamente. A vertente transfronteiriça tem uma taxa de execução de 75%, o que se deve, sobretudo, ao facto de o Instrumento Europeu de Vizinhança ter sofrido atrasos imputados à instabilidade social e financeira que se tem verificado na zona do Mediterrâneo. A vertente transnacional apresentava no final de 2015 uma taxa de execução de 98%. Relativamente à terceira vertente da Cooperação Territorial, a cooperação inter-regional, as entidades portuguesas já comprometeram 9 milhões de euros.

O ano de 2015, para além de ter sido o último ano de execução do QREN, foi simultaneamente o ano de início da aplicação efetiva do Portugal 2020. De notar que a informação referente ao Portugal 2020 reporta-se aos FEEI, que incluem, para além dos Fundos da Política de Coesão (integrados no QREN), o FEADER e o FEAMP.

No âmbito do Portugal 2020, foram abertos, até 31 de dezembro, 593 concursos que envolveram 8,32 mil milhões de euros, o que representa cerca de 30% da dotação total. Destacam-se os montantes disponibilizados para projetos no domínio da competitividade e internacionalização, com particular incidência nos apoios diretos às

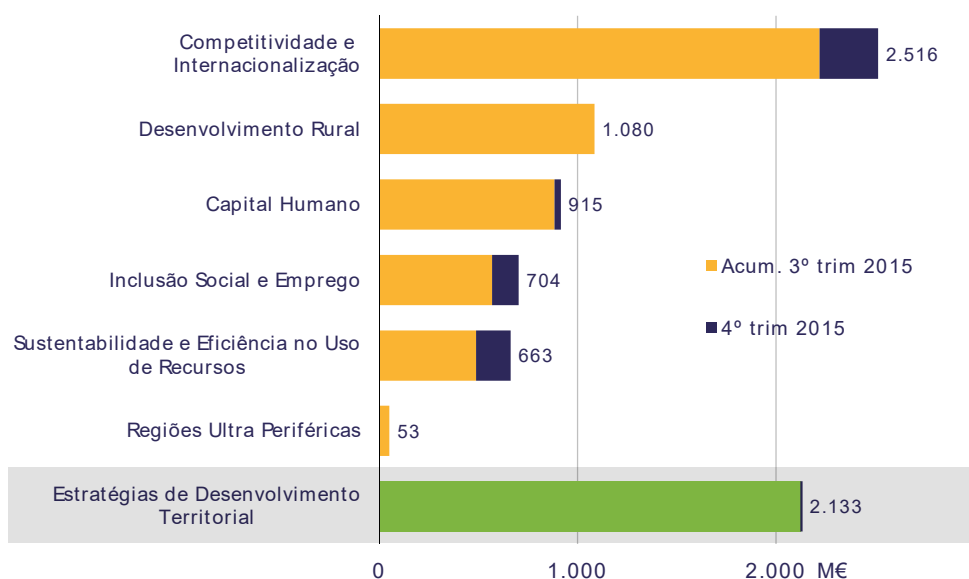
⁷⁰ O volume de pagamentos intermédios efetuados aos Estados-membros corresponde às transferências financeiras efetuadas pela Comissão Europeia na sequência da certificação da despesa por parte das autoridades nacionais, não incluindo as transferências financeiras a título de pré-financiamento efetuadas nos primeiros anos do período de programação. A dotação programada para os Estados-membros é atualizada, para incorporar reprogramações entre fundos e revisões intercalares.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

empresas através dos sistemas de incentivos ao investimento empresarial, que correspondem a 251 concursos.

Figura 5: Dotações de Fundos colocadas a concurso



Fonte: Sistema de monitorização Portugal 2020.

Das dotações colocadas a concurso, 2,1 mil milhões de euros correspondem aos instrumentos territoriais do Portugal 2020. Estes instrumentos, implementados após o reconhecimento das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) para a respetiva NUTS III, integram: i) Pactos para o Desenvolvimento e Coesão (PDCT), que correspondem a Investimentos Territoriais Integrados; ii) Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que correspondem a Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável; e iii) Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Na sequência destes concursos, já estão contratados os PDCT, num montante global de 1,1 mil milhões de euros de FEDER e FSE dos PO Regionais e PO Temáticos, e os DLBC num montante de cerca de 310 milhões de euros de FEDER e FSE dos PO Regionais, FEADER do Programa de Desenvolvimento Rural e FEAMP do Programa Mar 2020. No final de 2015 os PEDU encontravam-se



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

ainda em processo de aprovação, tendo sido colocados a concurso cerca de 800 milhões de euros FEDER dos PO Regionais. Após a fase de aprovação e contratualização de cada um destes instrumentos territoriais, entre as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores e as respetivas Comunidades Intermunicipais (para os PDCT), Autoridades Urbanas/Autarquias (para os PEDU) e Grupos de Ação Local (no caso do DLBC), iniciar-se-á a fase de abertura de concursos para submissão de candidaturas pelos promotores, para cada uma das Prioridades de Investimento contratualizadas.

Até 31 de dezembro os apoios aprovados no Portugal 2020 ascendem já a 4,12 mil milhões de euros para um investimento de 6,01 mil milhões de euros, correspondendo a uma taxa de financiamento dos Fundos de 73% do investimento elegível. 40% dos Fundos comprometidos em 31 de dezembro destina-se a projetos no domínio do desenvolvimento rural, com particular incidência nas medidas operacionalizadas através de pedidos únicos⁷¹.

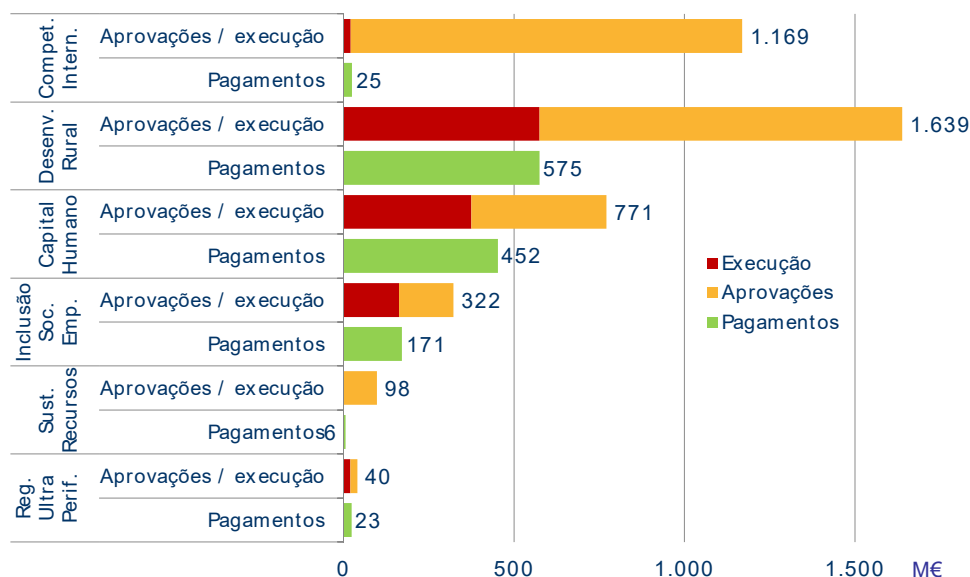
O investimento executado é de 1,25 mil milhões de euros, o que corresponde a uma comparticipação dos fundos de 1,15 mil milhões de euros, concentrados nos domínios temáticos do desenvolvimento rural, do capital humano e inclusão social. Os pagamentos aos beneficiários ascenderam em 31 de dezembro a 1,26 mil milhões de euros.

⁷¹ O pedido único consiste em pedidos de pagamento que congregam vários tipos de ajudas às atividades económicas agroflorestais, entre as quais algumas das medidas dos programas de desenvolvimento rural do Portugal 2020.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Figura 6: Fundo aprovado, executado e pago por domínio temático



Fonte: Sistema de monitorização Portugal 2020.

No final de 2015 todos os Programas de Cooperação Territorial Europeia 2014-2020 em que Portugal participa estavam aprovados com exceção do Instrumento Europeu de Vizinhança para o Atlântico Médio. Na sequência das aprovações por parte da Comissão Europeia, foram realizados os eventos de lançamento de grande parte destes Programas. No final do ano, para alguns Programas, iniciou-se a preparação e abertura das primeiras convocatórias ("calls") cujo encerramento só ocorrerá 2016. Ainda no final de 2015, foram constituídos os Comités de Acompanhamento, tendo sido redigidos e aprovados os respetivos Regulamentos Internos.

REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS (RUP)

XX Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas

Realizou-se, a 5 e 6 de fevereiro, a XX Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (CRUP), na Guadalupe. Estiveram em debate temas como o âmbito de aplicação do artigo 349.º do TFUE, a luta contra o desemprego, o Plano de Investimento Juncker, o défice de acessibilidade, as energias renováveis e a eficácia



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

energética, as alterações climáticas, aspetos dos setores agrícola e das pescas e a cooperação inter-regional.

Nesta Conferência foi acordado que a RAM assumiria a Presidência anual da CPRUP a partir de 7 de fevereiro de 2015. Em momento posterior, viria a ser decidido conjuntamente que a Presidência RAM da CPRUP se prolongaria até setembro de 2016.

Posições conjuntas das RUP

No exercício da atual Presidência da CPRUP foram apresentados vários contributos conjuntos a consultas públicas lançadas pela Comissão Europeia, tendo em vista a defesa dos interesses da ultraperiferia, em domínios como a política de vizinhança, os transportes, a economia circular, a governação dos oceanos e a cooperação transfronteiriça.

Relativamente à consulta pública sobre os obstáculos à cooperação transfronteiriça, foram identificadas diversas barreiras jurídicas/administrativas, de acessibilidade física e de disparidade económica, apresentando-se soluções para as corrigir, entre as quais, a adaptação e/ou a criação de instrumentos financeiros para a cooperação transfronteiriça das RUP.

No contexto da 21.^a Conferência das Partes (COP 21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, a CPRUP apresentou uma posição conjunta, de sua iniciativa, através da qual alerta para a elevada vulnerabilidade dos territórios ultraperiféricos face às variações do clima e aos efeitos das catástrofes naturais daí decorrentes, reclamando a adequada consideração desta realidade nos futuros objetivos e metas a estabelecer a nível global.

Grupo de Trabalho Temático RUP

No quadro do Grupo de Trabalho temático RUP (Comissão Europeia/RUP/EM), as RUP têm dado seguimento aos trabalhos de parceria, alertando e sensibilizando os



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

intervenientes, em especial a Comissão, para a problemática da ultraperiferia e incentivando, oportunamente, a tomada de iniciativas.

Em 2015, foram desenvolvidos diversos esforços, entre os quais o prosseguimento do Plano Regional de Vizinhança conjunto por bacia – Macaronésia, Caraíbas-Amazónia e Oceano Índico –, preconizado pela Unidade RUP da DG REGIO, e a estabilização do formato do Seminário sobre o Emprego nas RUP, a realizar em março de 2016 pela Comissão Europeia e pelo Comité Económico e Social Europeu.

Rede Emprego RUP

A Rede, instituída por iniciativa da CPRUP, concluiu em 2015 a elaboração do “Plano de choque” para a criação e consolidação de empregos verdes e azuis nas RUP, o que representa um dos principais objetivos da constituição desta Rede e um importante instrumento orientador a considerar nas futuras negociações.

Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia nos processos C 132/14 a C 136/14

O Acórdão de 15 de dezembro de 2015 do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), proferido nos processos C 132/14 a C 136/14 (ver Título VII, Capítulo IV), constitui uma decisão histórica para as RUP ao estabelecer a jurisprudência de referência sobre a função habilitadora do artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e o respetivo âmbito de aplicação.

Garantiu, nomeadamente, a possibilidade de o Conselho poder apresentar elementos que provem o nexo entre medidas específicas e características e condicionalismos especiais de uma RUP, autorizando o Conselho a adotar medidas específicas para a fixação das condições de aplicação às RUP não apenas das disposições dos Tratados como também das disposições de direito derivado e assegurando que é coberto todo o tipo de ações suscetíveis de serem levadas a cabo pelo Conselho.

A CPRUP saudou esta importante decisão através de carta endereçada, no final de 2015, aos Presidentes das principais instituições europeias, manifestando a sua



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

satisfação e incentivando estas instituições a tomar iniciativas que reflitam em todas as políticas e ações da UE o princípio de tratamento diferenciado contido na base jurídica para a ultraperiferia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO X

EMPREGO E ASSUNTOS SOCIAIS

ESTRATÉGIA EUROPA 2020/SEMESTRE EUROPEU

O Conselho Emprego e Política Social (EPSCO) promoveu ao longo do ano os debates regularmente previstos no quadro da Estratégia Europa 2020 e do Semestre Europeu (ver enquadramento mais geral desta matéria e resultados no Título III).

O Conselho de março procedeu ao debate político sobre as prioridades da Análise Anual do Crescimento (AAC) para 2015 e a importância do Semestre Europeu na implementação das prioridades e na avaliação dos progressos sociais e impacto das reformas. O Conselho também adotou conclusões sobre as orientações políticas para as políticas sociais e de emprego com base na AAC para 2015 e no Relatório Conjunto sobre o Emprego (RCE), com vista ao Conselho Europeu da primavera. Houve um largo consenso, partilhado por Portugal, sobre os seguintes aspetos prioritários: o desemprego, em especial o desemprego de longa duração e o desemprego dos jovens; os mercados de trabalho inclusivos, com enfoque especial nos grupos mais vulneráveis; o papel das mulheres no mercado de trabalho e a constituição de metas para o Semestre Europeu ao nível dos objetivos da igualdade de género; o investimento no capital humano; a eficácia e eficiência dos sistemas de proteção social ao nível da sua adequação e sustentabilidade; a participação dos parceiros sociais na elaboração e implementação dos Planos Nacionais de Reforma (PNR).

De referir que o Relatório Conjunto sobre o Emprego 2015 revela que a situação social e de emprego continua a suscitar preocupação, sendo necessário prosseguir as reformas que sustentam o bom funcionamento dos mercados de trabalho. Registam-se alguns sinais positivos, manifestados pelo decréscimo da taxa de desemprego, pela diminuição do abandono escolar precoce (aproximando-se da meta fixada –



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

valor inferior a 10% – na Estratégia Europa 2020) e pelos progressos no cumprimento da meta para a taxa de conclusão de estudos de nível superior ou equivalente (pelo menos 40% até 2020). Contudo o relatório nota que os valores da taxa de desemprego ainda se mantêm elevados, o que se reflete no decréscimo da taxa de emprego (ainda longe da meta de 75% fixada na Estratégia Europa 2020). Outras conclusões relevantes dizem respeito ao aumento da taxa de risco de pobreza e exclusão social, à acentuação dos níveis de desigualdade em muitos EM e à segmentação do mercado de trabalho, pois a mobilidade de trabalhadores intra-UE continua a ser limitada. No EPSCO de junho procedeu-se a novo debate sobre os projetos de recomendações relativas às matérias de emprego e política social dos PNR e aos resultados da supervisão macroeconómica. Portugal defendeu que, apesar de uma melhoria da situação económica, persistem ainda sérios desafios, em especial nas áreas do emprego e da política social. Os riscos e desafios verificam-se mais especificamente nas áreas da pobreza, desigualdade, coesão social e inclusão social.

No Conselho EPSCO de dezembro, foi apresentada a AAC para 2016, bem como os documentos que a acompanham, em especial o projeto de RCE. Importa referir a inclusão de três indicadores sociais no painel principal utilizado no relatório do mecanismo de alerta dos desequilíbrios macroeconómicos (taxa de atividade, desemprego jovem e desemprego de longa duração), com vista a caracterizar melhor o contexto social e de emprego. Contudo, a avaliação destes indicadores não é tomada em consideração para efeito de qualquer ação no âmbito do procedimento por desequilíbrios macroeconómicos.

DIMENSÃO SOCIAL DA UNIÃO ECONÓMICA MONETÁRIA (UEM)

O tema da governação social foi uma das prioridades da Presidência luxemburguesa, tendo sido abordado em julho, no Conselho informal, bem como, em outubro, no pequeno-almoço de Ministros EPSCO da área do euro que, pela primeira vez, reuniram neste formato, com carácter informal. O objetivo deste encontro foi



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

contribuir para o reforço da vertente social no seio da UEM e da ligação entre os principais desafios económicos e financeiros e os que se colocam nas áreas social e do emprego.

Portugal concordou com a importância da vertente social, considerando que o atual quadro no âmbito do Conselho EPSCO poderia ser fortalecido e consolidado, mediante um uso mais estruturado dos instrumentos já existentes, incluindo o painel de indicadores sociais e de emprego.

Na sequência da apresentação pela Comissão, em outubro, do pacote sobre governação económica correspondente à primeira fase do aprofundamento da UEM, anunciada no “Relatório dos Cinco Presidentes” (ver Título IV, Capítulo I), importa salientar positivamente as mensagens de conteúdo social que constam da comunicação da Comissão.

Com efeito, regista-se a necessidade de dar maior atenção aos aspetos de equidade social nos novos programas de ajustamento macroeconómico de forma a proteger os mais vulneráveis. Aconselha-se também um maior envolvimento dos parceiros sociais e, como forma de melhor legitimar a UEM, refere-se a necessidade de promover a convergência para melhores práticas no domínio do emprego e política social, designadamente, através do desenvolvimento de um regime de proteção social moderno e inclusivo.

Positiva também é a intenção anunciada pela Comissão de apresentar em 2016 um “Pilar Europeu dos Direitos Sociais”, o qual deverá constituir um documento de referência, de natureza jurídica, onde estarão plasmados os princípios e valores partilhados ao nível da UE. O objetivo é desenvolver um quadro comum que sirva de orientação para a convergência dos EM em matéria de política social e de emprego.

No Conselho EPSCO de dezembro, Portugal apoiou globalmente o projeto de conclusões sobre a governação social para uma Europa inclusiva, o qual sublinhou a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

importância do funcionamento equilibrado do Semestre Europeu, possibilitando a realização de progressos ao nível do emprego e situação social.

EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Emprego Jovem

Apesar da ligeira recuperação, os níveis de desemprego na Europa permaneceram muito elevados em 2015⁷², particularmente o desemprego jovem⁷³ e o de longa duração⁷⁴. Este contexto difícil condicionou os trabalhos ao longo do ano com as duas Presidências a focarem-se na promoção da criação de emprego sustentável e no combate ao desemprego.

Foi promovido um debate durante o almoço do Conselho EPSCO de março sobre a Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) e a implementação da Garantia Jovem. Portugal deu conta dos progressos efetuados no âmbito do Plano Nacional de Implementação da Garantia Jovem – PNIGJ (entregue à Comissão em dezembro de 2013).

Para além das medidas já existentes (cursos de aprendizagem, vocacionais, de educação e formação de jovens e adultos, de especialização tecnológica, profissionais; programas retomar, vida ativa jovem e emprego jovem ativo; estágios, incluindo INOV-Contacto e PEPAC – Estágios na Administração Central), que foram integradas no âmbito da GJ, criaram-se novas medidas (Emprego Jovem Ativo, Investe Jovem, COOPJovem e PEPAL – Estágios na Administração Local). Simultaneamente, desenvolveram-se as condições para a operacionalização da Garantia Jovem. Importa destacar as sessões regionais de divulgação da GJ, a constituição da rede local de parceiros, a adoção de metodologias e procedimentos internos a serem aplicados – pelos parceiros locais da GJ e pelo Serviço Público de

⁷² Taxa de desemprego (15-74 anos): UE28 9,1%; PT 12,2% (Eurostat/4º trimestre/2015).

⁷³ Taxa de desemprego jovem (15-24): UE28 19,9% e PT 31,8% (Eurostat/4º trimestre/2015).

⁷⁴ Taxa de desemprego longa duração (15-74): UE-28 4,3% e PT 6,9% (Eurostat/3º trimestre 2015).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Emprego – e o lançamento da “Plataforma Garantia Jovem”, instrumento privilegiado de divulgação e dinamização da rede de parceiros.

Desde o início de 2014 até ao final de novembro de 2015 foram abrangidos por esta medida cerca de 421 mil jovens (15-29 anos), dos quais 61% em medidas de educação e formação, 20% em estágios e 19% em medidas de emprego e/ou de empreendedorismo.

Jovens (15-29 anos) abrangidos por tipologia de medida

	Iniciados em 2015	TOTAL ABRANGIDOS (2014+2015)	% (Total)
Total	151.589	421.221	100%
Educação / Formação	83.563	255.969	61%
Estágios	25.063	86.249	20%
Emprego e Empreendedorismo	42.953	78.874	19%
Mobilidade transnacional	n.d	129	0%

Fonte: IEFP

Por fim, importa referir que no Conselho de dezembro a Comissão prestou informação sobre o lançamento na Cimeira "Empresa 2020" (realizada em novembro) de um “Pacto para o emprego dos jovens”, grande prioridade para a UE, sublinhando que a iniciativa iria completar e reforçar as medidas existentes, sendo orientada para a aprendizagem e a relação entre as empresas e os sistemas de educação.

Desemprego de Longa Duração

No Conselho de dezembro foi alcançado acordo político relativamente à Recomendação do Conselho sobre a integração dos desempregados de longa duração no mercado de trabalho. Portugal apoiou esta iniciativa, considerando a Recomendação oportuna e necessária, dados os elevados níveis de desemprego de longa duração na UE e também em Portugal. Não obstante, Portugal manifestou preocupação quanto à forma de operacionalização, a qual deveria ser adequada à realidade de cada EM.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Rede Europeia de Serviços de Emprego (EURES)

Na sequência da adoção, em dezembro 2014, de uma orientação geral sobre a proposta de regulamento sobre uma rede europeia de serviços de emprego, acessibilidade dos trabalhadores aos serviços de apoio à mobilidade e aprofundamento da integração dos mercados de trabalho (Regulamento EURES), iniciaram-se no primeiro semestre os trólogos com o Parlamento Europeu. Recorde-se que esta proposta de regulamento tem por objetivo aumentar a eficácia e reforçar a cooperação entre EM no contexto da Rede EURES.

No Conselho de dezembro, a Presidência luxemburguesa informou ter sido alcançado um acordo com o Parlamento Europeu, no qual Portugal se revê. De referir que, de uma forma geral, o texto acordado com o PE encontra-se bastante próximo da orientação geral do Conselho, sendo que os principais pontos negociados com o PE dizem respeito a: acessibilidade à rede, composição da rede, papel dos parceiros sociais, referência à preferência da União, dimensão transfronteiriça, inclusão de estágios, atos delegados e procedimento de recurso. O processo legislativo será finalizado em 2016.

Plataforma Trabalho Não-Declarado (TND)

A negociação com o PE em primeira leitura da proposta de decisão que estabelece uma Plataforma Europeia para reforçar a cooperação na prevenção e dissuasão do trabalho não declarado começou em junho. Após 10 trólogos informais a Presidência luxemburguesa informou o Conselho, em dezembro, da obtenção de um acordo. Os principais objetivos do Conselho foram atingidos, nomeadamente a Plataforma ter uma função de cooperação entre EM quanto à troca de informação e boas práticas, sem menção no texto a atividades operacionais, e os EM continuam a ser os únicos competentes para avaliar a sua forma de participação na Plataforma.

Recorde-se que esta proposta de decisão tem como finalidade o reforço da cooperação entre EM na prevenção e dissuasão do trabalho não declarado.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

No contexto de crise que assola diversos países e que potencia o aumento do fenómeno do trabalho não declarado, Portugal congratulou-se com o acordo alcançado com o PE e com a inclusão, no âmbito da Plataforma, do chamado “falso trabalho declarado”, onde se incluem – no caso português - os falsos prestadores de serviço.

Saúde e Segurança no Trabalho

Nos Conselhos de março e de outubro foram adotadas, com o apoio de Portugal, Conclusões sobre “Uma nova agenda para a saúde e segurança no trabalho” no âmbito da implementação do novo quadro estratégico nesta área, para o período 2014-2020. Destaca-se em especial a importância que o texto dá ao reforço do papel do diálogo social e dos parceiros sociais na melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho. Portugal expressou igualmente o seu apoio ao reforço das iniciativas para a melhor compreensão dos riscos e desafios relacionados com as novas formas de organização de trabalho, relevando neste contexto a importância da preparação de um plano de monitorização do quadro estratégico para a segurança e saúde no trabalho 2014-2020.

POLÍTICAS SOCIAIS E IGUALDADE

No Conselho de outubro foram adotadas, com um amplo consenso dos EM, Conclusões sobre a “Adequação dos rendimentos das reformas no contexto do envelhecimento das sociedades”, preparadas com base no Relatório conjunto do Comité de Proteção Social (CPS) e da Comissão.

Estas conclusões surgem no seguimento da publicação, por parte do CPS, do “Relatório sobre a adequação das pensões”, publicado em outubro, o qual por sua vez tem por base as conclusões do “Relatório sobre o Envelhecimento”, publicado em maio. A edição de 2015 é apenas a segunda do “Relatório sobre a adequação das pensões”, sendo que a sua origem se deve à necessidade de avaliar a sustentabilidade das pensões.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

As conclusões do Conselho defendem a importância de garantir uma relação de equilíbrio entre sustentabilidade das finanças públicas e adequação das pensões através de uma monitorização próxima e continuada. Para tal destacam o papel que a Comissão e os EM devem ter em promover uma análise mais aprofundada, identificando os grupos populacionais que evidenciam um maior risco de não vir a ter um rendimento suficiente no futuro.

No Conselho de dezembro foram adotadas conclusões sobre "A promoção da economia social como um fator essencial do desenvolvimento económico e social na Europa", apoiadas por Portugal e que visam sensibilizar os vários EM e as instituições europeias para a importância da economia social enquanto setor que contribui significativamente para o desenvolvimento de toda a Europa e fator chave para a concretização da Estratégia Europa 2020.

É realçado o seu potencial de inovação na prossecução de soluções para alguns dos grandes problemas socioeconómicos, nomeadamente do desemprego, exclusão social e envelhecimento da população. Assim, é feito um apelo ao diálogo construtivo entre as autoridades europeias, nacionais e regionais/locais de forma a potenciar a implementação de abordagens integradas nesta área. Nesse âmbito, é dado um enfoque especial à importância do financiamento, tanto ao nível da identificação dos instrumentos mais adequados, da promoção de parcerias entre as várias fontes, como da divulgação, de forma a proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento da atividade das empresas.

Igualdade de Tratamento

A Presidência luxemburguesa apresentou no Conselho EPSCO de dezembro o seu relatório de progresso relativo à proposta de diretiva que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, apresentada em 2008, no qual deu conta das suas propostas de redação e avanços conseguidos. O destaque vai essencialmente para os aspetos da diretiva relativos ao acesso a bens e serviços para



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

peessoas com deficiência, bem como para a compatibilidade entre estas questões e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD).

Ao longo da negociação no Conselho, Portugal sempre manifestou a sua apreciação positiva, defendendo um âmbito de aplicação que englobe todas as formas de discriminação e sublinhando a importância de manter a base jurídica que atualmente enquadra a proposta de diretiva. Importa ainda referir que não se prevê qualquer impacto proveniente da adoção desta diretiva, dado que o quadro jurídico nacional já antevê a igualdade de tratamento nas áreas previstas por esta proposta.

No que respeita aos trabalhos da Presidência luxemburguesa, Portugal considerou que as alterações sugeridas contribuíram para clarificar o alcance jurídico do texto, salvaguardando as competências exclusivas dos EM em matéria de organização e gestão dos seus sistemas de segurança social. Relativamente à compatibilidade entre a diretiva em negociação e a UNCRPD, Portugal não identificou áreas de eventual incompatibilidade entre os dois documentos em matérias diretamente relacionadas com a proteção social oferecida às pessoas com deficiência ou com a organização dos sistemas de segurança social.

Igualdade de Género

Ao contrário do que a Presidência luxemburguesa pretendia, não foi possível alcançar, no Conselho EPSCO de dezembro, uma orientação geral sobre a proposta de diretiva relativa à melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres no cargo de administrador não-executivo das empresas cotadas em bolsa e outras medidas conexas.

A Presidência luxemburguesa, numa última tentativa de alcançar uma orientação geral, advogou o caráter de flexibilidade (através de uma cláusula de suspensão) que a mesma reveste, no sentido de acomodar as várias preocupações apresentadas pelos EM no decurso da negociação. Relembrou o conjunto de diligências



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

desenvolvidas pela sua Presidência, nas quais destacou a carta dirigida aos governos de todos os EM para que pudessem apoiar e viabilizar o acordo. Sublinhou que esta diretiva constitui um sinal forte da UE em prol da efetiva igualdade de género, no contexto de uma estratégia mais global. Encorajou os EM a retirarem as suas reservas, o que Portugal fez, e a viabilizarem o acordo político, mas sem sucesso, uma vez que não foi alcançada a necessária maioria qualificada.

Portugal transmitiu à Presidência que se tratava de matéria muito importante para o país e que era intenção do Governo aprofundar os instrumentos legislativos que promovem um efetivo equilíbrio de género nos conselhos de administração das empresas cotadas em bolsa. Esta reflexão será realizada no âmbito da concertação social.

Ainda neste Conselho foi objeto de troca de opiniões o “Compromisso estratégico para a igualdade de género 2016- 2019”, apresentado recentemente pela Comissão.

A larga maioria dos EM, na qual Portugal se incluiu, reagiu negativamente ao tipo de documento apresentado pela Comissão, defendendo que deveria ter um estatuto diferente, que traduzisse um vínculo político mais forte. Advogaram que a Comissão deveria apresentar uma Comunicação e não um “staff working document”. Contudo, do ponto de vista do seu conteúdo e das áreas prioritárias identificadas, esta larga maioria mostrou-se favorável, elogiando mesmo a qualidade da proposta. Portugal saudou as prioridades definidas no documento, nomeadamente no que diz respeito ao salário igual para trabalho igual, ao combate à violência de género e à promoção dos direitos humanos das mulheres e raparigas.

Diretiva Maternidade

Em julho de 2015, a Comissão anunciou a decisão de retirar a proposta de diretiva relativa à implementação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Esta diretiva foi proposta em 2008 pela Comissão Europeia, mas os legisladores não conseguiram chegar a acordo. A Comissão emvidou esforços intensos para resolver o impasse, tendo em várias ocasiões instado o Conselho a reintroduzir as discussões com o Parlamento, que manifestou o seu empenho em encontrar soluções de compromisso. Porém, a Presidência letã informou a Comissão de que o acordo não foi possível.

A Comissão pretende quebrar o atual impasse e abrir o caminho para uma nova iniciativa sobre a qual se possa chegar a acordo que permita conciliar melhor a vida profissional com a vida privada, promovendo uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, e garantir um nível mínimo de proteção da maternidade.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO XI

EDUCAÇÃO, CULTURA, AUDIOVISUAL, JUVENTUDE E DESPORTO

EDUCAÇÃO

Num ano dominado pelo enorme afluxo de migrantes e refugiados à Europa e pelos atentados de janeiro e de novembro em Paris, a reunião informal de Ministros da Educação da UE, em março, organizada pelo Governo francês e pelas instituições europeias, aprovou a “Declaração de Paris” sobre a promoção da cidadania e dos valores comuns da liberdade, tolerância e não-discriminação através da educação, a que Portugal atribui importância prioritária.

Também no Conselho Educação, Cultura, Juventude e Desporto (ECJD), de novembro, foi promovido um debate de orientação sobre “Estratégias de ensino e formação destinadas a integrar os migrantes recém-chegados e os descendentes de migrantes”. Os ministros destacaram a necessidade de reconhecer as competências dos migrantes recém-chegados e de implementar a aprendizagem intensiva de línguas a fim de ajudar a colmatar as desigualdades sociais.

Programa ERAMUS+

Em 2015 prosseguiu a cooperação nas áreas da educação e da formação ao abrigo do Programa Erasmus+ que procura contribuir para os objetivos da Estratégia Europa 2020, nomeadamente quanto ao aumento da taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho e à melhoria das qualificações, incluindo o acesso dos jovens com menos recursos económicos.

Em Portugal a ação do Erasmus+ revelou-se importante com vista: i) à redução da taxa de abandono escolar precoce, salvaguardando o público economicamente mais vulnerável e promovendo o seu acesso ao mercado de trabalho; ii) ao aumento da percentagem da população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

racionalizando e diversificando a oferta formativa no ensino superior e reforçando a capacidade e qualidade das instituições de ensino superior; e iii) ao reforço e melhoria do ensino e formação profissionais de jovens.

Ao nível nacional, a Agência Nacional Erasmus+ Juventude continuou a implementação do Programa Erasmus+ de acordo com o plano de trabalho apresentado à Comissão Europeia, tendo sido cumpridos os principais objetivos propostos.

O Programa Erasmus+ tem tido uma forte e crescente adesão em Portugal. O número de mobilidades do Ensino Superior tem vindo sempre a aumentar, sendo de quase 9 mil em 2014/15.

Abandono escolar precoce dos jovens

No Conselho ECJD de novembro foram aprovadas conclusões sobre a diminuição do abandono escolar precoce e a promoção do sucesso escolar, no seguimento de um conjunto de ações promovidas pela UE com vista a reduzir, até 2020, a taxa média de abandono escolar precoce para menos de 10%.

É de realçar a criação de um grupo de trabalho da Comissão sobre política escolar (2014-2015), que elaborou mensagens políticas para uma estratégia de combate ao abandono escolar, bem como um conjunto de ferramentas à escala europeia destinado às escolas, o qual inclui uma vasta gama de recursos e exemplos concretos de práticas eficazes para promover o sucesso e prevenir o abandono escolar.

Portugal, que considera uma prioridade nacional o combate ao abandono escolar precoce, apoiou as conclusões adotadas.

“Monitor da Educação e da Formação 2015”

O “Monitor da Educação e da Formação” acompanha a evolução dos sistemas de ensino e formação na UE através de um relatório que se tornou uma referência indispensável para o universo educativo na Europa.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

A edição de 2015 revela que são agora mais os EM que atingiram as respetivas metas relativas ao aumento do número de alunos com habilitações de nível superior e à redução do abandono escolar precoce. Este facto significa que a UE está no bom caminho para alcançar os objetivos a que se propôs no âmbito da Estratégia Europa 2020. Contudo, estes progressos não são uniformes, sendo claras as discrepâncias nos EM e entre eles.

Num contexto marcado por uma forte redução das despesas com a educação na UE – que, desde 2010, diminuíram 3,2% –, é necessário dar um novo impulso ao investimento neste setor, a fim de criar sistemas educativos mais inclusivos e evitar aumentar a “pobreza educativa”, que continua a ser uma das causas fundamentais do desemprego e da exclusão social. Assim, a edição de 2015 recomenda aos EM que centrem esforços na melhoria do acesso, da qualidade e da relevância dos sistemas de educação e formação.

Relativamente a Portugal, o “Monitor da Educação e da Formação 2015” destaca os progressos significativos feitos no combate ao abandono escolar precoce, em particular o decréscimo da taxa de abandono escolar precoce, de 30,9% em 2009 para 13,7% em 2015, realçando o investimento feito nos últimos anos pelas autoridades portuguesas na diversificação de ofertas vocacionais, que se traduziu no aumento de alunos inscritos em cursos de via profissionalizante.

Sem prejuízo desta evolução muito positiva, Portugal regista ainda o quarto valor mais elevado de abandono escolar precoce entre os 28 EM, cuja média é de 11,1%.

Apesar do aumento do número de jovens que termina o ensino secundário, o ingresso no ensino superior tem conhecido oscilações nos últimos três anos e a taxa de recém-licenciados que encontram emprego tem sido relativamente baixa (73,6%, quando comparada com a média europeia de 80,5%). Consequentemente, para a concretização, até 2020, dos objetivos propostos por Portugal para a redução da taxa de abandono escolar (10%) e aumento da população entre 30-34 anos com ensino superior ou equivalente (40%), é recomendado que o nosso país prossiga, através



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

dos diversos programas específicos, as reformas em curso com o objetivo de melhorar o nível de qualificações da população, designadamente no que se refere às competências essenciais.

Quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (EF 2020)

No Conselho EJCD de novembro, foi adotado o Relatório Intercalar Conjunto da Comissão e do Conselho sobre a implementação da Estratégia “Educação e Formação 2010”, que constitui um dos documentos de base do Semestre Europeu de 2016 na área da educação e formação. Este relatório foi debatido nas instâncias preparatórias do Conselho e resultou dos relatórios nacionais e da colaboração estreita entre as áreas do ensino superior, do ensino não superior e do emprego.

Centrado numa visão mais inclusiva da educação e da formação até 2020, o relatório propõe a definição de novas prioridades para cinco anos, em substituição dos anteriores ciclos de três anos, permitindo avaliar o impacto das medidas a mais longo prazo. No quadro das prioridades é dado enfoque à melhoria das competências das pessoas e das suas perspetivas de emprego, à criação de ambientes de aprendizagem abertos, inovadores e digitais, bem como à promoção dos valores fundamentais de igualdade, não discriminação e cidadania ativa.

Portugal concordou com o alargamento do ciclo de três para cinco anos, fazendo-o coincidir com o ciclo europeu de governação. Para além disso, defendeu a qualidade e a eficiência da educação através do reforço dos conhecimentos e capacidades básicas e considerou que a formação profissional não deve ser abordada em separado da educação, mas dela fazendo parte integrante.

CULTURA E AUDIOVISUAL

O Conselho EJCD, reunido na vertente Cultura e Audiovisual, adotou diversas conclusões em domínios de especial relevância, sendo de destacar as relativas: i) à criação de uma estratégia em torno dos setores culturais e criativos; ii) ao papel da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

cultura no contexto das relações externas da UE; iii) à problemática dos migrantes e refugiados; e iv) aos efeitos positivos na economia e na sociedade dos cruzamentos culturais com a tecnologia, a ciência e as empresas. Os ministros procederam também a um debate de orientação sobre o desenvolvimento de uma ação concertada de combate à destruição e ao tráfico de bens do património cultural em zonas de conflito.

Portugal considera necessário aprofundar o combate e a prevenção do tráfico de bens culturais. Manifestámo-nos pela criação de um guia de procedimentos comuns na UE e pelo desenvolvimento de campanhas de sensibilização e de reforço da cooperação com as polícias especializadas nas ações de combate a este tipo de tráfico.

De referir, por último, que o Conselho decidiu também designar Plovdiv, na Bulgária, e Matera, em Itália, como Capitais Europeias da Cultura em 2019.

Bens culturais

Portugal participou no desenvolvimento de um módulo informático do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI) especificamente concebido para bens culturais, previsto pelo Regulamento (UE) n.º 1024/2012. O coordenador legislativo desta plataforma informática é o Ministério da Cultura, a quem compete prestar o apoio jurídico para efeitos de acompanhamento da implementação da Diretiva 2014/60/UE de 15 de maio, relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um EM.

Programa Europa Criativa

A participação portuguesa no Programa Europa Criativa foi de grande relevância neste ano. No que respeita ao Subprograma Cultura, foi atribuído apoio a 15 entidades nacionais e, no âmbito do Subprograma MEDIA, foram apoiadas 73 entidades, demonstrando a sua crescente importância no desenvolvimento do setor cultural e criativo, com as inerentes implicações económicas e sociais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Património cultural

Portugal participou no projeto Europeana 280, no âmbito da Plataforma Europeia do Património Cultural Digital – Europeana, que tem como objetivo contribuir para a divulgação da memória artística dos EM, através da disponibilização de imagens de obras nacionais de referência.

De referir que o Promontório de Sagres foi selecionado para Marca do Património Europeu por celebrar e simbolizar os ideais, os valores, a história e a integração europeia.

JUVENTUDE

Os movimentos migratórios, sem precedentes, vividos ao longo do ano e o enorme desafio que constituem para a Europa, justificaram o debate de orientação, no Conselho EJCD, vertente Juventude, de novembro, sobre o papel da política da juventude e da animação juvenil para a integração dos migrantes.

Foram igualmente adotadas conclusões sobre o Plano de Trabalho da UE para a Juventude para 2016-2018 e uma resolução sobre o incentivo à participação dos jovens na vida democrática na Europa.

No quadro do diálogo estruturado com os jovens, foi encerrado o 4.º ciclo dedicado ao tema “Capacitação dos jovens: acesso a direitos e participação política”. O diálogo estruturado constitui um fórum europeu de consulta e debate de temas que interessam à juventude.

Foi publicado o Perfil Nacional do Técnico de Juventude, integrado no catálogo nacional de qualificações. Este perfil, que vai ao encontro de recomendações e das melhores práticas europeias no setor da juventude – de que foi elucidativa a conclusão da 2.ª Convenção Europeia de “Youth Work”, em Bruxelas –, será consolidado durante o ano de 2016.

Portugal concluiu o processo relativo ao Livro Branco da Juventude, cuja publicação teve lugar, em março, pelo Instituto Português do Desporto e Juventude.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

DESPORTO

No Conselho EJCD, vertente Desporto, os ministros procederam a um debate de orientação sobre o potencial educativo do desporto, tendo por objetivo ajudar os jovens desfavorecidos a encontrarem o seu lugar na sociedade. Foram igualmente aprovadas conclusões em diversos domínios, tais como a maximização do papel do desporto de base e a promoção das competências motoras e das atividades físicas e desportivas para as crianças.

A coordenação das posições da UE e dos EM para as reuniões da Agência Mundial Antidopagem (AMA) constituíram outro tema de debate.

Semana Europeia do Desporto

No âmbito do projeto Semana Europeia do Desporto 2015, é de registar a participação de Portugal com 106 eventos mobilizando milhares de participantes de todas as regiões de Portugal Continental. A realização destes eventos contribuiu significativamente para o sucesso deste projeto.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO XII

SAÚDE PÚBLICA E CONSUMIDORES

SAÚDE PÚBLICA

O Conselho Saúde adotou conclusões sobre diversos temas, dos quais se destacam as relativas a: i) malefícios do consumo nocivo do álcool; ii) priorização da demência no contexto do envelhecimento da população; iii) medicina personalizada para os doentes; iv) surto do Ébola na África Ocidental; e v) importância da saúde na migração internacional.

O tema saúde e migrações foi intensamente trabalhado a nível europeu. Em parceria com a Organização Internacional para as Migrações, foram definidas medidas de prevenção e controlo de doenças transmissíveis e não transmissíveis nos pontos de entrada das fronteiras exteriores da UE. Em Portugal foi assegurada a disponibilização de assistência e acompanhamento médico aos refugiados que entraram em Portugal.

Neste ano foram ainda iniciadas as negociações com o Parlamento Europeu sobre as propostas de regulamentos relativas aos dispositivos médicos e dispositivos médicos de diagnóstico “in vitro”. A complexidade técnica de ambas as propostas legislativas obrigou a três anos de negociação no Conselho, tendo sido aprovada, em junho, uma orientação geral parcial.

Ao nível nacional, e em resultado das decisões da UE, foram implementadas medidas e ações relevantes. Na sequência das conclusões do Conselho de julho de 2014 sobre nutrição e atividade física, Portugal implementou a Estratégia Nacional para a Promoção da Atividade Física, da Saúde e do Bem-Estar.

Foram executadas as recomendações do “EU Patient Safety and Quality of Care Expert Group” da Comissão Europeia com a integração do Plano Nacional para a



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Segurança dos Doentes 2015-2020 na revisão da Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde.

Foi criada a Estratégia Integrada para as Doenças Raras 2015-2020, que conjuga as ações dos Ministérios da Saúde, da Educação, da Ciência e do Ensino Superior, Solidariedade, Emprego e Segurança Social, garantindo, entre outras iniciativas, a expansão do Cartão da Pessoa com Doença Rara e a requalificação do portal "Orphanet" em Portugal, criado pela ação conjunta "Orphanet Europe" do 2.º Programa de Saúde 2008-2013.

No quadro do Ano Europeu para o Desenvolvimento, Portugal promoveu, em junho, a conferência "Cooperação em Saúde: da Estratégia à Ação" que teve como ponto de partida os compromissos assumidos no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e, mais recentemente, a Agenda para a Mudança da União Europeia, e permitiu repensar e reposicionar a cooperação portuguesa na cena internacional.

No âmbito da saúde mental, o diálogo ao nível europeu foi reforçado, com a participação de Portugal, pela primeira vez, na "European Social Network", cuja conferência anual se realizou em Lisboa e na qual, no quadro do Programa Nacional para a Saúde Mental, se promoveu o projeto "Saúde Mental e Arte" e se difundiu o trabalho de intervenção e combate ao estigma na saúde mental.

Ainda neste âmbito, o Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil foi convidado a integrar o projeto "Investing in Children's Services, Improving Outcomes" que contribui para a implementação da recomendação europeia "Investir nas crianças para quebrar o ciclo vicioso da desigualdade", de 2013.

Surto do Ébola

Em 2015, o surto do Ébola nos países da África Ocidental – Serra Leoa, Libéria e Guiné-Conacri – continuou a mobilizar a UE e os EM.

Em março, realizou-se em Bruxelas uma Conferência de Alto Nível que debateu a erradicação do surto, focando-se igualmente na discussão de medidas a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

implementar nos países afetados para a ajuda à sua recuperação, nomeadamente a nível económico e social. No quadro da UE foram disponibilizados mais de 2 mil milhões de euros para apoio aos países afetados – Serra Leoa, Guiné-Conacri e Libéria.

O apoio prestado por Portugal no contexto da prevenção da epidemia constituiu um exemplo relevante de cooperação internacional, nomeadamente o apoio à Guiné-Bissau, que se traduziu no envio de uma equipa médica e de um laboratório móvel.

Em Portugal realizaram-se, em março e junho, respetivamente, as III e IV reuniões da Comissão Interministerial de Coordenação da Resposta ao Ébola (CICRE), que coordena os meios a disponibilizar para a intervenção nacional em resposta ao surto do Ébola.

Álcool

Foi iniciado o debate, a nível da UE, para a definição da futura estratégia europeia para o álcool, que sucederá à “Estratégia europeia para apoiar os EM na minimização dos efeitos nocivos do álcool”, de 2006.

O Comité de Política Nacional e Ação sobre o Álcool, no qual participam todos os EM (Portugal está representado pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências – SICAD), tem contribuído ativamente para o reconhecimento da necessidade de uma nova estratégia autónoma dedicada ao álcool.

Portugal defende uma resposta coordenada a nível europeu no domínio do álcool, concordando com uma estratégia atualizada, que permita à UE apoiar de forma mais eficaz as políticas nacionais.

Redes Europeias de Referência

Como consequência da Diretiva 2011/24/UE, de 9 de março, relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, o sistema de saúde português identificou e reconheceu oficialmente centros clínicos de elevada



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

especialização, em 19 áreas clínicas, denominados Centros de Referência, para integrarem as futuras Redes Europeias de Referência previstas na referida diretiva.

3.º Programa de Saúde da UE 2014-2020

Portugal integrou todas as ações conjuntas previstas no programa de trabalho para 2015.

A participação portuguesa no Programa tem aumentado significativamente, em resultado da formação desenvolvida pelo Ministério da Saúde junto das Administrações Regionais de Saúde e Direções Regionais de Saúde da Madeira e Açores, num modelo inovador em parceria com o Programa Horizonte 2020.

PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES

Viagens organizadas

O ano foi marcado pela adoção da Diretiva (UE) 2015/2302, de 25 de novembro, relativa às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos.

Portugal considera esta legislação da maior importância para adequar e modernizar o quadro legislativo atual, que se encontra desajustado face à evolução do mercado e ao aparecimento de novos canais de venda, sobretudo da Internet. Por outro lado, esta iniciativa permitirá reforçar a proteção dos consumidores e dinamizar o setor do turismo.

Segurança dos produtos e fiscalização do mercado

O pacote legislativo, que inclui duas propostas de regulamento, uma sobre segurança dos produtos e outra sobre fiscalização do mercado, manteve-se bloqueado em 2015, uma vez que não foi possível ultrapassar o impasse em torno da questão política "made in", consagrada no artigo 7.º da proposta de regulamento sobre a segurança de produtos, que impõe a marcação do país de origem.

Um conjunto alargado de EM é contra a indicação obrigatória do país de origem por considerar esta disposição demasiado onerosa para os operadores económicos,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

enquanto os restantes EM, onde Portugal se incluiu, são a favor, considerando que permitirá alinhar com a prática internacional e com os regimes em vigor nos principais parceiros comerciais da UE, melhorar a rastreabilidade dos produtos e assegurar a informação aos consumidores sobre a origem dos produtos.

Apesar dos esforços da Presidência letã, o debate no Conselho Competitividade de maio mostrou que a divergência entre os dois blocos de Estados-membros persistia.

Painel de avaliação das condições de consumo

Em setembro, foi publicada a 11.^a edição do Painel de Avaliação, intitulada "Consumers at Home in the Single Market" e dedicada às condições dos consumidores no mercado único digital. De acordo com os dados recolhidos, o mercado digital está em franco crescimento, mas ainda se verificam alguns constrangimentos ao seu desenvolvimento. Cerca de 50% dos consumidores europeus adquiriu produtos pela Internet. Contudo, os consumidores sentem-se mais seguros a adquirir produtos "online" no seu próprio país (61%) do que na UE (38%).

Os dados relativos ao mercado único digital em Portugal revelam que a confiança dos consumidores nacionais na aquisição de produtos "online" se situa nos 42%, detendo porém a terceira posição mais baixa entre os consumidores europeus. A aquisição de produtos pela Internet (26%), embora em franco crescimento, está muito abaixo da média europeia, o que denota que os consumidores portugueses ainda preferem maioritariamente adquirir bens ou serviços nos estabelecimentos físicos.

Rede de Cooperação de Autoridades do Consumidor

No âmbito da execução do Regulamento (CE) n.º 2006/2004, de 17 de outubro, relativo à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de defesa dos consumidores, Portugal apreciou diversos casos, colaborou em investigações simultâneas e ações conjuntas de aplicação da legislação europeia e participou no exercício anual "Internet Sweep", que teve como tema a Diretiva



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

sobre os direitos dos consumidores (Diretiva 2011/83/UE), tendo sido analisados 20 sítios da Internet.

Em 2015 foi ainda concluído o projeto "Set-up an Equal Capability of Internet Researchers" (SECIR), coordenado pela "Agencia Española de Consumo, Seguridad Alimentaria y Nutrición" (AECOSAN – "Observatório de Internet"), no qual Portugal participou e cujo objetivo foi o nivelamento do conhecimento das autoridades participantes em termos de investigação na Internet, de forma a poderem resolver eficazmente as questões complexas com que se irão previsivelmente confrontar num futuro próximo. O projeto iniciou-se em maio de 2014 e teve uma duração de 18 meses, envolvendo a participação de 13 EM: Portugal, Espanha, Bulgária, Eslováquia, Estónia, França, Hungria, Itália, Letónia, Malta, Países Baixos, Polónia e Reino Unido.

Sistema Comunitário de Troca Rápida de Informações (RAPEX)

A Direção Geral do Consumidor (DGC), enquanto ponto de contacto nacional do Sistema RAPEX, realizou 42 notificações sobre artigos de puericultura e equipamento para crianças (2), produtos cosméticos (2), veículos a motor (37) e vestuário, têxteis e artigos de moda (1). No que se refere às notificações emitidas pelos outros EM sobre produtos de consumo perigosos, não alimentares, a DGC emitiu 159 reações respeitantes a brinquedos (21), equipamento elétrico e de iluminação (12), produtos químicos (3), vestuário, têxteis e artigos de moda (4), veículos a motor (112) e outros (7).

Resolução alternativa de litígios de consumo

Portugal transpôs a Diretiva 2013/11/UE, de 21 de maio de 2013, sobre a resolução alternativa de litígios de consumo, que estabelece o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo, através da Lei n.º 144/2015 de 8 de setembro, que entrou em vigor a 23 de setembro e é aplicável aos litígios nacionais e transfronteiriços nas relações entre empresas e consumidores.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Para dar a conhecer este novo regime jurídico, foi realizado um seminário denominado: “Resolução Alternativa de Litígios de Consumo – novas regras e desafios”, em Lisboa, dirigido aos centros de arbitragem de conflitos de consumo autorizados, entidades reguladoras de diversos setores económicos, associações de consumidores, organizações profissionais, empresas, advogados e outros aplicadores do direito. Ocorreu ainda, durante o último trimestre de 2015, uma campanha informativa dirigida aos consumidores e operadores económicos sobre a existência dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo.

No âmbito da transposição da regulamentação da UE relativa à resolução alternativa de litígios e à implementação da Plataforma de resolução de litígios em linha (Plataforma RLL), o Centro Europeu do Consumidor foi designado, em 2015, ponto de contacto nacional para prestar assistência aos utilizadores relativamente às reclamações que tenham por objeto litígios nacionais e transfronteiriços, desempenhando as funções previstas no artigo 7.º do Regulamento (UE) n.º 524/2013, de 21 de maio de 2013, que criou a Plataforma RLL.

Centro Europeu do Consumidor (CEC Portugal)

O ano de 2015 foi marcado pela comemoração do 10.º aniversário da Rede CEC e do 15.º aniversário do CEC Portugal, dado ter iniciado a sua atividade em 2000 para prestar assistência aos consumidores no domínio dos conflitos de consumo de natureza transfronteiriça.

A DGC assegurou o funcionamento do CEC Portugal, mantendo o respetivo cofinanciamento, enquadrado pela ação conjunta prevista no Programa Consumidores 2014-2020 e pelo acordo de parceria estabelecido com a Comissão Europeia para o triénio 2015-2017.

Em 2015, o CEC Portugal tratou 1403 casos, dos quais 44% foram reclamações e 56% pedidos de informação, mantendo-se o destaque para o setor do transporte aéreo, seguido do setor do entretenimento e lazer, do alojamento turístico e do



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

aluguer de automóvel. As aquisições de bens e serviços através da Internet representaram 75% das reclamações apresentadas pelos consumidores.

No que se refere à origem das reclamações recebidas pelo CEC Portugal, verificou-se que 55% chegaram de consumidores portugueses e 45% de outros países da UE, da Noruega ou da Islândia. Em 2015, acentuou-se a tendência de crescimento de reclamações recebidas de outros países da UE sobre conflitos de consumo com empresas portuguesas do setor dos transportes (viagens aéreas e aluguer de veículos), o que poderá estar relacionado com a evolução da procura de Portugal como destino turístico.



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO XIII

FINANCIAMENTO E FLUXOS FINANCEIROS

EXERCÍCIO ORÇAMENTAL 2015

O orçamento relativo a 2015, o segundo no âmbito do novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-2020, procurou estabelecer um equilíbrio entre consolidação orçamental e os investimentos destinados a estimular o crescimento, conforme as orientações estabelecidas pelo Conselho. Ao longo do ano foram aprovados oito orçamentos retificativos essencialmente para adaptar o orçamento inicial a novas situações. Destacam-se neste conjunto: o orçamento retificativo (OR) n.º 1/2015 que criou a estrutura orçamental de acolhimento para o provisionamento em 2015 do Fundo de Garantia do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, em consonância com o Plano de Investimento para a Europa (Plano Juncker); o OR n.º 2/2015 associado à revisão do QFP 2014-2020 necessária devido à adoção tardia de alguns programas (incluindo da Política de Coesão); e os OR n.º 5/2015 e n.º 7/2015, ambos destinados a reforçar os recursos da União (apenas dotações para autorizações) para a gestão dos fluxos migratórios e de refugiados, o primeiro em julho e o segundo em outubro face ao agudizar da crise.

Após a aprovação dos OR, em 2015 as dotações de pagamento atingiram 141,3 mil milhões de euros e as dotações de autorização 162,3 mil milhões de euros, o que representou uma variação anual, respetivamente, de 1,6% e 13,7% (Quadro 1). Quando comparado com os valores inicialmente orçamentados para 2015, verifica-se um acréscimo da despesa em pagamentos associada à rubrica 3 “Cidadania, liberdade, segurança e justiça”, à rubrica 4 “A UE como protagonista global” e aos



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção Geral dos Assuntos Europeus

Instrumentos Especiais⁷⁵, essencialmente resultado dos ajustamentos associados à crise dos refugiados.

Quadro 1

Dotações de autorização e de pagamento no orçamento europeu em 2014 e 2015

Designação	Orçamento 2014 (incluindo OR 1 a 7/2014)		Orçamento 2015 (inicial)		Orçamento 2015 (incluindo OR 1 a 8/2015)		Orçamento 2015 (inicial) face ao Orçamento 2014 (incluindo OR 1 a 7/2014)		Orçamento 2015 (incluindo OR 1 a 8/2015) face ao Orçamento 2014 (incluindo OR 1 a 7/2014)	
	DA	DP	DA	DP	DA	DP	DA	DP	DA	DP
	Unidade: Euros						Variação (%)			
1. Crescimento sustentável	63.986.340.779	65.300.076.773	66.781.974.020	66.922.960.910	77.954.679.684	66.853.308.910	4,4	2,5	21,8	2,4
1a. Competitividade para o crescimento e o emprego	16.484.010.779	11.863.003.730	17.551.688.425	15.798.230.894	17.551.688.425	15.728.578.894	6,5	33,2	6,5	32,6
1b. Coesão económica, social e territorial	47.502.330.000	53.437.073.043	49.230.285.595	51.124.730.016	60.402.991.259	51.124.730.016	3,6	-4,3	27,2	-4,3
2. Preservação e gestão dos recursos naturais	59.190.929.284	56.443.752.595	58.808.572.540	55.998.594.804	63.877.118.420	55.978.784.039	-0,6	-0,8	7,9	-0,8
3. Cidadania, liberdade, segurança e justiça	2.171.998.732	1.665.510.850	2.146.731.538	1.859.513.795	2.522.148.847	1.926.965.795	-1,2	11,6	16,1	15,7
4. A UE como protagonista global	8.325.000.000	6.840.903.616	8.408.418.991	7.422.489.907	8.710.899.029	7.478.225.907	1,0	8,5	4,6	9,3
5. Administração	8.404.517.081	8.405.389.881	8.660.469.063	8.658.756.179	8.660.345.589	8.658.632.705	3,0	3,0	3,0	3,0
6. Compensações	28.600.000	28.600.000					-100,0	-100,0	-100,0	-100,0
Instrumentos Especiais	582.905.968	350.000.000	515.365.000	351.724.968	548.145.615	384.505.583	-11,6	0,5	-6,0	9,9
TOTAL	142.690.291.844	139.034.233.715	145.321.531.152	141.214.040.563	162.273.337.184	141.280.422.939	1,8	1,6	13,7	1,6

Fonte: DGO a partir de dados da Comissão Europeia

Na sequência da declaração comum relativa a um plano de pagamentos acordada em dezembro de 2014, no âmbito do acordo alcançado sobre os orçamentos de 2014 e 2015, o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão avaliaram conjuntamente a situação e as perspetivas de pagamentos no orçamento da UE tendo em vista reduzir o montante de despesa vencida e não paga, em particular em matéria de Política de Coesão, a um nível sustentável até ao final de 2016. Um acordo foi alcançado em maio, com base no documento da Comissão intitulado "Elementos de um plano de pagamentos para fazer regressar o orçamento da UE a uma rota sustentável". As

⁷⁵ Reserva para Ajuda de Emergência, Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização e Fundo de Solidariedade da União Europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

instituições comprometeram-se a eliminar progressivamente a acumulação insustentável de pedidos de pagamento por liquidar relativos aos programas da Política de Coesão de 2007-2013 e a cooperar plenamente a fim de evitar que a situação se repita no futuro, tendo a Comissão sido exortada a controlar de perto a execução dos programas do QFP 2014-2020 e a criar um sistema de alerta rápido.

O financiamento do orçamento europeu foi obtido maioritariamente por recursos próprios (recursos próprios tradicionais – incluindo direitos aduaneiros e quotizações do açúcar –, recurso próprio baseado no IVA e recurso próprio baseado no RNB) atingindo 91,8% do total das receitas, com destaque para o recurso próprio baseado no RNB (65,7% do total). As restantes receitas incluem impostos pagos pelo pessoal da União Europeia sobre os seus salários, contribuições de países terceiros para determinados programas da União e coimas sobre empresas que violam as regras da concorrência ou outras legislações. (Quadro 2)

Quadro 2

Receitas do orçamento europeu em 2014 e 2015

Designação	Orçamento 2014 (incluindo OR 1 a 7/2014)	Orçamento 2015 (inicial)	Orçamento 2015 (incluindo OR 1 a 8/2015)	Orçamento 2015 (inicial) face ao Orçamento 2014 (incluindo OR 1 a 7/2014)	Orçamento 2015 (incluindo OR 1 a 8/2015) face ao Orçamento 2014 (incluindo OR 1 a 7/2014)
	Unidade: Euros			Variação (%)	
Recursos próprios	128.387.935.513	139.638.543.006	129.667.123.674	8,8	1,0
Recursos próprios baseados nos direitos aduaneiros líquidos e nas quotizações líquidas no setor do açúcar	16.084.600.000	16.825.900.000	18.759.400.000	4,6	16,6
Recursos próprios baseados no IVA	17.689.735.350	18.264.479.250	18.023.353.946	3,2	1,9
Recursos próprios baseados no RNB	94.613.600.163	104.548.163.756	92.884.369.728	10,5	-1,8
Outras receitas	10.646.298.202	1.575.497.557	11.613.299.265	-85,2	9,1
Total	139.034.233.715	141.214.040.563	141.280.422.939	1,6	1,6
<i>Por memória:</i>					
Recursos Próprios em % do RNB	0,95	1,00	0,92		
Limite máximo dos recursos próprios em % do RNB: 1,23%					

Fonte: DGO a partir de dados da Comissão Europeia



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Em resultado da adoção dos oito orçamentos retificativos, o contributo previsto de Portugal a título de recursos próprios ascendeu a 1617,6 milhões de euros, face a 1741,8 milhões de euros que estavam previstos no orçamento inicial, o que representou um decréscimo de 124,1 milhões de euros (-7,1% em termos de variação percentual). Ao nível da contribuição financeira (recursos próprios baseados no IVA, recursos próprios baseados no RNB e compensação ao Reino Unido), o contributo orçamentado para Portugal ascendeu a 1488,1 milhões de euros, face a 1610,0 milhões de euros previstos no orçamento inicial, verificando-se um decréscimo de 121,9 milhões de euros (-7,6% em termos de variação percentual).

Apesar desta revisão em baixa da contribuição nacional face ao orçamento inicial, diversos fatores contribuíram para a necessidade de um reforço no âmbito da gestão flexível do Programa do Ministério das Finanças em cerca de 64,4 milhões de euros e do recurso à dotação provisional em cerca de 0,6 milhões de euros (Quadro 3):

- Pagamento dos OR n.º2 a 7/2014 no primeiro dia útil de fevereiro de 2015 no montante de cerca de 16,7 milhões de euros;
- Pagamento dos ajustamentos dos recursos IVA e RNB 2010-2014 no montante de cerca de 40,0 milhões de euros no primeiro dia útil de dezembro de 2015;
- Pagamento do “opting-out”⁷⁶ no valor de cerca de 0,6 milhões de euros no primeiro dia útil de dezembro de 2015;
- Na medida em que o OR n.º8/2015 (atualização de previsões e ajustamentos nos recursos próprios) foi aprovado apenas a 25 de novembro, a restituição de 114,5 milhões de euros de que Portugal beneficiou veio a ocorrer apenas em janeiro de 2016.

⁷⁶ Ajustamento à não participação de alguns EM em certas políticas no âmbito do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Quadro 3

Execução orçamental do Capítulo 70 do Orçamento do Estado – Contribuição Financeira – em 2015

Designação	Dotações				Pagamentos				
	Dotação Inicial	Alterações Orçamentais (Reforços)		Dotação Corrigida	Orçamentos Europeus Retificativos nº2 a 7/2014	Orçamento Europeu 2015 (incluindo Retificativos nº1 a 6/2015)	Opting Out	Ajustamentos IVA e RNB de 2010 a 2014	Total
		Gestão flexível do MF	Dotação provisional						
	Unidade: Euros								
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(5)+(6)+(7)+ (8)
Contribuição Financeira	1.595.000.000	64.379.920	561.664	1.659.941.582	16.736.855	1.602.594.049	649.241	39.961.437	1.659.941.582

Fonte: DGO, Comissão Europeia

PROCESSO ORÇAMENTAL 2016

O orçamento para 2016 é o terceiro do período de programação financeira 2014-2020 da UE, devendo desempenhar um papel fulcral no desenvolvimento progressivo dos novos programas e medidas.

Nas orientações orçamentais para 2016, estabelecidas no Conselho ECOFIN de fevereiro, o Conselho voltou a apelar para que fosse estabelecido um equilíbrio entre a consolidação orçamental e o investimento destinado a estimular o crescimento, a alcançar através da hierarquização dos objetivos e da atribuição de recursos às medidas que melhor contribuam para esses objetivos. O orçamento deveria ainda prever os recursos necessários para respeitar os compromissos já assumidos e executar as prioridades políticas da UE, tendo simultaneamente em conta o elevado nível de pagamentos não liquidados no final de 2014 e a necessidade de respeitar os limites máximos anuais previstos no QFP 2014-2020.

O Conselho convidou a Comissão a manter um rigoroso controlo das dotações, que devem corresponder a necessidades reais e ter valor acrescentado para a UE no seu conjunto. A Comissão deveria acompanhar atentamente a evolução das autorizações por liquidar por forma a encontrar soluções adequadas. O Conselho reconheceu



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

ainda a utilidade do sistema de “Alerta para as Previsões Orçamentais”, estabelecido pela Comissão.

O projeto de orçamento para 2016, apresentado em maio pela Comissão Europeia, procurou ter em conta estas orientações do Conselho. Foi, por outro lado, o primeiro a ser elaborado à luz das orientações políticas estabelecidas pelo Presidente Juncker, que têm por objetivo promover “um novo começo para a Europa” com base num programa para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática.

Para além de fomentar o crescimento e o emprego, este orçamento pretende promover a equidade, reforçando o papel da União no cenário mundial e avançando para uma nova política em matéria de migração. Pretende também responder aos novos desenvolvimentos nos países vizinhos da Europa (como a Ucrânia, no Leste, e a Síria, no Mediterrâneo) e no resto do mundo, enfrentando as pressões migratórias crescentes nos países do Sul do Mediterrâneo.

Estas prioridades são prosseguidas no âmbito dos limites máximos anuais do QFP 2014-2020 e com uma ênfase renovada nos resultados, a fim de otimizar a utilização dos recursos escassos. A Comissão espera eliminar em 2016 o volume de pagamentos por liquidar do período de programação anterior e efetuar todos os pagamentos devidos no decurso do ano.

Em termos globais, o projeto de orçamento apresentado pela Comissão previa 153,6 mil milhões de euros em dotações de autorização (que representa um decréscimo, relativamente a 2015, justificado pela reprogramação financeira decorrente da entrada em vigor tardia do enquadramento legal associado aos novos Programas Operacionais da Política de Coesão) e 143,5 mil milhões de euros em dotações de pagamento com uma relativa estabilização face a 2015. De sublinhar o aumento substancial, por redefinição das prioridades políticas (promoção do emprego, crescimento e investimento e resposta aos novos desafios, em especial pressões migratórias), dos valores propostos para as rubricas orçamentais 1a “Competitividade para o Crescimento e o Emprego”, 3 “Segurança e Cidadania” e 4 “Europa Global”.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Ao longo do processo orçamental o projeto foi completado por via de duas cartas retificativas para, designadamente, ter em conta o financiamento do Fundo de Garantia associado ao Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos e os reforços necessários no âmbito da Agenda Europeia para as Migrações.

O acordo político entre o Conselho e o Parlamento foi alcançado no período de conciliação que decorreu em novembro, onde a principal prioridade foi acomodar a cobertura financeira das medidas relacionadas com a crise migratória.

Portugal mostrou-se disponível, desde o início, para apoiar a estratégia da Presidência luxemburguesa na procura de uma posição do Conselho que tivesse por objetivo a aprovação, em conjunto com o PE, de um orçamento realista e equilibrado. Constituiu a sua principal preocupação garantir que as condições financeiras necessárias à implementação dos novos Programas Operacionais seriam asseguradas, implementação que se pretende venha a contribuir para reforçar, na União, o atual momento de recuperação económica. O financiamento do impacto das medidas destinadas a enfrentar a crise migratória não deveria ser alcançado através de reafetações a partir da rubrica 1b “Coesão económica, Social e territorial”, mas sim através de outras soluções, inclusive pelo recurso a Instrumentos Especiais, o que veio a acontecer.

No final do processo as despesas autorizadas atingem um montante de 155 mil milhões de euros em dotações de autorização e 143,9 mil milhões de euros em dotações de pagamento, representando respetivamente uma variação anual de -4,5% e de 1,8% face ao orçamento europeu de 2015 (incluindo orçamentos retificativos nº 1 a 8/2015) – Quadro 4.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Quadro 4

Dotações de autorização e dotações de pagamento no orçamento europeu em 2015 e 2016

Designação	Orçamento 2015 (incluindo OR 1 a 8/2015)		Orçamento 2016 (inicial)		Orçamento 2016 (inicial) face ao Orçamento 2015 (incluindo OR 1 a 8/2015)	
	DA	DP	DA	DP	DA	DP
	Unidade: Euros				Variação (%)	
1. Crescimento inteligente e inclusivo	77.954.679.684	66.853.308.910	69.841.150.263	66.262.537.636	-10,4	-0,9
1a. Competitividade para o crescimento e o emprego	17.551.688.425	15.728.578.894	19.010.000.000	17.418.263.582	8,3	10,7
1b. Coesão económica, social e territorial	60.402.991.259	51.124.730.016	50.831.150.263	48.844.274.054	-15,9	-4,5
2. Crescimento sustentável: recursos naturais	63.877.118.420	55.978.784.039	62.484.234.833	55.120.803.654	-2,2	-1,5
3. Segurança e cidadania	2.522.148.847	1.926.965.795	4.051.966.698	3.022.287.739	60,7	56,8
4. Europa global	8.710.899.029	7.478.225.907	9.167.033.302	10.155.590.403	5,2	35,8
5. Administração	8.660.345.589	8.658.632.705	8.935.176.052	8.935.076.052	3,2	3,2
6. Compensações						
Instrumentos especiais	548.145.615	384.505.583	524.612.000	389.000.000	-4,3	1,2
TOTAL	162.273.337.184	141.280.422.939	155.004.173.148	143.885.295.484	-4,5	1,8

Fonte: DGO a partir de dados da Comissão Europeia

Os recursos próprios previstos para 2016 atingem 142,3 mil milhões de euros, observando uma variação anual positiva de 9,7% face a 2015, acréscimo que resulta de um aumento dos recursos próprios baseados no RNB em 12,9%, num quadro em que o recurso próprio IVA deve apresentar igualmente um crescimento embora menos expressivo. De referir que o elevado montante de outras receitas registado em 2015 resultou da aplicação de multas por infrações às regras da concorrência, inscrição do saldo do ano anterior e ajustamento de recursos próprios – Quadro 5.

Face ao agudizar da crise dos refugiados na Europa, em especial dos refugiados sírios vindos da Turquia, e tendo o orçamento adotado pela autoridade orçamental esgotado totalmente as margens das rubricas 3 “Segurança e Cidadania” e 4 “Europa Global”, no final do ano foi decidido que o compromisso da UE de reforçar a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

assistência financeira à Turquia para este fim, no montante de 3 mil milhões de euros em 2 anos no âmbito do Plano de Ação, seria assegurado maioritariamente (dois terços) por contribuições bilaterais dos EM – a Portugal cabe neste contexto uma contribuição de cerca de 24 milhões de euros (correspondente à sua quota no RNB da UE), nos dois anos 2016-2017. A finalização desta decisão transitou para 2016.

Quadro 5

Receitas do orçamento europeu em 2015 e 2016

Designação	Orçamento 2015 (incluindo OR 1 a 8/2015)	Orçamento 2016 (inicial)	Orçamento 2016 (inicial) face ao Orçamento 2015 (incluindo OR 1 a 8/2015)
	Unidade: Euros		Variação (%)
Recursos próprios	129.667.123.674	142.285.440.785	9,7
Recursos próprios baseados nos direitos aduaneiros líquidos e nas quotizações líquidas no setor do açúcar	18.759.400.000	18.590.000.000	-0,9
Recursos próprios baseados no IVA	18.023.353.946	18.812.783.576	4,4
Recursos próprios baseados no RNB	92.884.369.728	104.882.657.209	12,9
Outras receitas	11.613.299.265	1.599.854.699	-86,2
Total	141.280.422.939	143.885.295.484	1,8
<i>Por memória:</i>			
Recursos Próprios em % do RNB	0,92	0,97	
Limite máximo dos recursos próprios em % do RNB: 1,23%			

Fonte: DGO a partir de dados da Comissão Europeia

SISTEMA DE RECURSOS PRÓPRIOS

Durante o ano de 2015 prosseguiram os processos de ratificação da Decisão n.º 335/2014 relativa ao sistema de recursos próprios, que se seguiram à adoção em 2014 desta decisão e dos regulamentos que lhe estão associados.

A nível nacional, a decisão foi aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 132/2015 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 119/2015, de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

7 de outubro, publicados em Diário da República, 1.ª série, n.º196, de 7 de outubro de 2015.

No final do ano estavam ainda em falta as ratificações de nove Estados-membros. Espera-se que todos os processos possam estar concluídos no final do primeiro semestre de 2016, entrando nesse momento em vigor todo o novo pacote legislativo relativo ao sistema de recursos próprios, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2014.

Ainda neste âmbito, o Grupo de Trabalho dos Recursos Próprios encontra-se atualmente a discutir a proposta de alteração ao Regulamento (UE, Euratom) n.º 609/2014 do Conselho, de 26 de maio de 2014, relativo aos métodos e ao procedimento para a colocação à disposição dos recursos próprios tradicionais e dos recursos próprios baseados no IVA e no RNB e às medidas destinadas a satisfazer as necessidades da tesouraria. Esta alteração tinha sido acordada pelo Conselho e a Comissão numa declaração conjunta anexa à ata do Conselho de 26 de maio de 2014, aquando da adoção do pacote legislativo sobre recursos próprios. Está em causa, fundamentalmente, a alteração ao artigo 12º no sentido de ser revisto o procedimento de cálculo de juros de mora resultantes do pagamento tardio de recursos próprios, respeitando o princípio da proporcionalidade e assegurando ao mesmo tempo o bom funcionamento do sistema para atender às necessidades de caixa. Portugal foi um dos Estados-membros que se empenharam em conseguir que a Comissão se compromettesse a apresentar esta proposta.

FLUXOS FINANCEIROS

Os Fluxos Financeiros entre Portugal e a União Europeia apresentaram em 2015 um resultado líquido de 546,9 milhões de euros (Quadro 6).

No que respeita às transferências da UE para Portugal os valores relativos a 2015 traduzem uma tendência cíclica em relação aos períodos de programação anteriores, uma vez que retratam uma situação em que se sobrepõe a fase final de execução do



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

período 2007-2013 com o arranque do período 2014-2020. Por um lado, no final de 2014, Portugal estava já na linha da frente dos EM com maior nível de pagamentos intermédios efetuados pela Comissão (85% do envelope financeiro do QREN 2007-2013), por outro, 2014 e 2015 são anos de arranque do novo ciclo, sendo natural terem taxas de execução ainda reduzidas, a que correspondem baixos níveis de transferências da UE.

Acresce ainda referir que as regras comunitárias estabelecem que o saldo final dos Programas Operacionais 2007-2013 só será transferido após aprovação das contas finais pela Comissão, o que só deverá ocorrer em 2017/2018.

No que respeita às transferências de Portugal para a UE, verifica-se uma variação negativa de 3,71%, que se traduz no montante de 68,8 milhões de euros, explicada pela variação negativa do recurso próprio baseado no RNB em 84,2 milhões de euros, e do recebimento de restituições da UE no montante de 35,8 milhões de euros.

Poderão existir ainda outras transferências financeiras, não incluídas no quadro de fluxos financeiros, decorrentes da participação de Portugal nos programas e ações existentes no âmbito de diversas políticas comunitárias, tais como, investigação e desenvolvimento, ambiente, energia, formação profissional, educação etc. Estas têm um impacto financeiro limitado e de difícil contabilização, na medida em que se realizam de forma dispersa, sendo efetuadas diretamente para os beneficiários.

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

O quadro 7, adiante, apresenta a atividade do BEI e do FEI em Portugal ao longo do ano de 2015.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

Quadro 6

Fluxos Financeiros entre Portugal e a União Europeia

	<i>Milhões Euros</i>		
	2013	2014	2015(*)
1. Transferências da UE para Portugal			
FEDER	2.213,5	1.688,3	679,2
FSE	1.308,5	907,0	460,6
FEAC	0,0	19,5	0,0
FEOGA-Orientação	55,0	4,8	0,0
IFOP/FEP/FEAMP	35,3	30,7	50,4
Fundo de Coesão	983,3	731,4	148,6
FEOGA-Garantia/FEAGA	771,9	711,3	671,8
FEADER	656,1	722,6	288,0
Despesas cobrança DA ⁽¹⁾	35,9	36,6	39,27
Restituições e Reembolsos ⁽²⁾	-3,4	-0,8	-6,9
Total	6.057,1	4.853,1	2.330,9
2. Transferências de Portugal para a UE			
Recursos Próprios Tradicionais ⁽³⁾	145,6	147,2	157,4
Recurso IVA	230,8	244,8	253,9
Recurso RNB	1.345,4	1.352,1	1.267,9
Redução RNB Suécia e Holanda	10,5	0,0	0,0
Correção Reino Unido	94,9	106,7	138,1
Restituições e Reembolsos ⁽⁴⁾	-5,4	-3,0	-35,8
Diversos ⁽⁵⁾	0,1	4,9	2,6
Total	1.821,9	1.852,8	1.784,0
3. Saldo Global: (1 - 2)	4.235,3	3.000,3	546,9

Fonte: DGO, IGCP, AD & C, IFAP

(1) Despesas de cobrança previstas no n.º 3 do artigo 2.º da Decisão do Conselho n.º 2007/436/CE, Euratom, de 7 de junho, relativa ao Sistema de Recursos Próprios da Comunidade Europeia, correspondente a 25% dos RPT cobrados

(2) Devoluções e restituições à CE no âmbito de diversos Fundos

(3) Os montantes expressos no quadro correspondem a valores brutos disponibilizados à Comissão Europeia, sendo os montantes retidos em 25% a título de despesas de cobrança, considerados nas transferências da UE para Portugal.

(4) Inclui os montantes recebidos por Portugal referentes a correções de anos anteriores, nos recursos próprios IVA e Correção ao RU, bem como de recursos próprios tradicionais.

(5) Inclui Juros respeitantes a Recursos Próprios Tradicionais

(*) Valores provisórios



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção Geral dos Assuntos Europeus

QUADRO 7

Atividade do Banco Europeu de Investimento em Portugal - 2015

milhões €

milhões €

Projetos	Finalidade	Setor	Montante	Setor	Montante
EIB-IADB JOINT FACILITY FOR SMES AND MID-CAPS PT	Financiamento da internacionalização das pequenas e médias empresas em Portugal	Linhas de Crédito	30,0		
MONTEPIO LOAN FOR SMES MIDCAPS & OTHER PRIORITIES 3	Financiamento preferencial de projetos de pequena e média dimensão desenvolvidos por Pequenas e Médias Empresas e empresas de capitalização média (<i>mid-caps</i>), sendo possível que uma parte da linha possa financiar projetos de pequena dimensão promovidos por outro tipo de entidades	Linhas de Crédito	200,0	Linhas de Crédito	1217,5
Novo Banco LOAN FOR SMES AND OTHER PRIORITIES	Financiamento preferencial de projetos de pequena e média dimensão desenvolvidos por Pequenas e Médias Empresas e empresas de capitalização média (<i>mid-caps</i>), sendo possível que uma parte da linha possa financiar projetos de pequena dimensão promovidos por outro tipo de entidades	Linhas de Crédito	300,0	Indústria	90,5
CREDITO AGRICOLA LOAN FOR SMES & OTHER PRIORITIES	Financiamento preferencial de projetos de pequena e média dimensão desenvolvidos por Pequenas e Médias Empresas e empresas de capitalização média (<i>mid-caps</i>), sendo possível que uma parte da linha possa financiar projetos de pequena dimensão promovidos por outro tipo de entidades, nas áreas da agricultura, silvicultura, pesca, agroturismo e serviços, indústria, ambiente, recursos humanos, investigação e desenvolvimento	Linhas de Crédito	50,0	Energia	80,0
BANCO POPULAR SMES & MIDCAPS V	Financiamento de projetos de pequena e média dimensão desenvolvidos por Pequenas e Médias Empresas e empresas de capitalização média (<i>mid-caps</i>)	Linhas de Crédito	100,0	Desenvolvimento urbano	25,0
IHRU III - RENTAL HOUSING REHABILITATION	Apoio a um programa de investimento centrado na renovação de edifícios destinados a arrendamento sob regime de renda condicionada, promovendo assim a coesão económica e social, a reabilitação urbana e o desenvolvimento sustentável	Desenvolvimento urbano	25,0		1413,0
SAPEC AGRO RDI	Financiamento de atividades de I+D+i direcionadas para produtos fitofarmacêuticos e fitonutrientes químicos e biológicos inovadores para uso agrícola	Indústria	18,5		
DEUTSCHE BANK KMU & MID-CAP LOAN III	Financiamento de projetos de pequena e média dimensão desenvolvidos por Pequenas e Médias Empresas e empresas de capitalização média (<i>mid-caps</i>)	Linhas de Crédito	37,5		
BIAL INOVACAO RDI II	Financiamento de atividades de investigação e desenvolvimento da empresa, com enfoque em ensaios pré-clínicos e clínicos de novos compostos para tratamento da epilepsia, problemas cardiovasculares e doença de Parkinson	Indústria	60,0		
REN ELECTRICITY SYSTEM UPGRADE III	Apoio a um programa de investimento multi-componentes a desenvolver até 2019, o qual inclui a ligação a fontes de energia renovável e o reforço e modernização da rede portuguesa de transporte de eletricidade	Energia	80,0		
BCP LOAN FOR SMES & OTHER PRIORITIES 3	Financiamento preferencial de projetos de pequena e média dimensão desenvolvidos por Pequenas e Médias Empresas e empresas de capitalização média (<i>mid-caps</i>), sendo possível que uma parte da linha possa financiar projetos de pequena dimensão promovidos por outro tipo de entidades, principalmente nos setores da indústria e serviços	Linhas de Crédito	250,0		
BPI LOAN FOR AGRICULTURE SMES & MID-CAPS	Financiamento de projetos de pequena e média dimensão desenvolvidos por Pequenas e Médias Empresas e empresas de capitalização média (<i>mid-caps</i>), nos setores agrícola e agroalimentar	Linhas de Crédito	50,0		
Banco Santander Totta LOAN FOR SMES MIDCAPS & OTHER PRIORITIES IV	Financiamento preferencial de projetos de pequena e média dimensão desenvolvidos por Pequenas e Médias Empresas e empresas de capitalização média (<i>mid-caps</i>), sendo possível que uma parte da linha possa financiar projetos de pequena dimensão promovidos por outro tipo de entidades, principalmente nos setores da indústria e serviços	Linhas de Crédito	200,0		
INNOVATIVE DIAGNOSTICS TOOLS (MGF)	Apoio ao desenvolvimento de novos testes de diagnóstico inovadores com o objetivo de expandir a plataforma de testes "spinit" (a tecnologia de ponta da empresa, que pretende responder à necessidade de obtenção célere de resultados de análises clínicas) e a sua comercialização em mercados externos. Apoio, assim, a transição da empresa para uma escala industrial das suas operações, com uma expansão em termos de inovação, bem como de fomento à criação de postos de trabalho	Indústria	12,0		
TOTAL 2015			1.413,0		

Fonte: BEI

Atividade do Fundo Europeu de Investimento em Portugal - 2015

milhões €

Nome do projeto	Tipo	Montante
Acordos de garantia para concessão de empréstimos a PME e <i>mid-caps</i> com três bancos (Banif, BCP e Novo Banco)	Instrumento de partilha de risco	420
TOTAL 2015		420,0

Fonte: FEI



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO V

ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

As migrações estiveram no topo da agenda europeia, sobretudo a partir do mês de abril, momento em que ocorreu a maior tragédia no Mediterrâneo depois da Segunda Guerra Mundial. Este facto acentuou a vertente humanitária e a urgência na adoção de medidas associadas à pressão migratória, que já se verificava em anos anteriores. Porém, com o aumento exponencial dos fluxos migratórios em direção à Europa, houve também a necessidade de projetar a adoção de medidas abrangentes e integradas no curto, médio e longo prazo. Estas, incorporadas na Agenda Europeia para as Migrações que a Comissão apresentou em maio.

Das medidas previstas, destacam-se as iniciativas de curto prazo, adotadas em setembro, de recolocação de 160 mil refugiados oriundos da Grécia e da Itália e o acordo político para a reinstalação de 20 mil pessoas já colocadas em campos de refugiados sob a égide do ACNUR. Em resultado destas iniciativas, Portugal deverá receber, durante um período de dois anos mais de dez mil pessoas (4500 via quota oficial destes acordos e cerca de 6000 mais por iniciativa própria do Governo de António Costa), numa clara demonstração de solidariedade e da importância que Portugal atribui à crise migratória.

O ano também ficou marcado por vários atentados terroristas em solo europeu, forçando os responsáveis políticos da União a prosseguir, de forma determinada, a execução das ações já previstas. Paralelamente, os atentados forçaram a União a promover novas iniciativas, como a revisão da legislação relativa às armas de fogo e ao combate ao terrorismo, bem como a precipitar a adoção de mecanismos que já estavam a ser negociados, como a diretiva relativa à utilização dos dados de registo dos passageiros. De forma geral, Portugal apoiou todas as iniciativas levadas a cabo pelas diversas instâncias europeias neste domínio.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Importa assinalar a realização da Cimeira de La Valetta, sobre migrações, que teve em vista o reforço da cooperação em matéria de combate à facilitação da imigração e ao tráfico de seres humanos, da qual resultou um Plano de Ação, que mereceu o total apoio de Portugal.

Referência ainda para a adoção do pacote legislativo “proteção de dados”, que Portugal acolheu favoravelmente, e que vem definir as bases gerais da proteção de dados dos cidadãos, permitindo um melhor controlo, e disciplinar a recolha, o tratamento e a utilização de dados pessoais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

CIDADANIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

ADESÃO DA UNIÃO EUROPEIA À CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM (CEDH)

Na sequência do Parecer 2/13 do Tribunal de Justiça, de 18 de dezembro de 2014, que negou a existência de compatibilidade entre o Acordo de Adesão da União Europeia à CEDH (Convenção Europeia dos Direitos do Homem) e o Direito da União, assistiu-se, em 2015, a uma suspensão das negociações com o Conselho da Europa, com vista à reflexão por parte das instituições e EM sobre o referido Acordo.

Nesse sentido, o Conselho de Justiça e Assuntos Internos (JAI) de outubro limitou-se a confirmar a vontade dos ministros em prosseguir com o processo de adesão, desde que respeitadas duas condições, a saber: i) que se tivessem em conta as objeções produzidas no Parecer 2/13; e ii) que se evitassem soluções demasiado intrusivas do sistema da Convenção do Conselho da Europa. De resto, a Comissão, que é quem está incumbida de propor o projeto de acordo ao Conselho, apresentou já os seus contributos destinados a debelar os argumentos jurídicos invocados pelo Tribunal no seu Parecer.

Portugal, que votou favoravelmente o acordo negocial que o Tribunal de Justiça acabou por rejeitar, reconhece, desde o início, a importância política e a prioridade atribuída à adesão da União à CEDH.

PROTEÇÃO DE DADOS

Tanto a proposta de regulamento relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados a nível europeu, como a proposta de diretiva relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais e à livre circulação desses dados, obtiveram em novembro o acordo político entre o Conselho e o Parlamento Europeu, aguardando-se a mera adoção formal pelo Conselho, à qual se seguirá a votação do Parlamento Europeu em segunda leitura.

Uma vez adotado, o regulamento, cujas disposições serão aplicáveis dois anos após a sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia, permitirá uma melhor proteção dos cidadãos no que respeita aos seus dados pessoais e um melhor controlo desses dados por parte dos seus titulares. Além disso, as normas modernizadas e unificadas permitem que as empresas aproveitem ao máximo as oportunidades do mercado único digital, por meio da redução da burocracia e do aumento da confiança dos consumidores.

A diretiva, com prazo de transposição de dois anos após a sua publicação, visa garantir que os dados das vítimas, das testemunhas e dos suspeitos sejam devidamente protegidos nas investigações penais e nas ações de reposição da legalidade. Mais ainda, a maior harmonização da legislação facilitará a cooperação transnacional das autoridades policiais e do Ministério Público, a fim de tornar mais eficaz a luta contra a criminalidade e o terrorismo na Europa.

Portugal manifestou-se sempre favorável a estes dois atos legislativos, tendo, aliás, sido sempre escrupuloso na defesa do mais elevado grau da proteção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos neles plasmado.

Ainda no capítulo da proteção de dados, embora também em domínio da cooperação judiciária internacional em matéria penal, registe-se o impasse quanto à atitude a tomar face à anulação, pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, da Diretiva 2006/24/CE, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações para efeitos de repressão de crimes graves.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

De facto, após a invalidade declarada pelo Tribunal de Justiça, alguns EM invalidaram igualmente ou alteraram os atos legislativos internos de transposição da citada diretiva, quebrando, assim, a harmonização pretendida nesta matéria. Em consequência, a maioria dos EM, incluindo Portugal, defendeu no Conselho JAI de dezembro que a Comissão deveria apresentar uma nova proposta.

Não foi, todavia, este o entendimento da Comissão, que prefere aguardar por outra decisão prejudicial do Tribunal de Justiça sobre a validade da Diretiva 2002/58/CE, de 12 de julho de 2002, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas (Diretiva “Privacidade Eletrónica”). Esta diretiva permite aos EM a criação e manutenção, em abstrato, de sistemas de retenção de dados.

INICIATIVA CIDADANIA EUROPEIA

No âmbito da Iniciativa de Cidadania Europeia, que visa reforçar a participação direta dos cidadãos no processo legislativo, a Comissão Europeia publicou, a 31 de março, um relatório sobre os primeiros três anos de funcionamento da iniciativa, que foi aprovado pelo Conselho Assuntos Gerais em junho. O Parlamento Europeu pronunciou-se, em outubro, através do seu relatório A8-0284/2015.

Em 2015, foram registadas cinco novas iniciativas, que estão atualmente em fase de recolha de declarações de apoio. Incidem sobre a defesa do casamento e da família, a preservação do projeto democrático europeu, o combate à poluição com plástico no mar, a igualdade dos trabalhadores do setor dos transportes e a criminalização da “cannabis”.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

SCHENGEN, VISTOS E FRONTEIRAS

SCHENGEN

Mecanismo de avaliação Schengen

A avaliação periódica que ocorre, pelo menos, uma vez em cada quinquénio e a que todos os EM estão sujeitos, nos termos do mecanismo de avaliação em vigor, encontrava-se, no que respeita a Portugal, prevista para 2016, tendo no entanto sido adiada para 2017.

Prosseguiram, não obstante, os respetivos preparativos, na medida em que se afigura provável que, além da avaliação regular, Portugal possa vir a ser abrangido, em 2016, por uma avaliação sem aviso prévio, compreendendo visitas “in loco”, e que poderá incidir sobre aspetos específicos, em especial no que se refere ao controlo de fronteiras e à política comum de vistos.

VISTOS

Sistema de Informação de Vistos (VIS)

A implementação gradual do Sistema de Informação de Vistos (VIS) concluiu-se a 20 de novembro de 2015, daqui decorrendo que os postos consulares dos EM em todo o Mundo terão de emitir vistos de curta duração com recolha de dados biométricos.

O VIS, elemento fundamental da política comum de vistos, facilita significativamente a luta contra a fraude, contribuindo igualmente para a identificação de qualquer pessoa que não preencha ou tenha deixado de preencher as condições para entrada, permanência ou residência no território dos EM e para a prevenção de ameaças à segurança interna, auxiliando assim o combate ao terrorismo.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Visto de Circulação

Foi iniciada a discussão em segunda leitura da proposta de regulamento que cria um visto de circulação e altera a Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen e os Regulamentos n.º 562/2006 e n.º 767/2008. Esta proposta tem como fundamento a constatação de que são muitos os nacionais de países terceiros, tais como turistas, artistas, investigadores ou estudantes, que têm motivos legítimos para deslocações dentro do espaço Schengen durante mais de noventa dias num período de 180 dias sem serem considerados imigrantes, pois não pretendem nem têm necessidade de residir num determinado EM por um período superior a três meses. No entanto, não existe visto Schengen para uma estada superior a noventa dias no espaço europeu de livre circulação de pessoas.

Em razão desta lacuna legislativa, foi considerado conveniente introduzir um novo tipo de visto para esse efeito, mas por um período inferior a um ano (com possibilidade de prorrogação por mais um), desde que o requerente não tencione permanecer mais de noventa dias – num período de 180 dias – no mesmo EM.

Centro Comum de Vistos em Cabo Verde

Este projeto, promovido por Portugal, foi reforçado em 2015 com a participação de mais três países (Eslováquia, Noruega e Suíça), elevando para quinze os Estados representados e contribuindo para o aumento do número de pedidos de visto e para a consolidação do seu sucesso enquanto projeto europeu de referência no âmbito da circulação de pessoas.

Em 2015, o Centro Comum de Vistos (CCV) emitiu 2562 vistos em representação de outros EM, número quatro vezes superior ao do ano anterior, de 630 vistos. O CCV inclui ainda um programa de itinerâncias consulares, ao abrigo do qual foram recebidos 1934 pedidos de vistos de curta duração, um aumento de 22% em relação a 2014.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Centro Comum de Vistos em São Tomé e Príncipe

No âmbito das ações específicas do Fundo de Segurança Interna, Portugal candidatou-se a um projeto para criação de um Centro Comum de Vistos em São Tomé e Príncipe. Em 2015, conseguido o apoio financeiro europeu, iniciou-se o respetivo processo de implementação, estimando-se que possa estar operacional em 2017.

Atualmente, Portugal é o único EM Schengen a emitir vistos de curta duração em São Tomé e Príncipe, através da seção consular da nossa Embaixada no país. Emite já vistos em representação de outros catorze EM, esperando-se que, à semelhança do Centro em Cabo Verde, o futuro Centro Comum em São Tomé e Príncipe possa contribuir significativamente para incrementar o intercâmbio em vários domínios entre aquele país africano de língua oficial portuguesa e os EM da UE.

Fundo para a Segurança Interna: Instrumento de apoio financeiro em matéria de fronteiras externas e de vistos

Portugal continuou a participar, em diálogo com a Comissão Europeia, nos trabalhos de preparação do Programa Nacional para o Fundo de Segurança Interna, integrado no Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, que se refletirá sobretudo nos domínios da política de vistos, fronteiras, segurança interna e justiça. Este programa foi aprovado pela Comissão a 8 de agosto, sendo a contribuição máxima da UE fixada em cerca de 38,7 milhões de euros.

FRONTEIRAS

As fronteiras externas da UE foram objeto de uma pressão excecional, estimando-se que tenham entrado no espaço europeu de forma irregular cerca de 1,5 milhões de pessoas.

Tendo em vista tornar mais eficiente o sistema de gestão das fronteiras, tanto em matéria de migração ilegal como no combate ao terrorismo, a Comissão apresentou em dezembro as seguintes iniciativas: uma proposta de regulamento respeitante à



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia e uma outra de alteração ao Regulamento (CE) n.º 562/2006 no que se refere ao reforço dos controlos nas fronteiras externas por confronto com as bases de dados pertinentes.

FRONTEX

Prosseguiram, ao longo de todo o ano de 2015, as operações conjuntas de vigilância da fronteira no Mediterrâneo Central, denominada “Triton”, e junto à costa da Turquia, denominada “Poseidon”, coordenadas pela Agência europeia FRONTEX e que contaram com a participação de meios humanos e materiais de Portugal.

COOPERAÇÃO CONSULAR

Como ponto central da agenda foi aprovada a Diretiva (UE) 637/2015, de 20 de abril, que estabelece o direito à proteção consular de qualquer cidadão europeu não representado num país terceiro por parte de outro EM, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado, revogando a Decisão 95/553/EC sobre esta matéria. O prazo de transposição para o ordenamento jurídico dos EM é de 3 anos – até maio de 2018.

A diretiva foi aprovada por maioria qualificada, tendo Portugal apresentado, à semelhança de outros EM, uma declaração para a ata do Conselho sobre a necessidade de ter em atenção medidas que criem direta ou indiretamente obrigações financeiras ou encargos administrativos para o Estado português sem que este seja previamente consultado.

No âmbito da emergência consular, Portugal participou ativamente na cooperação consular promovida através da plataforma permanente de cooperação “Cool EU”, fórum específico de partilha de informações (caracterização das comunidades nacionais, condições de segurança em que se encontram, recomendações aos viajantes) entre EM, sempre que ocorre uma situação de risco acrescido – perturbação política, militar ou social, catástrofe natural ou acidentes de grande dimensão – num país terceiro. De registar em 2015, a crise no Iémen e o terramoto



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

no Nepal onde se verificou uma coordenação estreita e ativa entre EM no Portal “Cool EU”.

Em matéria de cooperação consular, Portugal tem acompanhado os exercícios de simulação de situações de emergência promovidos pelas Presidências e Delegações da União Europeia e tem cooperado ainda com as Presidências em exercício quanto ao fornecimento de informação relativa à representação consular portuguesa nos cinco países⁷⁷ abrangidos pelas Iniciativas de Cooperação Consular acordadas.

Portugal tem seguido os diálogos sobre assuntos consulares que a UE mantém regularmente com países terceiros, nomeadamente o Canadá e os EUA, tomando posição ativa quanto à iniciativa e conteúdo de diligências conjuntas, nomeadamente as que envolvem condições dos detidos.

⁷⁷ República Dominicana, Nepal, Tunísia, Nigéria e Camboja.



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

IMIGRAÇÃO E ASILO

IMIGRAÇÃO ILEGAL E ASILO

O ano de 2015 foi o ano que quebrou com os normais trabalhos da União nesta matéria. O aumento exponencial da pressão migratória dominou a maioria da atividade da UE ao longo do ano, tendo a multiplicidade de soluções adotadas constituído uma rutura com as iniciativas existentes como forma de lidar, o mais rapidamente possível, com a crise migratória.

A rota do Mediterrâneo Central, a mais utilizada em 2014, viu-se ultrapassada pela rota do Mar Egeu, através de embarcações que partem da Turquia, causando novas perdas de vidas humanas e atingindo um pico nos meses de verão. Estimativas ainda provisórias da Organização Internacional para as Migrações (OIM) avançam que, até ao final de dezembro, mais de um milhão de migrantes terá entrado na Europa. A própria dimensão destes números torna-os pouco fidedignos, uma vez que se verificaram diversos casos em que as autoridades competentes se viram impossibilitadas de efetuar registos.

Por outro lado, o ano conheceu aquela que pode ser considerada a maior tragédia no Mediterrâneo desde a Segunda Guerra Mundial, com a morte de cerca de 800 pessoas, em 19 de abril. A UE não pôde pois deixar de agir, inicialmente com a preocupação de salvar vidas no mar, como ficou bem patente nas conclusões do Conselho Europeu extraordinário de 23 de abril.

Assim, as principais etapas das negociações ao nível da UE para procurar resolver este problema foram as seguintes:

- Declaração do Conselho Europeu extraordinário de 23 de abril, reiterando o forte empenho da UE em quatro pontos-chave: i) reforço da presença no



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- mar; ii) combate aos traficantes; iii) prevenção dos fluxos migratórios irregulares; e iv) reforço da solidariedade e da responsabilidade interna;
- Agenda Europeia para as Migrações (AEM), apresentada em maio, com propostas tendo em vista uma melhoria na gestão dos fluxos migratórios, como foi o caso da proposta em matéria de recolocação⁷⁸;
 - Conclusões do Conselho Europeu de junho que reiteraram os objetivos de solidariedade entre os EM (numa base voluntária) e na sequência das quais a Comissão Europeia, em julho, clarificou a abordagem “hotspot”, o reforço do papel da agência FRONTEX nas operações de retorno e o conceito de país de origem segura;
 - 2.º Pacote de medidas da AEM, apresentado pela Comissão em setembro, nomeadamente: i) proposta de criação de um Mecanismo de Crise em matéria de Recolocação para todos os EM; ii) proposta de estabelecimento de uma Lista comum UE de Países de Origem Segura; e iii) implementação dos centros “hotspots” na vertente recolocação de pessoas;
 - 3.º Pacote de medidas da AEM, apresentado pela Comissão em dezembro, do qual se destaca a proposta de desenvolvimento de uma Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia, inserida no âmbito do Pacote de Fronteiras (apresentado igualmente como parte da AEM).

Do mesmo modo, nas várias sessões do Conselho JAI, foram adotadas as seguintes iniciativas:

- Conclusões relativas à reinstalação de 20 mil pessoas com necessidades de proteção internacional (Conselho JAI extraordinário de 20 de julho);
- Resolução para a recolocação de 40 mil refugiados (sitios em Itália e na Grécia) e Decisão do Conselho que estabelece as medidas provisórias nesta matéria (Conselho JAI extraordinário de 14 de setembro) – neste sentido, e como forma de apoio, foi criada a “EASO Relocation Task Force (ERTF)”⁷⁹;
- Decisão do Conselho que estabelece medidas provisórias no domínio da proteção internacional a favor da Itália e Grécia e cria um mecanismo de recolocação temporário e excecional, durante um período de dois anos, aplicável a 120 mil pessoas, com clara necessidade de proteção

⁷⁸ Proposta para uma Decisão do Conselho sobre o estabelecimento de medidas temporárias de apoio em matéria de recolocação a Itália e Grécia e respetivo Anexos 1 a 3 (COM(2015) 286 final, de 27 de maio).

⁷⁹ EASO – “European Asylum Support Office”.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

internacional, as quais chegaram ou chegarão a esses EM, nos seis meses anteriores à sua entrada em vigor, e até dois anos após a sua entrada em vigor (Conselho JAI extraordinário de 22 de setembro). A presente Decisão abrange no imediato 66 mil pessoas (i.e., 15600 em Itália + 50400 na Grécia); as restantes 54 mil pessoas que se encontram nesses EM serão recolocadas, na mesma proporção, após um ano a contar da data de entrada em vigor da decisão. Contudo, esta decisão poderá sofrer alterações caso a Comissão considere que o funcionamento (na prática) do mecanismo de recolocação necessite de ser adaptado à situação no terreno ou que um outro EM se confronte com uma situação de emergência semelhante à de Itália e Grécia, i.e., de súbito afluxo de nacionais de países terceiros em virtude de uma forte mudança dos fluxos migratórios. Segundo esta decisão, Portugal acolherá 2986 requerentes de asilo.

Ao nível nacional, foi constituído o Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações⁸⁰, incluindo o Ministério da Administração Interna, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério da Saúde, o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, o Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, o Alto Comissariado para as Migrações e diversas entidades da Sociedade Civil, nomeadamente o Conselho Português para os Refugiados e o Serviço Jesuíta dos Refugiados.

Este grupo foi criado na sequência das decisões do Conselho que determinaram que Portugal deverá acolher, nos dois próximos anos, 4295 requerentes de proteção internacional a título de recolocação e 191 pessoas a título de reinstalação, o que perfaz o total de 4486 pessoas.

Embora Portugal se tenha disponibilizado para receber 130 pessoas até ao final do ano, apenas foram recebidas 24 pessoas (14 da Grécia e 10 de Itália), com nacionalidades eritreia, síria, iraquiana, sudanesa e tunisina.

Esta disponibilidade traduz bem a posição portuguesa ao nível das negociações na UE, que se pautou por uma grande abertura para discutir soluções comuns para a resolução da presente crise, assente na solidariedade para com os EM mais

⁸⁰ Despacho nº10041 – A/2015, de 3 de setembro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

fustigados pela pressão migratória e, bem assim, pelo nosso cimeiro interesse em preservar intacto o Espaço Schengen. Devido às nossas significativas comunidades de emigrantes, bem como às necessidades do nosso setor exportador, é imperativo que os fenómenos recentes de controlos fronteiriços não assumam um carácter permanente.

IMIGRAÇÃO LEGAL

Continuaram, durante o ano 2015, as negociações sobre a proposta de Diretiva relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de investigação, de estudos, de intercâmbio de estudantes, de formação remunerada e não remunerada, de voluntariado e de colocação “au pair”, que visa melhorar as disposições aplicáveis aos nacionais de países terceiros que são investigadores, estudantes do ensino superior, estudantes do ensino secundário, estagiários não remunerados e voluntários, bem como aplicar disposições comuns a duas novas categorias de nacionais de países terceiros, os estagiários remunerados e “au pair”. Considerada pela Comissão e pelo Serviço Europeu para a Ação Externa como uma das poucas vias de imigração legal passíveis de ser apresentada aos parceiros africanos aquando da Cimeira de La Valetta, as negociações aceleraram sob a égide da Presidência luxemburguesa, tendo sido obtido um acordo político.

FUNDO PARA O ASILO, A MIGRAÇÃO E A INTEGRAÇÃO

A Comissão Europeia notificou o Estado português, a 25 de março de 2015, da aprovação, pela reunião de Colégio de Comissários do Programa Nacional de Portugal com vista a receber apoio financeiro do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), integrado no Quadro Financeiro Plurianual para o período 2014-2020.

A contribuição máxima do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração disponível para Portugal é de 33,9 milhões de euros, sendo composta por um montante de base de 32,7 milhões de euros e um montante suplementar de 1080 mil euros para o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Programa de Reinstalação da União e para a transferência de beneficiários de proteção internacional.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA CIVIL

O objetivo das Presidências letã e luxemburguesa centrou-se no avanço e adoção de iniciativas legislativas na área das empresas e do cidadão europeu. Portugal apoiou as matérias discutidas, não só pelo estímulo que permitem dar à atividade económica das suas empresas, como pela criação de um verdadeiro espaço judicial europeu que promova o gozo efetivo do direito de circulação.

Tomando em consideração o acordo político alcançado com o Parlamento Europeu em 2014, o Conselho JAI de março adotou a sua posição, em primeira leitura, aprovando a reformulação do Regulamento (CE) n.º 1346/2000 relativo aos processos de insolvência. Portugal votou favoravelmente.

Mais tarde, o Conselho JAI de dezembro adotou o Regulamento que altera o Regulamento (CE) n.º 861/2007 que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante e o Regulamento (CE) n.º 1896/2006 que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento. O objetivo foi o de simplificar os processos, adaptando-os às novas tecnologias, bem como reduzir os seus custos e a sua duração.

O Conselho de dezembro confirmou o acordo político sobre a proposta de regulamento relativo à promoção da livre circulação dos cidadãos através da simplificação da aceitação de certos documentos públicos na União Europeia. Registe-se o voto favorável de Portugal, que se congratulou com a dispensa de legalização e outras formalidades de certos documentos públicos.

Quanto às propostas de regulamento relativas à competência, lei aplicável e ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

parcerias registadas, o Conselho JAI de dezembro não conseguiu a unanimidade necessária para a sua adoção. Face a esta dificuldade, a Presidência do Luxemburgo iniciou contactos para estabelecer uma cooperação reforçada.

Portugal foi um dos EM que solicitaram o recurso à cooperação reforçada, por considerar imperativo completar o acervo jurídico da União em matéria de direito da família com regras de Direito Internacional Privado sobre os regimes patrimoniais dos cônjuges e parceiros. Está em causa, mais uma vez, a efetivação de um espaço judicial capaz de proporcionar uma verdadeira liberdade de circulação.

Finalmente, o Conselho adotou sete decisões que autorizaram certos EM a aceitar, no interesse da União Europeia, a adesão de Singapura, Andorra, Albânia, Marrocos, Rússia, Seicheles e Arménia à Convenção de Haia de 1980 sobre os aspetos civis do rapto internacional de crianças. Esta autorização é necessária em virtude da competência externa exclusiva da União nesta matéria.

Portugal encontra-se entre os EM autorizados a aceitar a mencionada adesão. Consequentemente, o sistema de obrigações e de cooperação entre Estados Contratantes, que visa garantir o regresso imediato das crianças ilicitamente deslocadas ou retidas, alargar-se-á, reforçando o compromisso europeu (e o compromisso nacional) de proteção dos direitos das crianças.

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA PENAL

A cooperação judiciária em matéria penal centrou-se, sobretudo, na negociação de instrumentos jurídicos nas áreas da proteção dos direitos dos cidadãos, investigação e ação penal e estabelecimento de regras mínimas relativas a infrações e sanções penais.

Foi adotada a Decisão do Conselho que autoriza os EM a ratificar, no interesse da União Europeia, o Protocolo de 2014 à Convenção sobre o trabalho forçado, de 1930, da Organização Internacional do Trabalho no tocante aos artigos 1.º a 4.º do Protocolo no que diz respeito a questões relacionadas com a cooperação judiciária



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

em matéria penal. Estão em causa obrigações em matéria de proteção das vítimas de crimes.

A proposta de diretiva relativa ao apoio judiciário provisório para suspeitos ou arguidos privados de liberdade e ao apoio judiciário em processos de execução de mandados de detenção europeus, assim como, a proposta de regulamento que cria a Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (EUROJUST)⁸¹ tiveram a sua abordagem geral aprovada pelo Conselho JAI de março. Seguiu-se a fase de negociações com o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia (trílogos) ainda por concluir.

Quanto à diretiva, Portugal pugnou para que este futuro instrumento respeitasse os mais elevados padrões em matéria de direitos fundamentais, uma vez que a sua disciplina tem implicações no direito de acesso a um advogado.

A proposta de regulamento EUROJUST, por sua vez, também mereceu a concordância de Portugal em virtude da modernização do quadro jurídico, do aumento de eficiência, eficácia e redução da sobrecarga administrativa para os seus elementos.

De registar, também, o consenso político alcançado pelos Ministros da Justiça quanto à proposta de diretiva relativa ao reforço de certos aspetos de presunção de inocência e do direito de comparecer em tribunal em processo penal e quanto à proposta de diretiva relativa a garantias processuais para os menores suspeitos ou arguidos em processo penal, cujas negociações, em sede de trílogos, prosseguiram ao longo de 2015.

Pela importância que poderá assumir na luta contra os crimes lesivos dos interesses financeiros da União Europeia, importa dar nota da proposta de regulamento que institui uma Procuradoria Europeia, assim como da proposta de diretiva relativa à

⁸¹ Esta proposta de regulamento revoga e substitui a Decisão 2002/187/JAI que criou inicialmente o EUROJUST.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da União através do direito penal.

No que diz respeito à Procuradoria Europeia, registaram-se debates nas sessões do Conselho JAI de junho, outubro e dezembro, tendo a proposta de regulamento sido percorrida artigo a artigo, o que evidencia a sensibilidade da matéria e a dificuldade de se obter a necessária unanimidade sobre todo o articulado. Apesar do apoio dado pelos Estados-membros quanto à criação deste organismo que será de grande utilidade na defesa dos interesses financeiros da UE e no combate à fraude, não chegaram, porém, a ser alcançadas as abordagens gerais parciais que constituíam os objetivos das Presidências letã e luxemburguesa.

As negociações continuarão a decorrer ao longo de 2016 sobre o regime de relacionamento da Procuradoria Europeia com outros organismos, com os EM não participantes e Estados terceiros, assim como sobre o financiamento da Procuradoria e a organização dos respetivos recursos humanos

Portugal apoiou, desde o início, a proposta de regulamento na expectativa de que a Procuradoria Europeia viesse a contribuir para um combate mais eficaz aos crimes lesivos dos interesses financeiros da União Europeia. Não obstante, Portugal tem suscitado várias dificuldades de índole constitucional e internacional ao longo das negociações, que se prendem, sobretudo, com a autonomia dos Magistrados do Ministério Público.

No Conselho JAI de junho foi adotada uma abordagem geral relativamente à proposta de diretiva sobre a proteção dos interesses financeiros.

Em 8 de setembro de 2015, o Tribunal de Justiça deliberou, no processo C-105/14 (Taricco), que os “interesses financeiros da União” a que faz referência o artigo 325.º TFUE devem comportar o IVA, pelo que se gerou uma fratura negocial pois, ao passo que alguns EM pretendem que o IVA seja abrangido pelo campo de aplicação da diretiva, no que são apoiados pelo Parlamento Europeu e pela Comissão, outros



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

pretendem precisamente o oposto. De facto, no Conselho JAI de outubro, alguns EM apoiaram a inclusão da matéria, outros declararam apoio à inclusão somente para infrações graves e outros, ainda, favoreceram a total exclusão do IVA do domínio de aplicação da diretiva. Posteriormente, no Conselho JAI de dezembro, a maioria dos EM demonstrou-se relutante, tendo-se chegado à conclusão que se deveria clarificar o âmbito e o impacto fiscal da fraude em matéria de IVA e explorar a ligação entre a possível disposição em matéria de IVA na diretiva e a sua relação com o regulamento que institui a Procuradoria Europeia.

Portugal tem, ao longo do processo negocial, entendido que os crimes relativos ao IVA não devem ser incluídos no âmbito de aplicação da futura diretiva por se tratar de um imposto cuja receita, em todas as suas fases, continua a revestir um interesse predominantemente nacional.

No contexto alargado da prevenção e do combate ao terrorismo, a Comissão Europeia apresentou, em dezembro, uma proposta de diretiva relativa à luta contra o terrorismo (que substitui a Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho relativa à luta contra o terrorismo), tendo anunciado que o início das negociações ocorreria em 2016.

Em matéria de avaliações mútuas, no contexto do mecanismo criado pela Ação Comum 97/827/JAI, de 5 de dezembro de 1997, teve início a avaliação de Portugal sobre o tema da “aplicação prática e a operacionalização das políticas europeias em matéria de prevenção e combate à cibercriminalidade”, tema escolhido pelo Grupo de Trabalho sobre Questões Gerais e Avaliações (GENVAL), do Conselho da UE. A visita da equipa de avaliadores teve lugar entre os dias 10 e 13 de novembro, esperando-se que o relatório apenas seja discutido e aprovado em 2016.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO V

COOPERAÇÃO POLICIAL

Os atentados terroristas ocorridos em Paris, Bruxelas e Copenhaga no início de 2015 reforçaram a urgência da promoção e do fortalecimento da cooperação operacional relativa à segurança interna na UE. Neste sentido, com base na Comunicação da Comissão intitulada "Agenda Europeia para a Segurança"⁸², o Conselho JAI de junho adotou conclusões sobre a Estratégia Renovada de Segurança Interna da UE para 2015-2020, definindo as prioridades neste domínio para os próximos anos.

O combate ao terrorismo foi alçado a objetivo primaz da UE, tendo sido definida uma nova abordagem quanto à sua execução, por via da qual a intervenção dos Ministérios da Justiça ganha acrescida importância, assim como os contributos das diversas agências dedicadas ao combate à criminalidade e à cooperação operacional.

As mesmas conclusões dão prioridade à prevenção, ao combate, ao recrutamento, à radicalização e ao financiamento relacionado com o terrorismo, atribuindo especial atenção ao fenómeno dos combatentes terroristas estrangeiros, ao reforço da segurança nas fronteiras por via de controlos sistemáticos e coordenados com base em avaliações de risco, bem como à melhor integração dos aspetos internos e externos da luta contra o terrorismo⁸³.

A implementação da Estratégia Renovada de Segurança Interna foi uma das prioridades da UE ao longo do 2.º semestre, salientando-se o papel central do Comité Permanente para a Cooperação Operacional em matéria de Segurança

⁸² COM (2015) 185 final. Apresentada em 28 de abril, a Agenda identifica as seguintes três grandes prioridades da segurança europeia: i) combate ao terrorismo e ao fenómeno dos combatentes terroristas estrangeiros; ii) combate à criminalidade transnacional grave e organizada; e iii) luta contra a cibercriminalidade.

⁸³ Sobre a matéria do terrorismo em específico, ver o Capítulo VI.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Interna (COSI), enquanto responsável pelo seu desenvolvimento, execução e acompanhamento.

Os ataques terroristas e o atentado no comboio Thalys em 21 de agosto revelaram a necessidade de reforçar a utilização dos meios de prevenção e de combate ao tráfico de armas de fogo. Neste contexto, a Comissão apresentou uma proposta de revisão da Diretiva 91/477/CEE, relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas de fogo. As negociações foram iniciadas em novembro e encontram-se em curso no Conselho, prosseguindo em 2016.

Em paralelo, a Comissão adotou o Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2403, de 15 de dezembro, o qual estabelece orientações comuns em matéria de normas e técnicas de desativação a fim de garantir a inutilização irreversível das armas de fogo desativadas. Portugal concorda com a necessidade de realização de progressos no domínio do combate ao tráfico ilícito de armas de fogo, através da melhoria da troca de informação e da harmonização da legislação UE em matéria de desativação.

Destaque ainda para a aprovação, pelo Conselho JAI de dezembro, do texto de compromisso acordado com o Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação e a Formação Policial e que revoga as Decisões 2009/371/JAI e 2005/681/JAI (Regulamento EUROPOL), o qual permitirá a adoção formal deste instrumento pelos legisladores nos próximos meses. Este novo projeto, que conta com o apoio de Portugal, traduz-se numa revisão ambiciosa do mandato da EUROPOL, cumprindo os requisitos impostos pelo TFUE, de modo a que aquela estrutura assumira um papel de charneira no intercâmbio de informações entre as autoridades policiais dos EM.

Refira-se por fim que, de acordo com a evolução das prioridades para a cooperação policial operacional e com vista a melhorar a segurança da UE através da aplicação de uma nova abordagem em matéria de formação para os agentes das autoridades de aplicação da lei, foi criada em 2015 a Agência da União Europeia para a Formação Policial (CEPOL), que substitui e sucede à Academia Europeia de Polícia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Luta contra a Droga

A Comissão apresentou, em dezembro, uma proposta de decisão do Conselho para sujeitar a nova substância psicoativa 1-fenil2-1(1-pirrolidin-1-il)-pentan-1-one (α -pirrolidinovalerofenona, α -PVP) a medidas de controlo e a sanções penais pelos EM, dado o facto de a sua toxicidade aguda poder causar graves danos à saúde humana.

Portugal tem vindo a trabalhar com empenho na aplicação da Estratégia da UE de Luta contra a Droga e do Plano de Ação da UE de Luta Contra a Droga 2013-2016, designadamente através do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2016.

Portugal participou ativamente nos trabalhos de concertação de posições da UE com vista à participação nos fóruns das Nações Unidas, nomeadamente a 58.^a sessão da Comissão de Estupefacientes (CND), ocorrida em 2015, a 59.^a sessão da CND e a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGASS) sobre drogas, ambas a realizar em 2016.

Paralelamente, deu o seu contributo para o Mecanismo de Coordenação e Cooperação sobre Drogas UE/Comunidade de Estados Latino-Americanos e das Caraíbas (CELAC), que decorreu em fevereiro, assim como na Conferência da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) que ocorreu em setembro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VI

LUTA CONTRA O TERRORISMO

Os vários atentados terroristas perpetrados em solo europeu durante o ano de 2015 conferiram uma importância acrescida ao tema da prevenção e do combate ao terrorismo, ao mesmo tempo que evidenciaram a ameaça representada pelos combatentes terroristas estrangeiros e os perigos inerentes ao seu regresso. Além disso, a atual crise migratória tornou patentes os desafios relacionados com o controlo de fronteiras, chamando a atenção para a possibilidade de infiltração de jihadistas entre os refugiados/migrantes, bem como para a necessidade de evitar a radicalização destes últimos.

A agenda interna da UE em matéria de combate ao terrorismo foi dominada pelos seguintes temas: i) a prevenção e a luta contra a radicalização e o recrutamento para o terrorismo, incluindo a luta contra a utilização da Internet para a promoção do extremismo violento que conduz ao terrorismo; ii) a partilha de informação, incluindo através da EUROPOL e da EUROJUST; iii) o reforço do controlo de fronteiras, tendo em vista a monitorização e a deteção das deslocações dos combatentes terroristas estrangeiros; iv) o combate ao tráfico ilícito de armas de fogo⁸⁴; v) a segurança dos meios de transporte; vi) o combate ao financiamento do terrorismo; vii) as negociações com vista à adoção da diretiva que permitirá a instituição de um sistema europeu de registo de dados dos passageiros (Diretiva PNR⁸⁵); e viii) a apresentação da proposta de Diretiva da Comissão sobre a Luta contra o Terrorismo, a qual deverá substituir a atual Decisão-Quadro sobre a mesma matéria.

⁸⁴ A Comissão apresentou, em novembro de 2015, um pacote legislativo sobre a matéria, cuja negociação se encontra em curso.

⁸⁵ "Passengers Name Record".



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Na vertente externa, a agenda da UE abordou as seguintes temáticas: i) acompanhamento da situação e da ameaça terrorista em áreas geográficas específicas como África Ocidental, Ásia Central, Corno de África, Península Arábica, Sahel, Sudeste Asiático e, com especial enfoque, na Tunísia, Afeganistão, Paquistão, Egito, Iraque, Síria, Líbia, Líbano e Jordânia; ii) definição das principais prioridades da UE em matéria de contraterrorismo e relacionamento com os principais fóruns multilaterais como a Coligação Internacional contra o ISIL/D'aesh, o Comité de Peritos sobre Terrorismo do Conselho da Europa (CODEXTER), o Centro de Excelência de Comunicações Estratégicas da NATO/OTAN, o Comité Contra o Terrorismo do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CTED) e o Fórum Global de Contra Terrorismo (GCTF); iii) desenvolvimento de Diálogos políticos com o Conselho de Cooperação do Golfo, Índia, Tunísia e Nações Unidas; iv) revisão do conceito de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) tendo presente a relação entre desenvolvimento e segurança; e v) definição e consolidação das posições da UE em relação ao Combate ao Extremismo Violento (CVE) e radicalização, combatentes terroristas estrangeiros e prevenção do financiamento do terrorismo.

O Conselho aprovou duas decisões relativas à assinatura pela Comissão, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção do Terrorismo e do respetivo Protocolo Adicional, no que se refere às matérias que sejam competência da União.

Portugal partilha da preocupação sentida nas esferas europeia e internacional relativamente ao flagelo do terrorismo e defende o aprofundamento das capacidades dos instrumentos existentes ao nível europeu de prevenção e luta contra o terrorismo, em todas as suas vertentes.

Neste contexto, Portugal apoiou a necessidade de reforçar a cooperação operacional entre os EM da União Europeia e com as agências relevantes de Estados parceiros, plasmada na declaração conjunta dos Ministros do Interior e da Justiça presentes em Paris, em 11 de janeiro de 2015.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No Conselho Informal de Ministros da Justiça e Assuntos Internos, realizado em Riga, no mês de janeiro, os ministros debateram o terrorismo e outros temas concretos ligados a este fenómeno. Foi aprovada uma declaração conjunta centrada em medidas tendentes a prevenir e combater o fenómeno terrorista, nas suas várias vertentes.

Portugal apoiou as conclusões sobre o reforço da resposta da justiça penal à radicalização conducente ao terrorismo e ao extremismo violento, aprovadas no Conselho JAI extraordinário de novembro.

Foi ainda obtido acordo político sobre a proposta de diretiva relativa à utilização dos registos de identificação de passageiros para efeitos de prevenção, deteção, investigação e ação penal das infrações terroristas e das formas graves de criminalidade (Diretiva PNR). Esta Diretiva prevê a criação de Unidades de Informação de Passageiros (UIP) pelos EM. Em Portugal cabe à Polícia Judiciária a responsabilidade de liderar o processo de instalação dessa Unidade.

Em fevereiro, Portugal aprovou uma Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo estruturada em torno de cinco objetivos, a saber: detetar, prevenir, proteger, perseguir e responder⁸⁶. Além disso, foi revista a legislação nacional relevante para efeitos de prevenção e combate ao terrorismo, nomeadamente para fazer face ao fenómeno dos combatentes terroristas estrangeiros e combatentes regressados, dando assim cumprimento à Resolução 2178 (2014) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

⁸⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015 publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2015.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VII

PROTEÇÃO CIVIL E GESTÃO DE CATÁSTROFES

Em 2015, a UE iniciou a discussão sobre a implementação do novo Quadro de Ação para a Redução do Risco de Catástrofes⁸⁷, o qual definiu quatro áreas prioritárias de ação para o período 2015-2030:

- Compreender o risco de catástrofes – as políticas e as ações devem ser baseadas na compreensão do risco em toda a sua dimensão;
- Fortalecer a governação na gestão do risco de catástrofes – a gestão do risco deve ser feita ao nível nacional, regional e local;
- Investir na redução do risco de catástrofes em prol da resiliência – o investimento público e privado na prevenção e na redução do risco através da adoção de medidas estruturais e conjunturais é essencial para garantir a resiliência económica, social e cultural das pessoas, das comunidades e dos países e seus respetivos bens;
- Melhorar a preparação face a catástrofes para uma resposta efetiva e para "reconstruir melhor" ("Build Back Better") na fase de recuperação, reabilitação e reconstrução – o rápido aumento do risco de catástrofes, incluindo o aumento da exposição das pessoas e dos bens, uma vez combinado com a experiência do passado, indica que é necessário reforçar a resposta a catástrofes e antecipar cenários de forma a garantir uma efetiva reposição da situação.

Portugal foi um dos Estados subscritores deste plano de ação pós-2015, estando as ações nacionais a desenvolver nos próximos anos em concordância com as referidas prioridades.

De salientar que a UE contribuiu para a discussão ocorrida durante a 3.^a Conferência Mundial para a Redução do Risco de Catástrofes, através da adoção no Conselho JAI

⁸⁷ Adotado na 3.^a Conferência Mundial das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes, realizada em março, na cidade japonesa de Sendai.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

de março de conclusões sobre a inclusão das pessoas com deficiência nas estratégias de gestão de catástrofes.

Na segunda metade de 2015, em resposta às necessidades urgentes provocadas pelo afluxo sem precedentes de refugiados e migrantes, o Mecanismo de Proteção Civil da UE foi acionado para prestar apoio e assistência à Hungria, à Sérvia, à Eslovénia, à Croácia e à Grécia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VIII

RELAÇÕES EXTERNAS

CIMEIRA DE LA VALETTA

A Cimeira de La Valetta, encontro ao mais alto nível que reuniu cerca de 30 países europeus e 30 países africanos realizado em 11 e 12 de novembro, inseriu-se no quadro das medidas previstas na Agenda Europeia para as Migrações, no âmbito da cooperação com os relevantes países terceiros de origem e de trânsito e outros parceiros estratégicos, tendo em vista o reforço da cooperação em matéria de combate aos fluxos migratórios irregulares e ao tráfico de seres humanos, bem como uma abordagem mais abrangente às causas profundas dos fenómenos migratórios.

Da Cimeira resultou a adoção de uma Declaração Política e de um Plano de Ação e a criação de um Fundo Fiduciário de emergência da União Europeia para a África.

À margem da Cimeira foi assinada a Declaração Política que estabelece a Agenda Comum para a Migração e Mobilidade UE-Etiópia.

Portugal considera fundamental uma abordagem global concertada com os países africanos, nomeadamente ao nível do combate às causas profundas das migrações, do tráfico de seres humanos e na proteção dos refugiados. Neste pressuposto, Portugal reconheceu a importância desta iniciativa e defendeu que os resultados da Cimeira sejam alicerçados nos processos regionais (Rabat e Cartum) e na Estratégia UE-África, em particular no seu Diálogo sobre Migrações. Portugal contribuiu com 250 mil euros para o Fundo Fiduciário.

PROCESSO DE RABAT

O Processo de Rabat, pela sua experiência acumulada na gestão das questões associadas aos fluxos migratórios, esteve profundamente envolvido na preparação da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Cimeira de La Valetta, tendo igualmente um papel relevante a desempenhar na implementação das medidas aí adotadas.

Na reunião do Comité de Pilotagem (COPIL) do Processo de Rabat, que decorreu no Porto a 1 de dezembro, foi anunciado o Plano de Monitorização do Porto aprovado na "Senior Officials Meeting" do dia seguinte, que será uma ferramenta de trabalho para monitorizar a implementação do Plano de Ação de La Valetta.

Na reunião do COPIL de 15 e 16 de abril, realizada em Lisboa, foi decidido endereçar um convite a São Tomé e Príncipe com vista a uma eventual associação deste país lusófono ao Processo de Rabat, tendo a referida SOM de 2 de dezembro já contado com a participação daquele país.

PROCESSO DE CARTUM

No contexto do Processo de Cartum, foi lançado, a 9 de junho, o Programa Regional de Proteção e Desenvolvimento para o Corno de África. Portugal participou na primeira reunião de Alto Nível que teve lugar em Londres, a 24 de novembro, na qual foi abordada a execução da Declaração da Cimeira de La Valetta e o respetivo Plano de Ação.

TURQUIA

No quadro do diálogo com países terceiros no contexto da resposta à crise migratória e de refugiados destaca-se igualmente o diálogo com a Turquia.

A contrapartida europeia para a adoção pela Turquia de um mais rigoroso controlo de fronteiras consubstanciou-se na celebração de um Plano de Ação, que prevê um mecanismo financeiro no valor de 3 mil milhões de euros (ver Título IV, Capítulo XIII), para além da dinamização das negociações de alargamento (ver Título II).

Em particular, no 3.º Pacote de medidas da Agenda Europeia para as Migrações consta a recomendação para o estabelecimento de um Esquema Voluntário de Admissão Humanitária com a Turquia, tendo em vista, por um lado, uma partilha equitativa de responsabilidade na proteção dos refugiados sírios deslocados na



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Turquia e, por outro, uma redução sustentável do número de pessoas que atravessam irregularmente o território turco rumo à UE.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A cooperação no domínio JAI assumiu um crescente protagonismo no diálogo bilateral, principalmente a partir de meados de 2015. O Conselho JAI UE-EUA reuniu por duas vezes, em junho, em Riga, em novembro, em Washington, para abordar a cooperação transatlântica nos domínios do combate ao terrorismo e ao crime transnacional. Em junho, foi adotada uma declaração conjunta intitulada “Enhancing transatlantic cooperation in the area of Justice, Freedom and Security”, que reiterou os termos da declaração de 2009, que definiu o âmbito da cooperação transatlântica neste domínio para um período de cinco anos.

A proteção de dados também foi abordada. Com efeito, a União Europeia teve oportunidade de realçar a sua satisfação pela introdução no Congresso Americano da “Judicial Redress Bill” e o seu desejo em avançar as negociações do Acordo “Umbrella” dada a importância destas matérias para os cidadãos da União e para o Parlamento Europeu. Por outro lado, em matéria de transmissão de dados, o acórdão lavrado no processo C-362/14 do TJUE, de 6 de outubro de 2015 (acórdão “Schrems”) constituiu um desenvolvimento importante ao vincular a UE a negociar com os EUA um acordo abrangente em matéria de troca de dados pessoais, que substitua o atual “status quo”, baseado na decisão da Comissão Europeia (invalidada pelo Tribunal de Justiça) que declarou os princípios “Safe Harbour”, aprovados pela Administração americana, como conferindo proteção adequada nesta matéria.

Mais ainda foi notado que, embora haja o compromisso europeu de contornar os escolhos levantados pelo acórdão “Schrems” ao acordo “Safe Harbour”, também do lado americano deverão ser empreendidos esforços no sentido de facilitar este desiderato. Os Estados Unidos, contudo, mantêm-se relutantes, uma vez que consideram ter um sistema adequado de proteção de dados.



S. R.
 MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Por seu turno, no capítulo da cooperação em matéria penal, ambas as partes fizeram uma avaliação positiva dos acordos que regem esta matéria, embora reconheçam a necessidade de serem mais eficazes na troca de informações relativas ao terrorismo e ao tráfico de seres humanos. Na cooperação em matéria civil, ambos expressaram o desejo de progredir na cooperação do “Projeto Sentenças” – projeto destinado à celebração, no seio da Conferência da Haia88, de uma Convenção (de Direito internacional privado) relativa à competência internacional dos tribunais, reconhecimento e execução de decisões estrangeiras no âmbito de processos transfronteiriços na área civil e comercial.

RÚSSIA

Durante o ano de 2015, os contactos entre a UE e a Rússia mantiveram-se reduzidos a reuniões de carácter técnico (diálogo sobre migração, comité misto de readmissão), em consequência do congelamento das relações UE-Rússia provocado pela crise ucraniana.

Portugal considera que a Rússia continua a ser um parceiro estratégico importante, com quem a UE deverá manter abertos canais de diálogo em diversas áreas, incluindo no domínio da justiça e assuntos internos.

PARCERIA ORIENTAL

No que diz respeito aos países da Parceria Oriental (PO), em janeiro realizou-se, em Riga, a segunda reunião dos Ministros da Justiça e Assuntos Internos da UE e da PO. Em maio teve lugar, também em Riga, a 4.^a Cimeira da Parceria Oriental. A Declaração conjunta conferiu especial destaque às questões relativas à mobilidade e aos vistos e reafirmou a importância de alcançar progressos nos domínios do Estado de Direito, independência do sistema judicial e prevenção e luta contra a corrupção. No capítulo dos diálogos sobre vistos, a Comissão apresentou, em maio e em dezembro, relatórios sobre a aplicação dos Planos de Ação para a Liberalização de

⁸⁸ Organização Mundial destinada ao desenvolvimento do Direito internacional privado.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Vistos (PALV) entre a UE, a Geórgia e a Ucrânia. No último relatório sobre cada um dos países, a Comissão considerou que a Geórgia e a Ucrânia tinham cumprido todos os indicadores relativos à segunda fase da aplicação dos respetivos PALV, pelo que tenciona propor, no início de 2016, a alteração do Regulamento (CE) n.º 539/2001 do Conselho, que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação.

Ainda no contexto dos países da PO, tiveram início, no decorrer de 2015, as negociações para o estabelecimento de uma Parceria para a Mobilidade UE-Bielorrússia.

Portugal tem vindo a acompanhar o relacionamento entre a UE e os países da PO na área JAI, com particular destaque para as questões relacionadas com a mobilidade e os vistos. Não sendo a liberalização de vistos com estes países uma prioridade para nós, consideramos que a mesma só deverá ter lugar quando forem cumpridos todos os requisitos dos PALV e estiverem reunidas todas as condições para uma mobilidade bem gerida e segura. Por essa razão, e também pela necessidade de a UE cumprir os seus procedimentos internos para isentar os cidadãos de um país terceiro da obrigação de visto, não é possível definir um calendário para a liberalização de vistos com os países da PO. Consideramos também que cada país da Parceria Oriental deverá ser avaliado individualmente, de acordo com os seus méritos. Para além disso, tendo em conta a experiência com outros países que já beneficiaram da liberalização de vistos, afigura-se-nos que deverão ser previstos mecanismos de salvaguarda para fazer face a eventuais situações de abuso/súbitos fluxos migratórios decorrentes da liberalização de vistos.

NIGÉRIA

Foi assinada, a 12 de março de 2015, a Declaração Política que estabelece a Agenda Comum para a Migração e Mobilidade UE-Nigéria. Portugal é EM signatário, defendendo a relevância do desenvolvimento da cooperação da União com este país.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

AGENDA COMUM PARA AS MIGRAÇÕES E MOBILIDADE UE-BRASIL

No âmbito da Agenda Comum para as Migrações e Mobilidade (AGMM) UE-Brasil, foi lançada uma “cal” pela Comissão Europeia para um projeto destinado a apoiar a sua implementação, nomeadamente através do intercâmbio de informações e da realização de estudos relevantes sobre migração e mobilidade, bem como a capacitação e formação das autoridades brasileiras de acordo com os padrões e melhores práticas da UE e internacionais, em torno dos quatro pilares da UE neste domínio: promoção da migração legal e mobilidade; prevenção e combate da migração irregular e tráfico de seres humanos; migração e desenvolvimento; e proteção internacional.

Perante a relevância estratégica de uma liderança nacional do consórcio coordenador desse projeto de apoio, foi formalizada a candidatura de Portugal, em agosto, e assinado o Contrato Financeiro no valor de 3 milhões de euros, em dezembro. As atividades previstas terão início a 1 de março de 2016 e decorrerão por um período de 36 meses.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO VI

AÇÃO EXTERNA

As relações externas regionais e bilaterais da União Europeia continuaram a ser dominadas pelos acontecimentos na sua vizinhança. Se no ano anterior, a vertente leste dominou grande parte da agenda externa, em 2015 o foco centrou-se na vertente sul, assistindo-se ao agravamento dos conflitos na Síria e Líbia, com efeitos a nível regional com o aumento da insegurança, dos atos terroristas e crescente fluxo migratório que atingiu níveis críticos. A pressão na fronteira sul da UE foi sentida, igualmente, pelos países candidatos, nomeadamente os da rota dos Balcãs.

Uma vez que traduzem uma alteração do ambiente geopolítico e estratégico, estes acontecimentos obrigaram a União a refletir sobre as suas consequências e exigiram uma enorme concentração e coordenação de esforços entre as dimensões interna e externa da resposta europeia para fazer face aos problemas políticos e humanitários a eles associados. Tal não impediu que se prosseguisse uma linha de compromisso e de cooperação com os vários parceiros estratégicos em matérias de interesse comum e global, designadamente nas áreas da segurança, das migrações, do clima, da energia e do comércio. Portugal apoiou a estratégia seguida.

Na dimensão comercial e de investimento, destacam-se as negociações da parceria transatlântica TTIP, com o capítulo do investimento a refletir já a reforma do mecanismo de resolução de litígios investidor/Estado, assim como a conclusão do acordo com o Vietname. De referir também que a adoção da nova estratégia “Trade for All” visando uma atuação mais eficaz, transparente e assente nos valores da União Europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal continuou a defender acordos globais e ambiciosos que conduzam a uma efetiva abertura de mercados e condições de concorrência equitativa para as empresas da UE, em especial as PME. Procurou também apoiar as empresas nacionais quer em processos de defesa comercial, quer para a resolução de barreiras em mercados de países terceiros relevantes.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em 2015 no quadro das Nações Unidas, constitui um plano para a ação global abrangendo as dimensões económica, social e ambiental, bem como a promoção de sociedades pacíficas e estáveis, com uma forte dimensão Direitos Humanos e de combate às desigualdades. Estes grandes objetivos, centrados nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias, deverão ser implementados por todos os países e organizações, incluindo Portugal e a União Europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM (PESC)

INSTRUMENTO PARA A ESTABILIDADE E A PAZ (IEP)

Foi implementado o Programa de Ação Anual 2015, que dispunha de um envelope financeiro de 25 milhões de euros para utilização em projetos financiados no âmbito do art.º 4.º (prevenção de conflitos, consolidação da paz e preparação para situações de crise) e de 64 milhões de euros para utilização em ações no âmbito do art.º 5º (assistência em face de ameaças globais, transregionais e emergentes) do regulamento que institui o IEP. O Comité do IEP aprovou sete ações no âmbito do art.º 4.º, sublinhando-se a que visou o reforço das capacidades de resposta às crises por parte da Liga dos Estados Árabes e dos seus Estados membros. O Comité do IEP aprovou também 6 ações no âmbito do art.º 5º, destacando-se o programa “Infraestruturas Críticas – rotas marítimas críticas no Golfo da Guiné”, que cobre a região costeira do Senegal a Angola e pretende contribuir para o desenvolvimento e a boa governação.

Ao longo do ano, foram desenvolvidos esforços para envolver as autoridades nacionais na implementação dos projetos financiados pelo IEP. Foi dado um apoio particular à ação relativa às rotas marítimas críticas no Golfo da Guiné e à inclusão, entre os beneficiários dos cinco Estados membros da CPLP localizados nesta área, alguns dos quais Estados arquipélagos com grandes dificuldades para garantir a segurança do seu espaço marítimo.

Para a execução deste instrumento, no período 2014-2017, Portugal é de novo parceiro num consórcio internacional liderado pela “Expertise France” (EF), como especialista nos projetos relacionados com as infraestruturas críticas na área marítima, participando no Projeto CRIMGO no Golfo da Guiné. Após a decisão sob a reorientação do projeto, foram efetuadas ações de treino e formação na região, quer



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

nos Estados alvo da intervenção, quer nas academias marítimas das regiões de Acra e de Abidjan, respetivamente no Gana e na Costa do Marfim. Por sua vez, o mesmo consórcio iniciou em julho a implementação do projeto CRIMARIO, com o objetivo de desenvolver a governação operacional e capacitação no “Indian Ocean Rim”, estendendo-se esta intervenção do Corno de África ao estreito de Malaca. A intervenção nacional centrou-se na implementação dos princípios de partilha de informação desenvolvidos da UE.

SANÇÕES

O ano de 2015 ficou marcado pela adoção dos instrumentos jurídicos que deverão permitir o alívio do regime sancionatório imposto pela União Europeia ao Irão respeitante ao dossiê nuclear e pela imposição de medidas restritivas ao Burundi. Teve igualmente lugar a habitual revisão dos regimes sancionatórios impostos à Bielorrússia, Birmânia/Myanmar, Bósnia e Herzegovina, Costa do Marfim, Egito, Irão, República da Guiné, Moldova, Síria, Tunísia, Ucrânia/Rússia e Zimbabué; e a alteração dos regimes sancionatórios impostos à República Democrática do Congo, Iémen, Libéria, Líbia, República Centro Africana, Somália e Sudão do Sul.

Nos debates havidos nestas matérias, Portugal defendeu a necessidade de garantir a solidez jurídica das medidas restritivas e o recurso a uma argumentação sólida e juridicamente robusta, em particular no que respeita às designações (identificação das pessoas a que se aplicam as medidas restritivas), elementos essenciais para salvaguardar a credibilidade do regime europeu na sua globalidade.

Isso mesmo foi reconhecido pelo Tribunal Geral da União Europeia que, num acórdão relativo a medidas restritivas impostas à Ucrânia (Processo Andriy Portnov v. Conselho, T-290/14, de 26.10.2015), anulou os atos jurídicos impugnados respeitantes ao recorrente. O Tribunal concluiu que a inclusão do nome do recorrente na lista não respeitava os critérios de designação fixados pelos atos jurídicos impugnados, uma vez que os factos alegados na exposição de motivos não tinham fundamento suficientemente preciso e concreto. Ademais, atendendo aos



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

elementos de prova apresentados pelo Conselho, designadamente ao facto de o registo da investigação judicial a que foi sujeito o designado ser posterior à data de adoção da designação, o Tribunal considerou incorreta a própria formulação dos motivos de designação.

Esta decisão assume especial importância na medida em que: i) pode influenciar processos ainda pendentes, nomeadamente as designações feitas ao abrigo de regimes de medidas restritivas por desvio de fundos (Egito, Tunísia e Ucrânia); ii) coloca a questão do nível de exigência de prova que o Tribunal defende dever existir desde o momento inicial da designação e que pode ser muito difícil ao Conselho garantir, em particular a necessidade de as provas estarem produzidas antes da data da designação; e iii) implica retirar lições para o futuro, devendo o Conselho estar consciente dos riscos em reagir de imediato a situações de mudança de regime político e aplicar medidas de congelamento de fundos com a rapidez com que o fez no caso da Ucrânia.

Particularmente quanto ao Irão, registaram-se os seguintes desenvolvimentos:

- Em abril, em Lausanne, foram acordados “parâmetros-chave” para a redação do que se veio a designar Plano de Ação Conjunto Global – PACG (“Joint Comprehensive Plan of Action” – JCPOA);
- Em julho, em Viena, o Grupo E3+3⁸⁹, com o apoio da Alta-Representante, e o Irão alcançaram uma solução global, duradoura e pacífica para a questão nuclear iraniana, consignada no PACG. Nesta data, a suspensão das medidas restritivas, que vigora desde 20 de janeiro de 2014, foi prorrogada por mais 6 meses, até 14 de janeiro de 2016;
- A 18 de outubro (data de entrada em vigor do PACG – o designado “Adoption Day”), a UE adotou instrumentos jurídicos que preveem o levantamento das medidas restritivas económicas e financeiras no domínio nuclear, nomeadamente: a remoção de alguns nomes incluídos na lista de designados; o alívio das restrições impostas no setor financeiro, bancário e de seguros, no setor energético (petróleo, gás e indústria petroquímica), no setor dos transportes, incluindo a atividade de construção naval, e no

⁸⁹ França, Reino Unido, Alemanha + China, Rússia e EUA.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

comércio de ouro e outros metais preciosos, notas e moedas cunhadas, metais e suportes lógicos. Contudo, os referidos instrumentos jurídicos apenas produzirão efeitos a partir do “Implementation Day”, dia (ainda incerto) que marcará o início da primeira fase de implementação do PACG, e que ocorrerá a partir da data em que o Conselho tiver constatado que o Diretor-Geral da Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA) apresentou um relatório ao Conselho de Governadores da AIEA e ao CSNU, que confirma que o Irão tomou as medidas especificadas nos pontos 15.1 a 15.11 do Anexo V do PACG. A data de aplicação será publicada no mesmo dia no Jornal Oficial da União Europeia. Até então, o regime restritivo permanece em vigor;

- Assinale-se que, em caso de incumprimento significativo dos compromissos assumidos pelo Irão, as medidas restritivas serão repostas (princípio de “snap-back”); por outro lado, o PACG não tem qualquer impacto sobre o regime restritivo respeitante ao dossiê de Direitos Humanos imposto pela UE, permanecendo o mesmo em vigor.

O trabalho na área das sanções incidiu particularmente na revisão e atualização do documento sobre as “Melhores Práticas da UE para a implementação eficaz de medidas restritivas”, tendo a versão mais recente sido adotada em junho. Prosseguiu ainda a reflexão sobre as medidas a adotar tendo em vista melhorar o procedimento de transposição para o ordenamento jurídico europeu de medidas restritivas da ONU.

No quadro da atividade das autoridades nacionais competentes, Portugal disponibilizou informações relativas a diversos regimes restritivos, com especial destaque para os regimes impostos à Ucrânia/Rússia e ao Irão, prestou esclarecimentos aos setores privado e público sobre a interpretação a dar aos instrumentos sancionatórios, emitiu pareceres sobre a conformidade de determinados contratos e operações comerciais e financeiras com as medidas restritivas e analisou pedidos de autorização de transferências de fundos de e para o Irão.

POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA

Os conflitos, as ameaças e a instabilidade na vizinhança imediata e alargada da UE afetam significativamente a paz e a segurança europeia e reforçam a interligação entre a dimensão interna e externa da segurança da Europa. A UE e os Estados-



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

membros são chamados a assumir responsabilidades acrescidas em matéria de segurança e defesa e enfrentam inúmeros desafios a este nível, que exigem uma visão estratégica comum e uma resposta conjunta.

Neste contexto, destaca-se o papel da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) na ação externa da UE. Através da PCSD e de outras políticas e instrumentos, a União Europeia e os seus Estados-membros têm um papel fundamental a desempenhar neste domínio, tendo por base a Abordagem Global da UE⁹⁰ em matéria de prevenção e gestão dos conflitos externos.

No decorrer de 2015 a área da PCSD foi objeto de particular atenção do Conselho e do Conselho Europeu, tendo este último, nas conclusões de junho, assumido o compromisso de a debater regularmente.

O Conselho Europeu conferiu um impulso estratégico à PCSD, ao pugnar por uma clara orientação para resultados, por um maior desenvolvimento das capacidades e sinergias civis e militares e pelo reforço da indústria de defesa europeia, incluindo através das PME.

Os Chefes de Estado ou de Governo recordaram, ainda, a necessidade de:

- O orçamento da UE garantir um financiamento adequado das ações preparatórias da investigação no domínio da PCSD, abrindo o caminho a um eventual futuro programa de investigação e tecnologia no domínio da defesa;
- Incentivar uma maior e mais sistemática cooperação europeia no domínio da defesa, no sentido de criar capacidades essenciais;
- Mobilizar os instrumentos da UE para ajudar a fazer face às ameaças híbridas;

⁹⁰ Esta abordagem abrange todas as fases de um ciclo de conflito ou de outras crises externas, desde o alerta precoce e a preparação, a prevenção de conflitos, a resposta e a gestão de crises até à recuperação rápida, à estabilização e à consolidação da paz.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- Intensificar parcerias nesta área com a ONU, a NATO, a OSCE e a União Africana e bem assim com os países parceiros para a prevenção e a gestão de crises, através de projetos concretos de criação de capacidades.

Em linhas gerais, estas conclusões traduzem as principais preocupações de Portugal, reafirmadas, no quadro da preparação do Conselho Europeu, tanto no contributo nacional (“Position Paper”) como no contributo conjunto dos Ministros da Defesa de Portugal e Espanha. Estes contributos centram-se na cooperação com as organizações internacionais, em especial a NATO, nas relações com os parceiros, no desenvolvimento de capacidades civis e militares, no fortalecimento da indústria de defesa europeia, na Estratégia UE de Segurança Marítima e nos sistemas de reação rápida.

Merece igual destaque o processo de reflexão em curso para a revisão da Estratégia Europeia de Segurança, tendo a Alta-Representante apresentado, em junho, o documento estratégico intitulado “A UE num Ambiente Global em Mutação: um mundo mais interligado, contestado e complexo”, que lançou o exercício de elaboração de uma Estratégia Global da UE para a Política Externa e de Segurança, a ser apresentada ao Conselho Europeu até junho de 2016.

Portugal tem participado ativamente neste processo, nomeadamente através da apresentação de contributos escritos contendo as prioridades nacionais nas várias áreas abrangidas pela futura Estratégia Global e participação nos vários fóruns europeus onde esta temática é tratada. Portugal defende uma Estratégia Global que reúna as dimensões da ação externa, de segurança e de defesa da UE e que, nomeadamente, formule orientações estratégicas para fortalecer a PCSD e aprofundar a cooperação em matéria de segurança e defesa na Europa.

Portugal contribuiu, em particular, para a Estratégia de Segurança Marítima e a Estratégia para o Golfo da Guiné, sendo de destacar o contributo que apresentou, juntamente com a Dinamarca, Espanha e França (“Non Paper”), para uma cooperação multilateral para reforçar a segurança marítima na região.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No âmbito das missões e operações de gestão de crises, Portugal apoiou o lançamento⁹¹ da Operação Militar da União Europeia na zona sul do Mediterrâneo central (EUNAVFOR MED, mais tarde rebatizada Operação SOPHIA) que visa o desmantelamento das redes de introdução clandestina de migrantes e de tráfico de pessoas naquela zona do Mediterrâneo.

Portugal apoiou igualmente o lançamento da Missão de Aconselhamento Militar da União Europeia na República Centro-Africana (EUMAM RCA)⁹² para a reforma do setor de segurança, na qual participou com elementos das Forças Armadas.

Portugal participou, pese embora os constrangimentos financeiros, nas seguintes missões e operações militares no âmbito da PCSD: i) Operação naval da UE de combate à pirataria no Corno de África (EUNAVFOR Atalanta); ii) Missão de treino militar da UE para a formação das Forças de Segurança somalis (EUTM Somália); iii) Missão de treino militar da UE para a formação das Forças de Segurança no Mali (EUTM Mali); e iv) Missão militar PCSD de monitorização e aconselhamento na República Centro-Africana (EUMAM RCA).

Será ainda de realçar o reforço da participação de Forças Armadas portuguesas em missões coordenadas pela Agência europeia FRONTEX, onde se empenharam durante o ano meios navais e aéreos para a vigilância de fronteiras, num esforço de combate à imigração ilegal e às suas causas (ver Título V, capítulo II).

No âmbito da Força de Gendarmeria Europeia/EUROGENDFOR, Portugal participou na Missão da União Europeia de Assistência à Gestão Integrada das Fronteiras na Líbia (EUBAM Líbia) e na Missão de Assistência Fronteira da União Europeia para o Posto de Passagem de Rafah (EUBAM Rafah).

O final do ano foi marcado pelas implicações da invocação pela França, após os atentados terroristas em Paris em 13 de novembro, da cláusula de defesa mútua,

⁹¹ Decisão (PESC) 2015/778 do Conselho de 18 de maio de 2015.

⁹² Decisão (PESC) 2015/78 do Conselho de 19 de janeiro de 2015.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

nos termos do artigo 42.º, n.º 7 do TUE, segundo a qual se um Estado-membro for alvo de agressão armada no seu território, os outros Estados-membros devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance. Tratou-se da primeira vez que esta cláusula foi invocada por um Estado-membro da UE e o respetivo apoio por parte de Portugal foi discutido bilateralmente com as autoridades francesas. Portugal, à semelhança de outros Estados-membros, revelou disponibilidade para colaborar no reforço das missões PCSD em África onde se encontravam empenhados meios franceses, permitindo a consequente libertação destes para as ações militares de combate ao “Daesh” no Médio Oriente.

Por último, de relevar o empenhamento do Conselho, do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) e da Agência de Defesa Europeia (EDA) juntamente com os Estados-membros na procura por resultados tangíveis no que respeita à edificação e desenvolvimento das capacidades de defesa, através da utilização de soluções cooperativas. No âmbito das iniciativas de “Pooling & Sharing” da EDA, Portugal participou no exercício “European Airlift Transport Training” (EATF/EATT) na área do transporte tático e estratégico, e na iniciativa “Joint Deployable Exploitation and Analysis Laboratory” (JDEAL), projeto para formação na área do C-IED⁹³ reutilizando o equipamento empregue nas operações do Afeganistão e na “Maritime Surveillance Networking” (MARSUR), rede que possibilita a partilha de informação, tanto no modo básico como no automatizado.

DESARMAMENTO GLOBAL, NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO MACIÇA E CONTROLO DE TRANSFERÊNCIAS DE ARMAMENTO CONVENCIONAL

Em matéria de Armas de Destruição Maciça (ADM), a UE não foi capaz de se impor na Conferência de Revisão do Tratado Não Proliferação (TNP), que decorreu em maio, que, por seu turno, não foi capaz de acordar um texto final. A temática das

⁹³“Counter – Improvised Explosive Devices”.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

consequências humanitárias do uso de armas nucleares (HINW) assumiu visível relevo na discussão sobre desarmamento nuclear e suscitou divergências profundas entre os Estados-Parte. Portugal, que participara ativamente na preparação da Conferência, pautou-se sempre por uma política de consenso evitando os extremismos, tendo sido acompanhado por uma larga maioria de Estados-membros.

Portugal partilhou as posições da UE relativamente ao programa nuclear iraniano, ao programa de destruição de armas químicas na Síria e ao acompanhamento da situação na Península da Coreia.

Portugal participou com peritos nas reuniões da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, da Produção e do Armazenamento das Armas Bacteriológicas (Biológicas) ou Tóxicas e sobre a sua Destruição (BTWC) e, ainda em matéria de segurança biológica, apoiou os esforços dos Estados-membros (em particular da Finlândia) na promoção da “Global Health Security Agenda”.

As questões relativas ao armamento convencional foram acompanhadas com particular atenção, desde logo na primeira conferência de Estados-Parte do Tratado sobre o Comércio de Armas (“Arms Trade Treaty” – ATT) tendo, com outros Estados membros da UE, procurado ressaltar uma posição de contenção de custos.

Com base numa análise casuística, Portugal aplica de modo criterioso a Posição Comum 2008/944/PESC nas suas exportações de armamento convencional, bem como de armas ligeiras e de pequeno calibre. Portugal cumpre os sete critérios da referida Posição Comum, elencados na Lista militar comum que foi transposta para o ordenamento jurídico português pelo Decreto-lei nº 52/2015, de 15 de abril.

O nosso país mantém ainda contacto permanente com os demais EM sobre matérias de exportação de armamento convencional, articulando-se assim no quadro da legalidade da UE e nacional.

Com a aplicação de novos procedimentos de licenciamento, nomeadamente das Licenças Gerais e Globais, o controlo geral “ex post” assume cada vez mais



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

relevância, a par do controlo caso a caso “ex ante”, o que obriga a um esforço adicional nacional para o efeito, no controlo e supervisão dos operadores económicos e, da parte destes, um esforço adicional ao nível do controlo interno.

Portugal esteve ao lado dos seus parceiros da UE apoiando a sua entrada nos regimes de controlo de exportações, designadamente no Arranjo de Wassenaar e no MTCR (“Missile Technology Control Regime”).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Portugal participou ativamente nos trabalhos da União Europeia de acompanhamento e coordenação de posições nos diversos órgãos das Nações Unidas sediados em Nova Iorque, Genebra e Viena, trabalhos que se concluíram por um acordo sobre as prioridades da UE para a 70.^a sessão da Assembleia Geral. As áreas prioritárias identificadas são: (i) revisões relativas à manutenção da paz e segurança; (ii) não proliferação e desarmamento; (iii) contra terrorismo; (iv) agenda pós-2015; (v) alterações climáticas; (vi) direitos humanos e direito internacional; (vii) proteger o espaço humanitário; (viii) questões de género; (ix) assuntos de cibernautica – manter o ciberespaço aberto, livre e seguro; (x) reforma das Nações Unidas e aumento da eficácia; e (xi) reforço das parcerias multilaterais. Estas prioridades, aprovadas pelo Conselho dos Negócios Estrangeiros de junho, contribuíram para uma maior coerência, eficácia e visibilidade da ação externa da UE no plano multilateral.

ORGANIZAÇÃO PARA A SEGURANÇA E A COOPERAÇÃO NA EUROPA (OSCE)

Em 2015, a Presidência em exercício da OSCE foi assumida pela Sérvia no quadro do que possivelmente terá constituído a mais aguda crise da segurança europeia desde o fim da Guerra Fria – a situação na Ucrânia. A UE procurou apoiar os esforços da Presidência para a criação de uma “agenda positiva” e para encontrar uma solução diplomática que restaure a paz e a estabilidade na Ucrânia, no respeito pela soberania e integridade territorial do país. O trabalho da OSCE e da Presidência sérvia em exercício acabariam por, em grande medida, centrar-se na gestão desta



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

crise, com um forte apoio da União Europeia. Portugal partilhou esta posição, no entendimento de que esta organização se tem revelado essencial na procura de uma solução diplomática e negociada para a crise. Em 2015, a contribuição portuguesa para a Missão de Monitorização Especial na Ucrânia (SMM) ascendeu a 329 mil euros e, a 31 de dezembro, estavam destacados no terreno sete monitores nacionais.

CONSELHO DA EUROPA

Portugal tem encorajado a concertação da UE com o Conselho da Europa, com vista ao aproveitamento de sinergias entre as duas organizações. Nesse âmbito, a UE tem assumido um papel relevante no apoio ao Centro Norte-Sul (CNS). Esta entidade, sediada em Lisboa, e cujo Diretor-Executivo é português, encetou negociações com a Comissão Europeia com vista à assinatura de um acordo, para o período de 2016-2019, que lhe faculte o acesso a financiamento para as suas atividades, nomeadamente no que refere aos programas de educação para a cidadania global e tendo como destinatários, sobretudo, os grupos das mulheres e dos jovens.

DIREITOS HUMANOS

Portugal participou empenhadamente na coordenação da atuação da UE nos principais fóruns multilaterais de direitos humanos no âmbito das Nações Unidas, nomeadamente na 3.^a Comissão da 70.^a sessão da Assembleia Geral, no Conselho de Direitos Humanos (CDH), na 59.^a sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher e na 53.^a Comissão para o Desenvolvimento Social do Comité Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

Na 3.^a Comissão da 70.^a AGNU, Portugal foi o representante da UE (“burdensharer”) nas negociações da resolução de iniciativa do México sobre proteção dos migrantes e da resolução apresentada por Cuba sobre o direito à alimentação

Portugal empenhou-se nas negociações das resoluções de iniciativa da UE sobre: i) direitos da criança, apresentada juntamente com o Grupo da América Latina e das Caraíbas (GRULAC); ii) liberdade de religião e crença; iii) situação de direitos



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

humanos na Coreia do Norte, apresentada juntamente com o Japão; e iv) situação de direitos humanos em Myanmar.

Portugal envolveu-se, igualmente, de forma ativa nas negociações de outras resoluções consideradas prioritárias para a UE sobre a situação de direitos humanos na Síria e no Irão.

No CDH, Portugal empenhou-se na aprovação de resoluções de iniciativa da UE – liberdade de religião ou crença, direitos da criança; Myanmar e Coreia do Norte e Bielorrússia –, bem como nas negociações de outras resoluções consideradas prioritárias para a UE – Síria, Sudão, Sudão do Sul, Iémen, Burundi e, em termos temáticos, direitos da mulher e igualdade de género, direitos dos migrantes, orientação sexual e identidade de género, racismo, terrorismo e direitos humanos.

Na sessão de março do CDH, Portugal foi “burdensharer” da UE nas negociações da resolução de iniciativa da Argélia sobre pessoas albinas e na sessão de junho/julho, em colaboração com a Delegação da UE em Genebra, da resolução brasileira sobre racismo e democracia.

No quadro da UE, Portugal empenhou-se na negociação do 2.º Plano de Ação da UE para os Direitos Humanos e Democracia, aprovado pelo Conselho de Negócios Estrangeiros de julho. Acompanhou os diálogos sobre direitos humanos que a UE mantém com países terceiros e participou em diligências lideradas pelas Delegações UE em países terceiros sobre questões de direitos humanos (pena de morte, prioridades da UE para as sessões do CDH e para a 3.ª Comissão da 70.ª AGNU).

Enquanto Presidência local da UE em São Tomé e Príncipe, Portugal apresentou, em dezembro, o segundo relatório de implementação da Estratégia de direitos humanos da UE para aquele país.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

COMITÉ DA UE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE KIMBERLEY DE CERTIFICAÇÃO DE DIAMANTES (SCPK)

Portugal integrou a delegação da União Europeia à reunião intersessional e à reunião plenária do Processo de Kimberley, realizadas em Luanda sob a Presidência angolana.

Portugal estabeleceu, em 2015, uma Autoridade Certificadora de Diamantes, que se tornou a 7.^a Autoridade Certificadora da União Europeia e se encontra em pleno funcionamento.

DIREITO DO MAR (COMAR)

Foi assegurada ao longo do ano uma participação ativa nos trabalhos relativos ao Direito do Mar, sempre que necessário em coordenação com diferentes entidades nacionais, tendo presente a defesa dos interesses de Portugal na preparação das posições da UE em importantes negociações, nomeadamente, no âmbito das Nações Unidas. Tal como no ano passado, foi dado particular destaque às discussões sobre a futura negociação de um Acordo de Implementação da Convenção das NU sobre o Direito do Mar sobre a conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha em áreas para além da jurisdição nacional, matéria de especial interesse para um país como Portugal, detentor de recursos biológicos marinhos únicos cuja proteção, conservação e utilização será influenciada pelas regras estabelecidas nas áreas limítrofes para além da jurisdição nacional.

AGRICULTURA (AGRI-FAO)

Como membro do Conselho da FAO, cujo mandato terminou em 2015, Portugal contribuiu para a posição coordenada da UE no acompanhamento do trabalho da FAO focado na luta contra a fome e na segurança alimentar, sem contudo perder de vista a necessidade de implementação de medidas de rigor financeiro e orçamental daquela Agência. Particular atenção foi dada também ao debate sobre a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

representação da UE na FAO, que visa reforçar o papel da UE nas organizações das Nações Unidas.

PROTOCOLO PARA A ELIMINAÇÃO DO COMÉRCIO ILÍCITO DE PRODUTOS DO TABACO

Em 2015 Portugal tornou-se o terceiro Estado-membro da UE a concluir a ratificação do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco, aprovado na Conferência das Partes da Convenção-Quadro da OMS para a Luta Antitabagismo (Seul, República da Coreia, novembro de 2012). Atualmente são quatro os EM da UE que já procederam à ratificação deste instrumento jurídico.

Além disso, Portugal continuou a acompanhar o debate em Bruxelas quanto à aprovação do Protocolo por parte da UE e à forma como, associada a essa decisão, será estabelecida a distribuição de competências entre a UE e os Estados-membros nesta matéria.

REDE DE DIPLOMACIA VERDE

Portugal participou nos trabalhos da Rede de Diplomacia Verde (GDN – “Green Diplomacy Network”), constituída pelos responsáveis pelo acompanhamento das questões ambientais nos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos Estados-membros da UE. A GDN concentrou-se na aplicação do Plano de Ação da UE para a Diplomacia Climática na perspetiva de preparar com êxito a 21.^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, que viria a culminar no Acordo de Paris em dezembro de 2015.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

RELAÇÕES EXTERNAS REGIONAIS E BILATERAIS⁹⁴

ESPAÇO ECÓNOMICO EUROPEU

O Acordo do Espaço Económico Europeu (EEE) continuou a revelar-se mutuamente benéfico para as partes contratantes, possibilitando uma maior integração do mercado interno entre a UE e os Estados da EFTA membros do EEE.

Em troca do livre acesso ao mercado interno, a Noruega, o Liechtenstein e a Islândia contribuem para a redução das disparidades sociais e económicas na UE, através do Mecanismo Financeiro do EEE. Adicionalmente, a Noruega contribui para o Mecanismo Financeiro próprio. Portugal apenas beneficia do Mecanismo Financeiro do EEE; no período 2009-2014 foram disponibilizados cerca de 58 milhões de euros, estando em curso os programas objeto de financiamento.

Em julho, e ao fim de mais de um ano de difíceis negociações, foram rubricados pelos Estados EFTA membros do EEE os projetos de acordos sobre os Mecanismos Financeiros para o período de 2014-2021 e os protocolos bilaterais sobre as disposições especiais aplicáveis a determinados peixes e produtos da pesca oriundos da Noruega e da Islândia. Aguarda-se ainda a aprovação final por parte dos Estados-membros.

Portugal defendeu o alinhamento do Mecanismo Financeiro do EEE com a Política de Coesão, nomeadamente com os critérios para a determinação dos beneficiários e da chave de repartição, e apelou a uma célere conclusão dos trabalhos de forma a não comprometer o período de implementação.

Relativamente à liberalização do acesso ao mercado de peixe e produtos da pesca oriundos da Noruega e da Islândia, Portugal opôs-se a qualquer aumento das

⁹⁴ Inclui as relações comerciais bilaterais e regionais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

quotas/contingentes para importação, a direito zero, de bacalhau salgado seco (produto final) e de salmão fumado ou em conserva, por considerar que tal cedência contribuiria para uma “asfixia” da atividade industrial com repercussões negativas ao nível da criação de riqueza e do emprego.

Em setembro foram rubricados os acordos entre a UE e a Islândia sobre o reforço da liberalização do comércio de produtos agrícolas e a proteção das indicações geográficas. Portugal entende que estes acordos vão contribuir para garantir o bom funcionamento dos procedimentos comerciais e, no mesmo sentido, reiterou a necessidade de acelerar o processo negocial com a Noruega sobre estes mesmos temas.

Foi assinado em outubro o Protocolo de Alteração do Acordo entre a Comunidade Europeia e o Liechtenstein que prevê medidas equivalentes às da Diretiva 2003/48/CE relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros. Portugal apoiou as alterações propostas, por estarem alinhadas com as normas da OCDE para a troca automática de informações e por reconhecer a sua importância no combate à fraude e à evasão fiscais. As novas disposições entram em vigor em 2016.

SUÍÇA

O relacionamento da UE com a Suíça continua numa encruzilhada, na sequência dos desenvolvimentos da política suíça, em particular do referendo de 9 de fevereiro de 2014, sobre a iniciativa popular "Contra a imigração em massa", em que o eleitorado votou a favor da reintrodução de quotas e da preferência nacional. O futuro desta relação vai depender da solução a encontrar para a questão da livre circulação.

Confrontado com a recusa da UE para renegociar o Acordo de Livre Circulação de Pessoas, o Governo suíço tem prosseguido uma estratégia a dois níveis com vista a superar o impasse: internamente procura formas de implementar as mudanças exigidas pelo referendo até fevereiro de 2017; e externamente pretende garantir a



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

continuidade das relações com a UE através do aprofundamento da abordagem de cariz setorial⁹⁵. No sentido de sensibilizar os Estados-membros para esta problemática, deslocaram-se a Lisboa o Secretário de Estado das Migrações (abril) e o Presidente do Conselho Nacional (em junho).

Recorde-se que, se por um lado a UE se reservou o direito de pôr termo às negociações institucionais e às relacionadas com o mercado interno caso a Suíça não honre os compromissos que lhe incumbem por força do Acordo de Livre Circulação de Pessoas e dos restantes acordos celebrados com a UE, por outro, as autoridades helvéticas anunciaram, no início de dezembro, que na falta de acordo, iriam impor unilateralmente limites quantitativos aos cidadãos da UE, com efeitos a partir de março de 2016.

Quanto ao quadro institucional comum para os acordos existentes e futuros ao abrigo dos quais a Suíça participa no mercado interno, não foi ainda possível alcançar uma plataforma de entendimento que não ponha em causa os acordos UE/Suíça. Caso não se encontre uma solução mutuamente aceitável, a UE terá de ativar a “cláusula de guilhotina”⁹⁶.

Portugal considera que a aplicação dos resultados do referendo é incompatível com o princípio da livre circulação de pessoas, ameaça comprometer a essência das relações entre UE e a Suíça e suscita dúvidas quanto à sua associação ao acervo de Schengen e de Dublin e quanto à sua participação em certos programas comunitários. A livre circulação de pessoas é um pilar fundamental da política da UE

⁹⁵ Para além do Acordo de Comércio Livre de 1972, o relacionamento UE/Suíça desenvolve-se, essencialmente, com base em cerca de 120 acordos setoriais bilaterais. Embora a abordagem setorial tenha permitido uma cooperação mais estreita em alguns domínios, a multiplicidade de acordos tem tornado a relação bastante complexa e permitido à Suíça negociar caso-a-caso, aproveitando apenas o que lhe é mais favorável.

⁹⁶ Foi assinado em junho de 1999 o pacote Bilaterais I que é composto por sete acordos no âmbito da liberdade de circulação de pessoas, dos mercados públicos, do reconhecimento da avaliação da conformidade, da investigação e desenvolvimento, da agricultura e dos transportes aéreos, terrestres e ferroviários. Estes Acordos estão ligados por uma disposição – cláusula de guilhotina – que assegura a entrada em vigor simultânea de todos os acordos e prevê a cessação de todos eles, no caso de um deles ser denunciado ou não reconduzido.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

e o mercado interno e as suas quatro liberdades são indivisíveis. Portugal apoiou, assim, a criação de um quadro institucional comum, que assegure a homogeneidade e certeza jurídica no mercado interno, e tem reiterado a urgência de um entendimento sobre esta matéria.

Portugal viu com apreensão o adiar do início das negociações sobre a renovação da contribuição financeira helvética para reduzir as disparidades económicas e sociais na UE, como contrapartida dos benefícios que a Suíça tem com a sua participação no mercado interno. Estas negociações deverão ser encetadas rapidamente.

Portugal acolheu com satisfação a assinatura, em 27 de maio, do Protocolo de Alteração do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Suíça que prevê medidas equivalentes às previstas na Diretiva 2003/48/CE Conselho relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros. O novo texto visa melhorar o cumprimento das obrigações fiscais com base na troca recíproca e automática de informações e está alinhado com as normas da OCDE nesta matéria. Entrará em vigor em 2017.

ANDORRA, MÓNACO E SÃO MARINO

As relações da UE com estes Estados continuaram a caracterizar-se por um elevado nível de estabilidade e cooperação. Em março, foram formalmente iniciadas as negociações para celebrar um ou vários Acordos de Associação entre a UE e Andorra, São Marino e Mónaco. A decisão de se celebrar um único acordo ou três acordos distintos dependerá da evolução das negociações, da decisão institucional das partes e das informações concretas sobre o que os três países têm em comum.

Portugal tem apoiado este processo por entender ser importante garantir a homogeneidade na aplicação do acervo e o bom funcionamento do mercado interno, mas respeitando as especificidades de cada um destes três países. Defende: que sejam contempladas as questões fiscais, financeiras e bancárias, essenciais na prevenção da fraude, e que contribuirão para aumentar a transparência; que a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

abertura do mercado interno seja feita de forma progressiva; e que os acordos bilaterais com Portugal sejam adaptados ao futuro quadro jurídico.

Portugal acolheu também com satisfação o acordo assinado em dezembro com São Marino destinado a melhorar o cumprimento das obrigações fiscais e a combater a evasão fiscal, obrigando à troca automática de informações. A aplicação provisória deste Acordo está prevista para 1 de janeiro de 2016. Aguarda-se que um Acordo similar seja concluído com Andorra e com o Mónaco.

BALCÃS OCIDENTAIS

Colocam-se ainda múltiplos desafios aos Balcãs Ocidentais (BO) para que possam avançar de forma credível na sua integração europeia, nomeadamente em matéria de reforma administrativa e judicial e na luta contra a corrupção e crime organizado. Acresce que nenhum destes países possui ainda uma economia de mercado e a maioria enfrenta problemas em matéria das reformas económicas e sociais necessárias para garantir uma maior competitividade, a criação de emprego e a consolidação orçamental.

Em 2015, todos os países do Alargamento apresentaram Programas de Reforma Económica relativos aos objetivos macroeconómicos a médio prazo e política fiscal e, no caso dos BO, também sobre as suas reformas estruturais. Com base na análise feita pela Comissão e nas suas recomendações, os Ministros das Finanças, em conjunto com estes países, adotaram em maio recomendações sobre as reformas necessárias para apoiar o crescimento e a competitividade a longo prazo.

O impasse no processo de adesão à UE da Antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM) e o agravamento da crise política suscitaram um intenso debate nas diferentes instâncias do Conselho e a adoção de diversas conclusões sobre este país⁹⁷. Em junho, as quatro maiores formações políticas na ARJM conseguiram, com o apoio do Comissário Hahn e de eurodeputados, chegar a um acordo sobre um

⁹⁷ DS 8038/15 de 21.4.15 e 10166/15 de 23.6.15.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

pacote de medidas para sair da grave crise. Este acordo foi posteriormente confirmado através de Protocolo firmado em 15 de julho. Muito embora a Comissão tenha recomendado, pela sétima vez, a abertura de negociações de adesão fê-lo, todavia, sob condição dos progressos na implementação daqueles acordos. O Conselho nas suas conclusões acordou voltar a examinar esta abertura após as eleições de abril de 2016, posição que apoiámos.

No que se refere à Albânia, muito embora este país tenha efetuado alguns progressos com vista a cumprir as prioridades estabelecidas pela Comissão para que haja lugar à abertura de negociações, estes não foram considerados suficientes, em particular no que toca à reforma do sistema judicial e à luta contra a corrupção e crime organizado, para que o início das negociações possa ser equacionado.

Em outubro, foi assinado o Acordo de Estabilização e de Associação (AEA) UE-Kosovo, de natureza estritamente comunitária⁹⁸, que vem estabelecer o primeiro quadro contratual global para as relações políticas e económicas da UE com este país. O acordo tem como principal objetivo o aprofundamento das relações económicas e comerciais, estando prevista a criação progressiva de uma zona de comércio livre que deverá abranger tanto as mercadorias como os serviços, em consonância com os princípios da Organização Mundial do Comércio, após um período de transição em domínios específicos. São também previstas disposições em matéria de direito de estabelecimento, prestação de serviços, pagamentos correntes e circulação de capitais. O Kosovo assume o compromisso de harmonizar de forma progressiva a sua legislação com a da UE, nomeadamente em domínios essenciais do mercado interno.

⁹⁸ Resultante do facto de haver 5 EM que não reconhecem o Kosovo: Espanha, Grécia, Chipre, Roménia e Eslováquia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal secundou os apelos da UE⁹⁹ à resolução urgente da crise política no Kosovo resultante da obstrução dos trabalhos do Parlamento, bem como a condenação do uso de violência por elementos de partidos políticos da oposição. Congratulou-se com os progressos significativos¹⁰⁰ alcançados em 2015 no âmbito do Diálogo entre Belgrado e Pristina, facilitado pela UE.

O endosso pelo Parlamento da Bósnia e Herzegovina (BeH), em fevereiro de 2015, de um “compromisso escrito” assinado pelos 14 dirigentes políticos, no sentido da realização de várias reformas no quadro de uma candidatura de adesão à UE (reformas socioeconómicas, incluindo o “Compact for Growth and Jobs”, Estado de Direito e boa governação), veio permitir, que fosse “afastada” a pré-condição estabelecida em 2011 pelo Conselho¹⁰¹ e que o Acordo de Estabilização e Associação, assinado em 2008, entrasse em vigor no dia 1 de junho. Este país terá agora de realizar progressos sustentados adicionais na Agenda de Reforma adotada em julho e no cumprimento das obrigações que decorrem do Acordo de Estabilização e Associação para que consiga avançar na sua integração europeia.

Portugal entende fundada a preocupação da UE¹⁰² com a situação política na BeH, em particular na Entidade sérvia deste país, com o iniciar dos preparativos de um referendo, em desrespeito pela autoridade das instituições judiciais estatais. A realização de tal referendo poria em causa a coesão, a soberania e a integridade

⁹⁹ Ver Conclusões do Conselho da UE sobre Alargamento e Processo de Estabilização e Associação, de 15.12.2015 (DS 15356/15).

¹⁰⁰ Em particular, os entendimentos alcançados em agosto sobre a implementação de quatro acordos importantes relativos a: energia; telecomunicações; criação de uma Associação/Comunidade de municípios de maioria sérvia no Kosovo; e liberdade de circulação/Ponte de Mitrovica (Kosovo). Ver “Statement by High Representative/Vice-President Federica Mogherini following the meeting of the EU-facilitated dialogue”, de 25.08.2015.

¹⁰¹ Recorde-se que a ausência de alinhamento da Constituição com a Convenção Europeia de Direitos do Homem e a implementação da Decisão Sejdic-Finci, de 2009, condicionou a entrada em vigor do AEA e um avanço efetivo na perspetiva europeia da BeH, tal como estipulado pelo Conselho nas suas conclusões de março de 2011.

¹⁰² Ver Conclusões do Conselho da UE sobre Alargamento e Processo de Estabilização e Associação, de 15.12.2015 (DS 15356/15); e Conclusões do Conselho sobre a Bósnia e Herzegovina, de 12.10.2015 (DS 12891/15).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

territorial do país, e prejudicaria os esforços da BeH para melhorar a sua situação socioeconómica e para progredir na aproximação à UE. Neste contexto, Portugal apoiou os apelos da UE no sentido de as deficiências remanescentes do sistema judicial da BeH serem resolvidas no âmbito do Diálogo Estruturado sobre justiça, que envolve a UE e as autoridades bósnias.

POLÍTICA EUROPEIA DE VIZINHANÇA (PEV)

A Vizinhança da União continuou a sofrer grande instabilidade, destacando-se pela sua gravidade os conflitos na Síria e na Líbia, com efeitos a nível regional, e o aumento da insegurança, de atos terroristas e do fluxo de refugiados para a Europa. O conflito na Ucrânia e a tensão nas relações da Ucrânia e da União com a Rússia marcaram também o ano.

A estabilidade na vizinhança tornou-se, assim, uma prioridade, impondo-se uma nova revisão desta política¹⁰³ por forma a adaptá-la mais à realidade de cada país vizinho, estabelecer parcerias mais eficazes e a integrar mais claramente os interesses estratégicos da União, em particular no que respeita às migrações, à segurança e à energia.

Na sequência da proposta de revisão da PEV pelo Presidente Juncker, foi lançada em dezembro de 2014 uma consulta que veio a ser amplamente participada pelos EM, países vizinhos, organizações internacionais, universidades e sociedade civil. Realizaram-se, além disso, duas reuniões ministeriais respetivamente com os vizinhos do sul, Reunião Ministerial Informal de Barcelona, abril, e do leste, Cimeira da Parceria Oriental, maio, nas quais Portugal participou. Concluiu-se que era necessário dotar esta política de objetivos e instrumentos que permitissem uma atuação da União mais realista e estratégica, em estreita articulação com a PESC/PESD, o reforço da diferenciação no relacionamento com cada vizinho, para ter

¹⁰³ Na sequência da proposta de revisão lançada pelo Presidente Juncker, uma comunicação conjunta foi adotada em 18 de novembro de 2015 (JOIN (2015) 50 Final).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

em conta as suas necessidades e objetivos, e os interesses da União. A diferenciação e a co apropriação pelos vizinhos, mas também pelos EM da UE, foram identificados como dois fatores essenciais para o desenvolvimento de parcerias eficazes.

Portugal participou ativamente e contribuiu com suas propostas para este processo de revisão. Em fevereiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros enviou uma carta à Alta-Representante e ao Comissário para a Política Europeia de Vizinhança defendendo uma PEV mais política e estratégica, tendo presente uma vizinhança em profunda mutação e os interesses da União. Defendeu, neste contexto, uma política única e una, o reforço da diferenciação consoante os objetivos acordados com cada vizinho e a manutenção da repartição leste/sul (1/3-2/3) dos recursos financeiros da União para esta cooperação. Defendeu, também, o apoio reforçado e urgente para o desenvolvimento da educação e de políticas dirigidas à juventude, para o contra terrorismo e o combate à radicalização, para o controlo das migrações e o reforço da mobilidade e para as políticas de energia, numa articulação eficaz com o apoio para a prossecução de reformas de mais longo prazo.

Em paralelo, o grupo do Mediterrâneo (Portugal, Espanha, França, Itália, Chipre, Malta e Grécia) atuou consistentemente para um resultado equilibrado deste debate ao nível do Conselho, concertando posições, quer a nível político, quer a nível diplomático. Em outubro, este grupo enviou um novo documento¹⁰⁴ com propostas para promover uma política mais estratégica e eficaz para a vizinhança, tendo em particular atenção os problemas e desafios que a vizinhança sul enfrenta e as suas repercussões na Europa.

As conclusões do Conselho Negócios Estrangeiros (CNE) elegeram a estabilidade política, económica e social como prioridade para os próximos anos. Estas conclusões estabelecem princípios e uma linha de orientação que está de acordo com a posição defendida por Portugal. Importa, contudo, garantir a sua correta aplicação no novo

¹⁰⁴ O primeiro foi enviado no final de 2014.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ciclo de implementação desta política, ciclo particularmente exigente face à magnitude e diversidade dos problemas que a Vizinhança europeia enfrenta.

MEDITERRÂNEO

O Mediterrâneo, e em especial o Magrebe, é uma região estratégica para a política externa portuguesa, na qual se jogam questões fundamentais tanto para a Europa (fluxos migratórios, terrorismo, tráficos ilícitos, entre outros), como para o relacionamento bilateral entre Portugal e cada um dos países da região. Nesse sentido, Portugal tem defendido o reforço do apoio da UE à Vizinhança Sul e, em particular, um maior compromisso e estreitamento das relações com a Tunísia, Marrocos e Argélia, que se assumem como parceiros estratégicos na região.

Acresce que enquanto EM da UE e defendendo o seu prestígio, veiculamos a ideia de que dificilmente será dada credibilidade à UE enquanto ator global importante se não conseguir manter um papel relevante no Mediterrâneo.

Portugal é um dos EM que mais tem pugnado por uma maior e melhor coordenação e complementaridade entre as políticas e organizações regionais de cooperação no Mediterrâneo – a Política Europeia de Vizinhança, o Diálogo 5+5¹⁰⁵, a União para o Mediterrâneo (UpM), o Fórum do Mediterrâneo e a União do Magrebe Árabe. No quadro da copresidência portuguesa do Diálogo 5+5, que terminou em outubro de 2015, Portugal procurou reforçar essa mensagem.

A nova Política Europeia de Vizinhança, mais focada em resultados e diferenciada, terá como prioridade fazer evoluir os diferentes relacionamentos com base nos interesses estratégicos de cada um e que sejam passíveis de trazer ganhos de interesse mútuo.

¹⁰⁵ Diálogo informal estabelecido entre Portugal, Espanha, França, Itália e Malta, de um lado, e Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia, do outro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Na linha da frente do apoio da UE esteve a Tunísia que representa o caso de sucesso de uma verdadeira revolução democrática, tendo iniciado a transição para um modelo de sociedade protetor das liberdades fundamentais e dos direitos humanos¹⁰⁶. É este facto que tem tornado o país no alvo do terrorismo, o que acrescenta mais desafios à sua ainda frágil transição democrática. Em face deste cenário, e em resposta às expetativas tunisinas, a UE decidiu mobilizar um ainda maior apoio relativamente à já reforçada assistência financeira que lhe tem vindo a ser concedida nos últimos dois anos, incluindo medidas excecionais de apoio à economia, o que tem resultado no aprofundamento e no reforço da cooperação. Destaca-se a proposta de regulamento apresentada pela Comissão relativa à introdução de medidas comerciais autónomas de emergência para a Tunísia que se consubstancia na concessão de um contingente pautal, unilateral e temporário, com isenção de direitos, de 35 mil toneladas anuais, para as exportações de azeite da Tunísia para a UE, a ser disponibilizado por um período de dois anos. O debate desta proposta de regulamento decorre no seio das instituições europeias onde tem havido grande sensibilidade e abertura para ajudar a Tunísia, embora acautelando possíveis distorções ou impactos negativos no mercado europeu. Esta é, aliás, a principal preocupação de Portugal, uma vez que o azeite tunisino é um concorrente do azeite produzido internamente. Não obstante, Portugal está disponível para trabalhar com vista a alcançar-se um compromisso final equilibrado.

Ao nível comercial refira-se ainda o início formal das negociações de um Acordo de Comércio Livre Alargado e Abrangente (DCFTA) com a Tunísia¹⁰⁷, acolhido por

¹⁰⁶ O Quarteto para o Diálogo Nacional da Tunísia foi agraciado com o prémio Nobel da Paz 2015, em reconhecimento do seu papel no processo de transição através da aposta no diálogo entre as forças islamitas e a oposição secular, garantindo a realização de eleições livres e a adoção de uma Constituição assente nos valores da democracia.

¹⁰⁷ Visa alargar a cobertura do Acordo de Associação a domínios como a convergência regulamentar, os serviços, os mercados públicos, a concorrência, os direitos de propriedade intelectual e a proteção do investimento, proporcionando uma maior integração da economia tunisina no mercado da UE. Refira-se que esta negociação figura entre as ações prioritárias que integram o plano estratégico de desenvolvimento 2016-2020 do Governo tunisino-



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal com grande interesse e expectativa, uma vez que, devido à proximidade geográfica, a Tunísia é um importante destino para as exportações nacionais. Presentemente cerca de 400 empresas portuguesas exportam para aquele mercado.

Quanto a Marrocos, país com o qual mantém excelentes relações bilaterais, Portugal é um defensor da relevância do seu papel para a estabilidade da região e encoraja o reforço do relacionamento da UE com este parceiro. Ambos os países copresidiram o Diálogo 5+5 até outubro, formato de diálogo político informal mas de cooperação sólida, ao qual é concedida grande importância.

Portugal fez-se representar ao nível ministerial na 13.^a Sessão do Conselho de Associação UE-Marrocos, realizada em dezembro, numa altura delicada na sequência da publicação do Acórdão do Tribunal de Justiça sobre um processo introduzido pela Frente Polisário que vem anular a Decisão do Conselho relativa à conclusão do Acordo em matéria de Agricultura e de Produtos da Pesca com Marrocos no que se refere à sua aplicação ao Sahara Ocidental.¹⁰⁸ Foi entretanto decidido que o Conselho avançaria com um recurso a esta Decisão do Tribunal. Marrocos reagiu num tom bastante crítico, como esperado, no entanto a própria realização da reunião do Conselho de Associação constituiu sinal público da solidez da vasta e firme parceria entre a UE e Marrocos.

Ao nível das relações comerciais, as negociações do DCFTA UE-Marrocos mantiveram-se num impasse, em resultado das autoridades marroquinas terem considerado necessário proceder a uma reflexão interna sobre o rumo das negociações que lhes permita estabelecer “red lines” sobre os diferentes elementos do futuro acordo. O mercado marroquino reveste-se de grande importância para Portugal na medida em que oferece boas oportunidades de negócio aos operadores

¹⁰⁸ Destaca-se o entendimento do Tribunal de que o Conselho, ao decidir sobre a conclusão de um Acordo com Marrocos suscetível de se aplicar ao Sahara Ocidental, deveria assegurar-se da não existência de indícios de uma exploração de recursos naturais daquele território sob controlo marroquino passível de ser feita em detrimento dos seus habitantes e dos seus direitos fundamentais. Para além disso considerou que o Conselho não deveria limitar-se a entender que tal verificação caberia a Marrocos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

nacionais ao nível de bens, serviços, contratos públicos e investimento. A proximidade geográfica e o quadro comercial existente são fatores determinantes para o interesse crescente das empresas portuguesas por aquele mercado, onde já operam mais de 160.

A relação com a Argélia tem-se mantido aquém das expectativas e a falta de compromisso argelino para com a UE no quadro atual implicará uma abordagem mais estratégica de ambas as partes. A Argélia abordou recorrentemente em 2015 a questão da revisão do Acordo de Associação, o qual considera não lhe ser benéfico, posicionamento que se deve em grande medida ao momento económico difícil que atravessa. Não obstante alguma estagnação ao nível económico e técnico, mantém-se um bom nível de relacionamento político, com um incremento da cooperação em matéria de segurança, nomeadamente ao nível do estabelecimento de um diálogo aprofundado da luta contra o terrorismo e na prevenção da radicalização. A cooperação nas áreas das migrações e da energia manteve também algum dinamismo.

Já as relações comerciais, no quadro do Acordo de Associação, foram afetadas pelo número crescente de entraves ao comércio que a Argélia tem vindo a impor, como é o caso da Lei argelina de Finanças que restringiu a livre circulação de produtos e alterou o regime dos investimentos estrangeiros da Argélia, introduzindo um fator de discriminação, a favor dos produtos e serviços locais. Portugal, que mantém forte interesse no reforço das relações da UE com este país, pela importância crescente que o mercado argelino assume, encarou esta situação com grande preocupação, dado que vários operadores nacionais viram o seu acesso ao mercado argelino dificultado, designadamente por barreiras técnicas ao nível do controlo de importação de produtos siderúrgicos.

Quanto à Jordânia e ao Líbano, Portugal apoiou inequivocamente o empenhamento da UE para com estes países que vivem desafios provenientes de um contexto regional volátil, no qual se inclui o conflito sírio, com impactos muito graves nas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

populações, quer ao nível social quer ao nível da segurança, situação agora agravada com as ameaças provenientes do terrorismo e do ISIS em particular.

O diálogo político em matéria de segurança e de luta contra o terrorismo com a Jordânia manteve-se consistente. Portugal acolheu o passo adicional dado no sentido da celebração de um Acordo de Comércio Livre Alargado e Abrangente (DCFTA) que representa a conclusão do exercício de “scoping” com a Jordânia. Prevê-se que as negociações tenham início no decorrer de 2016.

O Líbano, já fragilizado ao nível das instituições do Estado, foi um dos países mais afetados pelos efeitos colaterais da crise síria. O Fundo Fiduciário criado para fazer face à crise da Síria (Fundo Madad) num contexto alargado regional visa em primeira linha apoiar estes países, em particular garantindo melhores condições para as comunidades de acolhimento de refugiados sírios, apostando nas crescentes necessidades de resiliência face à precaridade, terreno fértil para a radicalização. Para além de contribuir de forma efetiva para evitar o aumento do fluxo migratório, colabora também para a promoção da estabilização e segurança. Portugal participa neste esforço, tendo contribuído para o Fundo Madad, sinalizando o seu compromisso para com a paz na região.

Portugal continuou a acompanhar o processo político e diplomático, bem como o drama humanitário na Síria e a dimensão geopolítica do conflito. O início da ação militar direta da Rússia no conflito sírio, sem articulação com a ação da Coligação internacional, liderada pelos EUA, na qual Portugal participa, mas apoiada e participada pelo Iraque, Síria, Irão e Hezbollah libanês, demonstrou que Moscovo procura evitar a eventual queda, “manu militari”, do regime, bem como preservar os seus interesses no país e na região. Registe-se, pelo seu alcance geopolítico, o derrube de um avião russo pela força aérea turca, na fronteira com a Síria. Na sequência dos atentados de Paris, França e Reino Unido associaram-se aos ataques contra alvos do ISIS na Síria, ao mesmo tempo que se registaram, no final de 2015, novos desenvolvimentos na frente diplomática, com as reuniões de Viena I e II, para



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

o lançamento de um processo negocial alargado, com base no Comunicado de Viena, que Portugal apoia, visando a resolução política do conflito na Síria, sentando à mesa das negociações, pela primeira vez, os principais atores regionais. Portugal mantém uma ação humanitária e de acolhimento de refugiados, a que se associa o apoio à "Global Platform for Syrian Students", fundada pelo ex-presidente Jorge Sampaio, que visa conceder bolsas a estudantes universitários sírios.

Do ponto de vista regional, o ano foi marcado pelo empenho de meios militares aéreos da Coligação contra o ISIS, liderada pelos EUA, traduzida na contenção da sua progressão e na concessão de apoio aéreo a ofensivas de forças terrestres, com resultados especialmente positivos para as milícias curdas. Portugal participa na Coligação e dispõe de um contingente de 32 militares no Iraque, empenhados em ações de formação e treino das forças de segurança.

Através da sua Enviada Especial para a Líbia, Portugal acompanhou de forma ativa e consistente o trabalho da UNSMIL¹⁰⁹ na promoção de um diálogo político abrangente e inclusivo, com vista à resolução da crise naquele país. Portugal apoiou os esforços dos Representantes do Secretário-geral da ONU ao longo de 2015, que resultaram na assinatura do Acordo Político Líbio. Portugal defende a rápida formação do Governo de Acordo Nacional que permita a construção de um Estado líbio democrático e de Direito, capaz de dar resposta aos desafios ligados à segurança e às migrações.

Mantém-se a condicionalidade da cooperação com o Egito, tal como decidido no CNE extraordinário de agosto de 2013 (mantendo-se a assistência socioeconómica às populações mais carenciadas e o apoio à sociedade civil). O Egito rejeita qualquer tom mais paternalista por parte da UE e, ainda que descontente com o "status quo", não deixa de participar nos processos em curso, como foi o caso do processo de consulta sobre a revisão da PEV, pretendendo reconhecimento, o que indicia que há

¹⁰⁹ "United Nations Support Mission in Libya".



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

espaço para o aprofundamento do diálogo, em especial no contexto de uma nova PEV.

A UE continua a ser o maior doador da Palestina, canalizando para a Autoridade Palestiniana assistência financeira direta, evitando o seu colapso orçamental, em apoio da população palestiniana e da concretização de uma solução negociada de dois Estados, cada vez mais posta em causa pela persistente onda de violência ocorrida tanto em Israel como nos territórios ocupados.

O ano ficou, aliás, marcado pelo falhanço de diversas iniciativas para a retoma do Processo de Paz no Médio Oriente (PPMO), assim como pelo ressurgimento da violência. De forma a garantir um acompanhamento mais próximo do PPMO, a Alta-Representante recuperou, em março, o cargo de Representante Especial para o Processo de Paz no Médio Oriente, nomeando o italiano Fernando Gentilini.

O tema PPMO foi abordado em diversas reuniões do CNE, bem como nas duas reuniões informais de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-membros, tendo o Conselho aprovado conclusões abrangentes sobre o Processo de Paz em julho. Portugal defendeu consistentemente a necessidade de relançar a via negocial de forma a combater a escalada de violência, condenando os atos unilaterais de ambas as partes e pugnando pela obtenção de um acordo de paz abrangente que concretize a solução dos “dois Estados”.

A Comissão Europeia aprovou, em novembro, um conjunto de linhas de orientação, visando a correta indicação de origem de produtos provenientes de colonatos israelitas. Esta medida veio implementar conclusões anteriores do CNE, dando igualmente cumprimento à política europeia sobre colonatos e à necessidade de proteção dos consumidores europeus através de uma informação adequada. Recorde-se que, em abril, 16 MNE da UE (entre os quais o português) entregaram uma carta à Alta-Representante reafirmando a necessidade proceder à aprovação das referidas orientações do CNE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

União para o Mediterrâneo (UpM)

O Secretariado da UpM, com sede em Barcelona, prosseguiu o seu papel de identificação, promoção, angariação de financiamentos e acompanhamento de projetos concretos geradores de emprego, inovação e crescimento em toda a região. No final do ano ascendia a 37 o número de projetos com a chancela da UpM, dos quais 19 em fase de implementação.

Em novembro, decorreu, em Bruxelas, a primeira reunião ministerial “Economia Azul”, em cuja Declaração sobre Crescimento Azul, Portugal participou ativamente, bem como no âmbito dos trabalhos relativos à criação da Estratégia de Investigação Científica para o Mediterrâneo (“Blue Med Initiative”). Prosseguiram os trabalhos relativos à implementação das ministeriais anteriores, merecendo destaque a cooperação energética euro-mediterrânica, com o estabelecimento de três plataformas temáticas: gás natural, integração dos mercados regionais de eletricidade e energias renováveis e eficiência energética, tendo Portugal participado ativamente nestes domínios.

Aproveitando a celebração do 20.º aniversário da Declaração de Barcelona, realizou-se nesta cidade, em novembro, depois de muitas hesitações devido aos vários atos terroristas que a antecederam, a Conferência “Dos desafios às oportunidades: uma agenda comum de desenvolvimento para o Mediterrâneo”. Esta reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da UpM, a segunda, desde a sua criação na Cimeira de Paris de 2008, trouxe uma mensagem política forte de unidade, num momento particularmente difícil, permitindo à UpM entrar numa nova fase da sua existência, traduzida pela renovação do compromisso dos seus 43 EM.

A 14 de dezembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução A/70/124, concedendo à UpM o estatuto de Observador e que teve o apoio de Portugal.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal reforçou a sua presença no Secretariado da UpM, ao mesmo tempo que desencadeou o processo de escolha de um novo Secretário-geral Adjunto para a Energia em substituição da representante nacional, Teresa Ribeiro, que integrou o XXI Governo Constitucional.

Fundação Euro mediterrânica Anna Lindh para o diálogo entre culturas (FAL)

O ano de 2015 foi marcado pela renovação da liderança da FAL para o período 2015-2017. O Conselho de Governadores passou a ser presidido “*intuitus personae*” pelo Embaixador Abou Bakr Hefny, do Egipto e Elisabeth Guigou (única candidata do Norte) substituiu o marroquino André Azoulay como Presidente da Fundação e, depois de um muito concorrido e disputado processo de candidatura, o tunisino Hatem Atallah, escolhido pelo comité de seleção e apoiado por Portugal, assumiu as funções de Diretor Executivo. Portugal empenhou-se ainda na eleição do Embaixador Rui Lopes Aleixo para um segundo mandato como membro do Conselho Consultivo.

Perante o agravamento da situação na região, a FAL adotou uma estratégia complementar do Programa de Trabalhos 2015-2017 com o título “Reflexões estratégicas sobre prioridades, visão e plano de trabalho da FAL para a próxima década”. Esta estratégia, tal como os seus fundadores desejaram, pretende devolver à FAL um lugar central e de referência para o diálogo intercultural, nas suas várias dimensões, através da promoção dos valores como resposta aos múltiplos desafios com que as sociedades se confrontam.

PARCERIA ORIENTAL¹¹⁰

Durante o ano de 2015 os desenvolvimentos da Parceria Oriental (PO) continuaram a ser tributários da evolução da crise ucraniana e da alteração do relacionamento geoestratégico entre a UE e Rússia que têm vindo progressivamente a emergir desde

¹¹⁰ Quadro de cooperação entre a UE e Ucrânia, Geórgia, Moldova, Arménia, Bielorrússia e Azerbaijão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

novembro de 2013, na sequência dos acontecimentos que rodearam a Cimeira de Vilnius¹¹¹.

Neste contexto a Parceria Oriental teve de integrar no seu próprio desenvolvimento, por um lado, os resultados da revisão da Política Europeia de Vizinhança (PEV) da qual constitui a dimensão Leste, tendo que lidar, por outro, com o aprofundamento da clivagem entre os países parceiros que optaram por um processo de associação político com a UE - consubstanciado na assinatura de Acordos de Associação e o estabelecimento de Zonas Abrangentes e Aprofundadas de Comércio Livre (AA/DCFTA) - e países parceiros que recusam essa via, em prol de um relacionamento menos profundo centrado em setores estratégicos, dos quais dois (Bielorrússia e Arménia) são igualmente membros da União Económica Euroasiática (UEE)¹¹².

Na Cimeira de Riga realizada em maio, foi notória a preocupação de subtrair a Parceria Oriental a uma lógica de confronto geoestratégico, evitando agudizar as tensões entre Bruxelas e Moscovo. A negociação da Declaração Conjunta foi marcada por importantes divergências em torno da linguagem adotada relativamente a vários pontos, nomeadamente no que se refere às aspirações europeias dos países parceiros associados, aos conflitos congelados e às ameaças à integridade territorial destes países e ainda no que respeita à questão da liberalização de vistos com a qual os países parceiros contam para apresentar às suas sociedades-civis os benefícios tangíveis da sua aproximação à União Europeia.

¹¹¹ A recusa do Presidente ucraniano em assinar o Acordo de Associação (AA/DCFTA) com a UE seria o elemento catalisador da revolução Maidan que viria a depor o Presidente Yanoukovitch sucedendo-lhe um governo pró-europeu. A reação russa teve por consequência a anexação da Crimeia em março de 2014 fomentando, a partir de abril, uma sublevação separatista.

¹¹² A União Económica Euroasiática é um projeto de integração regional liderado pela Rússia e integra, até ao momento, a Bielorrússia, o Cazaquistão, a Arménia e o Quirguistão. A União Económica Euroasiática entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2015.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Com vista a aplicar os objetivos de estabilização e segurança impostos pela revisão da PEV num contexto de aprofundamento das diferenças no seio da PO, pretende-se que os desenvolvimentos futuros da Parceria se façam em torno da afirmação do princípio da diferenciação entre parceiros, abandonando a associação como único modelo. Deste modo será também reforçado o caráter inclusivo da Parceria que procurará estabelecer com cada um dos parceiros modalidades de relacionamento que correspondam ao seu nível de desenvolvimento económico e político, tomando também em conta as suas prioridades e o contexto geopolítico onde se inserem. Uma estratégia de comunicação foi adotada para promover os valores da UE e contrariar a campanha de desinformação de Moscovo relativamente à ação e objetivos da UE na região.¹¹³

O êxito na implementação do AA/DCFTA com a Ucrânia, o estabelecimento de um relacionamento crítico com a Bielorrússia¹¹⁴, a conclusão de um acordo aprofundado de cooperação com a Arménia¹¹⁵ e o reforço do relacionamento com o Azerbaijão¹¹⁶, são da maior importância para a União no quadro dos objetivos a que se propõe no âmbito da PEV revista e da PO, podendo também vir a provar a funcionalidade de um relacionamento com Parceiros que são simultaneamente membros da UEE.

¹¹³ Uma equipa especializada em Comunicação Estratégica foi estabelecida no seio do Serviço Europeu para a Ação Externa em maio.

¹¹⁴ A União adotou em janeiro uma agenda de relacionamento bilateral que assenta em 29 ações e medidas divididas pela sua latitude de implementação: imediata, curto, médio e longo prazo, desde o reforço de contactos bilaterais de altos funcionários, o estabelecimento de diálogos setoriais e o reforço da participação da Bielorrússia na dimensão multilateral da PO. A curto prazo estão ainda iniciativas na área da mobilidade, como a negociação de uma Parceria para a Mobilidade, e a conclusão das negociações dos acordos de facilitação de vistos e de readmissão.

¹¹⁵ Em outubro foi adotado pelo CNE o mandato autorizando a Comissão Europeia a iniciar negociações de um novo acordo abrangente de cooperação com a Arménia. O lançamento das negociações teve lugar em Yerevan, em dezembro.

¹¹⁶ As relações com a União atravessam um período conturbado, com o Presidente Aliiev a considerar o Azerbaijão vítima de uma campanha internacional de descrédito na qual a UE teria um papel ativo e a acusar igualmente Bruxelas de utilizar “um peso mas duas medidas” na defesa do princípio da integridade territorial dos Estados, relegando para segundo plano o conflito do Nagorno-Karabakh.



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal tem apoiado o desenvolvimento da Parceria Oriental que vê como um instrumento estabilizador da Vizinhança Leste, promotor dos valores da UE na região e suscetível de influenciar no âmbito normativo e regulamentar as economias dos parceiros, conferindo ao mercado interno uma nova dimensão a Leste. Neste âmbito, tem seguido de perto a evolução deste processo político e participou ativamente na preparação e nos trabalhos da Cimeira de Riga e na adoção da sua declaração final em maio. Não obstante, Portugal tem-se oposto a que a Parceria Oriental se converta na antecâmara de uma adesão à UE não suficientemente negociada dos parceiros associados. Tem também sublinhado a importância da condicionalidade atinente a uma implementação pelos Parceiros dos compromissos assumidos sem a qual a UE arrisca-se a dispersar recursos sem atingir objetivos.

A implementação dos Acordos de Associação com os três parceiros da PO (Geórgia, Moldova e Ucrânia) foi igualmente seguida com interesse por Portugal, pela oportunidade única que representam de apoio às agendas reformistas dos três países. Portugal concluiu os procedimentos de ratificação destes acordos em maio.

Apesar de alguma instabilidade política, a Geórgia manteve a sua atitude pró-europeia, procurando cumprir os compromissos decorrentes da implementação do AA/DCFTA e dando passos consideráveis no âmbito do Plano de Ação de Liberalização de Vistos (ver Título V, Capítulo VIII). Portugal defende a integridade territorial da Geórgia e os esforços desenvolvidos no âmbito das Conversações de Genebra¹¹⁷, fórum que tem permitido manter o diálogo entre as partes, apesar de não haver avanços significativos na resolução do conflito com as entidades separatistas da Abecásia e da Ossétia do Sul.

Portugal e a UE acompanharam com preocupação o agravamento da situação política e económica na Moldova. Não houve evolução na resolução do conflito com o

¹¹⁷ Lançadas dois meses após o conflito de 2008, envolvem negociadores da Rússia, Geórgia, Abecásia e Ossétia do Sul e EUA, sendo copresididas pela OSCE, ONU e UE. A UE está representada pelo Representante Especial para o Cáucaso do Sul e crise na Geórgia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

território separatista da Transnístria, estando as conversações no âmbito do grupo 5+2¹¹⁸ praticamente paralisadas. Devido ao conflito russo-ucraniano, a fronteira entre a Transnístria e a Ucrânia foi encerrada.

Quanto ao conflito sobre o Nagorno-Karabakh entre o Azerbaijão e a Arménia, Portugal continuou a encorajar os esforços da UE no sentido de contribuir para a sua resolução pacífica, em apoio e complementaridade com o Grupo de Minsk¹¹⁹ da OSCE, que lidera o processo de negociações de paz.

UCRÂNIA

Portugal seguiu atentamente os passos percorridos no sentido do aprofundamento do relacionamento entre a UE e a Ucrânia, incluindo o apoio financeiro reforçado a este país para a prossecução de reformas políticas e económicas.

No que respeita à implementação dos capítulos económicos e comerciais (DCFTA) do Acordo de Associação com a Ucrânia, as consultas entre a Ucrânia, UE e Rússia, como já referido, revelaram-se infrutíferas, com Moscovo a fazer depender o seu assentimento da assinatura de um Protocolo tripartido (Ucrânia, Rússia, UE) legalmente vinculativo que acautelasse os seus interesses, o que foi, naturalmente, rejeitado por constituir uma ingerência num acordo bilateral da UE e dos seus EM com um Estado soberano.

Não tendo sido obtido um entendimento, a UE e a Ucrânia reiteraram a sua decisão de entrada em vigor do DCFTA no primeiro dia de 2016, apesar das ameaças de retaliação de Moscovo sobre a, já depauperada, economia ucraniana incluindo a denúncia unilateral das concessões do Acordo de Comércio Livre com a Ucrânia e imposição de um embargo a produtos alimentares.

¹¹⁸ Moldova e Transnístria + mediadores (Rússia, OSCE e Ucrânia) + 2 observadores (UE e EUA).

¹¹⁹ Criado em 1992. Reúne os respetivos copresidentes (EUA, Rússia e França), a Bielorrússia, a Alemanha, a Itália, a Suécia, a Finlândia, a Turquia, a Arménia, o Azerbaijão e a Troika da OSCE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

De referir ainda a assistência macrofinanceira (AMF) concedida pela UE à Ucrânia que, desde maio de 2014 e até ao final 2015, totalizou 2,2 mil milhões de euros de empréstimos, incluindo 1,6 mil milhões de dois programas concluídos em 2015 (AMF I e II) e 600 milhões de euros como primeira parcela de um novo programa (AMF III). Esta terceira operação de AMF foi decidida em abril e totaliza 1,8 mil milhões de euros de empréstimos a serem desembolsados em três parcelas de 600 milhões de euros, com base no cumprimento de um conjunto de medidas associadas à melhoria da gestão orçamental, da governação e transparência, da energia, dos apoios sociais e do ambiente empresarial. O primeiro desembolso ocorreu em julho.

RÚSSIA

Desde a reunião do Conselho Europeu de março de 2014 que parte significativa dos instrumentos de cooperação desenvolvidos no quadro da Parceria estratégica com a Rússia se encontra suspenso. Os contactos prosseguiram ao nível técnico entre a UE e a Rússia sobre as questões energéticas e a implementação do DCFTA com a Ucrânia, como referido anteriormente.

Com vista a ultrapassar o confinamento a que a crise ucraniana tinha votado as relações bilaterais e iniciar uma reflexão estratégica sobre o relançamento do relacionamento entre a Rússia e a UE, foi discutido no CNE de janeiro um “issues paper”. O documento registava a espiral negativa em que a crise ucraniana tinha mergulhado as relações UE-Rússia e refletia sobre as modalidades de relacionamento no curto/médio prazo. As discussões do documento foram interrompidas pelo súbito agravamento do conflito ucraniano que se iniciou com o ataque a Mariupol e conduziram ao Acordo de cessar-fogo Minsk II. A sua eventual retoma dependerá do cumprimento, por Moscovo, dos compromissos assumidos.

A crise entre a Rússia e a Ucrânia subverteu o diálogo sobre energia entre Bruxelas e Moscovo. A atuação de Moscovo tem posto seriamente em questão a segurança energética de alguns EM, nomeadamente da Bulgária e da Roménia. Assim, a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

segurança energética europeia foi vista com uma nova acuidade relançando o debate sobre as medidas que deverão ser tomadas para reduzir a dependência do gás russo.

O fornecimento de gás à Ucrânia, outro ponto sensível do relacionamento energético com Moscovo, tem ocupado os trabalhos da plataforma trilateral de negociação. Depois de uma rutura das negociações na reunião de julho, que levou à cessação de todos os fornecimentos de gás à Ucrânia, as discussões trilaterais de setembro abriram a via a um acordo para um novo Pacote de Inverno de fornecimento, cobrindo as necessidades ucranianas de outubro a março de 2016.

Não obstante alguma acalmia no conflito no Leste da Ucrânia, 2015 continuou a ser um ano caracterizado por divergências profundas entre a UE e a Rússia, mantendo-se as sanções impostas pela UE na sequência da anexação ilegal da Crimeia e das ações de destabilização no Leste da Ucrânia. Neste quadro, a UE prosseguiu uma estratégia dual no relacionamento com a Rússia, pressionando ao nível económico e político, mas preservando criteriosamente o diálogo diplomático com vista à resolução da crise e ao regresso da estabilidade ao Continente Europeu. Portugal apoiou a estratégia da União face à Rússia, considerando necessária a resolução do conflito ucraniano para uma normalização do relacionamento cuja importância é tanto maior quanto urgentes e complexos são os desafios atuais.

ÁSIA CENTRAL

A Estratégia da UE para a Ásia Central¹²⁰ foi adotada em junho de 2007, tendo sido alvo de uma primeira revisão em 2012.

As conclusões do Conselho, de junho, viriam a atualizar de novo a estratégia na sequência da crescente tensão com a Rússia e da destabilização no Médio-Oriente e Mediterrâneo Oriental, designadamente através da reavaliação do equilíbrio na implementação das suas vertentes regional e bilateral. A complexidade intrínseca da região e a rivalidade existente entre alguns dos Estados, bem como o

¹²⁰ Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turquemenistão, Uzbequistão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

recrudescimento das ameaças securitárias, viriam a demonstrar a importância do aprofundamento do relacionamento bilateral. Assim, a UE concluiu em abril as negociações de um Acordo de Cooperação reforçado com o Cazaquistão que se encontra já em aplicação provisória, aguardando a conclusão dos procedimentos de ratificação. A estrutura e substância deste acordo têm vocação para se tornarem “modelares” no estabelecimento de futuros acordos com outros Estados da região.

O novo Representante Especial da UE para a Ásia Central, designado em abril, veio defender uma presença mais dinâmica da UE na região. As visitas preliminares que efetuou às capitais dos Estados da Ásia Central visaram assegurar uma coerência e coordenação das ações da União na região, traduzindo-se numa ferramenta adicional para promover a estratégia revista da UE e envolver ativamente estes países, nomeadamente em iniciativas da UE sobre o Estado de Direito, Educação e Meio Ambiente/água. Relativamente a este último setor, Portugal entende que a União Europeia poderá partilhar com a Ásia Central a sua experiência e boas práticas na gestão de recursos hídricos contribuindo, assim, para o desanuviar das tensões regionais existentes, em particular no que se refere à complexa situação política que envolve o Tadjiquistão e o Quirguistão, a montante, e o Uzbequistão, a jusante.

Cerca de mil milhões de euros serão disponibilizados para apoiar o desenvolvimento da Ásia Central no período 2014-2020. Nos próximos sete anos a UE canalizará apoio para a região através da Facilidade de Investimento para a Ásia Central.

As consequências da crise ucraniana e nomeadamente a aproximação da Rússia à China tornaram ainda mais complexa a abordagem a uma região crescentemente dominada por Pequim e Moscovo. A confirmar-se, o estreitamento da cooperação entre ambos no emergente contexto geoestratégico, não deixará de resultar na tentativa de limitar, progressivamente, a ação da UE na região.

Portugal considera fundamental o desenvolvimento desta Estratégia, dada a importância que a Ásia Central desempenha para a segurança da UE. A perspetiva da retirada americana do Afeganistão, a progressão do Estado Islâmico e as situações



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

na Síria e na Líbia preocupam-nos pelo impacto na estabilidade da UE e no aumento de pressão migratória.

PAÍSES DO GOLFO

A par da linha de reforço das relações bilaterais de Portugal com os países da região do Golfo, há um forte interesse nacional no apoio a um relançamento do relacionamento UE - Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), até pelo impacto que a situação do Golfo tem na Vizinhança da UE. A ausência de uma maior dinâmica de relacionamento e cooperação advém em especial da falta de abertura do CCG para abordar certos temas no âmbito do diálogo político, em especial a temática dos direitos humanos, a par das dificuldades nas negociações comerciais. A UE tem vindo a explorar a via dos contactos bilaterais com os Estados do CCG em paralelo às relações UE-CCG no sentido de tentar todas as vias para a dinamização da cooperação com a região. Dando seguimento à proposta feita pelo CCG na Ministerial de maio, realizada em Doha, e tendo em vista o desbloqueamento da abordagem aos direitos humanos, foram negociados os termos de referência de um grupo de trabalho conjunto UE-CCG sobre esta temática, a nível de peritos.

Na sequência do acordo de julho quanto ao programa nuclear iraniano, iniciou-se um debate para redefinição do posicionamento da UE quanto ao Irão em que Portugal tem participado ativamente, defendendo uma abordagem construtiva e abrangente às questões que se colocam no âmbito do relacionamento com aquele país. Também com o objetivo de repensar as relações euro-iranianas, a Alta-Representante promoveu a criação de um grupo de trabalho com competências horizontais e de coordenação.

Ao longo de 2015, e com a intervenção da Coligação contra o terrorismo, continuámos a acompanhar a situação no terreno no Iraque, que se estabilizou, sem novos ganhos territoriais significativos a favor do ISIS. Pelo contrário, as recentes tomadas ao ISIS de Sinjar, por forças maioritariamente curdas, e de Ramadi, pelas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

forças armadas iraquianas, veio permitir o bloqueio das principais linhas de abastecimento entre o Iraque e a Síria, representando um desenvolvimento positivo na tentativa de limitar a capacidade de ação do ISIS. O grande desafio interno mantém-se no quadro político, com dificuldades na implementação das reformas anunciadas pelo Primeiro-ministro Abadi, que enfrenta forte antagonismo por parte de uma classe política motivada por interesses económicos e redes de clientelismo.

AMÉRICA LATINA

Portugal continuou empenhado em contribuir para o reforço do relacionamento da UE com a América Latina e Caraíbas, procurando manter aquela região nas prioridades de Política Externa da União.

Nesse contexto, Portugal participou ativamente na Cimeira UE-CELAC (Bruxelas, em junho), bem como nos trabalhos preparatórios que a antecederam. A Cimeira teve por objetivo recentrar e fortalecer a Parceria, o que deverá ocorrer com base em três eixos: i) reforço do diálogo político; ii) completar e modernizar as relações económicas; e iii) um novo tipo/foco na cooperação. Em 2016, os ministros de ambas as partes deverão pronunciar-se sobre o relatório resultante do exercício abrangente e inclusivo de reflexão sobre o futuro das relações bi-regionais e a melhor forma de alcançar os objetivos comuns, nos termos previstos na Declaração Política adotada nesta Cimeira.

Para além da Declaração Política, a Cimeira adotou a Declaração de Bruxelas, a qual tem anexa o Plano de Ação revisto e com dois novos capítulos: Ensino Superior e Segurança dos Cidadãos.

O Acordo que conferirá à Fundação UE-ALC o Estatuto de Organismo Internacional foi rubricado à margem da Cimeira, o que permitirá, num futuro próximo, agilizar os trabalhos e viabilizar uma maior intervenção da Fundação. A Fundação é o fórum apropriado para debater estratégias e ações comuns, promover o reforço da parceria



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

bi-regional e contribuir para dar maior visibilidade ao relacionamento entre a UE e a CELAC.

A participação nacional tomou em devida conta o facto de se tratar do único fórum de diálogo bi-regional que congrega todos os países da América Latina, região com a qual partilhamos afinidades culturais e históricas muito particulares no seio da UE, apenas comparáveis com as de Espanha.

A nível sub-regional, Portugal acompanhou com particular interesse a evolução das negociações do Acordo de Associação UE-MERCOSUL. Na sequência da reunião ministerial com o MERCOSUL em Bruxelas, em junho, a Comissária do Comércio, Cecília Malmström, juntamente com os ministros do comércio do MERCOSUL, mandataram os seus negociadores-chefe a reunir com o intuito de preparar uma eventual troca de ofertas, se possível, até final de 2015.

Assim, em outubro, teve lugar uma reunião dos negociadores-chefe em Assunção, no Paraguai, na qual a Presidência do MERCOSUL informou ter preparada uma oferta que cobre cerca de 87% do volume de comércio. O Paraguai e o Uruguai oferecem, respetivamente, 95% e 96% e o Brasil 89%. A oferta argentina – cerca de 80% do volume de comércio – é a que se encontra claramente abaixo do limiar dos 90%, em que a Comissão insiste.

O SEAE defendeu que a UE não deveria perder esta oportunidade de relançar e progredir nas negociações, aproveitando a atitude recetiva do MERCOSUL, em particular do Brasil.

Embora reconhecendo que a oferta ficava abaixo do limiar de liberalização desejado, Portugal sublinhou a importância de ter presente a garantia do MERCOSUL de que existe margem para melhorar a oferta ao longo das negociações. Assim, manteve o apoio ao avanço do processo, tanto mais que se teme que a situação política no Brasil – que tem assumido um papel fundamental, quer no contacto com a UE, quer junto dos restantes países MERCOSUL – possa afetar a sua capacidade de “front



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

runner". Nesse entendimento, e também de forma a corresponder ao pedido do Brasil de diligências no quadro europeu, Portugal envolveu-se ativamente na promoção da troca de ofertas junto dos Estados-membros e da Comissão Europeia.

No CNE Comércio de novembro, Portugal, a par de larga maioria de EM, manifestou-se a favor do retomar das negociações. Ao invés, França, Irlanda, Polónia, Hungria e Lituânia, com preocupações específicas no setor agrícola, e ainda a Eslovénia e a Grécia, defenderam uma posição oposta.

A possibilidade de se proceder a uma troca de ofertas até ao final de 2015 não se concretizou. No entanto, face ao resultado das eleições na Argentina, a Comissão mantém o contacto com o MERCOSUL com o objetivo de melhorar a oferta, em particular a da Argentina e possivelmente a do Brasil, e prossegue as consultas internas com vista à apresentação da oferta da UE.

No que respeita aos países da região a que Portugal tem vindo a prestar particular atenção, merece destaque a participação nacional nos trabalhos preparatórios da Cimeira UE-Brasil, a qual virá a ter lugar, previsivelmente, no primeiro semestre de 2016, no Brasil. Evidenciando a natureza multifacetada da parceria estratégica que a UE mantém com o Brasil, foram concretizados diversos Diálogos em domínios como Drogas (março, em Viena), Nações Unidas, Desarmamento e Não Proliferação (abril, Brasília), Direitos Humanos (setembro, Brasília) e Agricultura (outubro, Bruxelas). As negociações do Plano de Ação Conjunto para o período 2015-2020 decorreram a um bom ritmo e encontram-se quase concluídas. Merece ainda destaque o lançamento de uma iniciativa conjunta liderada, do lado europeu, por Portugal, a Agenda Comum para a Migração e Mobilidade, iniciativa que visa um reforço da cooperação e da troca de boas práticas em matéria de migrações, nas suas múltiplas vertentes. Estão ainda em curso as negociações relativas ao Acordo de Transporte Aéreo e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação no domínio dos Transportes Marítimos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Em novembro, a UE e o Brasil assinaram uma Declaração Conjunta para a cooperação no âmbito Investigação Científica Marinha no Oceano Atlântico durante a realização de uma conferência de alto-nível no Rio de Janeiro. Portugal tem participado neste esforço de cooperação em apoio à Comissão Europeia, no âmbito do Projeto BG14 do Horizonte 2020.

Com o outro parceiro estratégico da UE na região, o México, Portugal continuou a apoiar o estreitamento da relação UE-México. Em junho teve lugar em Bruxelas a Cimeira UE-México, a qual permitiu lançar os procedimentos para a modernização do acordo bilateral através da adoção do Relatório de Visão Conjunta que implica nuns casos, a atualização das disposições e, noutros o alargamento do âmbito de aplicação do acordo. As diretivas de negociação foram apresentadas aos Estados-membros, pelo SEAE e pela Comissão, no final do ano, sendo o objetivo deste exercício criar um quadro coerente e abrangente, juridicamente vinculativo, das relações da União com o México, que contribua para o reforço da cooperação em temas globais e também das correntes económicas, comerciais e de investimento.

Portugal apoiou a revisão do Acordo Global no sentido da sua modernização e do alargamento do seu âmbito a outras áreas e o reforço da sua dimensão comercial. O projeto de mandato vai ao encontro dos interesses estratégicos nacionais, designadamente quanto no destaque dado às PME e em matéria de acesso aos mercados. Dado o relacionamento próximo de Portugal com o México, a modernização do acordo terá reflexos importantes sobre as relações comerciais bilaterais, esperando-se que permita um maior e melhor acesso dos produtos e serviços nacionais àquele mercado.

A proximidade de posições com o México manteve-se em certos temas da agenda internacional em que aquele país vem assumindo maior protagonismo, nomeadamente no combate às alterações climáticas. Destaca-se que, em junho, o Conselho autorizou a Comissão a iniciar as negociações de um Acordo para a troca de dados PNR ("Passenger Name Record"), tendo a primeira ronda decorrido em



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Bruxelas, em setembro. Apesar desta decisão, o México anunciou, no final de dezembro, que passaria a aplicar, a partir de 1 de janeiro de 2016, sanções pecuniárias às companhias aéreas com bandeira da UE que não transmitissem dados de passageiros, situação entretanto suspensa. Esta questão deverá ser alvo de particular atenção na agenda das relações UE-México em 2016.

No respeitante às relações da União Europeia com o Chile, foram incluídos seis novos diálogos nas seguintes áreas: Educação, Energia, Responsabilidade Social Corporativa, Igualdade de Género, Segurança e Defesa e PME, sendo que estas novas áreas de diálogo, consideradas como componentes-chave do desenvolvimento sustentado, da inclusão social e do progresso económico, constituem o ponto de partida para uma nova etapa no relacionamento entre as partes.

Em abril, o Conselho de Associação UE-Chile acordou, também, na instituição de um Grupo de Trabalho Conjunto que deverá elaborar o Relatório de Visão Conjunta com o objetivo de avaliar o valor acrescentado que a modernização do acordo poderá trazer e, consequentemente, a identificação do âmbito e ambição da modernização do Acordo de Associação de 2002. Tal como no caso do México, Portugal é dos Estados-membros defensores desta modernização, não só por a mesma reforçar o elo político/económico do relacionamento da UE com este país latino-americano, como por constituir a possibilidade de reforçar as ligações económicas/comerciais e de investimento. Existe ainda interesse na modernização do acordo, em particular, quanto às Indicações Geográficas (IG), dada a pouca eficácia da legislação chilena relativamente à proteção das IG e denominações de origem dos produtos europeus no seu mercado, matéria de grande relevância para Portugal. Espera-se que o exercício de “scoping” seja rapidamente concluído, seguindo-se um estudo de impacto e a proposta formal de diretivas de negociação, da Comissão Europeia e do SEAE, ao Conselho.

Atendendo à numerosa comunidade portuguesa e luso-descendente e à importante atividade económica de empresas nacionais, a Venezuela continuou a merecer a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

nossa maior atenção também no plano da UE. Nesse sentido, Portugal participou ativamente nos debates ocorridos em Bruxelas sobre a evolução política e socioeconómica naquele país, contribuindo para a definição de um posicionamento comum da União.

O reforço significativo dos laços bilaterais de Portugal com a Colômbia justificou que, em 2015, se desse uma atenção especial à evolução do relacionamento entre a UE e aquele país, nomeadamente no que respeita à questão da constituição de um fundo fiduciário europeu para apoio da implementação de um acordo de paz (aprovado pelo CNE de abril), bem como quanto à assinatura de um Acordo UE-Colômbia em matéria de isenção de vistos para estadas de curta duração (resultante de uma proposta espanhola, de 2013, que Portugal foi o primeiro Estado-membro a apoiar). Esta isenção de vistos abrangerá igualmente o Peru, outro país latino-americano do qual Portugal se tem vindo a aproximar, com resultados assinaláveis no plano bilateral. O respetivo processo de assinatura e de implementação deverá ficar concluído em 2016.

O Protocolo de adesão do Equador ao Acordo Multipartes UE-Colômbia e Peru, rubricado em julho de 2014, encontra-se em fase de ratificação, nomeadamente aguardando a aprovação destes dois países andinos. A concretização desta adesão será importante, não só para o reforço das relações políticas e económicas da UE com este país, mas também como um contributo para o reforço da integração regional andina. O processo tem-se arrastado em virtude de diferendo entre, sobretudo, o Peru e o Equador.

Em junho, teve lugar a Reunião de Alto Nível UE- SICA¹²¹ na qual foi reiterado o apelo aos Estados-membros para ratificarem o Acordo de Associação UE-América Central, em aplicação provisória desde o final de 2013, de modo a que o Acordo se

¹²¹ SICA – Sistema de Integração Centro Americano que visa não só a integração económica – através do estabelecimento progressivo de uma união aduaneira, livre circulação, etc. – como também da integração política, social e cultural dos países desta subregião latino-americana.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

torne o novo quadro político e institucional do relacionamento entre ambas as regiões¹²². A vertente comercial está já em aplicação, o que abre possibilidades de negócio às empresas nacionais em mercados em que a nossa presença atual não é ainda muito significativa mas que, dados os laços históricos e a proximidade sociocultural, terão condições de crescimento interessantes, tal como ocorreu nos casos do México, Chile e mais recentemente da Colômbia e Peru.

Finalmente, em relação a Cuba, país com o qual as relações bilaterais têm vindo a ser incrementadas, Portugal participou nas discussões em curso no seio da UE, nomeadamente no âmbito das negociações de um Acordo de Diálogo Político e de Cooperação. Portugal defende a mais-valia destas negociações, designadamente enquanto instrumento que permite incentivar o regime de Havana a continuar a empreender medidas reformistas. A posição favorável a um maior pragmatismo e abertura da UE face a Cuba, que Portugal vem defendendo em Bruxelas ao longo dos últimos anos, ficou patente com a visita efetuada a Havana pela Alta-Representante da UE, em março, assim como pela concretização do primeiro Diálogo de Alto Nível sobre Direitos Humanos, em junho, em Bruxelas.

RELACÕES TRANSATLÂNTICAS

Estados Unidos da América

Apesar de não ter tido lugar a Cimeira anual UE-EUA, a agenda com a UE manteve a sua habitual dinâmica, em especial nos domínios da cooperação política e das relações comerciais, com as negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP).

Em 2015 tiveram lugar quatro rondas de negociação do TTIP – das onze realizadas até ao momento – cujas discussões incidiram sobre todas as vertentes a serem abrangidas pelo Acordo.

¹²² Apenas 14 Estados-membros ratificaram, entre os quais não se inclui Portugal.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A segunda troca de ofertas de acesso ao mercado de bens teve lugar em outubro, representando uma melhoria substancial face à troca de ofertas inicial. Regista-se agora um nível equivalente em termos de cobertura de linhas pautais, assumindo-se a liberalização total de 87,5% à entrada em vigor do acordo. Esta é matéria de particular interesse para Portugal, que tem vindo a insistir na eliminação dos picos pautais aplicados a produtos relevantes das nossas exportações, como sejam têxteis, vestuário, calçado, cerâmicas e conservas.

Relativamente aos serviços registou-se igualmente uma troca de ofertas revistas, em julho, e prosseguiram as negociações em áreas como os serviços transfronteiriços, o comércio eletrónico e as telecomunicações. A Comissão pretende ainda conseguir um maior acesso ao mercado em transportes marítimos, aéreos e cooperação regulatória em serviços financeiros (cujas negociações permaneceram bloqueadas). A mobilidade, i.e., a via paralela para o estabelecimento de um sistema de quotas para cidadãos da UE, área na qual Portugal tem particular interesse, ficou pendente da evolução da discussão interna nos EUA.

Na área da proteção do investimento, é de destacar o processo de reforma do sistema de resolução de litígios investidor-Estado (ISDS). A oposição irreduzível por parte de alguns Estados-membros e de uma parte representativa do PE levou a Comissão a elaborar um novo sistema de resolução de conflitos investidor-Estado. Prevê-se o estabelecimento de um Sistema de Tribunais de Investimento (ICS), que contempla um Tribunal de Primeira Instância (15 juízes) e um Tribunal de Recurso (6 juízes) que deverá operar em termos similares ao Órgão de Recurso da OMC. O Tribunal de Investimento aplicará exclusivamente as disposições do TTIP, em conformidade com o direito internacional, sendo admitida a possibilidade de os investidores poderem recorrer aos tribunais nacionais. Entre outros aspetos, foi definida uma tipologia de casos que os investidores podem submeter ao Tribunal, limitados a situações como discriminação em razão de género, raça ou religião, de nacionalidade, expropriação sem indemnização ou denegação de justiça. O direito de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

regular dos Estados-membros ficou consagrado expressamente e assegurado no contexto dos acordos de comércio e investimento.

A proposta de texto do ICS foi apresentada aos Estados-membros e aos EUA, em novembro, com vista à preparação da 12.^a ronda a realizar em 2016. A Comissão ambiciona que o Tribunal Internacional de Investimento venha a substituir todos os mecanismos de resolução de litígios fixados em acordos da UE, dos Estados-membros da UE com terceiros países e em acordos de comércio e investimento celebrados entre países terceiros. Portugal espera que a negociação de normas de investimento no TTIP possa incrementar a atração de investimento americano, sem pôr em causa a prossecução de políticas que visam o interesse público.

Prosseguiu a análise dos programas dos EUA para os mercados públicos, bem como das restrições a nível federal, sub-federal e interações entre os dois níveis. Os EUA reiteraram dificuldades constitucionais com o envolvimento do nível sub-federal. A troca de ofertas ficou agendada para o início de 2016. Esta é uma área de forte interesse ofensivo, quer da UE quer de Portugal.

As discussões quanto à cooperação regulamentar foram particularmente construtivas e intensas, em especial nos setores dos têxteis, automóveis, maquinaria, farmacêuticos e dispositivos médicos. Registaram-se também progressos nas Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e na consolidação de propostas de texto.

Pelo contrário, as discussões foram particularmente difíceis nas Barreiras Técnicas ao Comércio e, muito embora haja a registar alguns progressos em termos gerais, subsistem diferenças profundas e sistémicas nas questões mais importantes para ambos os lados (por exemplo, nos "standards", certificação de processos ou avaliação de conformidade). As questões regulamentares e de aproximação de "standards" e regras têm enorme relevância para a UE e para Portugal pelo potencial de ganhos resultantes da redução de encargos que significam para as empresas, em particular as PME.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Manteve-se a resistência americana em matéria de negociação do reconhecimento e proteção de IG, bem como à negociação, no quadro do TTIP, da 2.^a fase do Acordo sobre Vinhos, com a preocupação daí decorrente para Portugal visto ser este um dos temas onde se concentram os interesses nacionais. Apenas quanto às IG de bebidas espirituosas as conversações foram positivas, tendo-se iniciado a discussão sobre uma lista de cerca de 20 bebidas, para reconhecimento.

A UE manteve a pressão sobre os EUA quanto à necessidade de o TTIP incluir um capítulo sobre Energia e Matérias-primas. Apesar de terem sido discutidos alguns aspetos do tema, nomeadamente o investimento no setor energético, em especial nas energias renováveis, os EUA não mostraram flexibilidade para o efeito. Foi assim com surpresa que no fim do ano se registou o levantamento das restrições à exportação de crude pelo Congresso americano, o que pode constituir um impulso positivo a esta negociação.

No final de 2015 estavam consolidados treze dos vinte e cinco capítulos, havendo divergências substantivas a discutir nas áreas da Agricultura, Indicações Geográficas, Barreiras Técnicas ao Comércio, Mobilidade, Mercados Públicos e Energia.

No âmbito do exercício de transparência que a União Europeia pretende ver refletido nas negociações do TTIP e de forma a corresponder às exigências dos Estados-membros que requerem maior facilidade de acesso aos documentos de negociação de natureza restrita, foi aprovada, em novembro, uma proposta da Comissão sobre modalidades para criação e funcionamento de uma sala de leitura por Estado-membro. Os Estados-membros iniciaram, na sequência dessa decisão, preparativos para estabelecer as salas de leitura, nas quais os funcionários das respetivas administrações e membros dos Parlamntos nacionais poderão aceder aos textos consolidados resultantes das negociações.

O Governo português manteve, ao longo do ano, um conjunto de atividades de comunicação ("outreach") a empresas exportadoras e com potencial exportador para os Estados Unidos e a outros agentes económicos, tanto com o objetivo de os



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

auscultar, como por razões de transparência. O Governo participou igualmente em eventos de Norte a Sul do país, organizados em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos, com o objetivo de promover as relações comerciais bilaterais e as vantagens do TTIP junto do setor empresarial nacional.

Note-se que a conclusão das negociações da Parceria Trans-Pacífico (TPP)¹²³, no início de outubro, permite perspetivar que os EUA poderão conceder uma maior atenção à conclusão do TTIP, nomeadamente tendo em consideração que se aproxima o final do mandato da atual Administração.

O Conselho Energia UE-EUA, previsto para outubro, foi adiado para 2016 por impossibilidade de agenda do lado norte-americano. Temos defendido que a redução da dependência energética europeia é hoje um dos grandes desafios estratégicos com que a UE se confronta, sendo importante que se volte também para o Atlântico. O reforço das relações com os EUA no domínio da energia representa uma excelente oportunidade para a criação de novas parcerias entre os dois lados do Atlântico, devendo o mercado do gás natural assumir um papel preponderante neste reforço e a Península Ibérica, em particular o Porto de Sines, constituir um ponto fulcral para a entrada, por via marítima no mercado europeu, do Gás Natural Liquefeito americano.

A cooperação nos domínios da Justiça e Assuntos Internos registou um crescente protagonismo, em especial no que se refere ao combate ao terrorismo e ao crime transnacional e à questão da troca de dados pessoais e da revisão do Acordo "Safe Harbour" (ver Título V, Capítulo VIII).

CANADÁ

Os procedimentos internos na UE para a aprovação, assinatura pelo Conselho e aplicação provisória do Acordo de Parceria Estratégica UE-Canadá (SPA) não foram ainda concluídos, sendo expetável que possam ser finalizados no início de 2016.

¹²³ TPP-Acordo de Comércio que envolve a Austrália, Brunei, Canadá, Chile, EUA, Japão, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura e Vietname. As negociações foram concluídas em outubro a que se segue o processo de ratificação.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Recorde-se que este acordo foi já rubricado, em setembro de 2014, pelo MNE canadiano e pela anterior Alta-Representante Ashton, devendo passar a substituir o Acordo de Cooperação Económica de 1976 e a reger, de forma horizontal, as relações da UE com este parceiro estratégico, reforçando em especial a sua dimensão política em matéria de gestão de crises e segurança. Funcionará, assim, como acordo-quadro, abarcando igualmente o Acordo Abrangente de Comércio (CETA).

Apesar de a conclusão das negociações do CETA ter sido anunciada na Cimeira UE-Canadá de setembro de 2014, as Partes não rubricaram ainda o Acordo. Mantêm-se pendentes de clarificação ao nível interno vários aspetos, nomeadamente a natureza do Acordo (a Comissão insiste na natureza “EU only” do CETA, ao que todos os Estados-membros contrapõem a natureza mista do Acordo) e a insistência de alguns Estados-membros quanto à necessidade de incorporar algumas alterações ao mecanismo de resolução de litígios investidor-Estado.

A Comissão não quer reabrir o CETA, mas não exclui que nesta fase de revisão jurídica em curso se ajustem alguns aspetos, acomodando preocupações de Estados-membros e do próprio Parlamento Europeu. Portugal tem apoiado a Comissão. O texto final para aprovação deverá estar em condições de ser submetido ao Conselho em junho de 2016, seguindo-se a subsequente discussão no Parlamento.

Estas questões de carácter interno no que toca ao SPA e ao CETA poderão ter condicionado a realização da Cimeira UE-Canadá, que não teve lugar em 2015. Pese embora o relativo arrefecimento das relações com este parceiro estratégico da UE, as eleições federais realizadas no Canadá em outubro vieram operar uma mudança de fundo na orientação do Governo Federal, podendo esperar-se que o relacionamento com a UE (e com Portugal) venha a beneficiar de um maior enfoque daquele país na sua agenda externa.

Saliente-se, por fim, no que toca às relações com os EUA e o Canadá no domínio do mar, que Portugal tem apoiado o estabelecimento de um “roadmap” e respetiva



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

implementação no quadro da Declaração de Galway, assinada em maio de 2013 com estes países, que prevê compromissos comuns no que toca à investigação científica e tecnológica, à observação oceânica e à literacia do Oceano e que procura internacionalizar a estratégia europeia para a Bacia do Atlântico cobrindo áreas que se estendem do Ártico ao Atlântico Sul.

A UE tem vindo a lançar alguns concursos no quadro Horizonte 2020 para apoio financeiro à implementação desta aliança transatlântica, tendo Portugal feito um esforço para garantir a participação de parceiros portugueses de relevância no contexto das redes internacionais que se estão a estruturar. A Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – integra o consórcio selecionado para este projeto, liderando o “work package” dedicado à literacia do Oceano, o qual teve a sessão de lançamento oficial em Lisboa, durante a “Blue Week”, em junho.

ÁSIA E OCEÂNIA

A importância da Ásia a nível global mantém-se marcante. Conseguir um relacionamento equilibrado com aquela região continua a ser um grande desafio para a Europa. Portugal, que tem laços históricos e culturais com a região da Ásia-Pacífico desde o século XVI, procura atualizar este relacionamento, estreitar as relações comerciais e desenvolver novas oportunidades para as suas empresas.

A UE continuou a aprofundar as parcerias estratégicas que mantém com quatro países da região da Ásia-Pacífico (China, Coreia do Sul, Índia e Japão), ao mesmo tempo que prosseguiu as negociações de acordos-quadro, acordos de comércio livre (ACL) e outros acordos com os países do Sueste Asiático.

O relacionamento estratégico entre a UE e a Ásia foi abordado no CNE de junho, tendo Portugal dado o seu contributo para a discussão que se centrou em três ideias-chave: reforçar o relacionamento da UE com a Ásia na sua vertente multilateral, valorizar a Parceria Estratégica com a China e utilizar todo o potencial da conectividade.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Está a ter lugar um diálogo regular e abrangente entre as duas regiões que tem conduzido a uma cooperação e convergência cada vez maiores em questões globais, de segurança regional, económicas e em política de regulamentação.

A Ásia é uma região diversificada que inclui países industrializados de elevado rendimento, economias emergentes dinâmicas, mas também dois terços da população mais pobre do mundo. Assim, a cooperação para o desenvolvimento continua a ser um ponto importante na agenda da UE com a Ásia.

A UE manteve-se como o principal doador internacional para a região. A ajuda ao desenvolvimento à Ásia, aprovada para o período de 2014-2020, ultrapassa os 5 mil milhões de euros. Estão a ser implementadas conjuntamente políticas para enfrentar desafios comuns como alterações climáticas, desenvolvimento sustentável, segurança e estabilidade, boa governação e direitos humanos, bem como prevenção e resposta a desastres naturais e humanos.

A UE está a aumentar o apoio à integração regional, destacando-se a realização da 12.^a Ministerial UE-ASEM de Ministros de Negócios Estrangeiros (Luxemburgo, em novembro) presidida pela Alta-Representante e que contou com a participação de Portugal. Neste encontro do principal fórum de diálogo entre a Europa e a Ásia, foram abordadas questões como o incremento da conectividade entre os dois continentes, as alterações climáticas e o reforço da capacidade da Ásia e da Europa face aos desafios globais.

Foi intensificada a cooperação com a Associação das Nações do Sueste Asiático (ASEAN)¹²⁴, o Fórum Regional ASEAN (ARF) e a Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional (SAARC).

A UE tem estado envolvida nas negociações de acordos-quadro políticos que incluem cláusulas em matéria de direitos humanos, democracia e Estado de Direito e não-

¹²⁴ ASEAN engloba 10 países do SE Asiático: Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietname.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

proliferação. Estes acordos visam estabelecer um quadro coerente e juridicamente vinculativo que abrange a cooperação política, global e setorial e complementam a rede de ACL que são paralelamente negociados.

Foram rubricados os acordos-quadro UE-Austrália e UE-Nova Zelândia. Prosseguiram as negociações de acordos-quadro com o Brunei, Japão e Malásia. Continuam pendentes as assinaturas dos acordos, rubricados em 2013, com Singapura¹²⁵ e Tailândia¹²⁶. Prossegue o processo de ratificação pelos EM dos Acordos de Parceria e Cooperação (APC) com as Filipinas, Mongólia e Vietname, todos já ratificados por Portugal.

Consciente da importância crescente dos seus interesses, a UE tem vindo a aumentar o seu envolvimento construtivo na região da Ásia-Pacífico. Apoando-se na sua força económica e no facto de ser o maior doador de ajuda ao desenvolvimento do mundo, a UE está também a desenvolver as outras vertentes de política externa. A política de segurança, incluindo os desafios de segurança não-tradicionais, como o clima, a água (nomeadamente na região do Mekong), energia, pandemias, gestão de crises, está a merecer cada vez maior atenção. Isto assume particular importância numa altura em que a situação política e a segurança na Ásia permanecem voláteis, com tensões entre potências regionais e outras, designadamente nos mares do Sul ou do Leste da China que têm relevância direta para a segurança europeia.

O relacionamento UE-ASEAN atravessa um momento muito positivo, tendo a UE dado continuidade ao processo de criação de condições para o estabelecimento de uma Parceria Estratégica¹²⁷ ao aprovar em CNE uma Comunicação Conjunta Alta-Representante/Comissão sobre o futuro destas relações. Em setembro, foi nomeado o primeiro embaixador UE para a ASEAN.

¹²⁵ Aguarda entendimento sobre a Declaração relativa a questões fiscais.

¹²⁶ Aguardam-se desenvolvimentos das reformas constitucional e eleitoral anunciadas pelo governo tailandês após golpe militar.

¹²⁷ Aprovada na reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros da UE e seus EM e da ASEAN (Bruxelas, julho 2014).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal participou ativamente no processo de redação das conclusões adotadas no CNE de junho sobre Myanmar/Birmânia relativas às eleições legislativas naquele país. O texto destaca a importância decisiva deste ato eleitoral para a transição democrática e realça o convite das autoridades birmanesas para que a UE participasse no processo de observação eleitoral.

Na sequência do levantamento das sanções da UE (à exceção do embargo de armas) a Myanmar, foram lançadas em março as negociações para um Acordo de Investimento. Em outubro foram iniciadas as negociações do ACL UE-Filipinas. As negociações relativas ao ACL UE-Malásia e ao ACL UE-Tailândia continuam interrompidas. Durante o ano ficaram igualmente concluídas as negociações do ACL UE-Vietname incluindo normas de proteção de investimento e de resolução de litígios. Este Acordo é considerado o mais ambicioso e abrangente que a UE já concluiu com um país em desenvolvimento e é o segundo concluído pela UE com um país da ASEAN, a seguir a Singapura.

Portugal tem grande interesse no reforço do relacionamento económico com os países ASEAN. Nesta região, Portugal apenas dispõe de um Acordo de Investimento com as Filipinas, em vigor desde 2003. Considera-se por isso importante estimular que as negociações da UE incluam a proteção de investimento – incluída em acordos globais ou em acordos específicos sobre o tema – com países particularmente dinâmicos em termos económicos.

A Cimeira UE-China (Bruxelas, em junho) realizou-se no contexto do 40.º aniversário das relações UE-China. Foi assinada uma Declaração conjunta sobre as alterações climáticas, chegou-se a acordo sobre a forma de avançar nas questões de migração e mobilidade e foram lançados a Plataforma para a Conectividade e o Diálogo sobre Questões Jurídicas. Foi discutida a questão dos direitos humanos na China e também questões de política externa e de segurança, a nível global e regional. A China comprometeu-se a aumentar o investimento na UE, através do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, o que parece abrir perspetivas de interesse para



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal. A China aposta em desenvolver a estratégia OBOR¹²⁸ na área das infraestruturas. Criou o AIIB – Banco Asiático para o Investimento em Infraestruturas de que Portugal é membro fundador.

Portugal manteve a copresidência, juntamente com a Dinamarca, da Plataforma UE-China para a Água.

Verificaram-se vários ciclos negociais do Acordo de Investimento UE-China, cuja negociação foi lançada em 2013 e que visa, para além da abertura do mercado, estabelecer um quadro jurídico mais simples, seguro e transparente para os investidores de ambas as Partes.

As relações comerciais com a China têm vindo a assumir uma cada vez maior relevância para Portugal que tem defendido a importância fulcral de melhorar o acesso ao mercado para as empresas portuguesas e europeias, bem como da negociação de normas de transparência, de desenvolvimento sustentável, de respeito por direitos de propriedade intelectual e do adequado tratamento de empresas estatais.

Prosseguiram também as negociações para um Acordo de Proteção das Indicações Geográficas, que deverá incluir IG de vinhos, bebidas espirituosas, produtos agrícolas e géneros alimentícios. Dadas as potencialidades para as exportações agroalimentares nacionais para o mercado chinês, nomeadamente de produtos vinícolas e azeite, importa proteger os produtos agrícolas com indicação geográfica.

No final do ano, retomou-se o debate em torno da eventual concessão do Estatuto de Economia de Mercado à China. A análise desta questão irá prosseguir em 2016, no seio das instituições da UE e de outros membros da OMC. Portugal está consciente de que a decisão final a ser tomada nesta matéria irá assumir uma

¹²⁸“One Belt One Road”, com uma componente terrestre, que visa a construção de uma rede de estradas e outras infraestruturas que se estendem da China Central, através da Ásia Central, até à Rússia e à Europa, e uma componente marítima, integrando uma rede de portos desde a Ásia do Sul e Sudoeste até à África Oriental e ao Mediterrâneo Norte.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

natureza essencialmente política, defendendo que terá de haver uma ponderação dos critérios técnicos e dos interesses políticos que subjazem a esta questão.

A Cimeira UE-Coreia do Sul (Seul, em setembro) demonstrou uma vez mais a solidez da parceria. Com acordos que abrangem os três pilares da cooperação bilateral (política, económica e comercial e de segurança), há um claro potencial de crescimento deste relacionamento. Esta dinâmica deverá ser mantida e alargar-se a questões de âmbito multilateral. Embora a Coreia do Sul seja já um parceiro essencial da UE em questões globais de interesse comum, a Cimeira reconheceu que é possível ir mais longe reforçando a cooperação e os diálogos de alto nível em mais de 30 áreas já existentes.

O ACL entre a UE e a Coreia, assinado em 2010, está a ser aplicado, a título provisório, desde julho de 2011, enquanto se aguarda a conclusão das formalidades necessárias à sua celebração. São de registar resultados positivos no aumento das exportações nacionais que têm beneficiado das preferências comerciais estabelecidas.

As abordagens diferentes relativamente ao desenvolvimento da Parceria Estratégica UE-Índia, existente desde 2004, têm-na mantido aquém das expectativas da União Europeia. A UE defende maior ênfase na cooperação política (segurança, política externa e direitos humanos) através da negociação de um Acordo de Parceria e Cooperação ou da revisão do atual Plano de Ação Conjunta. A Índia defende a avaliação deste Plano apenas nas matérias ainda não desenvolvidas. Estas abordagens diferentes e o impasse nas negociações comerciais têm inviabilizado a realização de Cimeiras nos últimos três anos.

Na negociação do ACL UE-Índia, em "standstill" desde 2013, as Partes limitaram-se a preservar o que foi alcançado, embora as negociações tivessem estado prestes a ser retomadas em agosto. Tal acabou contudo por não se concretizar, com a Índia a retirar-se do processo como represália ao embargo da UE à venda de cerca de 700



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

produtos farmacêuticos testados clinicamente pela Índia. A UE e a Índia ficaram de explorar possibilidades para prosseguir as negociações e concluir o ACL.

Portugal mantém o interesse na conclusão deste acordo, atendendo à dimensão do mercado e ao crescimento previsto. É fundamental garantir o acesso ao mercado em condições recíprocas e simétricas para os muitos setores onde temos interesses ofensivos importantes (vinhos e bebidas espirituosas, azeite, têxteis e vestuário, calçado, químicos e plásticos, papel, máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos, veículos, construção civil).

A Cimeira UE-Japão (Tóquio, em maio) afirmou a aspiração de concluir o Acordo de Parceria Estratégica e o Acordo de Parceria Económica até final do ano, o que não veio a acontecer por razões várias, nomeadamente pela influência do calendário de negociações (concluídas em outubro) da parceria TTP. Foi equacionada a cooperação em matéria de segurança e defesa e novos diálogos sobre cyber segurança e política espacial em que as questões de segurança são relevantes.

As negociações para um ACL com o Japão prosseguiram, tendo sido realizadas seis rondas negociais. Apesar de a evolução alcançada ter ficado aquém do desejado (em parte devido ao empenho do Japão nas negociações TPP), há expectativa em concluir as negociações no mais curto prazo em 2016.

Portugal continua comprometido com um ACL ambicioso, substantivo e abrangente, devendo manter-se como uma das principais prioridades da agenda comercial da UE. O setor automóvel, a segurança alimentar e as medidas sanitárias e fitossanitárias, assim como a eliminação de direitos aduaneiros em setores ofensivos para as exportações nacionais, onde o Japão mantém valores elevados, caso dos têxteis e vestuário, calçado, peles e curtumes, revestem-se de particular relevância. A proteção das IG representa igualmente uma mais-valia para Portugal.

No CNE de novembro, foram adotadas conclusões sobre o Sri Lanka, tendo Portugal contribuído ativamente para a respetiva redação, designadamente através da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

inserção de uma referência expressa aos jornalistas, como grupo que careceria de proteção específica dos respetivos direitos. O objetivo do documento foi confirmar os progressos democráticos daquele país, desde as eleições presidenciais de janeiro de 2015, bem como os significativos avanços em termos de reconciliação nacional. A UE comprometeu-se a apoiar as autoridades do Sri Lanka enquanto estas prosseguirem na via reformista.

ÁFRICA

Portugal empenhou-se ao longo de 2015 na dinâmica de aprofundamento das relações entre a UE e o continente africano no contexto das políticas europeias, ao mesmo tempo que contribuiu para a concretização das prioridades estratégicas da União em África, nomeadamente: i) prevenção e resolução de conflitos; ii) apoio aos processos de democratização e do Estado de direito; iii) intensificação do diálogo e cooperação em matéria de migrações; iv) promoção do desenvolvimento; v) luta contra o terrorismo; e vi) reforço das parcerias com a União Africana (UA), com as organizações sub-regionais do continente e bilateralmente com os países africanos, no pleno respeito pelo princípio da apropriação (“ownership”).

Neste contexto, seguimos de forma global as evoluções registadas nos planos político, económico, social e securitário em África, na dupla vertente regional e nacional, com especial atenção para os países das subregiões da África Ocidental e Austral e em particular dos PALOP. Continuámos a valorizar junto dos nossos parceiros europeus os esforços dos PALOP de democratização, desenvolvimento e integração regional, entre outros.

Concomitantemente, tentou manter-se o equilíbrio e a complementaridade entre uma abordagem mais estratégica e abrangente do relacionamento individual da UE com os países africanos e com os contextos regionais em que se inserem, bem como o necessário acompanhamento de situações de crise e emergência verificadas em África ao longo de 2015. Seguiram-se de forma atenta os atos eleitorais, com particular enfoque para aqueles onde, no âmbito das prioridades definidas pela UE,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

estiveram presentes Missões de Observação Eleitoral ou Missões de Peritos Eleitorais. Os fenómenos transversais com incidência no continente africano foram também considerados de forma circunstanciada, nomeadamente as migrações, o terrorismo, a radicalização e o extremismo violento, a criminalidade transnacional e os demais tráficos ilícitos e os fluxos migratórios ilegais, particularmente nas regiões Sahelo-Saariana, da África Central, do Corno de África e do Golfo da Guiné.

Ainda de assinalar a continuação da participação portuguesa em Missões PCSD estabelecidas em África, designadamente na EUTM Mali, EUTM Somália e EUNAVFOR Atalanta.

Mecanismos de Diálogo UE-África

No âmbito do seguimento das decisões da IV Cimeira UE-Africa (Bruxelas, em abril de 2014), Portugal esteve plenamente envolvido na preparação substantiva da Cimeira de La Valetta sobre migrações (ver Título V, Capítulo VIII), incluindo em iniciativas de sensibilização e seguimento com parceiros africanos. Ao mesmo tempo, continuou a acompanhar de perto as discussões sobre a implementação da Arquitetura de Paz e Segurança Africana e o apoio à capacitação regional, através da Facilidade para a Paz em África, em conexão com outras atividades de paz e segurança da UE. Empenhou-se ainda no relançamento do processo (ainda em curso) de revisão das diretrizes para condução do diálogo político da UE ao abrigo do artigo 8.º do Acordo de Cotonou, com o objetivo de explorar formas de melhorar e reforçar o relacionamento político da UE com os países abrangidos e de, ao mesmo tempo, aperfeiçoar os mecanismos de diálogo político e potenciar o seu impacto.

África Ocidental

Portugal continuou a acompanhar de forma atenta as evoluções das diferentes dinâmicas políticas dos países da África Ocidental. No quadro da abordagem inclusiva da UE para a região do Sahel, consubstanciada na Estratégia Europeia para a Segurança e Desenvolvimento do Sahel, considerámos particularmente relevante a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

articulação com a iniciativa do G5¹²⁹ na procura de soluções para os problemas e as ameaças da região. Considerámos igualmente a promoção do envolvimento dos atores locais no sentido de fomentar o diálogo e a aceitação mútua entre as comunidades, com o propósito de combater de forma eficaz os grupos terroristas e as redes transnacionais de crime organizado e tráficos ilícitos que usam aquele território como placa giratória, bem como a radicalização e proliferação de fenómenos fundamentalistas designadamente de cariz religioso.

Através da participação nacional na EUTM-Mali, Portugal contribuiu diretamente para os esforços da UE para a estabilização do Mali, condição essencial para implementação do Acordo de Paz e Reconciliação e para a pacificação da região do Sahel.

Portugal continuou também a acompanhar de forma particularmente próxima a situação securitária no Golfo da Guiné, nomeadamente os episódios de pirataria, “bunkering” e fluxos transnacionais de tráficos ilícitos, mas também os fenómenos de pesca ilegal e crimes ambientais, que prejudicam o desenvolvimento da chamada economia azul e provocam danos de monta aos Estados ribeirinhos e ao comércio internacional. Nesse âmbito, e em vista da implementação da estratégia da UE para a região, foi defendida a importância de serem definidos um envelope financeiro concreto e os mecanismos para a sua operacionalização, bem como a concentração da UE em ações de capacitação, numa lógica de apropriação regional, evitando duplicações (e procurando sinergias) com outras ações já existentes de EM e outros aliados, em particular o Grupo de Amigos que no âmbito do G7 acompanha estas mesmas temáticas (G7++ “Friends of Gulf of Guinea” – FoGG).

No âmbito da abordagem da UE à subregião da África Ocidental, Portugal consagrou grande parte dos seus esforços ao seguimento do processo de implementação da Parceria Especial de Cabo Verde com a UE e à procura de soluções que

¹²⁹ Brasil, México, Índia, África do Sul e China.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

contribuíssem para consolidar a estabilidade na Guiné-Bissau, dentro do quadro democrático e constitucional

No contexto do relacionamento UE-Cabo Verde, caso singular na África Subsariana pela sua solidez e intensidade, Portugal continuou empenhado em promover o aprofundamento da cooperação nas áreas da segurança e da estabilidade, energia, ciência e educação e da convergência técnica e normativa, mas também em matéria de comércio, pescas, migrações/mobilidade e da cooperação territorial europeia (Macaronésia). Acompanhou igualmente os preparativos da 7.^a reunião de Diálogo Político UE-Cabo Verde a nível ministerial, realizada em outubro, tendo nessa sede salientado a necessidade de se continuar a promover, numa ótica de longo prazo, a sustentabilidade do Centro Comum de Vistos na Praia, liderado por Portugal e que já representa um total de 15 Estados Schengen. Portugal participou igualmente numa missão pluridisciplinar no domínio do Pilar Segurança e Desenvolvimento da Parceria Especial, onde foi feito um diagnóstico/levantamento de necessidades com vista à elaboração do Plano de Ação Segurança e Estabilidade de Cabo Verde.

Na sequência dos bons resultados alcançados na Conferência de Doadores sobre a Guiné-Bissau – coorganizada pela UE, por iniciativa de Portugal, em março em Bruxelas, na qual a comunidade internacional prometeu apoios superiores a 1,3 mil milhões de euros –, Portugal continuou a sensibilizar os seus parceiros europeus para a importância de se promover, de maneira consistente e firme, o diálogo entre todos os atores políticos guineenses e a boa convivência institucional, de modo a ultrapassar de forma sustentável a instabilidade política no país. Tal é condição necessária, a par da vontade política das autoridades guineenses, para a implementação das reformas no setor da segurança, combate à impunidade e operacionalização do programa de desenvolvimento socioeconómico “Terra Ranka” apresentado pelo Estado da Guiné-Bissau à comunidade internacional. De notar que a UE foi fundamental na consolidação dos três fatores que, correlacionados, ajudaram a fazer com que a crise institucional que se vive na Guiné-Bissau desde



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

agosto de 2015 não assumisse contornos tão graves como no passado: i) a existência de instituições constitucionais, democraticamente legitimadas; ii) a presença no terreno da missão militar da CEDEAO¹³⁰ na Guiné-Bissau – ECOMIB (com apoio financeiro da UE através da Facilidade para a Paz em África); e iii) a boa coordenação internacional.

África Oriental

Relativamente à situação política e social dos países da África Oriental, Portugal colaborou de maneira interessada na reflexão sobre os diferentes processos e realidades nacionais e a respeito das dinâmicas regionais, com especial destaque para o Corno de África e para as ameaças ligadas às atividades do grupo terrorista “Al-Shabaab”. Defendemos a importância de monitorizar as ameaças ligadas ao terrorismo e à radicalização na região do Corno de África/África Oriental com o intuito de afinar a ação por parte da UE no quadro mais vasto da estratégia integrada para a região. Reiterámos também a necessidade de a União continuar a apoiar, de forma efetiva, os esforços dos países e organizações da região na luta contra o terrorismo e na procura de soluções que permitam fazer face à radicalização.

Na sequência da visita da Alta-Representante a Adis Abeba, em outubro, Portugal apoiou a sugestão do SEAE de elevar estrategicamente o nível do relacionamento bilateral da UE com a Etiópia com o objetivo de promover o seu aprofundamento, atenta a dimensão prioritária do país nos planos político, social e económico, mas também na geoestratégia regional. No que se refere à Somália, Portugal continuou a participar ao longo de 2015 na EUTM Somália, contribuindo para a formação das forças de segurança somalis e apoiando os esforços do Governo Federal. Participou igualmente na EUNAVFOR Atalanta, nos moldes do ano anterior.

¹³⁰ Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

África Central

A atenção e a ação da UE na subregião da África Central foram dominadas pelo agravar das situações política, securitária e humanitária no Burundi, a par da evolução do processo de transição na República Centro Africana e das dinâmicas no leste da República Democrática do Congo e na região dos Grandes Lagos em geral. Neste contexto, Portugal centrou os seus esforços, no seio da UE, no combate às graves violações de direitos humanos que continuaram a ser perpetradas em alguns países da subregião, bem como na prevenção do recrudescimento e agudização de tensões interétnicas e/ou entre diferentes comunidades religiosas. Reiterámos a importância de se manter uma estreita colaboração com os atores regionais africanos, incluindo as organizações continentais e regionais relevantes, na procura de soluções que permitam ultrapassar as atuais crises, preservem a segurança das populações e evitem contágios a nível regional.

Relativamente a São Tomé e Príncipe, Portugal continuou empenhado em dinamizar o aprofundamento das relações do país com a UE nas suas várias dimensões, procurando defender posições estratégicas favoráveis a São Tomé e Príncipe, nomeadamente na vertente da cooperação para o desenvolvimento, da política comercial e da circulação de pessoas, mas também no quadro da capacitação e da promoção da segurança marítima na região do Golfo da Guiné. Tais esforços foram desenvolvidos no plano bilateral e no quadro da concertação entre Estados-membros, mas também na qualidade de Presidência em exercício da UE em São Tomé.

África Austral

Portugal seguiu de perto o diálogo político e a cooperação entre a UE e a República da África do Sul, ao abrigo da Parceria Estratégica adotada em maio de 2007, bem como as perspetivas para o futuro do relacionamento entre a União e o Zimbabué, considerando essencial que se mantenha a aproximação a Harare com enfoque no diálogo sobre reformas políticas e económicas necessárias no país.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Relativamente a Angola, de salientar a realização em Luanda, em novembro, no quadro do “Caminho Conjunto” que o país assinou com a UE em julho de 2012, da segunda reunião ministerial entre as Partes, que contou com um forte envolvimento político do lado angolano. Portugal acompanhou de forma circunstanciada a preparação e o seguimento desta reunião. Os temas debatidos refletem bem a importância da concertação UE-Angola sobre temáticas de paz, segurança e desenvolvimento nas subregiões dos Grandes Lagos/África Central e Golfo da Guiné, para além dos temas de relacionamento bilateral. Apesar da crise financeira resultante da baixa no preço do petróleo, Angola permanece um ator incontornável na região, cujas relações com a União continuaremos a potenciar a todos os níveis, incluindo promovendo a discussão do Plano de Ação conjunto UE-Angola, com vista à sua assinatura em 2016.

Quanto a Moçambique, Portugal defendeu a importância de a União continuar a contribuir de forma ativa para que o Governo de Moçambique e a Renamo prossigam na implementação do Acordo de Cessação de Hostilidades, de forma a poderem ultrapassar os atuais constrangimentos e chegar a um compromisso equilibrado quanto a todo o mecanismo de integração das forças residuais da Renamo, quer nas Forças de Defesa e Segurança, quer na sociedade civil. Defendeu igualmente o aprofundamento do diálogo entre os vários atores políticos, para a consolidação da democracia, da estabilidade política e do desenvolvimento socioeconómico do país, em benefício de todos os moçambicanos.

Relacionamento da UE com as Organizações regionais africanas e Países Terceiros

Tal como nos anos anteriores, Portugal continuou a desenvolver esforços com vista ao reforço do diálogo e das parcerias entre a UE e a UA e com as organizações regionais africanas, designadamente a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), no quadro de um reforço da liderança e das capacidades africanas, por



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

um lado, e do aprofundamento e consolidação dos processos de integração regional, por outro. Simultaneamente, e sempre que apropriado, promoveu o estreitamento da coordenação da UE com outros atores relevantes no continente africano, designadamente a articulação de ações e iniciativas com países terceiros e um maior investimento destes na operacionalização da APSA¹³¹.

Acordos de Parceria Económica

No plano das relações comerciais, o ano de 2015 foi dedicado à realização da revisão jurídica dos textos dos Acordos de Parceria Económica (APE) concluídos em 2014 com a SADC¹³² e com a Comunidade Africana Oriental (EAC)¹³³. Na região da África Austral e Oriental (ESA)¹³⁴, a aplicação provisória do APE intercalar, assinado por Madagáscar, Maurícias, Seicheles e Zimbabué decorreu de forma satisfatória. Esse facto tem, contudo, levado a que as negociações para a conclusão de um APE completo, envolvendo todos os países da região, sofram um atraso, uma vez que os signatários do APEi apenas demonstram interesse em manter o acordo já em vigor. De notar que aos restantes países da região, que não integram o Acordo, continuará a aplicar-se o regime EBA¹³⁵.

Relativamente ao APE UE-África Ocidental¹³⁶ tentou-se que tivesse lugar a assinatura do acordo por parte dos três países africanos em falta – Nigéria, Mauritânia e Gâmbia. O processo de ratificação só poderá iniciar-se quando todos os países envolvidos no acordo o tiverem assinado. Depois do processo de assinatura concluído, as Partes deverão concentrar-se nos trâmites necessários à entrada em

¹³¹ "African Peace and Security Architecture".

¹³² Botsuana, Lesoto, Moçambique, Suazilândia, África do Sul e Namíbia.

¹³³ Burundi, Quénia, Ruanda, Tanzânia, Uganda.

¹³⁴ Seicheles, Zimbabué, Maurícias, Madagáscar, Zâmbia, Comores, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Malaui, Somália, Sudão.

¹³⁵ O Regulamento EBA ("Everything but Arms") estabelece um acesso ao mercado comunitário, livre de direitos e sem restrições quantitativas, para todos os produtos com exceção de armas e munições, originários desse grupo de países. O EBA constitui o regime comercial mais favorável concedido pela UE, sendo o regime aplicado a Países Menos Avançados.

¹³⁶ Benim, Burquina-Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, República da Guiné, Senegal, Serra Leoa, Togo e a Mauritânia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

vigor do APE, para que esta possa ter lugar o mais breve possível, de preferência até outubro de 2016, assegurando que as potencialidades do acordo são devidamente utilizadas.

As negociações do APE com a região da África Central¹³⁷ continuaram suspensas, devido à instabilidade na região.

Portugal assumiu, desde o início das negociações dos APE, uma posição muito favorável à conclusão destes acordos, no entendimento de que se trata de acordos assimétricos, nos quais a componente desenvolvimento determina o regime comercial. Nesse sentido apoiou a consagração de uma abordagem “taylor made” com soluções flexíveis, tanto em termos de conteúdo como de configuração geográfica. Veem-se, agora, com satisfação, os resultados dessa abordagem, com os primeiros acordos em aplicação a revelar resultados positivos e outros prestes a concluir os trâmites necessários para a sua entrada em vigor.

Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP)

As relações de cooperação da União Europeia com o grupo de Estados ACP são reguladas pelo Acordo de Parceria ACP-CE (Acordo de Cotonou) assinado no ano 2000, durante a Presidência portuguesa, com uma vigência de 20 anos. No sentido de se prepararem as posições das duas partes sobre o futuro do Acordo, desenvolveram-se ao longo do ano diversas iniciativas informais de reflexão. A parte comunitária está a preparar uma avaliação sobre as relações de cooperação ACP-UE e lançou, no final do ano, uma consulta pública que irá alimentar uma comunicação a apresentar no início do verão de 2016. A decisão final que for tomada poderá ter implicações importantes ao nível do relacionamento entre a UE e os principais parceiros da cooperação portuguesa que são membros desse Acordo. Por conseguinte, Portugal tem acompanhado as discussões em curso, tendo para o efeito

¹³⁷ Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Chade, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

sido ativado um grupo inter-serviços para coordenar a posição nacional e preparar a resposta à consulta pública.

Em março, após ratificação por todos os Estados-membros, entrou em vigor o Acordo Interno Financeiro para o 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), o que permitiu retomar a normalidade dos compromissos financeiros com os países ACP. Portugal havia ratificado o Acordo em março de 2014.

Ao longo do ano foi possível dar continuidade à aprovação e assinatura dos Programas Indicativos Nacionais (PIN), destacando-se os destinados a Angola (210 milhões de euros) e Moçambique (734 milhões de euros). Foram ainda aprovados os Programas Indicativos Regionais (PIR) para as cinco regiões ACP.

Quanto ao diálogo político UE-ACP, salientam-se as trocas de pontos de vista, no Conselho de Ministros ACP-UE de maio, sobre o financiamento do desenvolvimento pós-2015, o futuro das relações ACP-UE e o desenvolvimento do setor privado dos países ACP.

Relativamente à execução da cooperação ACP-UE, os compromissos assumidos no âmbito do FED em 2015 foram da ordem dos 5,5 mil milhões de euros e os desembolsos de 3,2 mil milhões de euros. Aspeto importante a salientar prende-se com os resultados das adjudicações a empresas e instituições portuguesas no quadro do FED. Os últimos dados disponíveis referem-se ao ano de 2014, quando as adjudicações de contratos atribuídos a empresas e entidades portuguesas foram da ordem dos 123 milhões de euros, sendo que a contribuição de Portugal para o FED, no ano de 2014, foi de cerca de 39,5 milhões de euros.

No sentido de promover uma maior participação das empresas portuguesas nos mercados financiados pelos vários instrumentos de financiamento da ajuda comunitária, com especial incidência no FED, foi organizado em novembro um seminário de divulgação sobre os referidos instrumentos, dinamizado por funcionários da Comissão, que contou com cerca de 90 participantes.



S. R.
 MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No âmbito da gestão das ações financiadas e/ou cofinanciadas no quadro do FED (e de outras linhas do orçamento da UE) em cooperação delegada, Portugal continuou a assegurar a gestão de quatro Acordos de Delegação (20,8 milhões de euros) e deu início à fase de encerramento de outros três (13 milhões de euros) – nos PALOP e Timor-Leste. Foi ainda finalizada a negociação de um novo Acordo para a Guiné-Bissau (550 mil euros), cuja implementação terá início em 2016, e iniciou-se a negociação de dois novos Acordos para Angola e Timor-Leste (36 milhões de euros), cujo início se prevê para 2017.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE AÇÃO EXTERNA¹³⁸

Instrumento de Pré-Adesão (IPA)

No âmbito do IPA II¹³⁹ foi adotado o pacote de assistência de pré-adesão para os Balcãs Ocidentais e Turquia no valor de 1000 milhões de euros, bem com os programas de ação anual para a Albânia (89,9 milhões de euros), para a Bósnia e Herzegovina (37,2 milhões de euros), para a Antiga República Jugoslava da Macedónia (cerca de 24,1 milhões de euros), para o Kosovo (78 milhões de euros), para o Montenegro (cerca de 25,1 milhões de euros), para a Sérvia (196,6 milhões de euros) e para a Turquia (255,1 milhões de euros). Foram ainda aprovados os programas de ação multianual para o período 2015-2017 que totalizam 277,8 milhões de euros e concedida assistência financeira à Comunidade Cipriota Turca¹⁴⁰, no valor de 32,3 milhões de euros.

Foram ainda, aprovados os Programas de Ação do “Technical Assistance Information Exchange Office” – TAIEX para o período 2015-2017, quer para os países

¹³⁸ Ver Instrumento para a Estabilidade e a Paz no Capítulo I e Instrumento Cooperação para o Desenvolvimento no Capítulo IV, ambos deste Título.

¹³⁹ Países beneficiários: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Islândia (os fundos foram cancelados no seguimento da suspensão das negociações de adesão), Kosovo, Montenegro, Sérvia, Turquia e Antiga República Jugoslava da Macedónia.

¹⁴⁰ Esta assistência financeira é regida pelas disposições do Regulamento (CE) n.º 389/2006, que estabelece um instrumento de apoio financeiro para a promoção do desenvolvimento económico da comunidade cipriota turca. As necessidades financeiras são no entanto cobertas pela dotação global afeta ao IPA II.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

beneficiários do IPA II (38 milhões de euros), quer para os da Política Europeia de Vizinhança (21 milhões de euros). Estes programas destinam-se a reforçar a capacidade administrativa e apoiar a reforma da administração pública junto dos países beneficiários.

Em março, foi lançada a iniciativa TAIEX-REGIO PEER 2 PEER¹⁴¹ que se destina a apoiar os Estados-membros a melhorar a sua capacidade administrativa, na gestão do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão. Este novo instrumento assenta na troca de experiências e boas práticas entre os pares.

Os programas “twinning”¹⁴² e a sua versão mais flexível, “twinning light”¹⁴³, continuaram a ser um dos principais instrumentos de reforço da capacidade institucional e a funcionar como catalisadores dos processos de reformas nos países beneficiários. Foram circulados cerca de 60 projetos de “twinning” no âmbito do IPA e 37 no âmbito do Instrumento Europeu de Vizinhança. Neste âmbito, a proposta apresentada por Portugal em parceria com a França, foi escolhida para implementar um projeto “twinning” que visa apoiar o reforço das capacidades institucionais do Tribunal de Contas da Argélia.

Quanto ao instrumento TAIEX, Portugal continuou a ter uma intervenção significativa, tendo contado com a participação de mais de 70 peritos em seminários, missões e “workshops” e organizado 10 visitas de estudo. Contámos ainda com a participação de 17 peritos em missões no âmbito do apoio à Comunidade Cipriota Turca e três peritos em eventos TAIEX-REGIO PEER 2 PEER.

¹⁴¹ Trata-se de uma ferramenta orientada para a procura e que responde diretamente aos pedidos específicos por parte das autoridades nacionais ou regionais responsáveis pela gestão, coordenação, certificação e de auditoria do FEDER e do Fundo de Coesão dos EM, através de missões de peritos, visitas de estudo e “workshops”.

¹⁴² O “twinning” foi lançado em 1998 e consiste na transferência de “know-how” das administrações públicas dos Estados-membros para a dos países beneficiários. Os beneficiários incluem os países IPA II e os da PEV.

¹⁴³ Disponível desde 2001.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Instrumento de Vizinhança

Este instrumento financiou programas anuais de ação para os 16 países da PEV, contribuiu para o Fundo Fiduciário regional de resposta à crise síria e para entidades e organizações de reconhecido mérito e impacto de atuação nesta área geográfica, nomeadamente a União para o Mediterrâneo e o Fundo Europeu para a Democracia. Os conflitos que continuaram a assolar a Vizinhança durante 2015 fizeram com que muitas das ações e medidas especiais adotadas tivessem como objetivo contribuir para a promoção da segurança. O objetivo de longo prazo, tendo em vista o desenvolvimento sustentável e a prosperidade partilhada, manteve-se presente, embora tenha sido frequentemente substituído pela necessidade de agir no curto prazo para aliviar as consequências nefastas das crises que ocorreram quer a sul quer a leste.

Instrumento de Parceria

Este instrumento visa dar respostas aos novos desafios na relação com países terceiros que, nessa perspetiva e do ponto de vista estratégico, sejam de particular interesse para a União Europeia. No ano de 2015, o orçamento deste instrumento foi de 102,7 milhões de euros, sendo financiadas ações no âmbito dos objetivos prioritários definidos. Relativamente às estratégias de parceria e de cooperação (objetivo 1) destacam-se ações relativas à urbanização, à avaliação dos serviços ecossistémicos e à eficiência de recursos naturais. Ao nível da execução internacional da Estratégia Europa 2020 (objetivo 2), salientam-se as contribuições para as bolsas “Schuman Fullbright” e a cooperação em matéria de normalização política e legislação no domínio das TIC. Quanto ao acesso aos mercados, trocas comerciais, investimento e oportunidades de negócio (objetivo 3), um dos pontos fulcrais deste programa, destacam-se a cooperação no domínio da aviação assim como o reforço do “Green Gateway to Japan” (impulso das energias verdes). Por último, note-se a importância da cooperação académica (ERASMUS+), da diplomacia pública e das atividades que visam a concretização e comunicação do instrumento, nomeadamente



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

a diplomacia cultural. Os parceiros abrangidos pelo Instrumento de Parceria em 2015 foram o Canadá, EUA, México, Brasil, China, Japão, África do Sul, Austrália e os membros asiáticos da ASEAN.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

POLÍTICA COMERCIAL

NOVA ESTRATÉGIA PARA A POLÍTICA COMERCIAL

Numa linha de continuidade relativamente à via iniciada em 2006 com a Comunicação Europa Global, confirmada em 2010, a Comissão apresentou em outubro a sua nova estratégia para a Política Comercial e de Investimento, a Comunicação “Comércio para todos – rumo a uma política mais responsável em matéria de comércio e investimento” (“Trade for All”).

A estratégia delineada abrange o plano multilateral e as negociações bilaterais e regionais e assenta em três ideias fundamentais: eficácia, transparência e valores da UE.

Pretende-se eficácia na obtenção de benefícios económicos reais e explicáveis à opinião pública, propondo-se, para tal, que os acordos reflitam a economia global dos nossos dias. Sublinhando a necessidade de articulação entre a política comercial e as outras políticas da UE, a estratégia coloca grande ênfase na necessidade de se ter em conta as cadeias globais de valor. Como corolário, propõe que se dê maior atenção aos serviços, ao comércio eletrónico e à mobilidade assim como ao reforço da confiança dos consumidores nos produtos que adquirem, à adaptação dos trabalhadores sempre que a concorrência afetar os postos de trabalho, sugerindo-se a introdução de melhorias no Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, e à necessidade de as PME beneficiarem dos acordos comerciais em pé de igualdade com as grandes empresas.

Quanto à transparência, é proposta a divulgação dos documentos de negociação e um envolvimento mais próximo com o PE, o Conselho e a sociedade civil, sendo o Conselho convidado a desclassificar as diretivas de negociação imediatamente após a sua adoção.



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A comunicação propõe ainda que os valores da UE estejam mais presentes na política comercial, a par dos interesses económicos. Pretende-se salvaguardar o modelo social e regulamentar europeu, não permitindo que os acordos comerciais baixem os níveis de proteção ambiental, social ou laboral, assim como o direito da UE e dos seus EM de tomarem medidas determinadas por objetivos de interesse público.

Quanto ao investimento, a abordagem proposta reflete o exercício desenvolvido no quadro do TTIP, salvaguardando o direito dos Estados a regular e a referência ao estabelecimento de um tribunal arbitral permanente, o ICS ("Investment Court System"), em substituição do antigo sistema ISDS ("Investment to State Dispute Settlement") – ver Capítulo II deste Título.

Os parceiros negociais são identificados um por um, com os EUA e o Japão a manterem-se como interlocutores prioritários, o ACL com a Coreia como "benchmark" dos Acordos em aplicação e o CETA com o Canadá como "benchmark" dos acordos concluídos. Destacam-se a inclusão da Austrália e da Nova Zelândia e a modernização dos acordos com o México e com o Chile. Mantém-se a aposta na Ásia e numa possível futura configuração regional ASEAN das negociações bilaterais concluídas e a retomar ou lançar. Contudo, a Índia – com quem as negociações estão bloqueadas – surge com pouco relevo. A China é referida em termos contidos, com uma menção à condicionalidade quanto a um eventual ACL. Ainda maior contenção sobre a Rússia, relativamente à qual a Comissão se abstém de elencar ações a desenvolver. Quanto ao MERCOSUL reitera-se o objetivo da conclusão de um acordo ambicioso, embora adaptado às condições económicas da região. A Turquia é também objeto de uma referência específica positiva.

É de sublinhar ainda a preocupação com a implementação dos acordos e com a avaliação "ex-post" relativa a setores, Estados-membros e, em alguns casos, do impacto nas economias de países terceiros, nomeadamente Países em Desenvolvimento (PED).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Sobre a vertente multilateral, é de destacar a definição realista do percurso a seguir. Não só se reconhece que o modelo da Agenda de Desenvolvimento de Doha (DDA), ao qual se tentou configurar o resultado de diversas ministeriais OMC, não é mais aplicável, como se adianta claramente que a abordagem “single undertaking” – “nada está acordado até tudo estar acordado” – é ineficaz e perversa, impedindo mesmo os acordos possíveis. Reconhece o mérito de negociações plurilaterais que em áreas diversas têm avançado, desde que prevendo a possibilidade de multilateralização.

O Conselho acolheu de forma muito positiva a comunicação, o que se reflete nas conclusões adotadas no CNE de novembro, que subscreveu a generalidade das iniciativas da Comissão, com exceção da desclassificação das diretivas de negociação. À publicitação sistemática dos mandatos negociais proposta pela Comissão, o Conselho, com apoio de Portugal, contrapôs a necessidade de uma abordagem equilibrada que não ponha em causa a posição de negociação da UE.

Portugal acolheu de forma positiva a comunicação, nomeadamente o seu contributo para a promoção do crescimento e do emprego e o destaque dado às PME. Valorizou o objetivo de maior coordenação entre a política comercial e de investimento com as outras políticas europeias, incluindo as preocupações de desenvolvimento sustentável na política externa da UE. Também a identificação dos interlocutores prioritários reflete as prioridades nacionais, sendo que o objetivo de continuar a expandir a rede de acordos comerciais corresponde à estratégia nacional de abertura de novos mercados, de forma a reforçar as exportações portuguesas.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

X Conferência Ministerial (MC10) da OMC

Teve lugar em Nairobi, no Quênia, entre 15 e 19 de dezembro, a X Conferência Ministerial da OMC que aprovou o designado “Pacote de Nairobi”, composto por nove decisões, três delas relativas ao trabalho regular da OMC e seis referentes aos temas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

da DDA. Para além do “Pacote”, Nairobi constitui uma referência por ter sido, nessa ocasião, concluída a revisão de uma das iniciativas plurilaterais mais ambiciosas negociadas no âmbito da OMC, o ITA¹⁴⁴.

No quadro do trabalho regular da OMC, inserem-se as decisões sobre o Programa de Trabalho sobre Economias Pequenas e Vulneráveis, o Programa de Trabalho em Comércio Eletrónico e a Moratória relativa a queixas em caso de não violação ou motivadas por outras situações no quadro do Acordo TRIPS¹⁴⁵.

No contexto da DDA, o pilar Agricultura foi como se antecipava o principal tema, face às posições dos PED, e a MC10 chegou a acordo relativamente à vertente Concorrência à Exportação, Segurança Alimentar e Mecanismo Especial de Salvaguarda. Na dimensão Desenvolvimento/Países Menos Avançados (PMA), a MC10 adotou decisões sobre Regras de Origem Preferenciais e Tratamento Especial e Diferenciado para serviços e prestadores de serviços oriundos de PMA. Foi ainda adotada uma decisão sobre o tratamento especial e diferenciado dos países produtores e exportadores de algodão e produtos relacionados.

A decisão relativa à Concorrência à Exportação, considerada pela generalidade dos membros e pelo DG OMC como o principal resultado da MC10, constituiu um marco por ser a primeira vez que são adotadas regras multilaterais para eliminar medidas de distorção na exportação de produtos agrícolas. Apesar de o texto apresentar disciplinas mais exigentes no pilar relativo aos subsídios, a decisão cobre as quatro áreas que a integram: subsídios, créditos, empresas estatais comerciais e ajuda alimentar internacional, como pretendido pela União Europeia.

Com esta decisão, os países desenvolvidos assumiram o compromisso de eliminar os subsídios à exportação dos produtos agrícolas. Para os PED foi fixado um prazo de três anos, que pode ser prorrogado por mais cinco anos. Os PMA e importadores

¹⁴⁴ “Information Technology Agreement”.

¹⁴⁵ “Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights”.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

líquidos de produtos alimentares (NFIDC) beneficiarão de um período de “phase-out” ainda mais alargado, até ao final de 2030.

Relativamente aos créditos à exportação, foi estabelecido para os países desenvolvidos um prazo máximo de reembolso de 18 meses, a partir de 31 de dezembro de 2017, não abrangendo contratos em vigor à data da decisão, o que fica aquém da proposta apresentada pela UE. Mas os PED beneficiarão de um prazo de implementação mais alargado, com um período de “phase-in” de quatro anos, devendo respeitar o período máximo de 36 meses para o reembolso a partir da data da decisão.

Quanto às empresas comerciais estatais, os membros comprometeram-se a evitar práticas monopolistas que tenham consequências de distorção do comércio que possam levar ao desvio das exportações de outros membros.

Na ajuda alimentar internacional, foram salvaguardados os interesses dos PED através da limitação da possibilidade de monetização¹⁴⁶ da referida ajuda.

O Pacote consubstancia-se numa Declaração Ministerial, adotada por consenso dos 162 países membros da OMC, em dezembro, dividida em três partes:

- Parte I, onde são assinalados os resultados alcançados pela OMC ao longo da sua história, bem como os desafios a enfrentar no futuro da organização e dos membros;
- Parte II, onde se identificam as nove decisões adotadas na Conferência Ministerial, referidas acima;
- Parte III, onde são definidas as linhas de orientação para os trabalhos pós-Nairobi.

¹⁴⁶ Os membros da OMC deverão proceder à monetização da ajuda alimentar somente quando há uma necessidade demonstrada nesse sentido, com o objetivo de assegurar o transporte e entrega de assistência alimentar.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O teor pouco preciso da Parte III decorre claramente das divergências entre os membros da OMC quanto à metodologia a seguir nas negociações e quanto à definição da futura ordem de trabalhos da organização. Com efeito, uma parte (em especial os PED e as economias emergentes) manteve-se fiel ao “modelo DDA”, defendendo a conclusão da ronda no quadro do mandato e da estrutura originais: apenas as áreas do programa de trabalho de Doha; recusa da diferenciação entre PED; defesa da abordagem multilateral, assente nos princípios de “um membro, um voto” e de “single undertaking”. Os restantes (a maioria dos países desenvolvidos, incluindo a UE) reconheceram a importância de novas abordagens, o que implica: a admissão de novos temas; a necessidade de diferenciação das economias emergentes; a admissão da abordagem plurilateral como complemento da multilateral, no pressuposto de que as negociações plurilaterais podem dinamizar novos entendimentos comerciais no quadro OMC, desde que assegurada a “multilaterização” dos acordos plurilaterais.

Neste cenário, a inclusão de novos temas na agenda da OMC (como concorrência, investimento ou comércio eletrónico), conforme havia sido proposto por alguns países desenvolvidos, nomeadamente pela UE, EUA e Japão, e que Portugal apoiou, fica dependente de uma decisão futura dos membros da OMC.

Em Nairobi não foi possível chegar a acordo em matéria de Tratamento Especial e Diferenciado (proposta do G90¹⁴⁷) e sobre Transparência em Regras (“Anti-dumping”; Acordos Comerciais Regionais e Subsídios às Pescas), que integravam o conjunto de temas apresentados aos ministros para decisão. Este resultado já se antecipava, aliás, face às divergências registadas nos meses que precederam a MC10

¹⁴⁷ O Grupo dos 90 constitui o maior grupo negocial da OMC, incluindo o Grupo ACP, o Grupo da União Africana e o Grupo dos Países Menos Avançados.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

e não teve especial impacto no intenso processo negocial liderado pela Ministra queniana Amina Mohamed, que presidiu à Conferência, e pelo DG Roberto Azevêdo.

O “mini-pacote” que aprovado em Nairobi constituiu, assim, a solução possível. Os países em desenvolvimento – os PMA em particular – que beneficiam de tratamento diferenciado mais favorável, são claramente os principais beneficiários do resultado da MC10, o que vai ao encontro dos objetivos da UE e também de Portugal.

A posição de Portugal nesta Conferência Ministerial centrou-se na valorização dos laços que unem Portugal aos PED (se excetuarmos o nosso país, os restantes Países de Língua Portuguesa membros da OMC são países em desenvolvimento), colocando a ênfase nos potenciais benefícios para estes e para os países menos avançados. Nessa perspetiva, colocou o foco na vertente desenvolvimento, sem deixar de sublinhar a importância da credibilidade do sistema multilateral de comércio, para o que defendeu a necessidade de modernizar a agenda da OMC no sentido de incluir novos temas e de se aceitar a abordagem plurilateral como abordagem complementar.

Novas adesões

Em 2015, aderiram à OMC as Seychelles, a Libéria e o Afeganistão, respetivamente em abril e dezembro.

Acordo Plurilateral sobre Produtos das Tecnologias de Informação (ITA)

À margem da MC10, 81 membros da OMC¹⁴⁸ concluíram finalmente as negociações para a revisão do Acordo ITA de 1996, que levará à eliminação até 1 de julho de 2016 de cerca de 65% das linhas pautais relativas a produtos das tecnologias de informação. A grande maioria das restantes linhas será eliminada em quatro etapas ao longo de três anos pelo que, até 2019, quase todas as importações dos produtos em causa serão livres de direitos. Para um número muito limitado de produtos

¹⁴⁸ Incluindo os 28 Estados-membros da UE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

sensíveis os direitos serão progressivamente eliminados durante um período de 5 a 7 anos.

A eliminação dos direitos aduaneiros aplicados a estes produtos, que representam cerca de 10% do valor total do comércio mundial, contribuirá para uma maior abertura dos mercados extracomunitários

Este acordo também inclui o compromisso de prosseguir os trabalhos com vista à eliminação de barreiras não pautais no setor das tecnologias de informação – algo por que Portugal se bateu ao longo do processo – correspondendo a um ganho adicional que foi acolhido com satisfação e mantém a lista de produtos abrangidos sob revisão para determinar se a expansão será necessária, afim de refletir adequadamente a evolução tecnológica.

Considera-se que as pretensões portuguesas foram, de um modo geral, salvaguardadas, sendo de destacar que se manteve um período transitório de sete anos para os autorrádios, produto sobre o qual incidia a principal preocupação de Portugal nestas negociações, e foram acauteladas as restantes sensibilidades nacionais.

Para Portugal, preveem-se efeitos positivos da expansão do ITA. A liberalização dos novos produtos contribuirá para estimular a competitividade entre os vários produtores/exportadores mundiais, pelo que Portugal irá beneficiar de condições de aquisição mais favoráveis na relação preço/qualidade. Assim, a liberalização dos novos produtos ITA irá beneficiar a indústria nacional, quer numa perspetiva do consumo, quer numa perspetiva de aumento da produção e/ou exportação da indústria nacional, não se esperando que uma maior abertura do mercado intracomunitário à concorrência de produtos oriundos de países terceiros venha a pôr em causa sensibilidades nacionais de relevo.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Iniciativa dos Bens Ambientais

Prosseguiu a negociação de um futuro acordo plurilateral relativo ao Comércio de Bens Ambientais (EGA), visando a eliminação progressiva dos direitos aduaneiros associados aos bens importados para todos os países que nele participem, de modo a estimular a utilização de tecnologias mais “limpas”, lutar contra as alterações climáticas e diminuir a emissão de gases com efeito de estufa. Pretende-se que este venha a ser um “living agreement”, partindo dos direitos aduaneiros sobre os bens ambientais para, numa fase posterior, incluir barreiras não pautais e serviços.

Foram realizadas oito rondas de negociação, nas quais foi sendo consolidada uma lista de produtos ambientais e aperfeiçoado o texto de um projeto de acordo que uma vez concluído assumirá a forma de uma Declaração Ministerial sobre o Comércio de Bens Ambientais.

No final do ano, os trabalhos foram intensificados com o objetivo de se concluir e formalizar um Acordo no decorrer da Cimeira de Nairobi. Todavia, as dificuldades quanto à estabilização de uma lista consolidada de produtos e o endurecimento das posições de alguns membros da OMC, muito em particular da China e EUA, inviabilizaram tal possibilidade. Prevê-se que, em 2016, haja uma aceleração dos trabalhos com vista a possibilitar a sua conclusão.

Portugal participou ativamente nos trabalhos em curso tendo em vista uma adequada defesa de interesses ofensivos e defensivos nacionais. Relativamente aos primeiros, Portugal apresentou interesses na área florestal e seus derivados alguns dos quais foram incluídos na lista do Presidente das negociações. O facto de as negociações prosseguirem em 2016 poderá constituir uma oportunidade para a inclusão de mais produtos oriundos deste setor. Portugal defendeu igualmente a inclusão dos serviços e Barreiras Não Pautais neste acordo, discussão adiada para uma fase posterior das negociações.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Os interesses defensivos abrangem bicicletas e suas partes, bem como alguns bens incluídos nos capítulos dos plásticos, cerâmica, alumínio e maquinaria. De entre estes produtos, salientam-se as bicicletas – setor muito sensível à liberalização e vulnerável à enorme capacidade de exportação de alguns membros que participam nas negociações deste acordo, nomeadamente a China e Taiwan.

Iniciativa Plurilateral sobre Comércio de Serviços (TiSA)

O objetivo da negociação deste Acordo é contornar o impasse do ciclo de Doha na OMC, nomeadamente em matéria de liberalização do comércio de serviços. Assim, pretende-se não apenas assegurar a abertura dos mercados de serviços, mas também desenvolver novas regras nas trocas de serviços. Estas negociações decorrem fora do quadro da OMC, com base no GATS¹⁴⁹, envolvendo 23 membros, mas a intenção é que logo que se constate massa crítica em termos de participação se faça uma “ancoragem” a esta organização internacional.

Realizaram-se até à data 15 ciclos negociais, cinco dos quais durante 2015. O 15.º ciclo negocial, que decorreu em dezembro, foi organizado e presidido pela UE, sendo de destacar os progressos em matéria de telecomunicações e transportes rodoviários. Foram ainda debatidos os serviços financeiros, o modo 4¹⁵⁰, regulamentação interna e transparência.

Assim, 2015 foi marcado por um esforço para fazer progredir os trabalhos. Neste mesmo ano as Maurícias passaram a ser um novo membro do TiSA e, em sentido contrário, saíram desta iniciativa o Uruguai e o Paraguai. Não se constataram quaisquer avanços quanto à integração da China.

A UE tem assumido três objetivos chave nestas negociações: aumentar o grau de ambição de todos os participantes (atuais e futuros) para que assumam um nível similar de compromissos de acesso ao mercado e tratamento nacional; incluir

¹⁴⁹ “General Agreement on Trade and Services”.

¹⁵⁰ Movimento de pessoas singulares para prestarem um serviço ou trabalharem numa empresa prestadora de serviços.



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

normas claras sobre o acesso ao mercado; e eliminar “plafonds” de participação estrangeira (por exemplo no setor das telecomunicações).

Portugal tem apoiado globalmente esta iniciativa plurilateral no pressuposto de que o objetivo último é a sua multilateralização no quadro da OMC. Portugal tem também estado atento à articulação entre as negociações TiSA e TTIP, defendendo que as primeiras não deverão condicionar as negociações do acordo transatlântico. A Portugal interessa melhorar o acesso ao mercado de países terceiros nos vários modos de prestação de serviços, obter regras claras que tornem o comércio nesta área mais previsível e transparente e eliminar, tanto quanto possível, barreiras que prevalecem no comércio de serviços.

INSTRUMENTOS DE DEFESA COMERCIAL (IDC)¹⁵¹

Aplicação pela União Europeia dos IDC contra as importações de países terceiros

Têm sido vários os setores industriais em Portugal, com forte orientação exportadora, que têm requerido junto do Governo e da Comissão Europeia a imposição, por via dos IDC, de medidas de defesa comercial pela UE.

Estes setores, cujo principal destino de vendas é o mercado europeu, estão muito expostos à concorrência de produtores-exportadores de países terceiros que, para penetrarem e aumentarem a sua quota no mercado europeu, praticam com frequência “dumping” nos preços das suas exportações ou beneficiam de subvenções estatais que lhes conferem vantagens competitivas sobre os setores industriais europeus e nacionais. Estão em causa setores ou subsectores como o calçado, cerâmica, a cordoaria sintética, os cabos de aço, bicicletas, têxteis e vestuário, plásticos, biocombustíveis, aço e equipamentos para energias renováveis.

¹⁵¹ Os instrumentos de defesa comercial revestem a forma de medidas “anti-dumping”, anti-subsvenções e medidas de salvaguarda que visam repor a equidade e a concorrência leal das práticas comerciais dos operadores económicos. Refira-se que a UE não recorre ao uso de salvaguardas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Durante o ano de 2015, foram tomadas várias decisões positivas para os interesses da indústria nacional e que por isso tiveram o apoio de Portugal. Destaca-se a abertura de um novo processo de defesa comercial sobre as importações de produtos em aço originárias da China, a imposição de medidas sobre as importações de folha de alumínio originárias da Rússia, a prorrogação das medidas em vigor sobre as importações de produtos de ferro ou aço originárias da China, Rússia e Bielorrússia e de biodiesel originário dos EUA e Canadá. Relevante também o início de reexames de caducidade de medidas sobre as importações originárias da China de mecanismos de argolas, ferrossilício, rodas de alumínio, PET, fibras de poliéster de alta tenacidade e de componentes para painéis solares; e o início de reexames anti-evasão, visando a Malásia e Taiwan, no âmbito dos processos “anti-dumping” e anti-subsvenções sobre as importações de componentes para painéis solares, originários da China.

Como menos positivo, salienta-se apenas o encerramento do processo “anti-dumping” sobre as importações de velas, círios e pavios, originárias da China.

Aplicação por Países Terceiros de IDC contra as exportações da UE ou de alguns dos seus Estados-membros

Portugal, em estreita colaboração com a Comissão Europeia, procura apoiar as empresas nacionais cujas exportações poderão vir a ser afetadas pela aplicação de medidas de defesa comercial em países terceiros. Procura-se assegurar que as investigações sejam conduzidas dentro dos trâmites legais estipulados pela OMC e que os processos de investigação se pautem pela transparência. No caso de se confirmar a imposição de medidas, Portugal procura que seja encontrada uma solução com vista a atenuar o impacto negativo na atividade exportadora das empresas.

Em 2015, foram iniciados 23 processos de defesa comercial com incidência nas exportações da UE, sendo 9 “anti-dumping”, 1 anti-subsvenções e 13 salvaguardas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Merece alguma preocupação a tendência abusiva do recurso a salvaguardas que, pela sua natureza, constituem um instrumento protecionista, uma vez que incidem sobre importações realizadas em condições normais e não são um instrumento corretor como é o caso do instrumento “anti-dumping” que incide sobre a prática de “dumping”.

Importa destacar, pelo seu impacto para as empresas exportadoras nacionais, os seguintes processos:

- Processo “anti-dumping” iniciado pelos EUA, em fevereiro, contra as importações de papel não revestido originárias, “inter alia”, de Portugal, cuja investigação se encontra ainda a decorrer. Em agosto foram impostas medidas “anti-dumping” provisórias e, no início de 2016, poderão vir a ser impostas ou não medidas definitivas. Portugal, através dos diversos canais disponíveis, tem vindo a desenvolver esforços no sentido de mitigar os efeitos das medidas sobre a principal empresa nacional exportadora de papel para os EUA (Portucel).
- Investigação de salvaguarda iniciada por Marrocos, em junho, sobre as importações de bobines de papel. A investigação encontra-se ainda a decorrer mas, caso sejam impostas medidas, poderá afetar negativamente as exportações da indústria portuguesa de papel para Marrocos.
- Investigação de salvaguarda iniciada pela Tunísia, em julho, sobre as importações de ladrilhos de cerâmica, ainda a decorrer. Portugal acompanha este processo, desde o início, em articulação com a Comissão Europeia, tendo-se registado como parte interessada uma vez que, na eventualidade de ser implementada uma salvaguarda, esta poderá afetar negativamente as exportações de empresas nacionais que têm vindo a crescer neste mercado.

ESTRATÉGIA DE ACESSO AO MERCADO (EAM)

Esta Estratégia da União Europeia destina-se essencialmente a promover as exportações europeias, sendo para tal necessário identificar e eliminar barreiras ao comércio nos mercados dos seus parceiros. Assume igualmente um papel fundamental na vigilância de eventuais medidas protecionistas aplicadas por países terceiros e na monitorização do cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito de Acordos de Comércio Livre.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Neste contexto, a Comissão Europeia, os Estados-membros e os representantes das associações empresariais ao nível europeu reúnem-se mensalmente no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado visando identificar e adotar uma abordagem comum no combate aos entraves ao comércio de bens e serviços e ao investimento.

Portugal tem participado ativamente nesta Estratégia, através da presença no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado e do contacto constante com empresas afetadas, associações e outros organismos da administração pública, assim como através da rede de cooperação e colaboração sobre o acesso ao mercado que envolve as Embaixadas de Portugal, as delegações da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) e as delegações da UE em países terceiros.

No ano em curso serão de destacar algumas medidas de particular importância para Portugal:

- Angola – imposição de quotas à importação (entretanto suspensas) e adoção de legislação que prevê a aplicação discriminatória de taxas a vários produtos importados por Angola face a produtos produzidos localmente. Esta medida, que tem um efeito negativo nas exportações portuguesas, tem sido contestada pela Comissão Europeia que entende haver uma clara transgressão do artigo III do GATT (Tratamento Nacional em matéria de tributação e de regulamentação interna) e que já admitiu que, caso Angola não retroceda nesta sua política, optará pelo mecanismo de resolução de litígios da OMC.
- Chile – ausência de proteção das IG, mantendo-se a utilização indevida da Indicação Geográfica "Porto". Ainda que os volumes de comércio não sejam significativos neste mercado, Portugal continua a defender o princípio da proteção das IG e a contestar as utilizações abusivas.
- Turquia – cobrança indevida de direitos aduaneiros e imposição de testes aplicáveis a produtos dos setores do vestuário e calçado. Estas medidas, ainda não resolvidas, afetam negativamente empresas portuguesas com produção deslocalizada em mercados extra-UE e têm suscitado o acompanhamento constante das autoridades portuguesas.
- Brasil – possível alteração do imposto sobre produtos industrializados com consequências na tributação de bebidas alcoólicas (não nacionais) no mercado brasileiro. Os vinhos portugueses estão em franca expansão no



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Brasil, podendo o imposto, se a medida for implementada, refrear esta tendência, pelo que Portugal tem vindo a acompanhar este processo.

INVESTIMENTO

Entre os principais desenvolvimentos, é de destacar a reforma desenvolvida no capítulo investimento no quadro das negociações do TTIP e que deverá constituir o modelo a seguir em futuras negociações em matéria de investimento por parte da UE. Sublinhe-se que esta reforma resultou em grande parte de reações negativas da sociedade civil, Parlamento Europeu e alguns EM da UE que contestavam o sistema de resolução de litígios investidor/Estado e a sua inclusão no TTIP e que levaram a Comissão Europeia a efetuar uma consulta pública neste domínio.

Apesar de reconhecer os méritos do novo sistema acordado, Portugal entende que a sua transposição para outros acordos deverá ter em conta as circunstâncias concretas de cada parceiro negocial, não se subscrevendo, à partida, que o “modelo TTIP” seja assumido pela UE como “universal”.

Portugal defende ainda a negociação de acordos com elevado nível de ambição na proteção de investimentos e de investidores, com parceiros de valor acrescentado para a UE e para os EM, e que promovam a atração de investimento ao território europeu.

Depois de concluídas as negociações do ACL UE-Singapura em outubro de 2014, a Comissão Europeia solicitou, em 2015, um parecer do Tribunal de Justiça da UE para clarificar que disposições deste acordo recaem nas competências exclusivas da UE e/ou nas competências partilhadas da UE com os EM. O TJUE notificou as instituições europeias e os EM do pedido de parecer da Comissão Europeia, em setembro. Portugal apresentou comentários escritos a este caso, ciente de que assume um efeito sistémico noutras negociações, concluídas ou em curso, por parte da UE que incluam investimento.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Em matéria de acordos bilaterais de investimento, Portugal notificou, para autorização da Comissão Europeia, a abertura formal de negociações de acordos de promoção e de proteção de investimento com Azerbaijão, Moldávia, Geórgia, Costa do Marfim e Gana.

PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Minerais de Conflito

Prosseguiram os trabalhos em torno da proposta de regulamento que visa promover o abastecimento responsável de estanho, tântalo e tungstênio, dos seus minérios e ouro, por parte dos importadores da UE, o que passa pela aplicação de um sistema de auto certificação que a Comissão propôs que fosse voluntário.

Portugal, para quem a matéria não tem um especial impacto, procurou contribuir para um consenso quanto às várias questões que ainda suscitam dificuldades aos EM, entre as quais se destacam: o carácter voluntário do sistema de auto certificação; a definição das zonas de conflito; a identificação da autoridade competente para aplicação do Regulamento; e a aplicação de sanções.

A proposta foi igualmente analisada pelo Parlamento Europeu, que aprovou uma série de emendas que foram debatidas no seio do Conselho e reanalisadas pela Comissão. A principal emenda do PE visa tornar obrigatório o sistema de auto certificação, o que levou os EM a ter de encarar esta possibilidade.

No final do ano, a Presidência apresentou uma proposta de compromisso que prevê a elaboração de um manual dirigido aos operadores económicos sobre o dever de diligência e linhas diretrizes que assegurem a eficácia do sistema e a sua aplicação uniforme. Esta proposta mereceu o acordo dos EM.

Prevê-se que no primeiro trimestre de 2016, seja realizada a primeira reunião do trílogo entre a Comissão Europeia e o PE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

AJUDA AO DESENVOLVIMENTO

O ano de 2015 foi um ano marcado pela realização de vários eventos internacionais que vão ter um papel decisivo no relacionamento internacional: a Conferência Mundial para a Redução de Risco de Catástrofes (Quadro de Redução de Risco de Catástrofes 2015-2020), no Japão, a Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), em Nova Iorque, a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, em Adis Abeba, e a 21.^a Conferência das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. Portugal acompanhou a definição da posição da União para esses eventos.

Tendo em conta esses acontecimentos, a União Europeia proclamou o ano de 2015 como o Ano Europeu do Desenvolvimento, no sentido de sensibilizar a opinião pública europeia para as questões do desenvolvimento. Portugal associou-se à iniciativa tendo desenvolvido, ao longo de todo ano, uma série de eventos que envolveram largos setores da sociedade portuguesa.

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Cimeira das Nações Unidas sobre a Agenda 2030, realizada em setembro, marcou uma mudança de paradigma na forma de abordar o desenvolvimento, ao estabelecer 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem implementados por todos os países. Estes objetivos abrangem as dimensões económica, social e ambiental e preconizam a promoção de sociedades pacíficas e estáveis, tendo como objetivo último a erradicação da pobreza extrema à escala global e até 2030. A universalidade desta agenda e o foco no combate às desigualdades e na defesa das pessoas e da dignidade humana constituem um reconhecimento claro de que o desenvolvimento à escala global não pode ser conseguido com base em geografias



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

estanques e não diz apenas respeito a alguns grupos de países, mas corresponde a um verdadeiro desígnio global.

Portugal teve uma posição ativa no processo negocial desta Cimeira, contribuindo para a definição da posição da UE, destacando-se as posições defendidas pelo nosso país nesse quadro:

- Necessidade de integrar, na Agenda 2030, objetivos específicos relativos à paz, segurança e boa governação (ODS 16), com destaque para os Estados Frágeis; a gestão e utilização sustentável dos oceanos (ODS 13); uma forte dimensão de direitos humanos e de combate às desigualdades, com particular atenção para as questões da igualdade entre géneros – o que ficou refletido no documento final;
- Reforçar a importância de uma maior partilha de responsabilidades, entre atores públicos e privados e países desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento, contrariando a tradicional abordagem Norte/Sul, concedendo uma atenção particular aos Países Menos Avançados (especialmente do continente africano), aos países frágeis e/ou em conflito e aos SIDS (pequenos Estados insulares em desenvolvimento), o que ficou refletido na posição da UE, mas refletido apenas de forma parcial no documento final da Cimeira, dado o difícil equilíbrio negocial.

Tratando-se de uma agenda universal, esta deverá ser implementada também pela UE e pelos seus Estados-membros, no quadro das respetivas políticas internas como externas, devendo a discussão ao nível da UE ser feita em ligação com a revisão da Estratégia Europa 2020 e com a possível revisão da política de desenvolvimento da UE.

3.ª CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Esta Conferência resultou na adoção da Agenda para a Ação de Addis Abeba, que define um conjunto alargado de ações e medidas e meios de implementação a serem levados a cabo pela comunidade internacional no âmbito do financiamento do desenvolvimento, da tecnologia, da inovação, do comércio e da produção de dados



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

estatísticos, entre outros, para apoiar a implementação da nova agenda 2030 e respetivos objetivos e metas.

Enquanto Estado-membro da UE, Portugal participou ativamente na definição da sua posição para esta Conferência e no processo de negociação do documento final.

Nesse âmbito, Portugal pugnou por uma abordagem equilibrada dos meios de implementação financeiros e não financeiros, como a eficácia das instituições e a criação de enquadramentos legais e regulamentares propícios à implementação dos ODS, o que ficou, “grosso modo”, refletido no documento final. Foi, ainda, um forte defensor da mobilização e monitorização de outros meios de financiamento, além da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), que é claramente insuficiente para fazer face ao desafios da Agenda 2030 tendo, nesse sentido, pugnado por um diálogo inclusivo em torno de um novo indicador de “Total Official Support for Sustainable Development” (TOSSD), complementar à APD, que permita medir todos os fluxos financeiros canalizados para o apoio ao desenvolvimento sustentável, o que ficou previsto no documento final e resultou num reconhecimento importante de Portugal enquanto seu promotor.

Foi defendida maior responsabilização dos países de rendimento médio alto e das economias emergentes, em relação ao seu próprio desenvolvimento e no apoio aos países menos avançados (PMA), tanto em matéria de ajuda como de abertura comercial e no domínio da ciência e tecnologia e da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento, o que ficou muito aquém do que seria necessário para a implementação de uma agenda global desta natureza.

A canalização prioritária da ajuda pública ao desenvolvimento para os PMA, e em particular para o continente africano, ficou bem patente nos compromissos assumidos pela UE em matéria de ajuda pública, mas muito diluído na Agenda de Adis Abeba, fundamentalmente devido à forte pressão dos países da América Latina.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No que se refere aos compromissos em matéria de APD consagrados nesta Conferência, Portugal reiterou, juntamente com os restantes Estados-membros da UE, a sua intenção de cumprir coletivamente a meta dos 0,7% de APD/RNB durante o período de vigência da Agenda 2030, assim como a meta dos 0,15-0,20% de APD/RNB para os PMA durante o período de vigência da presente agenda, e teve um papel determinante na manutenção e reforço dos compromissos financeiros da UE em relação em África que foram anunciados nessa Conferência.

COERÊNCIA DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO (CPD)

A cada dois anos, a Comissão elabora um relatório de progresso da promoção da Coerência de Políticas para o Desenvolvimento (CPD) ao nível da UE e dos Estados-membros, seguido da adoção de conclusões do Conselho. Portugal contribuiu, como habitualmente, para a elaboração do relatório relativo ao período 2013-2015, que assinala progressos significativos na promoção desta matéria ao longo dos últimos dois anos, quer ao nível da UE, quer dos Estados-membros, e destaca, pela sua importância, o apoio concedido pela Cooperação Portuguesa e pela UE ao projeto “A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento – o desafio para uma cidadania ativa em Cabo Verde”, implementado pela Plataforma das ONG de Cabo Verde, em parceria com o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), que é o primeiro projeto a abordar especificamente as questões da CPD em África.

Portugal considera a CPD um instrumento crucial e um meio essencial para colocar em prática a Agenda 2030, tanto a nível internacional como ao nível interno, e já estabeleceu uma rede de pontos focais interministerial para a CPD que trabalhará na elaboração de um plano de trabalho nacional de CPD, tendo em conta os desafios da Agenda 2030. Para apoiar esse exercício, o Instituto Camões contribuiu para a elaboração de um estudo desenvolvido pelo “European Centre for Development Policy Management” (ECDPM), sobre “Utilização de indicadores de Coerência das Políticas para o Desenvolvimento por um conjunto de Estados-membros da UE”, que alimentou, igualmente, o debate ao nível da UE e da OCDE sobre a forma como a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CPD está a ser medida por vários Estados-membros, com uma visibilidade importante para Portugal e para a Cooperação Portuguesa.

SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

Portugal manteve uma participação ativa nas discussões que tiveram lugar, ao longo de 2015, sobre a Abordagem Global da UE para situações de crise e de conflito externo, considerando fundamental que a mesma venha a integrar uma verdadeira abordagem preventiva e não apenas numa perspetiva de reação às crises uma vez ocorridas. É, em particular, o caso da fragilidade dos Estados, que requer uma abordagem mais estratégica que combine eficazmente os instrumentos de desenvolvimento, políticos e de segurança. Esta tem sido, e mantém-se, uma prioridade importante para Portugal, no quadro da sua participação na UE e noutras instâncias, tratando-se de uma área onde tem uma importante mais-valia à luz do seu relacionamento com os países parceiros da Cooperação Portuguesa que se enquadram nesta categoria (Guiné-Bissau, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe). Destaca-se, pela sua importância, a participação de Portugal nos seguintes debates:

- Discussão de um quadro estratégico alargado da UE para a Reforma do Setor de Segurança, que visa assegurar a consistência, coordenação e complementaridade de todos os atores da UE e dos diferentes recursos e instrumentos, de curto e longo prazo, tendo por base uma visão estratégica comum; negociação da atualização do conceito de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), com particular enfoque para a clarificação da elegibilidade como APD das atividades de Paz e Segurança que contribuem para o desenvolvimento dos países parceiros;
- Participação nos exercícios de monitorização do novo Acordo Internacional para os Estados Frágeis (“New Deal”) nos países prioritários da Cooperação Portuguesa.

EFICÁCIA DO DESENVOLVIMENTO

Portugal tem participado ativamente na discussão em torno da implementação dos compromissos em matéria de eficácia do desenvolvimento, com repercussões importantes na forma de trabalhar da Cooperação Portuguesa.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Nesse sentido, tem participado nos exercícios de monitorização da Parceria Global e do Novo Acordo Internacional para os Estados Frágeis (“New Deal”) nos países prioritários da Cooperação Portuguesa, bem como nos debates levados a cabo no seio da UE e de outras instâncias, para implementar os compromissos assumidos no IV Fórum de Alto Nível de Busan, em 2011, e sobre o papel da Parceria Global para o Desenvolvimento Eficaz na implementação e monitorização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

Portugal reconhece o importante papel que o comércio desempenha na promoção do crescimento económico global e na redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Neste sentido, temos apoiado as diferentes iniciativas da UE, designadamente a negociação de ACL, como os APE (ver Capítulo II deste Título), que concedem um acesso preferencial ao mercado da UE e, ao mesmo tempo, contribuem para a integração regional.

Neste âmbito, enquadra-se também o Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) que constitui um incentivo positivo que conjuga a concessão de preferências comerciais alargadas com requisitos de boa governação e de respeito pelos direitos humanos, laborais e ambientais.

Em 2015 foram discutidos os “scorecards”¹⁵² elaborados pela Comissão sobre os países beneficiários do SPG+, prosseguindo desta forma a implementação do sistema de monitorização que Portugal entende ser crucial.

De referir, em particular, a situação no Paquistão, que confirmou os motivos que haviam levado Portugal a opor-se à concessão do SPG+ por não estarem preenchidos os critérios previstos no Regulamento SPG: o cumprimento de 27

¹⁵² Sistema de monitorização do SPG+ previsto no Regulamento n.º 978/2012, nos seus artigos 13.º e 14.º, que assume a forma de tabelas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Convenções Internacionais relativas a Direitos Humanos e laborais, proteção do ambiente e boa governação.

Com efeito, no Paquistão continuaram a registar-se dificuldades na implementação satisfatória de algumas Convenções e, depois suspensão da moratória sobre a aplicação da pena de morte, verificou-se um número crescente de execuções, aplicadas muito para além dos casos de terrorismo, que fora invocado para retomar a pena capital.

Ao longo do ano foi também discutida a alteração dos limiares de graduação¹⁵³ face à saída da China, Equador, Maldivas e Tailândia da lista de países elegíveis para o SPG+. Com os novos limiares, haverá graduações e desgraduações de vários parceiros da UE (Índia, Indonésia, Ucrânia, Quénia e Nigéria). Apesar de alguma apreensão face a eventuais consequências negativas futuras na indústria portuguesa, nomeadamente no setor do têxtil e vestuário¹⁵⁴, esta alteração poderá ter um impacto positivo sobre a indústria e exportações nacionais de químicos, peles e couros, plantas e produtos da floricultura, gorduras e óleos animais ou vegetais.

Portugal pautou a sua posição neste “dossier” pela defesa rigorosa do cumprimento dos requisitos legais, visando garantir que os países beneficiários respeitam integralmente as condições estabelecidas no Regulamento SPG, tanto nos critérios económicos como no respeito pelos direitos humanos e condições laborais e ambientais, única via que contribui para os objetivos que o Regulamento prossegue e que assegura o mérito do regime de incentivo e a credibilidade da União Europeia.

¹⁵³ A graduação prevê que as preferências pautais relativas a determinada secção de produtos sejam suspensas sempre que um país beneficiário apresente um valor de exportações para a União acima dos limiares de graduação estabelecidos para a secção em causa.

¹⁵⁴ Os limiares de graduação são alterados passando os têxteis e vestuário de 14,5% para 47,2%, 17,5% para as secções cujas importações para a UE sofreram um decréscimo inferior a 10% e de 57% para as restantes secções.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Portugal tem dado a maior importância a esta temática, incluindo no quadro da participação da UE nas negociações relativas ao financiamento do desenvolvimento (Conferência de Addis Abeba) e à aprovação da Agenda Global 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, onde defendeu de forma inequívoca a introdução de um compromisso claro quanto à igualdade de género e à erradicação de todas as formas de violência quanto às meninas, mulheres e raparigas, como um objetivo em si mesmo (ODS 5) e como condição indispensável para a concretização da Agenda 2030.

Dada a importância que atribuiu a esta questão, Portugal subscreveu, com 15 outros Estados-membros, uma carta dirigida à Alta-Representante para a Política Externa e ao Comissário para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento, com um apelo a uma abordagem forte da UE quanto aos Direitos de Saúde Sexual e Reprodutiva, tanto no quadro dessa Agenda como do Plano Ação da UE para as questões do género (GAP II), aprovado em 2015 e que cobre o período 2016-2020.

Este Plano de Ação deverá ser implementado tanto pela UE como pelos seus Estados-membros, tendo Portugal já sido iniciado os trabalhos conducentes à sua implementação, na área da cooperação para o desenvolvimento.

PAPEL DO SETOR PRIVADO NA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Portugal participou nas discussões do Grupo Político da Plataforma “blending”, bem como no Grupo de peritos dos Estados-membros para a promoção do setor privado nos países em desenvolvimento. O trabalho incidiu sobre o envolvimento do setor privado na fase da implementação dos projetos, a partilha de Fundos dos EM existentes na região do Sub-Sahara com potencial de gerar parcerias e a exploração de oportunidades de cooperação futura.

Inserido nas atividades do Ano Europeu para o Desenvolvimento, foi organizado em junho em Lisboa, um Seminário dedicado aos Desafios do Desenvolvimento Global:



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O Papel do Setor Privado e Fontes de Financiamento Inovadoras. O evento contou com a participação de representantes da Direção-Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento da Comissão Europeia e com a presença de várias empresas que trabalham nesta área.

INSTRUMENTO COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

No âmbito do novo Quadro Financeiro para o período 2014-2020, que tem um orçamento global de 19,7 mil milhões de euros, foram aprovados Programas de Ação Anual para 2015, referentes a 21 países e 4 regiões, distribuídos da seguinte forma:

- Programas geográficos (1320 milhões de euros): América Latina (356,5 milhões de euros); Ásia (787 milhões de euros); Ásia Central (130,6 milhões de euros); Médio Oriente (45,61 milhões de euros);
- Programas temáticos - Bens Públicos e Desafios Globais (522 milhões de euros): Ambiente e Alterações Climáticas (171,24 milhões de euros); Segurança Alimentar (228,25 milhões de euros); Desenvolvimento Humano (81 milhões de euros); Migrações e Asilo (41,60 milhões).

A Bolívia, a Colômbia e o Perú deixaram de ser elegíveis para o Instrumento Cooperação para o Desenvolvimento, por graduação do seu rendimento, encontrando-se em período de “phasing out” da ajuda até 2017.

APOIO À SOCIEDADE CIVIL – COOPERAÇÃO, EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E AJUDA HUMANITÁRIA

Neste quadro, Portugal tem pugnado pela valorização da cooperação com os Países em “Situação de Fragilidade” e com os “Países Menos Desenvolvidos” (PMA), bem como pela afetação de recursos adequados à cooperação com as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e autarquias dos países prioritários da Cooperação Portuguesa, maximizando também as oportunidades de cofinanciamento para as OSC e autarquias portuguesas. Temos também apoiado a consolidação de uma abordagem estratégica europeia para a Educação para o Desenvolvimento tendo a abordagem estratégica nacional sido identificada pela Comissão como um caso de boas práticas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Em matéria de ajuda humanitária, foi aprovada a Estratégia Operacional nacional de Ação Humanitária e de Emergência que inclui várias ações, recomendadas no Plano de Implementação do Consenso Europeu (novembro de 2015) em matéria de ajuda humanitária, nomeadamente:

- Cooperação entre ação humanitária e proteção civil;
- Coerência entre ajuda humanitária, cooperação para o desenvolvimento e gestão do risco de desastres;
- Promoção do conhecimento e respeito do Direito Internacional Humanitário.

ANO EUROPEU PARA O DESENVOLVIMENTO 2015

A UE elegeu 2015 como o Ano Europeu para o Desenvolvimento (AED), para o qual Portugal levou a cabo um Programa de Trabalho Nacional (PTN), com o cofinanciamento da Comissão Europeia, tendo o Instituto Camões assumido a qualidade de entidade coordenadora responsável pela execução do PTN, em parceria com diferentes instituições e organizações da sociedade civil.

Os objetivos definidos para o PTN foram: i) informar os cidadãos portugueses relativamente às políticas de Cooperação para o Desenvolvimento Portuguesa e da UE, realçando os resultados positivos que quer a UE quer a Cooperação Portuguesa alcançaram e pretendem continuar a alcançar; ii) promover a participação, interesse e pensamento crítico dos cidadãos portugueses no que concerne quer à definição quer à implementação das políticas de Cooperação para o Desenvolvimento; e iii) sensibilizar os cidadãos portugueses para os benefícios globais decorrentes das políticas de Cooperação para o Desenvolvimento, promovendo um sentimento comum de responsabilidade e solidariedade, num mundo cada vez mais interdependente.

No âmbito das atividades que integraram o programa, salientam-se as seguintes iniciativas: campanhas de comunicação (imprensa, radio, televisão, website, facebook); exposições itinerantes; uma semana dedicada ao AED; realização da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Conferencia internacional "O Desenvolvimento Global é realizável?); atribuição de prémios de investigação sobre o desenvolvimento e de jornalismo, para além do estabelecimento de parcerias e outras atividades que envolveram mais de 170 organizações e pela dinamização de mais de 100 atividades, desenvolvidas em articulação com a Representação da UE em Lisboa e com o Centro Jacques Delors.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO VII

APLICAÇÃO DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

Manteve-se a inexistência de processos de contencioso com fundamento na falta de transposição de diretivas e foi alcançado o melhor resultado de sempre na participação de Portugal no Painel de Avaliação do Mercado Interno, na parte relativa à redução do défice de transposição das diretivas e ao cumprimento das metas da UE.

A intervenção no contencioso da UE manteve-se estável e foram obtidas decisões favoráveis em processos com relevante impacto para os interesses de Portugal.

O Centro SOLVIT Portugal deu continuidade ao seu desempenho de excelência. Por sua iniciativa, foi lançada uma reflexão sobre o futuro desta rede e adotado o "Lisbon Paper", que mereceu o apoio dos Ministros Competitividade e que deverá conduzir a uma melhoria substancial dos seus resultados no contexto da nova Estratégia do Mercado Único.

A participação nacional no projeto "EU PILOT" foi classificada acima da média UE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

MECANISMOS INFORMAIS DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DO MERCADO ÚNICO – REDE SOLVIT

O Centro SOLVIT Portugal, sedado na Direção Geral dos Assuntos Europeus (MNE), procurou contribuir para a melhoria da Rede SOLVIT com o lançamento de uma iniciativa destinada a um processo de reflexão sobre o “Futuro do SOLVIT”. A reunião realizada em Lisboa, em setembro, na qual participaram 16 Centros SOLVIT, produziu um documento conjunto (“Lisbon Paper”) que foi levado, a pedido de Portugal, à consideração dos ministros responsáveis pelo Conselho Competitividade na sua sessão de novembro. O “Lisbon Paper” mereceu o apoio expresso de um elevado número de EM e as ações aí sugeridas serão tidas em conta no âmbito da aplicação da Estratégia para o Mercado Único de Bens e Serviços, com vista a aperfeiçoar os mecanismos de resolução de conflitos (ver Título IV, Capítulo IV).

A Rede SOLVIT, enquanto mecanismo informal e gratuito destinado a ajudar os cidadãos e as empresas do Espaço Económico Europeu (EEE) a ultrapassarem os obstáculos transfronteiriços ao mercado único criados pelas entidades públicas, manteve o trabalho de parceria com as administrações nacionais e com a Comissão Europeia. No encontro de Lisboa ficou patente a necessidade de serem introduzidos alguns afinamentos a nível europeu, nomeadamente no reforço do papel que a Comissão deverá ter no apoio aos Estados-membros e na articulação com outros mecanismos de tratamento de queixas mais formais (estes são alguns dos aspetos do “Lisbon Paper”).

Em 2015, do total de 2105 casos tratados pelos 31 Centros SOLVIT do EEE, 234 envolveram o Centro SOLVIT Portugal, que lidou com mais 61 casos do que em 2014, ou seja, registou um aumento de 35,2%. Ao crescente número de casos



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

SOLVIT somam-se múltiplas queixas que, embora extravasem a esfera de competência do Centro, são analisadas e reencaminhadas pelo Centro.

A atuação do Centro SOLVIT português incidiu nas seguintes áreas: segurança social e saúde (65%), direito de residência e livre circulação de trabalhadores (9%), reconhecimento de qualificações profissionais (7%), tributação (7%), registo de veículos a motor e cartas de condução (4%), acesso dos serviços ao mercado (2%), livre circulação de capitais (1%), acesso dos produtos ao mercado (1%), acesso à educação (1%) e outros (3%).

Enquanto Centro SOLVIT Responsável, o Centro nacional remeteu à administração pública portuguesa 141 processos, que tiveram origem nos países seguintes: Luxemburgo (43) Bulgária (23), França (21), Reino Unido (12), Bélgica (10), Espanha (10), Países Baixos (5), Alemanha (4), Áustria (2), República Checa (2), Noruega (2), Finlândia (1), Hungria (1), Irlanda (1), Itália (1), Polónia (1), Roménia (1) e Suécia (1).

A taxa de resolução dos problemas em que o Centro nacional atuou como Centro SOLVIT Responsável foi de 97 %, sendo a média do EEE de 90 %. O tempo médio necessário para resolver cada processo foi de 58 dias, quando a média europeia é de 60 dias.

Enquanto Centro SOLVIT de Origem, o Centro português inseriu na base de dados da Comissão Europeia 93 processos a solicitar a intervenção de outros países do EEE, designadamente de França (41), Reino Unido (11), Espanha (9), Bélgica (7), Alemanha (6), Itália (6), Irlanda (4), Países Baixos (3), Dinamarca (1), Hungria (1), Luxemburgo (1), Polónia (1) Roménia (1) e Suécia (1).

O Centro SOLVIT Portugal demorou, em média, 5 dias para preparar um processo antes de o submeter a outro Centro SOLVIT. A média europeia para este indicador é de 15 dias. Por outro lado, o Centro demorou, em média, 2 dias para aceitar/rejeitar uma solução proposta por outro país. A média do EEE é aqui de 7 dias.



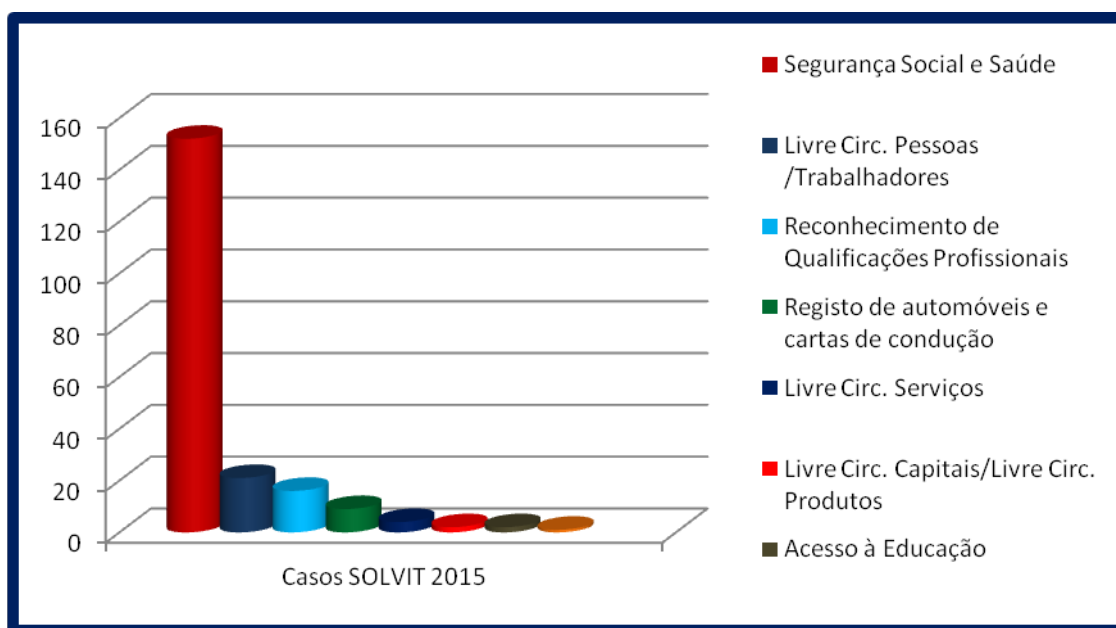
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Dos resultados alcançados, sublinhe-se a resolução de casos relacionados com a aceitação do Cartão Europeu de Seguro de Doença apresentado por cidadãos europeus em hospitais públicos portugueses, o destacamento de trabalhadores por empresas portuguesas, o apoio dado às autoridades do Luxemburgo, que permitiu prolongar o subsídio de desemprego luxemburguês concedido a muitos trabalhadores portugueses com carreiras contributivas longas, e com a obtenção do reconhecimento das qualificações profissionais por jovens portugueses.

O Centro SOLVIT Portugal participou ativamente nos encontros de trabalho promovidos pela Comissão Europeia, sendo de destacar a Reunião Anual das Redes de Informação Europeia, realizada em fevereiro, na Representação em Lisboa, bem como a apresentação conjunta efetuada pelos Centros SOLVIT de Espanha e de Portugal no Seminário promovido pela FreSso ("Free movement of workers and social security coordination") e pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, em outubro, na Fundação Calouste Gulbenkian.

Domínios dos problemas transfronteiriços resolvidos pelo

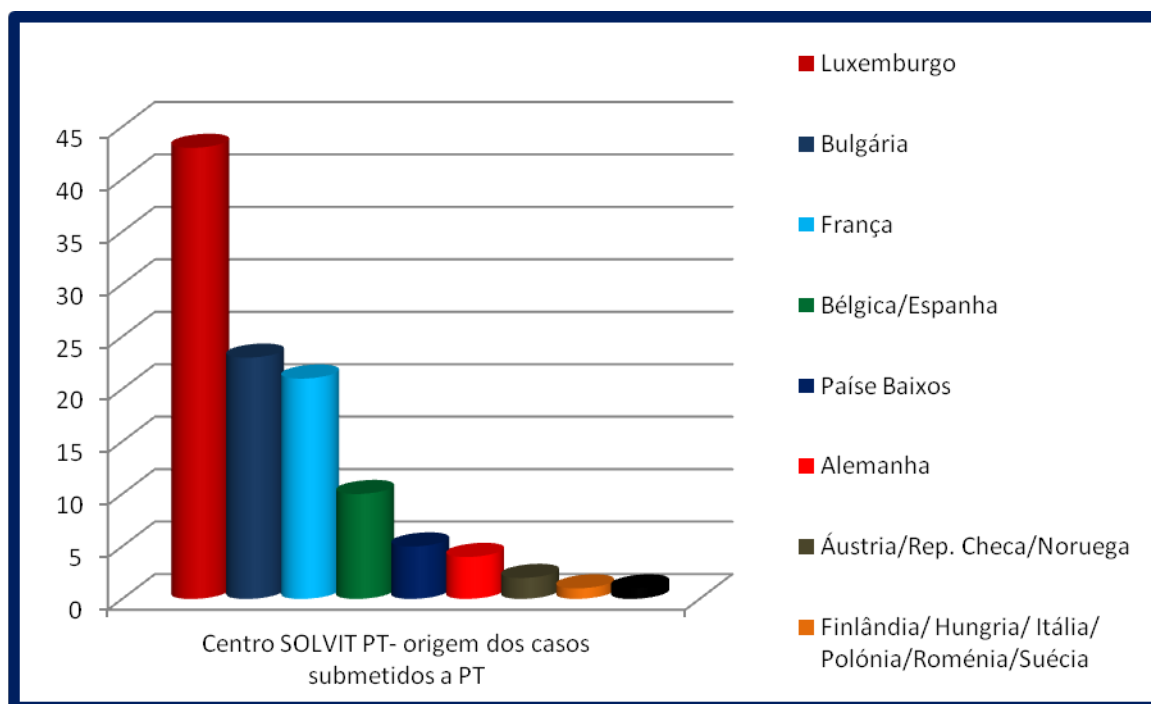
Centro SOLVIT Portugal em 2015





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Lista dos EMs que submeteram casos ao Centro SOLVI PT





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

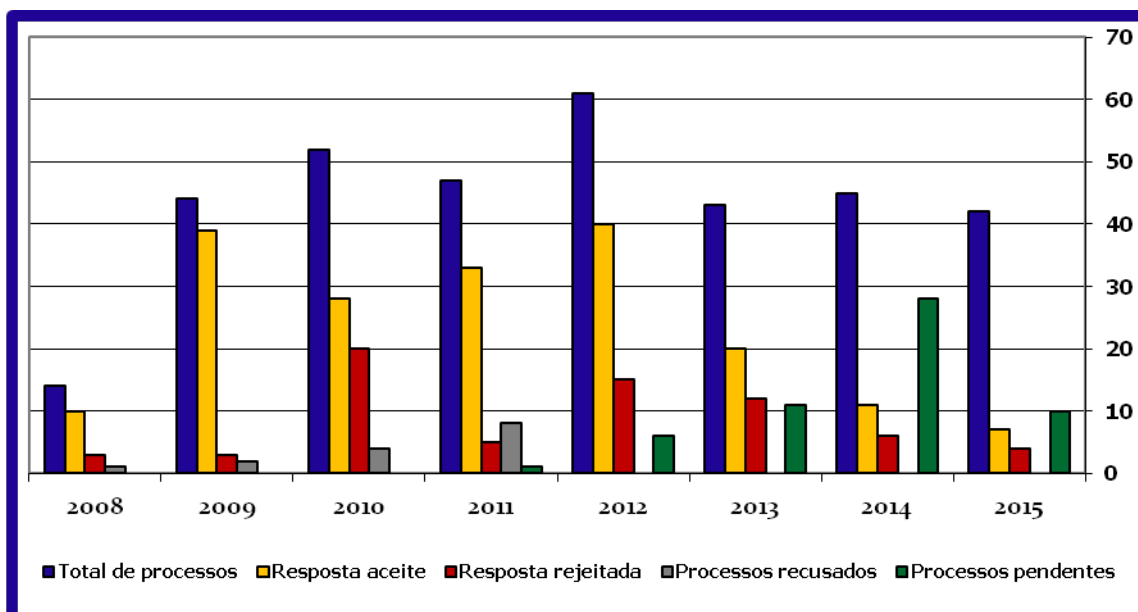
CAPÍTULO II

MECANISMOS INFORMAIS DE APLICAÇÃO DO DIREITO DA UNIÃO – PROJETO “EU PILOT”

Portugal manteve a participação no projeto “EU PILOT” iniciado em 2008 e utilizado progressivamente pela Comissão Europeia para melhorar a troca de informação e comunicação com os Estados-membros, facilitar a resolução de problemas derivados da aplicação do direito da UE e evitar a instauração de processos formais de infração.

Os processos podem ter origem em queixas de cidadãos, organizações privadas e empresas ou na avaliação interna da própria Comissão. Este projeto é suportado exclusivamente numa plataforma eletrónica que liga a Comissão aos Estados-membros. O MNE é o ponto de contacto e coordenador nacional. Em 2015, foram iniciados 42 processos.

Estado dos processos abertos no “EU PILOT” entre 2008 e 2015 (348 processos)





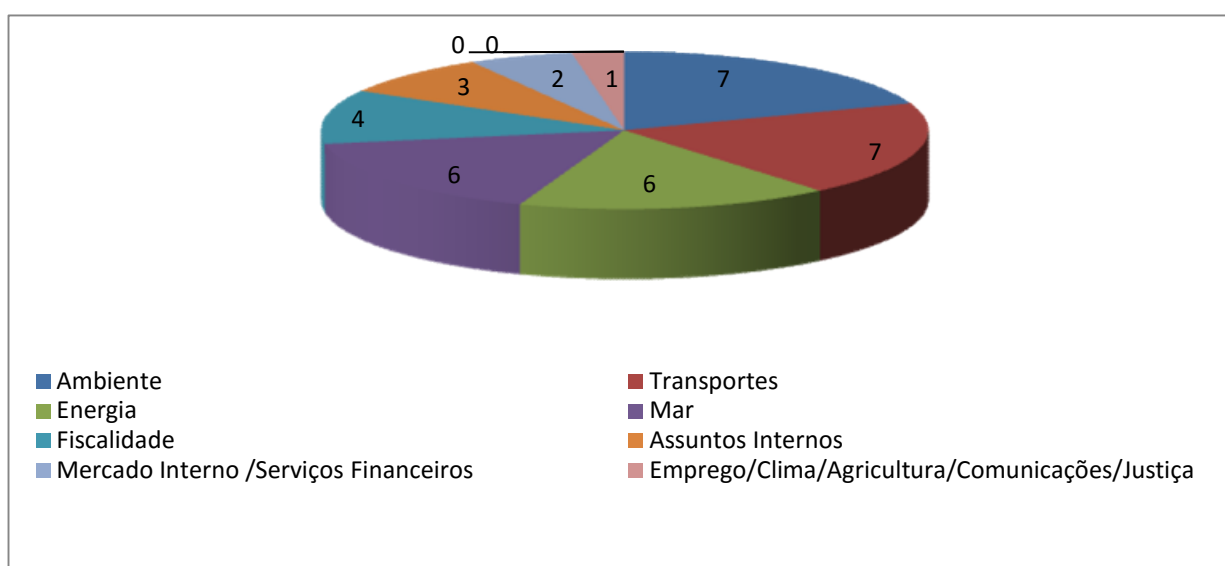
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Deste total, 5 processos foram arquivados, 14 foram apreciados, tendo sido aceites 7 respostas e rejeitadas outras 7 (destes processos, 3 transitaram para a fase pré-contenciosa formal). Os restantes 28 processos mantiveram-se em fase de apreciação pela Comissão, assim como os 21 processos iniciados nos anos anteriores e que ainda estão pendentes da decisão da Comissão.

Portugal registou assinalável progresso no cumprimento dos prazos de resposta definidos pela Comissão, tendo passado a ser classificado como um Estado-membro com desempenho acima da média UE. O prazo de resposta foi inferior ao limite de 70 dias definido pela UE e só foi solicitada prorrogação do prazo de resposta em 2 processos (0,5%). No final de 2015, Portugal não tinha qualquer processo com prazo de resposta ultrapassado. A melhoria do desempenho de Portugal resultou do esforço e contributo dos serviços de todos os ministérios envolvidos. A próxima avaliação da Comissão deverá confirmar este excelente resultado.

Em 2015 os processos “EU PILOT” abrangeram maioritariamente os domínios dos Transportes, Ambiente, Mar e Energia.

Matérias tratadas pelos processos abertos em 2015 (42 processos)





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS E ADAPTAÇÕES LEGISLATIVAS

Em 2015, Portugal introduziu 257 comunicações eletrónicas na base de dados da Comissão Europeia sobre Medidas Nacionais de Execução da Comissão, 75 das quais relativas a transposição de diretivas – entre estas 51 transposições completas (constam do Anexo III) e 24 transposições parciais. Foram realizadas 90 notificações relativas a transposições complementares e 8 tabelas de correspondência. Foram ainda feitas notificações respeitantes a 80 diplomas relativos a Decisões e Decisões-Quadro sobre Justiça e Assuntos Internos, no âmbito da Cooperação Policial e Judiciária em Matéria Penal.

Para 2016, transitaram 100 diretivas, das quais 13 com o prazo de transposição ultrapassado. Destas, apenas três se encontram na fase pré-contenciosa, exigindo uma rápida intervenção, tendo em conta que estão relacionadas com áreas consideradas estratégicas pela Comissão, setor de energia e utilização da informação pública.

Na última avaliação semestral da Comissão Europeia sobre a transposição de diretivas da UE, publicada em outubro de 2015, Portugal reduziu o défice de transposição para 0,5%, o que traduz uma evolução positiva face à avaliação relativa a abril 2015 que tinha sido de 0,6%. Portugal cumpriu mais uma vez a meta do défice de transposição da UE de 1%. Realça-se que a Comissão Europeia reconheceu os progressos feitos e assinalou o Manual de Boas Práticas sobre a Negociação, Transposição e Aplicação do Direito da União Europeia elaborado, pelo MNE, como um exemplo a seguir. Portugal foi convidado a apresentar este Manual na reunião do Grupo da Comissão "EU LAW" realizada em novembro. Foram também realizadas internamente sessões de informação a pedido de alguns ministérios e Faculdades de Direito.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Este bom desempenho continua a dever-se ao reforço da coordenação e à melhoria da articulação com os diferentes órgãos de soberania intervenientes no processo legislativo, bem como com os competentes serviços da administração pública, o que permitiu desbloquear processos legislativos complexos e agilizar procedimentos.

Foi mantida a realização periódica de reuniões de coordenação com os vários serviços da administração pública, destinadas a resolver conflitos de competências e/ou processos de transposição de maior complexidade.

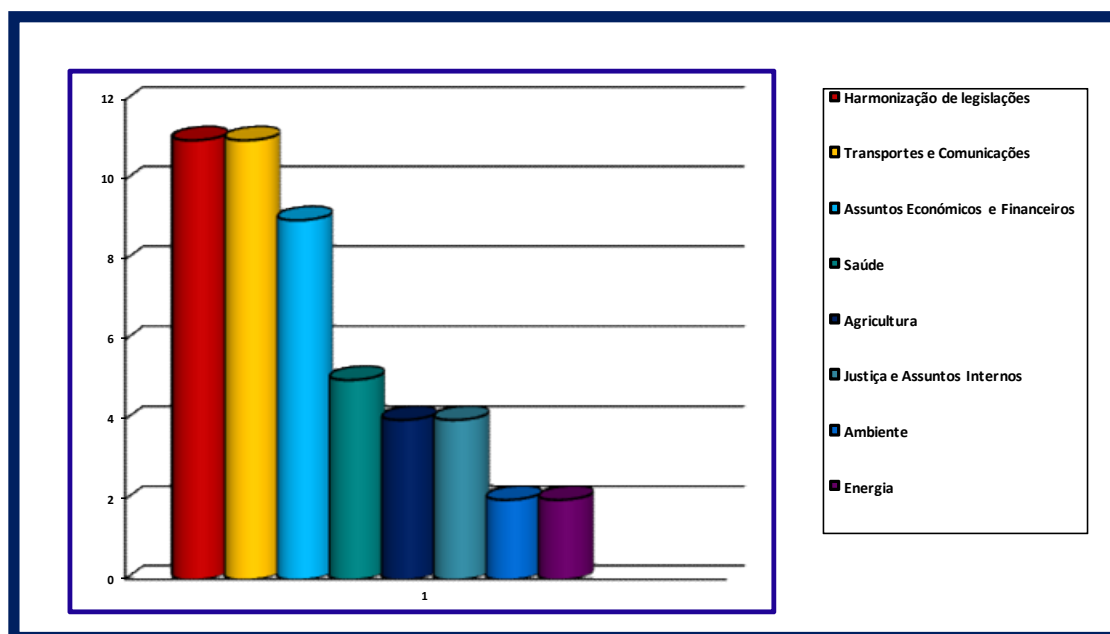
O cumprimento das regras já consagradas no Regimento do Conselho de Ministros sobre a transposição de diretivas foi consolidado com a manutenção dos mecanismos eletrónicos de alertas aos gabinetes ministeriais logo após a publicação de cada diretiva no Jornal Oficial da União Europeia. Foi mensalmente elaborada informação de apoio às reuniões de Secretários de Estado e do Conselho de Ministros onde foi agendado o tema da transposição de diretivas.

Nos termos do Regimento do Conselho de Ministros foram emitidos 62 pareceres obrigatórios prévios sobre projetos de atos legislativos que visavam a transposição para a ordem jurídica nacional de atos normativos da UE ou que se mostraram necessários para assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes dos Tratados.

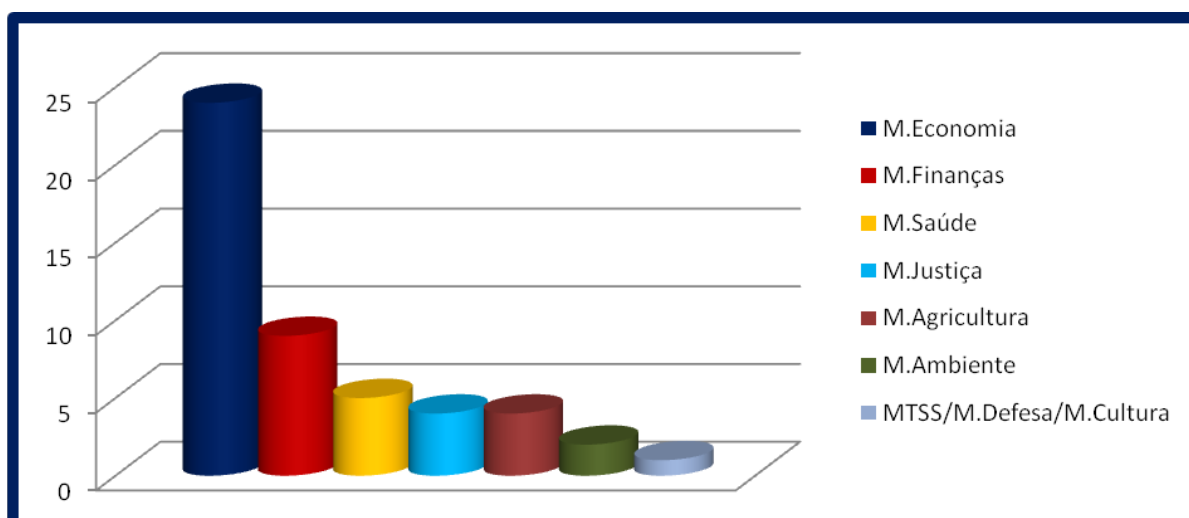


MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Domínios das Diretivas transpostas em 2015



Ministérios responsáveis pelas Diretivas transpostas em 2015





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

EXECUÇÃO DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA: PRÉ- -CONTENCIOSO E CONTENCIOSO

Em 2015, foram iniciados pela Comissão 25 processos de pré-contencioso: 18 com fundamento na falta ou incorreta transposição de diretivas e 7 com fundamento na má aplicação do direito da UE. No total foram acompanhados 70 processos de pré-contencioso, 36 dos quais por motivos relacionados com atrasos na transposição e 34 relacionados com a aplicação do direito. Foram resolvidos e consequentemente arquivados 25 processos.

No final de 2015, encontravam-se na fase de notificação de incumprimento 21 processos e na fase de parecer fundamentado 6. Foram dadas 101 respostas formais à Comissão e mantidas informações regulares sobre a evolução dos processos de infração. As áreas com maior número de processos foram as dos Transportes, Ambiente, Finanças e Energia.

A coordenação de todos os processos de pré-contencioso, em estreita colaboração com os ministérios competentes em função da matéria, permitiu arquivar procedimentos de infração, evitar ou atrasar o recurso ao TJUE e o início da fase contenciosa, bem como a consequente condenação de Portugal no pagamento de elevadas sanções pecuniárias.

Relativamente à participação de Portugal no contencioso da UE, dos 76 processos em que Portugal teve intervenção 25 são processos de reenvio prejudicial iniciados em 2015. Deste total, 5 participações resultaram da colaboração com a Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa graças ao Protocolo de Cooperação celebrado com o MNE. Portugal participou ainda em 12 novos processos relativos a ações de diversa natureza. De acordo com as estatísticas do TJUE divulgadas em 2015 sobre a atividade judicial dos Estados-membros,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal ocupa o 8.º lugar no “ranking” da UE, tendo melhorado 4 pontos relativamente à avaliação anterior.

Portugal participou também em 3 novas ações de incumprimento instauradas pela Comissão com fundamento na má aplicação do direito da UE. Por outro lado, foram interpostos no Tribunal Geral 4 recursos de anulação de decisões da Comissão Europeia, 3 dos quais no domínio da execução financeira dos Fundos da Política de Coesão.

Neste âmbito salienta-se o acórdão do Tribunal Geral no processo T 314/13, Portugal/Comissão, que confirmou a posição defendida por Portugal e anulou a Decisão da Comissão C (2013) 1870 final que reduzia a contribuição do Fundo de Coesão no projeto «Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias da Região Autónoma da Madeira – Porto do Caniçal», Madeira. A Comissão recorreu deste acórdão para o Tribunal de Justiça.

Merece igualmente destaque, pela relevância que assume para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o acórdão do Tribunal de Justiça nos processos C-132/14 a C-136/16 sobre a base jurídica do artigo 349.º do TFUE para fundamentar atos legislativos da União relacionados com a adaptação do estatuto de ‘Maiote’, que passou a integrar a partir de 1 de janeiro de 2014 os domínios ultramarinos franceses nos quais se aplicam os Tratados. Portugal interveio, juntamente com Espanha e França, apresentando e desenvolvendo um conjunto de argumentos quanto ao sentido literal, teleológico e sistemático do artigo 349.º TFUE, que fazem desta disposição base jurídica própria, específica e auto-suficiente em relação a medidas justificadas pela condição da ultraperiféricidade, nomeadamente as que incidem sobre os auxílios estatais e as condições de acesso a fundos estruturais e aos programas horizontais da União. Este acórdão constitui decisão histórica que estabelece jurisprudência de referência sobre a função habilitadora do artigo 349.º TFUE e o respetivo âmbito de aplicação.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

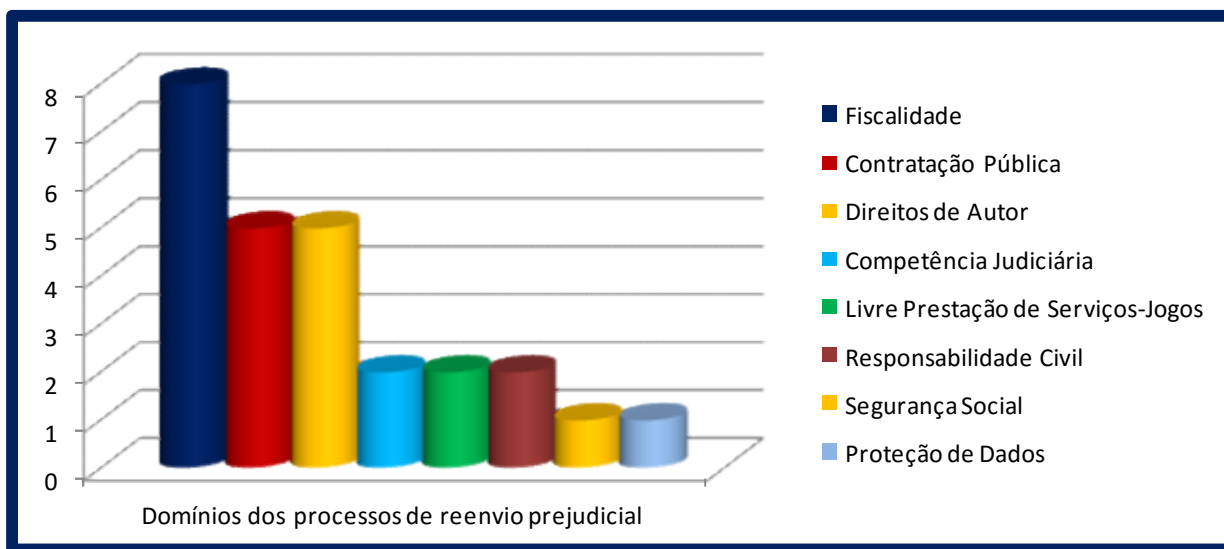
Registou-se igualmente intervenção em apoio do Conselho num processo relativo a uma ação de recurso de anulação, intentada pela Comissão, de uma Decisão do Conselho que autoriza o início de negociações sobre o Acordo de Lisboa Revisto Relativo às Denominações de Origem e às Indicações Geográficas. Embora neste processo não esteja concretamente em causa o regime aplicável às denominações de origem e às indicações geográficas mas, antes, a interpretação e aplicação do ordenamento jurídico comunitário no que respeita à determinação da competência externa da União Europeia – exclusiva da União Europeia ou partilhada com os Estados-Membros – a decisão final pode ter reflexos consideráveis na defesa dos interesses pelos quais as autoridades portuguesas se têm batido. Refira-se que, ainda neste domínio, Portugal apresentou pedido de intervenção, em conformidade com o regime previsto no artigo 218.º, n.º 11, do TFUE, num pedido de parecer do TJUE sobre as competências dos Estados-membros na negociação do Acordo de Comércio Livre com Singapura (ver Título VI, Capítulo III).

Por fim, salienta-se a excelente colaboração desenvolvida com os serviços competentes dos Ministérios em função das matérias objeto dos vários processos, a qual tem sido determinante para melhorar quantitativamente e qualitativamente a participação de Portugal no contencioso da UE. Esta participação tem sido igualmente enriquecida no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado entre o MNE e as Faculdades de Direito da Universidade Católica Portuguesa, da Universidade Nova de Lisboa, da Universidade de Lisboa e da Universidade do Minho. A realização de vários estágios curriculares pelos estudantes das Faculdades signatárias do Protocolo, tanto no MNE, em Lisboa, como na Representação Permanente de Portugal junto da UE, em Bruxelas, tem-se revelado uma iniciativa muito positiva na aquisição de conhecimentos e valorização pessoal de todos os envolvidos.

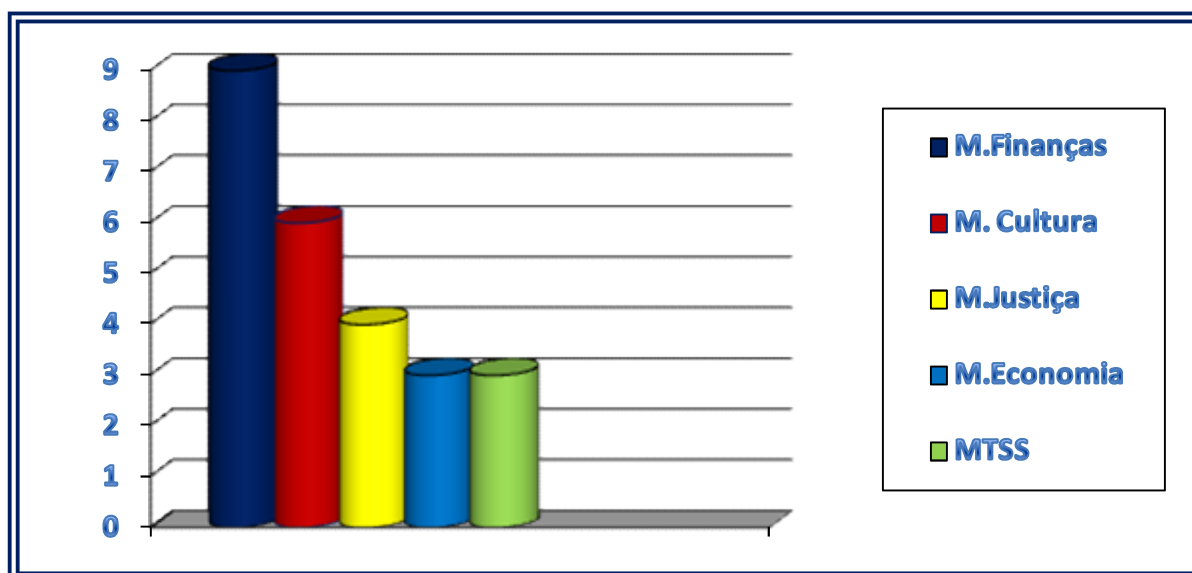


MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Domínios objeto dos processos de reenvio prejudicial com participação de Portugal em 2015



Participação dos Ministérios nos processos de reenvio prejudicial com participação de PT





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO V

APROVAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE ACORDOS E TRATADOS

Em 2015 foi iniciada, prosseguida e/ou concluída a instrução de 11 processos de aprovação e ratificação da vinculação do Estado português a acordos internacionais celebrados no âmbito da União Europeia, cujo ponto de situação, em 31 de dezembro, era o seguinte:

- Acordo de Parceria Económica Intercalar entre a Costa do Marfim, por um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros, por outro, assinado em Abidjan em 26.11.2008 e em Bruxelas em 22.01.2009 – processo de instrução concluído;
- Acordo que cria uma associação entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a América Central, por outro, assinado em Tegucigalpa em 29.06.2012 – processo de instrução em curso;
- Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas em 19.02.2013, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 108/2015 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 90/2015, publicados no Diário da República, 1.ª série – n.º 152, de 6 de agosto;
- Acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21.05.2014 – aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 129/2015 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 100/2015, publicados no Diário da República, 1.ª série – n.º 172, de 3 de setembro de 2015;
- Decisão 2014/335/UE/EURATOM do Conselho, de 26.05.2014, relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia – aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 132/2015 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 119/2015, publicados no Diário da República, 1.ª série – n.º 196, de 7 de outubro de 2015;
- Acordo de associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados-membros, por um lado, e a Ucrânia, por outro, assinado em Bruxelas em 27.06.2014 – aprovado, para ratificação,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

pela Resolução da Assembleia da República n.º 41-A/2015 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 30-A/2015, publicados no Diário da República, 1.ª série – n.º 79, 1.º suplemento, de 23 de abril de 2015;

- Acordo de associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados-membros, por um lado, e a Moldova, por outro, assinado em Bruxelas em 27.06.2014 – aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 40-A/2015 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 29-A/2015, publicados no Diário da República, 1.ª série – n.º 78, 1.º suplemento, de 22 de abril de 2015;
- Acordo de associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados-membros, por um lado, e a Geórgia, por outro, assinado em Bruxelas em 27.06.2014 – aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 54/2015 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 32/2015, publicados no Diário da República, 1.ª série – n.º 99, de 22 de maio de 2015;
- Acordo de Aviação Euromediterrânico entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Governo do Estado de Israel, por outro, assinado no Luxemburgo em 10.06.2013 – processo de instrução concluído;
- Acordo de Cooperação entre a União Europeia e seus Estados-membros, por um lado, e a Confederação Suíça, por outro, sobre os programas europeus de navegação por satélite, assinado em Bruxelas em 18.12.2013 – processo de instrução em curso;
- Acordo sobre a participação da Croácia no Espaço Económico Europeu, assinado em Bruxelas em 11.04.2014 – processo de instrução concluído.

Note-se que, muitas vezes, nos acordos celebrados no âmbito da UE se prevê a sua aplicação provisória mas, por imperativos constitucionais, sempre que tal aplicação incida sobre matéria que não seja da competência exclusiva da União, esses acordos ou partes de acordo só têm aplicação no ordenamento jurídico nacional após a sua ratificação e publicação oficial.

Mereceram um especial acompanhamento, tendo em conta a prioridade política a eles atribuída, a ratificação e publicação oficial dos acordos relativos ao Tribunal Unificado de Patentes, os acordos com a Ucrânia, República da Moldávia e Geórgia e,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ainda, o acordo respeitante ao Fundo Único de Resolução e a decisão relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO VIII

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO

Dois factos de especial importância enquadraram a atividade do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) em 2015 – a celebração dos trinta anos da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias e o Ano Europeu para o Desenvolvimento. No quadro destas comemorações promoveram-se importantes debates em torno de temas prioritários como o papel da UE no Mundo, Cidadania, Energia e Clima.

Neste ano, o CIEJD cumpriu vinte anos ao serviço da informação europeia em Portugal. A afirmação do seu papel estratégico nos domínios da informação e promoção do conhecimento sobre a UE em Portugal, a relação de proximidade e de confiança estabelecida com os cidadãos e de parceria/colaboração com organizações da sociedade civil, a administração pública e instituições europeias, constituem aspetos fundamentais da sua ação ao longo destes anos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

INFORMAÇÃO SOBRE AS OPORTUNIDADES NA UE PARA OS CIDADÃOS E EMPRESAS

CARREIRAS INTERNACIONAIS

O projeto “Carreiras internacionais”, cujo objetivo é o de informar sobre as oportunidades de emprego e de estágio nas instituições e organismos da União Europeia e em outras organizações internacionais, tem em vista reforçar a presença dos portugueses naquelas instituições.

A divulgação do projeto, que decorre da consulta dos sítios Internet (www.carreirasinternacionais.eu e www.trabalharnauniao europeia.eu) atingiu um total de 2.320.657 visitas, neste ano. Foi complementada com a realização de três entrevistas, na RTP Açores, na Rádio do Norte (referente ao concurso geral EPSO¹⁵⁵ para Tradutores) e na RTP Porto. Foi, ainda, publicado um artigo na “Europa em Revista”, editada pelo “Europe Direct” de Tâmega e Sousa.

Foi assegurado o serviço de atendimento personalizado, através do qual foram enviados 100.590 “e-mails” (informação, esclarecimentos a questões colocadas e divulgação de 2.883 oportunidades de emprego e estágio).

O CIEJD participou em 11 eventos (Expocarreiras, “Jobshops”, Feiras de Emprego), a nível nacional (Lisboa, Coimbra e Leiria), em 6 sessões da “Volta de Apoio ao Emprego” (Tomar, Aveiro, Funchal, Porto, Faro e Portimão), resultante da parceria entre a Representação da Comissão Europeia em Portugal, o Instituto do Emprego e Formação profissional (IEFP) e a rede de Centros de Informação “Europe Direct”.

¹⁵⁵ “European Personnel Selection Office”.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Realizaram-se, em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, três sessões de informação para cidadãos à procura de primeiro emprego junto do público estudantil da Universidade dos Açores.

O CIEJD, enquanto membro da Rede de Especialistas EPSO, participou no "1er Forum des Carrières de l'Europe", em novembro, em Paris.

OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO NA UNIÃO EUROPEIA

O projeto "ON-Oportunidades de Negócio na União Europeia" (www.oportunidadesdenegocionaue.eu) tem o objetivo de promover uma maior divulgação, junto das empresas nacionais, dos concursos públicos lançados pelas instituições e organismos da União Europeia, bem como dos apoios financeiros e respetivas candidaturas, a nível europeu e nacional.

Em 2015, submeteu-se o projeto aos [Prémios Europeus de Promoção Empresarial 2015](#), uma iniciativa da Comissão Europeia que visa premiar boas práticas de promoção do empreendedorismo na Europa, tendo sido distinguido, a nível nacional, com uma menção honrosa na categoria "Apoio à Internacionalização das Empresas".

Com vista à divulgação do projeto, foi realizado um Seminário em Aveiro, em colaboração com a Associação para a Educação e Valorização da Região de Aveiro e a Associação Industrial do Distrito de Aveiro – "Enterprise Europe Network".

O projeto "ON" foi também apresentado na Bolsa do empreendedorismo, iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal, e numa sessão em Vila Nova de Poiares, a convite da autarquia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

COMUNICAÇÃO SOBRE OS PRINCIPAIS TEMAS DA AGENDA EUROPEIA

Comunicar e informar os cidadãos sobre a União Europeia continua a ser da maior importância para uma melhor compreensão do processo de integração europeia de Portugal e para uma maior aproximação dos cidadãos à UE.

PORTAL EUROCID

O Portal Eurocid (www.eurocid.pt) constitui um dos principais pontos de acesso do cidadão de língua portuguesa à informação e documentação europeia. Em 2015, inscreveram-se cerca de 2.500 novos utilizadores e registaram-se mais de 150 mil visitas e 500 mil visualizações de página. A comunidade eletrónica do CIEJD continua assim a ganhar dimensão, confirmando a importância e a pertinência dos conteúdos do portal, bem como a facilidade de recuperação dos mesmos nos motores de busca internacionais.

O portal acompanha e privilegia os temas da agenda europeia, desenvolvendo e atualizando dossiês temáticos importantes: Portugal Europa 30 anos; Ano Europeu para o Desenvolvimento; Mares e Oceanos; Cidadania Europeia; União Europeia e a Lusofonia; e Culturas Europeias.

A destacar ainda os conteúdos dedicados às oportunidades para os cidadãos que continuam a ser dos mais consultados: Prémios e Concursos e Bolsas de Estudo.

Com vista à evolução deste portal foi apresentado o “Projeto Eurocid: Comunicação Europeia Integrada para os Cidadãos”, no âmbito do Serviço de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA 2020), integrado no projeto mais abrangente “MNE Digital” e que visa fazer evoluir os diferentes meios de comunicação do CIEJD, de uma forma agregada, para uma plataforma tecnológica aberta, acessível e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

centrada nos cidadãos. O desenvolvimento deste projeto, que terá lugar em 2016/2017, é fundamental para a prossecução da missão do CIEJD, permitindo inovar, repensar todo o seu sistema de comunicação.

FACEBOOK

A presença do CIEJD na rede social Facebook (<https://www.facebook.com/CentrodeInformacaoEuropeiaJacquesDelors>) é um dos elementos relevantes na sua estratégia de comunicação eletrónica, nomeadamente, no que se refere à disseminação eletrónica da informação. No fim de 2015, reunia uma comunidade de mais de 28.600 pessoas. Constitui também um espaço de encontro com o cidadão onde, para além das publicações regulares, se assegura um serviço de resposta e interação com os utilizadores. Tem um papel relevante na divulgação de forma simplificada da agenda e dos temas europeus e tem contribuído para a constituição de uma comunidade de conhecimento em assuntos europeus numa das redes sociais mais utilizadas.

"NEWSLETTERS"

A difusão da informação também é assegurada através das "Newsletters" (NL). Em 2015, foi efetuado o envio de 25 "newsletters" para um número aproximado de 18.500 subscritores ativos, o que significa um total de cerca de 462.500 envios. Foram, assim, enviadas 11 "newsletters" gerais "Portugal na União Europeia", 11 "newsletters" "Empresas e Empreendedores" e 3 "newsletters" especiais, a saber: "30 anos de Portugal na União Europeia" (junho); "CIEJD – Celebrar a UE, assinalando 20 anos de informação europeia em Portugal" (maio) e "Prémio Portugal-Europa – 30 anos" (janeiro).

PRÉMIO PORTUGAL-EUROPA 30 ANOS

O Prémio "Portugal-Europa 30 anos" visou assinalar os trinta anos da assinatura do Tratado de Adesão às Comunidades Europeias. Este Prémio distinguiu um trabalho original, que pela sua relevância e interesse contribuisse para incentivar o debate



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

sobre a Europa, a democracia e a cidadania europeia e estimulasse a aproximação dos cidadãos à União. O Prémio foi, assim, atribuído a dois ensaios de grande qualidade, tendo sido ainda atribuídas duas menções honrosas.

OUTRAS INICIATIVAS

No âmbito de um concurso público, foi atribuída ao CIEJD a gestão do Espaço Público Europeu (EPE) do Gabinete de Informação do Parlamento Europeu e da Representação da Comissão Europeia em Portugal. O EPE tem por missão acolher, informar e dinamizar um conjunto diversificado de iniciativas que contribuam para elevar o conhecimento dos cidadãos sobre a UE, tendo em consideração as orientações definidas pelo Parlamento Europeu e as prioridades da Comissão Europeia.

Foram organizadas pelo Centro outras iniciativas, destacando-se a atualização do Mural: "Inscrever a Europa nos muros das cidades", o qual dá a conhecer a Carta dos Direitos Fundamentais da UE. No âmbito das comemorações do 9 de maio, Dia da Europa, e assinalando os 20 anos do CIEJD ao serviço da informação europeia em Portugal, este mural criado em 2005, em Belém, numa ação conjunta do CIEJD, da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Belém, passou a incluir os três Estados-membros que, desde essa data, integram a UE.

No âmbito do Projeto "Study in Lisbon", o Centro apoiou a Direção Municipal de Economia e Inovação da Câmara Municipal de Lisboa na organização da Conversa "Geração Erasmus e o papel das cidades na atração de estudantes internacionais". Seguindo um modelo de conversa informal, pretendeu-se discutir o papel das cidades europeias na mobilidade de estudantes.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A UE E A ATIVIDADE EDITORIAL

A componente formativa é um dos eixos fundamentais na atividade do CIEJD, permitindo promover o conhecimento da UE junto de diferentes públicos.

Em 2015, o Centro desenvolveu um conjunto diversificado de conteúdos de apresentação para a sua atividade de formação e animação pedagógica, interna e externa.

Por outro lado, na qualidade de parceiro do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, coordenador nacional do Ano Europeu para o Desenvolvimento (AED), o Centro concebeu um conjunto muito diversificado de conteúdos específicos que permitiram a realização de apresentações em contexto presencial e disponibilizadas em formato eletrónico, que contribuíram para dinamizar o “site” português do AED.

Foram realizadas 38 sessões de Aulas Jacques Delors (AJD), vocacionadas para os alunos do Ensino Pré-Escolar, Básico, Secundário e Profissional e que abrangeram um total de 1.358 alunos. As avaliações efetuadas confirmam que as AJD continuam a ser uma importante área de atividade, completando os assuntos da UE constantes nos currículos escolares, abordando a dinâmica do processo de construção, os seus valores, a arquitetura institucional, o processo de decisão, a cidadania europeia e as políticas da União.

Foram também realizados cursos de formação a funcionários da administração pública.

Dando continuidade ao projeto “Tempo para Aprender: A Cidadania Europeia” (TACE), iniciado em 2014, em colaboração com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais do Ministério da Justiça foram realizadas no primeiro trimestre de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

2015 as últimas seis sessões de informação/sensibilização, em seis estabelecimentos prisionais, abrangendo um total de 127 reclusos, para além de 13 intervenientes externos.

Através de parceria realizada com a Inspeção Geral de Atividades Culturais e a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, o CIEJD dinamizou novas ações em estabelecimentos prisionais abordando as temáticas “Ano Europeu para o Desenvolvimento” e “Ano Internacional da Luz”. O projeto visava incentivar a participação de cidadãos reclusos no concurso II Mostra de Autores Desconhecidos, tendo sido realizadas 14 sessões em estabelecimentos prisionais em diferentes regiões do país, abrangendo aproximadamente 450 reclusos, para além de alguns professores e funcionários pertencentes aos estabelecimentos prisionais. De relevar, ainda, o convite endereçado ao CIEJD para integrar o júri do concurso, na modalidade Banda Desenhada.

No âmbito de um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal de Odivelas, o Centro participou no projeto “SEI! Odivelas – Projeto para o Sucesso Educativo e Integração”, que visava a promoção do sucesso e integração escolares, assim como o combate ao abandono escolar. Durante o ano letivo 2014-2015, o “SEI!” assinalou o “Ano Europeu para o Desenvolvimento” através da dinamização do Prémio Escolas de Sucesso, fazendo coincidir a temática do concurso com o lema do Ano Europeu referido: “O Nosso Mundo, a Nossa Dignidade, o Nosso Futuro”. O CIEJD dinamizou uma sessão de formação sobre as temáticas europeias aos técnicos do Projeto “SEI! Odivelas” envolvidos na execução das candidaturas ao Prémio Escolas de Sucesso.

A componente formativa do Centro evoluiu de forma muito positiva, sendo ainda de destacar a acreditação pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua de um novo curso de formação “A Cidadania Europeia e a Dimensão Europeia na Educação”, por um período de três anos, e a apresentação pública do Referencial sobre a Dimensão Europeia da Educação, trabalho que o CIEJD coordenou do ponto de vista técnico, a convite do Ministério da Educação.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Para assinalar os 30 anos da integração europeia de Portugal, o CIEJD lançou o Ciclo de Encontros “Tributo a Europeus Notáveis”, em parceria com a Reitoria da Universidade de Lisboa e que se prolongará para 2016. Pretende-se prestar tributo a algumas personalidades nacionais já falecidas e que colocaram o seu trabalho, capacidade, criatividade e engenho negocial ao serviço do projeto europeu e da integração europeia de Portugal. Em 2015, foram prestados tributos a Helena Vaz da Silva e a Pedro Álvares.

O CIEJD iniciou, também em outubro, o Ciclo de Encontros “Herança Cultural Europeia: O que nos une?”, desenvolvido em parceria com a Universidade de Lisboa e com o Clube de Veneza. Trata-se de uma iniciativa que poderá dar um contributo para o debate sobre a UE, os seus fundamentos, os valores que estiveram na génese do projeto de construção europeia e que moldaram a nossa forma de estar, bem como contribuir para ponderar o que nos une. Com uma periodicidade trimestral, este ciclo de cinco Encontros, subordinado a várias temáticas que se completam, incluindo o contraditório, foi iniciado a 15 de outubro com o tema “Europa – É necessário dar corpo a esta ideia?”.

A edição de obras que contribuam para a promoção do conhecimento e para o debate dos temas comunitários continua a ser uma aposta do CIEJD.

Durante este ano foram rececionados os 15 trabalhos candidatos ao Prémio Jacques Delors 2015, dos quais 13 foram considerados a concurso.

Ainda em 2015, procedeu-se à conclusão da revisão da obra vencedora do Prémio Jacques Delors 2013 e à respetiva edição bem como à edição da obra vencedora do Prémio Jacques Delors 2014 – Modalidade Ensaio Académico, atribuído à obra “O direito fundamental à ação e as suas implicações no contencioso da União Europeia pós-Tratado de Lisboa: por um ‘mecanismo europeu de resgate’ dos direitos dos particulares”, de Filipa Fernandes.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A Revista “Europa: Novas Fronteiras” é outra das apostas editoriais do CIEJD, que lançou em abril o seu 30.º número consagrado às obras vencedoras do Prémio “Eleições Europeias – Melhor Ensaio”.

O CIEJD passou a colaborar com a publicação «Aprender Magazine», revista sobre Formação e Desenvolvimento, editada bimestralmente, através de uma coluna dedicada às temáticas europeias e procurando, sempre, dar visibilidade às suas muitas parcerias.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

BIBLIOTECA JACQUES DELORS

Em 2015, a Biblioteca Jacques Delors (BJD), ao serviço dos cidadãos e da comunidade académica, dinamizou muito a oferta dos seus serviços, tendo acolhido mais de 800 utilizadores e respondido a mais de 600 pedidos por telefone e/ou correio eletrónico. Aumentou o seu catálogo bibliográfico em linha com mais de 2.300 novos registos, registou 584 novos utilizadores, tendo aumentado o empréstimo interbibliotecas com as bibliotecas institucionais europeias.

Ciente da importância do trabalho colaborativo com as Bibliotecas das Universidades para uma maior projeção da informação europeia, promoveu, em colaboração com os Centros de Documentação Europeia e o Núcleo de Documentação da Reitoria da Universidade de Lisboa, uma exposição comemorativa dos 30 Anos da Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias (entre janeiro e maio) e a exposição "O Papel das Populações na Preservação do Meio Ambiente", por ocasião do Dia Mundial do Ambiente (5 de junho) e do Dia Mundial da População (11 de julho).

Com a Biblioteca do ISCTE-IUL, por ocasião da celebração do Dia da Europa, 9 de maio, realizou uma exposição bibliográfica subordinada ao tema "Construção e Integração Europeia", tendo organizado em setembro, para o Ano Europeu para o Desenvolvimento, a exposição bibliográfica conjunta, subordinada ao tema "Migrações e Demografia", completada com uma sessão "Conversas da Biblioteca" sobre o tema "Migrações & Demografia: novos desafios para a Europa".

Cumprir ainda assinalar o lançamento das edições do "Prémio Jacques Delors 2013 e 2014" e da revista "Europa: Novas Fronteiras", que teve lugar em abril e julho respetivamente, em cerimónia pública.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Durante 2015, a Biblioteca Jacques Delors retomou o envio da “newsletter” mensal (Flash BJD) para a sua comunidade de utilizadores, tornou mais ativa a sua página no Facebook e completou várias iniciativas realizadas, como o Ciclo de Tributo a Europeus notáveis, com a elaboração de bibliografias dedicadas aos autores homenageados e outras de natureza temática como suporte a eventos, como a conferência "A Carta dos Direitos Fundamentais da UE e o Ativismo do TJUE: um catálogo de direitos resistente às ameaças?", organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e o Centro de Investigação de Direito Público, em parceria com o CIEJD.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXOS



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXO I

REPRESENTANTES PORTUGUESES NO COMITÉ DAS REGIÕES DA UE E NO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

REPRESENTANTES PORTUGUESES NO COMITÉ DAS REGIÕES

Membros efetivos:

- Miguel Filipe Albuquerque,
- Vasco Ilídio Alves Cordeiro,
- Álvaro Amaro,
- João Azevedo,
- António Bragança Fernandes,
- José Luís Carneiro (renunciou ao mandato em novembro 2015),
- José da Cunha Costa,
- Luís Gomes,
- Basílio Horta,
- Fernando Medina,
- Carlos Pinto de Sá,
- José Ribau Esteves.

Membros suplentes:

- Luís Antunes,
- Luís Correia,
- Vítor Guerreiro,
- Francisco Lopes,
- Mário Sérgio Quaresma Marques,
- Isaura Morais,
- Américo Pereira,
- António Pereira,
- Vítor Proença,
- Aníbal Reis Costa,
- Paulo Santos,
- Rodrigo Vasconcelos de Oliveira.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

REPRESENTANTES PORTUGUESES NO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU

Grupo I – Empregadores

- Gonçalo da Gama Lobo Xavier (CIP – Confederação da Indústria Portuguesa);
- Luís Miguel Correia Mira (CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal);
- Pedro D’Almeida Freire (CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal);
- Paulo Barros Vale (CTP – Confederação do Turismo Português).

Grupo II – Trabalhadores

- Mário David Ferreirinha Soares e Carlos Manuel Alves Trindade (CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses);
- Carlos Manuel Simões da Silva e
- João Dias da Silva (UGT – União Geral de Trabalhadores).

Grupo III – Interesses diversos

- Jorge Pegado Liz (DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor);
- Carlos Matias Ramos (CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais);
- Francisco Bernardino da Silva (CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL);
- Lino da Silva Maia (CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXO II

ATOS E ACORDOS NA ÁREA DA JUSTIÇA E DOS

ASSUNTOS INTERNOS



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Atos legislativos

- Regulamento (UE) n.º 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio, relativo aos processos de insolvência, JO L 141, de 05/06/2015;
- Regulamento (UE) n.º 2015/2219 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, sobre a Agência da União Europeia para a Formação Policial (Cepol) e que substitui e revoga a Decisão 2005/681/JAI do Conselho, JO L 319, de 04/12/2015;
- Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2403 da Comissão, de 15 de dezembro, que estabelece orientações comuns em matéria de normas e técnicas de desativação a fim de garantir a inutilização irreversível das armas de fogo desativadas, JO L 333, de 19/12/2015;
- Regulamento (UE) n.º 2015/2421 do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 861/2007 que estabelece um processo europeu para ações de pequeno montante e o Regulamento (CE) n.º 1896/2006 que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento, JO L 341, de 24/12/2015;
- Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho de que revoga certos atos no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal (aguarda publicação);
- Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho de que revoga certos atos do acervo de Schengen no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal (aguarda publicação);
- Decisão (UE) n.º 2015/438 do Conselho, de 2 de março, que determina a posição a tomar em nome da UE no Comité Misto criado pelo Acordo entre a UE e a Ucrânia sobre a facilitação da emissão de vistos, relativa à adoção de diretrizes comuns para a aplicação do Acordo, JO L 72, de 17/03/2015;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- Decisão (UE) n.º 2015/1860 do Conselho, de 13 de outubro, que define a posição a tomar em nome da UE no âmbito do Comité Misto criado ao abrigo do Acordo entre a UE e a República da Arménia sobre a facilitação da emissão de vistos, no que diz respeito à adoção do seu regulamento interno, JO L 273, de 17/10/2015;
- Decisão (UE) n.º 2015/1913 do Conselho, de 18 de setembro, relativa à assinatura, em nome da UE, da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção do Terrorismo (STCE n.º 196), JO L 280, de 24/10/2015;
- Decisão (UE) n.º 2015/1914 do Conselho, de 18 de setembro, relativa à assinatura, em nome da UE, do Protocolo Adicional à Convenção do Conselho da Europa para Prevenção do Terrorismo (STCE n.º 196), JO L 280, de 24/10/2015;
- Decisão (UE) n.º 2015/2071 do Conselho, de 10 de novembro, que autoriza os Estados-membros a ratificar, no interesse da UE, o Protocolo de 2014 à Convenção sobre o trabalho forçado, de 1930, da Organização Internacional do Trabalho no tocante aos artigos 1.º-4.º do Protocolo no que diz respeito a questões relacionadas com a cooperação judiciária em matéria penal, JO L 301, 18/11/2015;
- Diretiva (UE) 2015/637 do Conselho, de 20 de abril, relativa a medidas de coordenação e cooperação para facilitar a proteção consular dos cidadãos da União não representados em países terceiros e que revoga a Decisão 95/553/CE, JO L 106, de 24/04/2015.

Acordos

- Decisão (UE) n.º 2015/1023 do Conselho, de 15 de junho, que autoriza certos Estados-Membros a aceitar, no interesse da União Europeia, a adesão de Andorra à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, JO L 163, de 30/06/2015;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- Decisão (UE) n.º 2015/1024 do Conselho, de 15 de junho, que autoriza certos Estados-Membros a aceitar, no interesse da União Europeia, a adesão de Singapura à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, JO L 163, de 30/06/2015;
- Decisão (UE) n.º 2015/1523 do Conselho, de 14 de setembro, que estabelece medidas provisórias no domínio da proteção internacional a favor da Itália e da Grécia, JO L 239, de 15/09/2015;
- Decisão (UE) n.º 2015/1601 do Conselho, de 22 de setembro, que estabelece medidas provisórias no domínio da proteção internacional a favor da Itália e da Grécia, JO L 248, de 24/09/2015;
- Decisão (UE) n.º 2015/2356 do Conselho, de 10 de dezembro, que autoriza certos Estados-Membros a aceitar, no interesse da União Europeia, a adesão da Albânia à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, JO L 331, de 17/12/2015;
- Decisão (UE) n.º 2015/2357 do Conselho, de 10 de dezembro, que autoriza certos Estados-Membros a aceitar, no interesse da União Europeia, a adesão da Marrocos à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, JO L 331, de 17/12/2015;
- Decisão (UE) n.º 2015/2355 do Conselho, de 10 de dezembro, que autoriza certos Estados-Membros a aceitar, no interesse da União Europeia, a adesão da Federação da Rússia à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, JO L 331, 17/12/2015;
- Decisão (UE) n.º 2015/2354 do Conselho, de 10 de dezembro, que autoriza certos Estados-Membros a aceitar, no interesse da União Europeia, a adesão das Seicheles à Convenção da Haia de 1980 sobre



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

os Aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, JO L 331, de 17/12/2015;

- Decisão (UE) n.º 2015/2358 do Conselho, de 10 de dezembro, que autoriza certos Estados-Membros a aceitar, no interesse da União Europeia, a adesão da Arménia à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, JO L 331, de 17/12/2015.

Atos não legislativos

- Proposta de Regulamento relativo à Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia, COM (2015) 671 final, 15/12/2015;
- Proposta que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 no que diz respeito ao reforço dos controlos nas fronteiras externas por confronto com as bases de dados pertinentes, COM (2015) 670 final, de 15/12/2015;
- Conclusões do Conselho sobre a inclusão das pessoas com deficiência nas estratégias de gestão de catástrofes, adotadas pelo Conselho JAI de 12 e 13 de março;
- Conclusões do Conselho sobre a Estratégia Renovada de Segurança Interna da União Europeia para 2015 - 2020, adotadas pelo Conselho JAI de 15 e 16 de junho;
- Conclusões do Conselho sobre a luta contra a impunidade do crime de genocídio, dos crimes contra a humanidade e dos crimes de guerra na União Europeia e nos seus Estados-membros, adotadas pelo Conselho JAI de 15 e 16 de junho;
- Conclusões do Conselho sobre a aplicação da carta dos Direitos fundamentais em 2014, adotadas pelo Conselho AG de 23 de junho;
- Conclusões dos Representantes dos Governos dos Estados-membros, reunidos no Conselho, sobre a reinstalação, através de regimes



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- multilaterais e nacionais, de 20 000 pessoas com clara necessidade de proteção internacional, adotadas no Conselho JAI de 20 de julho;
- Conclusões do Conselho sobre o Plano de ação para os direitos humanos e a democracia (2015-2019), adotadas pelo Conselho JAI de 20 de julho;
 - Conclusões em matéria de justiça eletrónica, adotadas pelo Conselho JAI de 3 e 4 de dezembro;
 - Conclusões do Conselho sobre o relatório anual de 2014 da Eurojust, adotadas pelo Conselho AG de 14 de setembro;
 - Conclusões do Conselho sobre a implementação do Plano de Ação da UE de Luta contra a Droga (2013-2016) relativamente às normas mínimas de qualidade para a redução da procura de droga na União Europeia, adotadas pelo Conselho AG de 14 de setembro;
 - Conclusões do Conselho sobre o reforço da utilização dos meios para lutar contra o tráfico de armas de fogo, adotadas pelo Conselho JAI de 8 e 9 de outubro;
 - O Conselho JAI extraordinário de 20 de novembro adotou conclusões do Conselho da UE e dos Estados-membros reunidos no Conselho sobre a luta contra o terrorismo. As conclusões sublinharam a necessidade de tomar medidas e alcançar resultados nos seguintes domínios: diretiva PNR; luta contra o tráfico de armas de fogo; combate ao financiamento do terrorismo; troca de informações; reforço do controlo das fronteiras externas; radicalização e revisão da Decisão-Quadro relativa à Luta contra o Terrorismo. O Conselho adotou igualmente conclusões sobre a resposta da justiça penal à radicalização conducente ao terrorismo e ao extremismo violento;
 - O Conselho JAI de 3 e 4 de dezembro adotou conclusões sobre a abordagem integral e complementar para combater o terrorismo e o extremismo violento nos Balcãs Ocidentais e aprovou o texto de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

compromisso acordado com o Parlamento Europeu sobre a proposta de diretiva PNR;

- O Conselho de Negócios Estrangeiros de 14 de dezembro reforçou a importância das conclusões do Conselho de fevereiro na definição da ação externa da UE na luta contra o terrorismo, tendo apoiado as prioridades geográficas e temáticas referidas numa carta da AR/VP Mogherini, de 4 de dezembro;
- O Conselho Europeu de 17 e 18 de dezembro adotou conclusões sobre a luta contra o terrorismo, que reiteraram a necessidade da rápida implementação da Declaração de Chefes de Estado e de Governo de 12 de fevereiro, bem como das conclusões do Conselho JAI de 20 de novembro;
- Execução do plano de ação plurianual 2014-2018 sobre justiça eletrónica europeia, adotada pelo Conselho JAI de 15 e 16 de junho;
- Roteiro para a sustentabilidade do projeto e-codex, adotado pelo Conselho JAI de 3 e 4 de dezembro;
- Recomendações do Conselho sobre as videoconferências transfronteiras, adotadas pelo Conselho JAI de 15 e 16 de junho;
- O Conselho JAI de 3 e 4 de dezembro aprovou o acordo político alcançado com o Parlamento Europeu sobre o texto da proposta de Regulamento que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação e a Formação Policial (Europol) e que substitui e revoga as Decisões 2009/371/JAI, 2009/934/JAI, 2009/935/JAI, 2009/936/JAI e 2009/968/JAI do Conselho;
- O Conselho ECOFIN de 27 de janeiro de 2015 endossou um acordo com o Parlamento Europeu sobre novas regras para prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo;
- O Conselho Informal JAI, reunido em Riga, nos dias 29 e 30 de janeiro, adotou uma Declaração conjunta sobre a luta contra o terrorismo;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- O Conselho de Negócios Estrangeiros de 9 de Fevereiro definiu as áreas nas quais a UE e os Estados-membros deverão intensificar a cooperação na prevenção e combate ao terrorismo, ao extremismo violento e a radicalização, em especial nos países da região do Médio Oriente e Norte de África (MENA), na Turquia, no Golfo e nos Balcãs, bem como com organizações regionais relevantes;
- O Conselho Agricultura e Pescas de 20 de abril adotou uma posição, em primeira leitura, sobre as novas regras para prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo;
- O Conselho de Assuntos Gerais de 10 de fevereiro de 2015 aprovou um acordo com o Parlamento Europeu sobre o reforço das regras para prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo;
- Declaração dos Chefes de Estado e de Governo, reunidos informalmente em 12 de fevereiro, sobre as prioridades da U.E. em matéria de luta contra o terrorismo. A declaração está estruturada em torno de três vertentes: garantir a segurança dos cidadãos, prevenir a radicalização e proteger os nossos valores e cooperar com os nossos parceiros internacionais;
- Declaração dos Ministros da Educação da UE, reunidos informalmente em Paris, no dia 18 de março, sobre a promoção da educação para a cidadania e dos valores comuns da liberdade, tolerância e não discriminação.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXO III

LISTA DAS DIRETIVAS DA UNIÃO EUROPEIA TRANSPOSTAS PARA O ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS EM 2015



S. R.
 MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Lista das Diretivas da União Europeia transpostas para o ordenamento jurídico português em 2015

Área/Setores	Diretiva	Diploma de transposição
AGRICULTURA	Diretiva 2013/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013, que altera a Diretiva 92/65/CEE do Conselho no que respeita aos requisitos de saúde animal que regem o comércio e as importações na União de cães, gatos e furões.	Decreto-Lei n.º 20/2015, 3 de fevereiro Diário da República 1.ª série N.º 23
	Diretiva 2014/63/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, que altera a Diretiva 2001/110/CE relativa ao mel.	Decreto-Lei n.º 126/2015, de 7 de julho Diário da República 1.ª série N.º 130
	Diretiva de Execução 2014/105/UE da Comissão, de 4 de dezembro de 2014, que altera as Diretivas 2003/90/CE e 2003/91/CE que estabelecem regras de execução do artigo 7.º da Diretiva 2002/53/CE do Conselho e do artigo 7.º da Diretiva 2002/55/CE do Conselho, respetivamente, no que diz respeito aos caracteres que, no mínimo, devem ser apreciados pelo exame e às condições mínimas para o exame de determinadas variedades de espécies de plantas agrícolas e de espécies hortícolas.	Decreto-Lei n.º 144/2015, de 31 de julho Diário da República 1.ª série N.º 148
	Diretiva 2014/64/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, que altera a Diretiva 64/432/CEE do Conselho no que diz respeito às bases de dados informatizadas que fazem parte das redes de vigilância nos Estados-membros.	Decreto-Lei n.º 180/2015, de 28 de agosto Diário da Republica 1.ª série N.º 168



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

AMBIENTE	Diretiva 2013/39/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto de 2013, que altera as Diretivas 2000/60/CE e 2008/105/CE no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água.	Decreto-Lei n.º 218/2015, de 7 de outubro Diário da República 1.ª série N.º 196
	Diretiva 2014/89/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo.	Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março Diário da República I Série N.º 50 Decreto-Lei n.º 139/2015, de 30 de julho Diário da República 1.ª série N.º 147
APROXIMAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES	Diretiva 2014/68/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-Membros respeitante à disponibilização de equipamentos sob pressão no mercado.	Decreto-Lei n.º 32/2015, de 4 de março Diário da República 1.ª série N.º 44
	Diretiva 2014/79/UE da Comissão, de 20 de junho de 2014, que altera o apêndice C do anexo II da Diretiva 2009/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à segurança dos brinquedos, no que diz respeito ao TCEP, TCPP e TDCP.	Decreto-Lei n.º 104/2015, de 15 de junho Diário da República 1.ª série N.º 114
	Diretiva 2014/81/UE da Comissão, de 23 de junho de 2014, que altera o apêndice C do anexo II da Diretiva 2009/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à segurança dos brinquedos, relativamente ao bisfenol A.	Decreto-Lei n.º 104/2015, de 15 de junho Diário da República 1.ª série N.º 114
	Diretiva 2014/84/UE da Comissão, de 30 de junho de 2014, que altera o apêndice A do anexo II da Diretiva 2009/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à segurança dos brinquedos, no que diz respeito ao níquel.	Decreto-Lei n.º 104/2015, de 15 de junho Diário da República 1.ª série N.º 114
	Diretiva 2011/17/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011, que revoga as Diretivas 71/317/CEE, 71/347/CEE, 71/349/CEE, 74/148/CEE, 75/33/CEE, 76/765/CEE, 76/766/CEE e 86/217/CEE do Conselho, relativas à metrologia.	Decreto-Lei n.º 172/2015, de 25 de agosto Diário da República 1.ª série N.º 165



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	Diretiva 2012/18/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, que altera e subsequentemente revoga a Diretiva 96/82/CE do Conselho.	Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto Diário da República 1.ª série N.º 151
	Diretiva 2013/56/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, que altera a Diretiva 2006/66/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, no que respeita à colocação no mercado de pilhas e acumuladores portáteis que contenham cádmio, destinados à utilização em ferramentas elétricas sem fios, e de pilhas-botão com baixo teor de mercúrio, e que revoga a Decisão 2009/603/CE da Comissão.	Decreto-Lei n.º 173/2015, de 25 de agosto Diário da República 1.ª série N.º 165
	Diretiva 2014/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, que altera as Diretivas 92/58/CEE, 92/85/CEE, 94/33/CE e 98/24/CE do Conselho e a Diretiva 2004/37/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, a fim de as adaptar ao Regulamento (CE) n.º 1272/2008 relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas.	Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 de maio Diário da República 1ª série N.º 103
	Diretiva de Execução 2014/58/UE da Comissão, de 16 de abril de 2014, que cria, em conformidade com a Diretiva 2007/23/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, um sistema de rastreabilidade dos artigos de pirotecnia.	Decreto-Lei n.º 135/2015, de 28 de julho Diário da República 1.ª série N.º 145
	Diretiva 2013/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013, relativa à harmonização das legislações dos Estados-membros respeitantes à disponibilização no mercado de artigos de pirotecnia.	Decreto-Lei n.º 135/2015, de 28 de julho Diário da República 1.ª série N.º 145
	Diretiva 2012/28/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs.	Lei n.º 32/2015, de 24 de abril Diário da República 1.ª série N.º 80



S. R.
 MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ASSUNTOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS	Diretiva 2014/59/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, que estabelece um enquadramento para a recuperação e a resolução de instituições de crédito e de empresas de investimento e que altera a Diretiva 82/891/CEE do Conselho, e as Diretivas 2001/24/CE, 2002/47/CE, 2004/25/CE, 2005/56/CE, 2007/36/CE, 2011/35/CE, 2012/30/UE e 2013/36/UE e os Regulamentos (UE) n.º 1093/2010 e (UE) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho.	Lei n.º 23-A/2015, de 26 março, 1.º suplemento Diário da República 1.ª série N.º 60
	Diretiva 2014/49/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa aos sistemas de garantia de depósitos.	Lei n.º 23-A/2015, de 26 março, 1.º suplemento Diário da República 1.ª série N.º 60.
	Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.	Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho Diário da República 1.ª série N.º 106
	Diretiva 2011/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011, relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos e que altera as Diretivas 2003/41/CE e 2009/65/CE e os Regulamentos (CE) n.º1060/2009 e (UE) n.º1095/2010.	Lei n.º 16/2015, de 24 fevereiro Diário da República 1.ª série N.º 38 Lei n.º 18/2015, de 4 março Diário da República 1.ª série N.º 44 Decreto-Lei n.º 124/2015, de 7 de julho Diário da República 1.ª série N.º 130



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	Diretiva 2013/14/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, que altera a Diretiva 2003/41/CE relativa às atividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais, a Diretiva 2009/65/CE que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes a alguns organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) e a Diretiva 2011/61/UE relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos no que diz respeito à dependência excessiva relativamente às notações de risco.	Lei n.º 16/2015, 24 fevereiro Diário da República 1.ª série N.º 38 Lei n.º 18/2015, de 4 março Diário da República 1ª série N.º 44 Decreto-Lei n.º 124/2015, de 7 de julho Diário da República 1.ª série N.º 130
	Diretiva 2014/51/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, que altera as Diretivas 2003/71/CE e 2009/138/CE e os Regulamentos (CE) n.º 1060/2009, (UE) n.º 1094/2010 e (UE) n.º 1095/2010 no que respeita às competências da Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma) e da Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados).	Decreto-Lei n.º 124/2015, de 7 de julho Diário da República 1ª série N.º 130 Lei n.º 147/2015, de 9 setembro Diário da República 1.ª série N.º 176
	Diretiva 2011/89/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, que altera as Diretivas 98/78/CE, 2002/87/CE, 2006/48/CE e 2009/138/CE no que se refere à supervisão complementar das entidades financeiras de um conglomerado financeiro.	Decreto-Lei n.º 91/2014, de 20 junho Diário da República 1.ª série N.º 117 Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro Diário da República 1.ª série N.º 176
	Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II).	Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro Diário da República 1.ª série N.º 176



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	Diretiva 2014/56/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas.	Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro Diário da República 1.ª série N.º 176 Lei 140/2015, de 7 de setembro Diário da República 1.ª série N.º 174
ASSUNTOS SOCIAIS E EMPREGO	Diretiva 2008/94/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2008, relativa à proteção dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência do empregador.	Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21 abril Diário da República 1ª série N.º 77
DEFESA E SEGURANÇA	Diretiva 2014/108/UE da Comissão, de 12 de dezembro de 2014, que altera a Diretiva 2009/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à lista de produtos relacionados com a defesa.	Decreto-Lei n.º 52/2015, de 15 de abril Diário da República 1.ª série N.º 73
DIREITO DE ESTABELECIMENTO E LIVRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Diretiva 2013/25/UE do Conselho, de 13 de maio de 2013, que adapta determinadas diretivas no domínio do direito de estabelecimento e da livre prestação de serviços, devido à adesão da República da Croácia.	Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro Diário da República 1.ª série N.º 176
ENERGIA	Diretiva 2012/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética, que altera as Diretivas 2009/125/CE e 2010/30/UE e revoga as Diretivas 2004/8/CE e 2006/32/CE.	Decreto-Lei n.º 68-A/2015, 30 de abril Diário da República 1.ª série N.º 84, 1.º Suplemento
	Diretiva 2014/77/UE da Comissão, de 10 de junho de 2014, que altera os anexos I e II da Diretiva 98/70/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel.	Decreto-Lei n.º 214-E/2015, de 30 de setembro Diário da República 1.ª série N.º 191, 1.º Suplemento
JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS	Diretiva 2011/99/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à decisão europeia de proteção.	Lei n.º 71/2015, de 20 de julho Diário da República 1ª série N.º 139



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	Diretiva 2011/93/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, e que substitui a Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho.	Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto Diário da República 1.ª série N.º 164
	Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho.	Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro Diário da República 1.ª série N.º 173
	Diretiva 2013/11/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, sobre a resolução alternativa de litígios de consumo, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Diretiva 2009/22/CE.	Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro Diário da República 1.ª série N.º 175
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	Diretiva 2013/38/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto de 2013, que altera a Diretiva 2009/16/CE relativa à inspeção pelo Estado do porto.	Decreto-Lei n.º 27/2015, de 6 fevereiro Diário da República 1ª série N.º 26
	Diretiva 2012/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, que altera a Diretiva 2008/106/CE relativa ao nível mínimo de formação dos marítimos.	Decreto-Lei n.º 34/2015, de 4 de março Diário da República 1.ª série N.º 44
	Diretiva 2014/93/UE da Comissão, de 18 de julho de 2014, que altera a Diretiva 96/98/CE do Conselho relativa aos equipamentos marítimos.	Decreto-Lei n.º 95/2014, de 29 de maio Diário da República 1.ª série N.º 104
	Diretiva de Execução 2014/111/UE da Comissão, de 17 de dezembro de 2014, que altera a Diretiva 2009/15/CE na sequência da adoção de determinados códigos e de alterações conexas a determinadas convenções e protocolos pela Organização Marítima Internacional (IMO).	Decreto-Lei n.º 161/2015, de 11 de agosto Diário da República 1.ª série N.º 155



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	Diretiva 2013/54/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, relativa a certas responsabilidades do Estado de bandeira no cumprimento e aplicação da Convenção do Trabalho Marítimo, de 2006.	Lei n.º 146/2015, de 9 de setembro Diário da República 1.ª série N.º 176
	Diretiva 2009/13/CE do Conselho, de 16 de fevereiro, que aplica o Acordo celebrado pela Associação de Armadores da Comunidade Europeia (ECSA) e pela Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes (ETF) relativo à Convenção sobre Trabalho Marítimo, 2006 que altera a Diretiva 1999/63/CE.	Lei n.º 146/2015, de 9 de setembro Diário da República 1.ª série N.º 176
	Diretiva 2014/82/UE da Comissão, de 24 de junho de 2014, que altera a Diretiva 2007/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita aos conhecimentos profissionais gerais, aos requisitos médicos e aos requisitos relativos à carta de maquinista.	Decreto-Lei n.º 138/2015, 30 de julho Diário da República 1.ª série N.º 147
	Diretiva 2014/88/UE da Comissão, de 9 de julho de 2014, que altera a Diretiva 2004/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita aos indicadores comuns de segurança e aos métodos comuns de cálculo dos custos dos acidentes.	Decreto-Lei n.º 214-D/2015, de 30 de setembro Diário da República 1.ª série N.º 191, 1.º Suplemento
	Diretiva 2012/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, que estabelece um espaço ferroviário europeu único.	Decreto-Lei n.º 216/2015, de 7 de outubro Diário da República 1.ª série N.º 196
	Diretiva 2014/106/UE da Comissão, de 5 de dezembro de 2014, que altera os anexos V e VI da Diretiva 2008/57/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade.	Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro Diário da República 1ª série N.º 196
	Diretiva 2014/103/UE da Comissão, de 21 de novembro de 2014, que adapta pela terceira vez ao progresso científico e técnico os anexos da Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.	Decreto-Lei n.º 246-A/2015, de 21 de outubro Diário da República 1ª série N.º 206, 1.º suplemento



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

SAÚDE	Diretiva de Execução 2012/25/UE da Comissão, de 9 de outubro de 2012, que estabelece procedimentos de informação para o intercâmbio, entre Estados-Membros, de órgãos humanos destinados a transplantação.	Lei n.º 2/2015, 8 janeiro Diário da República 1ª série N.º 5
	Diretiva 2012/39/UE da Comissão, de 26 de novembro de 2012, que altera a Diretiva 2006/17/CE no que se refere a certos requisitos técnicos para a análise de tecidos e células de origem humana.	Lei n.º 1/2015, 8 janeiro Diário da República 1ª série N.º 5
	Diretiva 2014/40/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita ao fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco e produtos afins e que revoga a Diretiva 2001/37/CE.	Lei n.º 109/2015, de 26 de agosto Diário da República 1ª série N.º 166
	Diretiva Delegada 2014/109/UE da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que altera o anexo II da Diretiva 2014/40/UE do Parlamento Europeu e do Conselho estabelecendo a biblioteca de advertências ilustradas a utilizar em produtos do tabaco.	Lei n.º 109/2015, de 26 de agosto Diário da República 1ª série N.º 166
	Diretiva 2014/110/UE da Comissão, de 17 de dezembro de 2014, que altera a Diretiva 2004/33/CE no que se refere aos critérios de suspensão temporária de dadores de sangue relativamente a dadoras homólogas.	Decreto-Lei n.º 185/2015, de 2 de setembro Diário da República 1ª série N.º 171



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXO IV

PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO CONTENCIOSO DA UNIÃO EUROPEIA EM 2015

Informação mais detalhada sobre os processos poderá ser consultada em
<http://curia.europa.eu/juris/recherche.jsf?language=pt>



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Participação de Portugal no contencioso da União Europeia em 2015

(Informação mais detalhada sobre os processos poderá ser consultada em <http://curia.europa.eu/juris/recherche.jsf?language=pt>)

1. Processos de reenvio prejudicial (TJUE)				
N.º Processo	Origem do tribunal de reenvio	Domínio e Objeto	Fase Processual	Ministério Setorial
C-170/13	Alemanha	Patente - Abuso de posição no mercado	Acórdão 16.07.2015	MJ
C-343/13	Portugal	Direito societário – Interpretação da Diretiva 2011/35/CE – Transmissão da responsabilidade contraordenacional.	Acórdão 05.03.2015	M. Justiça
C-463/13	Itália	Jogo social – compatibilidade com o DUE de disposições que alteram as condições e os critérios de adjudicação das concessões.	Acórdão 22.01.2015	MTSSS / SCML
C-572/13	Bélgica	Propriedade Intelectual – Interpretação da Diretiva 2001/29/CE – Compensação equitativa dos titulares dos direitos.	Acórdão 12.11.2015	M. Justiça PCM
C-601/13	Portugal -STA	Contratos públicos	Acórdão 26.03.2015	ME / INCI
C-632/13	Suécia	Tributação de não residentes	Audiência 20.11.2015	MF /AT
C-98/14	Hungria	Livre prestação de serviços – Jogos - Compatibilidade das normas relativas à exploração de "Slot Machines" e dos impostos inerentes com o direito EU.	Acórdão 11.06.2015	M. Economia
C-160/14	Portugal	Política Social -Interpretação da Diretiva 2001/23/CE - relativa à manutenção dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas ou de estabelecimentos, ou de partes de empresas ou de estabelecimentos.	Acórdão 09.09.2015	MJ / MTSSS / ME



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

C-174/14	Portugal	Sujeição dos organismos de direito público ao IVA – “SaudeAçor”.	Acórdão 29.10.2015	MF / AT
C-195/14 Teekanne	Alemanha	Agricultura – Interpretação da Diretiva 2000/13/CE relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros respeitantes à rotulagem, apresentação e publicidade de géneros alimentícios.	Acórdão 04.06.2015	M. Agricultura
C-223/14	Espanha	Reg.º n.º 1393/2007 – definição de ato extrajudicial	Acórdão 11.11.2015	MJ
C-235/14	Espanha	Prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento de terrorismo.	Conclusões do Advogado Geral 03.09.2015	MF / BP
C-245/14	Áustria	Injunção europeia – reapreciação após prazo de oposição.	Acórdão 22.10.2015	MJ
C-250/14	França	Imposto sobre o Volume de Negócios / IVA	Acórdão 23.12.2015	MF / AT
C-297/14	Alemanha	Reg.º n.º 44/2001 – competência jurisdicional em matéria de contratos.	Acórdão 23.12.2015	MJ
C-300/14	Bélgica	Reg.º (CE) n.º 805/2004 (título executivo europeu para créditos não contestados) - requisitos para a certificação.	Acórdão 17.12.2015	MJ
C-306/14	Bulgária	Impostos especiais sobre o Álcool	Acórdão 15.10.2015	MF / AT
C-333/14	Escócia	Restrições Quantitativas Imposição de preços mínimos - Álcool	Acórdão 23.12.2015	ME/MS
C-350/14	Itália	Reg.º n.º 864/2007 – lei aplicável às obrigações contratuais.	Acórdão 10.12.2015	MJ
C-379/14	Países Baixos	União Aduaneira / Marcas Regime de trânsito comunitário externo e de entreposto aduaneiro.	Acórdão 16.07.2015	MF / AT
C-419/14	Hungria	Fiscalidade – IVA - Fraude	Acórdão 17.12.2015	MF / AT
C-463/14	Bulgária	Fiscalidade – IVA – Prestação de Serviços	Acórdão 03.09.2015	MF / AT



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

C-464/14	Portugal CAAD	Acordos Euro-Mediterrânicos celebrados com a Tunísia e com o Líbano e dos artigos 63.º e 65.º TFUE	Audiência 18.11.2015	MF / AT
C-490/14	Alemanha	Direito de Autor – Questão de saber se a Diretiva 96/9/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 1996, relativa à proteção jurídica das bases de dados, designadamente o artigo 1.º, n.º 2, conjugado com o artigo 8.º, deve ser interpretada no sentido de que a utilização de uma parte ou extrato de uma base de dados, como a que está em causa no processo principal, para fins diferentes daqueles para os quais foi concedida autorização pelo seu titular constitui violação dos direitos de autor.	Acórdão 29.10.2015	M. Cultura PCM
C-516/14	Portugal CAAD	Fiscalidade – IVA – Requisitos de Faturação – Honorários.	Audiência – aguarda agendamento	MF / AT
C-547/14	Reino Unido	Disposições dos EM - fabrico, apresentação e venda produtos tabaco e produtos afins.	Conclusões 17.12.2015	MS /ME
C-582/14	Alemanha	Proteção de Dados – Questão de saber se o artigo 2.º, alínea a), da Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados deve ser interpretado no sentido de que um endereço do protocolo IP (endereço IP), armazenado por um prestador de serviços no contexto de um acesso ao seu sítio Internet, constitui para este um dado pessoal quando um terceiro (no caso em apreço, o fornecedor de acesso à Internet) dispõe das informações suplementares necessárias para a identificação da pessoa em causa.	Acórdão 25.02.2016	M. Justiça CNPD
C-607/14	Reino Unido	Fiscalidade – IVA – Serviço de Gestão de Cartões de Crédito.	Audiência – aguarda agendamento	MF / CEF
C-18/15	Portugal - STA	Fiscalidade – Imposto sobre o rendimento de juros / sociedades financeiras.	Audiência 13.1.2016	MF / CEF



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

C-24/15	Alemanha	Fiscalidade – IVA – Isenção nas Transferências de Bens Intracomunitárias.	Audiência – aguarda agendamento	MF / CEF
C-46/15	Portugal	Contratação Pública - Interpretação da Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento. Não regulando a legislação portuguesa a matéria contida no artigo 48.º, n.º 2, alínea a), ponto ii), segundo parágrafo, da mencionada diretiva, é tal normativo diretamente a aplicável na ordem jurídica portuguesa no sentido de que confere aos particulares um direito que estes podem fazer valer contra as entidades adjudicantes?	Audiência 28.01.2016	M. Economia
C-70/15	Polónia	Competência judiciária- citação e notificação dos atos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos EM.	Audiência – aguarda agendamento	MJ
C-122/15	Finlândia	Pensões-imposto adicional sobre rendimentos	Audiência – aguarda agendamento	MTSSS
C-129/15	Bulgária	Contratação Pública - Interpretação da Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento.	Audiência – aguarda agendamento	M. Economia
C-130/15	Reino Unido	Fiscalidade – Diretiva 77/388/CEE – IVA – matéria coletável uniforme (Sexta Diretiva).	Audiência – aguarda agendamento	MF
C-151/15	Portugal	Direito de Autor – Conceito de comunicação pública, para efeito da aplicação do artigo 3º, nº 1, da Diretiva 2001/29/CE, relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação – conceito de comunicação ao público.	Despacho	M. Cultura PCM



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

C-160/15	Países Baixos	Direito de Autor - Interpretação do artigo 3.º, n.º 1, da Diretiva 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação – conceito de comunicação ao público.	Audiência 03.02.2016	M. Cultura PCM
C-169/15	Benelux	Direito de Autor – Interpretação do artigo 10.º, conjugado com o artigo 13.º, n.º 1, da Diretiva 93/98/CEE do Conselho, de 29 de outubro de 1993, relativa à harmonização do prazo de proteção dos direitos de autor e de certos direitos conexos – prazo de proteção.	Audiência 10.03.2016	M. Cultura PCM
C-174/15	Países Baixos	Direito de Autor – Devem os artigos 1.º, n.º 1, 2.º, n.º 1, alínea b), e 6.º, n.º 1, da Diretiva 2006/115 ser interpretados no sentido de que o conceito de “comodato” na aceção destas disposições também abrange a colocação à disposição para utilização, sem benefícios económicos ou comerciais, diretos ou indiretos, através de uma instituição acessível ao público, de romances, coletâneas de contos, biografias, relatos de viagens, livros infantis e literatura juvenil protegidos pelo direito de autor?	Audiência 09.03.2016	M. Cultura PCM
C-194/15	Itália	Fiscalidade – Sociedades – Dupla Tributação	Audiência – aguarda agendamento	MF / CEF



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

C-214/15	Portugal	Contratação Pública – O direito da União, em especial o artigo 55.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, no âmbito de concurso relativo a processo de adjudicação de contrato de empreitada de obras públicas, admite a imediata exclusão da proposta de concorrente que, no momento da sua apresentação, não se mostre, desde logo, “instruída” com documento que contenha a justificação do “preço anormalmente baixo” numa situação em que as peças concursais contenham a fixação do critério de preenchimento do referido conceito?	Audiência – aguarda agendamento	M. Economia
C-221/15	Bélgica	Fiscalidade – interpretação do artigo 15.º da Diretiva 2011/64/UE do Conselho, de 21 de junho de 2011, relativa à estrutura e taxas dos impostos especiais de consumo de tabacos manufaturados e dos artigos 20.º e 21.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.	Audiência – aguarda agendamento	MF
C-283/15	Países Baixos	Fiscalidade – interpretação dos arts. 63º e 65º TFUE em matéria de IRS.	Audiência – aguarda agendamento	MF
C-291/15	Hungria	Fiscalidade – interpretação do art.º 181.º-A do Regulamento (CEE) n.º 2454/93, que fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2913/92, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário, no que se refere à determinação do valor aduaneiro.	Audiência – aguarda agendamento	MF
C-303/15	Polónia	Jogos de fortuna e azar – Interpretação do artigo 8.º, n.º 1, da Diretiva 98/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de junho de 1998, relativa a um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas.	Audiência – aguarda agendamento	MTSSS



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

C-326/15	Letónia	Fiscalidade – IVA – Interpretação da Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do IVA.	Audiência – aguarda agendamento	MF
C-353/15	Itália	Competência judiciária – Reg. 1346/2000 – processos de insolvência.	Audiência – aguarda agendamento	MJ
C-354/15	Portugal - TRE	Competência judiciária – Reg. 1393/2007 – citação e notificação dos atos judiciais e extrajudiciais em matéria civil e comercial nos EM	Audiência – aguarda agendamento	MJ
C-398/15	Itália	Proteção de Dados – Questão de saber se o princípio da conservação dos dados pessoais deve ser interpretado no sentido de que permite a identificação das pessoas interessadas durante um período de tempo não superior ao necessário à prossecução das finalidades para as quais são recolhidos ou posteriormente tratados, previsto no artigo 6.º, n.º 1, alínea e), da Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro, de singulares constantes desse registo.	Audiência – aguarda agendamento	M. Justiça CNPD
C-464/15	Áustria	Jogos de fortuna e azar – Questão de saber se o art.º 56.º TFUE deve ser interpretado no sentido de que, na apreciação da proporcionalidade de uma legislação nacional que prevê um monopólio do mercado de fortuna e azar, há que ter em conta, para apreciar a licitude dessa legislação à luz do direito da União, não só o seu objetivo, mas também os seus efeitos, que devem ser determinados empiricamente e com segurança.	Audiência – aguarda agendamento	MTSSS



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

C-527/15	Países Baixos	Direito de Autor – Questão de saber se o artigo 3.º, n.º 1, da Diretiva 2001/29 deve ser interpretado no sentido de que existe uma “comunicação ao público”, na aceção desta disposição, quando alguém vende um produto, como um leitor multimédia, em que instalou aplicações complementares que contêm hiperligações para sítios Internet onde foram colocadas à disposição do público obras protegidas pelo direito de autor, como filmes, séries e emissões em direto, sem a autorização dos respetivos titulares.	Audiência – aguarda agendamento	M. Cultura PCM
C-558/15	Portugal T. Relação do Porto	Responsabilidade civil – Seguro automóvel	Observações	MF
C-610/15	Países Baixos	Interpretação dos artigos 3.º, n.º 1, e 8.º, n.º 3, da Diretiva 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação e 11.º da Diretiva 2004/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual.	Audiência – aguarda agendamento	M. Cultura PCM

2. Ações por incumprimento contra Portugal (no Tribunal de Justiça)

N.º Processo	Partes	Domínio/Objeto	Fase Processual	Ministério Setorial
C-205/14	Comissão/Portugal	Gestor de Faixas Horárias (SLOTS)	Conclusões 17.09.2015	ME/ITC/ANAC
C-398/14	Comissão/Portugal	Ambiente – Cumprimento da Diretiva 91/271/CEE – Tratamento de águas residuais urbanas – Pequenas aglomerações.	Acórdão 28.01.2016	M. Ambiente
C-503/14	Comissão/Portugal	IRS - Mudança de Residência / Sede	Audiência – aguarda agendamento	MF/AT (intervenção: Alemanha)



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

C- 557/14	Comissão/Portugal	Ambiente – Execução do acórdão de 7.5.2009 no processo C-530/07 – Tratamento de águas residuais urbanas – Zonas normais.	Conclusões do advogado geral 25.02.2016	M. Ambiente
C-126/15	Comissão/Portugal	Tributação do Tabaco Portaria	Audiência – aguarda agendamento	MF/AT (intervenção: Polónia, Estónia e Bélgica)
C-200/15	Comissão/Portugal	Taxas de desvalorização veículos (CISV)	Audiência – aguarda agendamento	MF/AT
C-583/15	Comissão / Portugal	ERRU Cumprimento do Reg. n.º 1071/2009 Exercício da atividade de transportador rodoviário.	Contestação	MPI
C-665/15	Comissão / Portugal	RESPER Cumprimento da Diretiva 2006/126/CE Ligação à rede europeia de cartas de condução.	Contestação	MPI

3. Recursos de anulação interpostos por Portugal (no Tribunal Geral)

N.º Processo	Partes	Domínio/Objeto	Fase Processual	Ministério Setorial
T-3/11	Portugal/Comissão	Coesão – Anulação da Decisão 2010/668/UE da Comissão que exclui Portugal do financiamento de determinadas despesas efetuadas a título dos fundos FEOGA, FEAGA e FEADER.	Acórdão 16.06.2015	M. Agricultura
T-314/13	Portugal/Comissão	Coesão – Anulação da Decisão da Comissão C (2013) 1870 final, que reduz a contribuição do Fundo de Coesão para o projeto “Desenvolvimento das infraestruturas Portuárias da RAM – Porto do Caniçal”.	Acórdão 15.07.2015	M. Agricultura
T-810/14	Portugal/ Comissão	Mobilização de Fundos - Sanção Pecuniária – Responsabilidade Extracontratual.	Audiência – aguarda agendamento	M. Justiça



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

T-550/15	Portugal/Comissão	Coesão – Anulação da Decisão C (2015) 4076 da Comissão Europeia (CE), de 22.06.2015, que exclui do financiamento determinadas despesas efetuadas pelos Estados – Membros a título do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), na parte em que excluiu do financiamento o montante de 8 260 006,65 EUR relativo a despesas declaradas por Portugal.	Apreciação da exceção de inadmissibilidade.	M. Agricultura
T-551/15	Portugal/Comissão	Coesão – Anulação da Decisão C (2015) 4076 da Comissão Europeia (CE), de 22.06.2015, que exclui do financiamento determinadas despesas efetuadas pelos Estados – Membros a título do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), na parte em que excluiu do financiamento o montante de 501 445,57 EUR relativo a despesas declaradas por Portugal na Medida Linho e Cânhamo na campanha de 1999/2000.	Apreciação da exceção de inadmissibilidade.	M. Agricultura
T-556/15	Portugal/Comissão	Coesão – Anulação da Decisão C (2015) 4076 da Comissão Europeia (CE), de 22.06.2015, que exclui do financiamento determinadas despesas efetuadas pelos Estados – Membros a título do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), na parte em que, pelo Motivo “Deficiências no SIP”, exclui do financiamento o montante de 137 389 156,95 EUR, relativo a despesas declaradas por Portugal no âmbito da Medida Outras Ajudas Diretas, Superfícies, nos exercícios financeiros de 2010, de 2011 e de 2012.	Apreciação da exceção de inadmissibilidade.	M. Agricultura



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

T-733/15	Portugal/ Comissão	Anulação do ato de liquidação transmitido pelo Secretariado-Geral da Comissão Europeia que exige indevidamente o pagamento de 580 000 EUR a título de alegada sanção compulsória.	Petição de Recurso	MPI
4. Recursos de decisões do Tribunal Geral (no Tribunal de Justiça)				
Nº de Processo	Partes	Domínio/Objeto	Fase Processual	Ministério Setorial
C-495/15P	Comissão/Portugal	Coesão – Anulação do acórdão de 15.07.2015 do Tribunal Geral, no processo T-314/13, que anulou a Decisão da Comissão Europeia C (2013) 1870 final, de 27.03.2013, que reduz a contribuição do Fundo de Coesão concedida a Portugal para o projeto “Desenvolvimento das infraestruturas Portuárias da RAM – Porto do Caniçal”.	Aguarda prolação de acórdão	M. Agricultura
5. Ações e Recursos de outros Estados-Membros / Instituições da União com intervenção de Portugal (no Tribunal de Justiça e no Tribunal Geral)				
N.º Processo	Partes	Domínio/Objeto	Fase Processual	Ministério Setorial
C-73/14	Conselho/Comissão	Disposições institucionais – Anulação da decisão da Comissão de apresentar observações escritas, em nome da União Europeia, no Tribunal Internacional do Direito do Mar.	Acórdão 06.10.2015	M. Agricultura e do Mar
C-132/14 a C-136/14	Comissão/Conselho	Regiões ultraperiféricas – bases jurídicas	Acórdão 15.12.2015	RAM/RAA
T-585/14	Eslovénia / Comissão – Rec. Anulação	Recursos Próprios da União	Despacho 03.09.2015	MF TG considerou o pedido inadmissível



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

C-721/14	Bélgica/Comissão	Proteção dos Consumidores e Jogo em Linha – Pedido para anulação da Recomendação 2014/478/UE da Comissão, de 14 de julho de 2014, sobre princípios com vista à proteção dos consumidores e dos utilizadores de serviços de jogo em linha e à prevenção do acesso dos menores aos jogos de azar em linha	Pedido de intervenção Despacho de inadmissibilidade	M. Economia
T-812/14	BPC LUX 2 / Comissão Rec. Anulação	Concorrência / Auxílios de Estado	Audiência – aguarda agendamento	MF
T-814/14	BES / Comissão – Rec. Anulação	Concorrência / Auxílios de Estado	Despacho 01.12.2015	MF TG considerou o pedido inadmissível
T-251/15	ESFG / BCE	Acesso Doc. / Auxílios de Estado	Eventual Pedido de intervenção 7.9.2015	MF Não manifestou interesse em agir
C-389/15	Comissão / Conselho	Competência exclusiva da União - Anulação de decisão do Conselho, de 7 de maio de 2015, que autoriza o início de negociações sobre um Acordo de Lisboa revisto relativo às denominações de origem e às indicações geográficas no que respeita a matérias da competência da União Europeia.	Apresentado articulado de intervenção	M. Justiça
6. Pedidos de Parecer com intervenção de Portugal (no Tribunal de Justiça)				
N.º Processo	Origem	Domínio/Objeto	Fase Processual	Ministério Setorial
A-1/14	Malta	Convenção do Conselho da Europa	Despacho 01.09.2015	Malta desistiu do pedido
A-2/15	COM	Acordo de Comércio Livre com Singapura	Audiência	ME



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus